COERÇÃO
E SUAS IMPLICAÇÕES

Murray Sidman

COERÇÃO
E SUAS IMPLICAÇÕES

Tradução
Maria Amália Andery
Tereza Maria Sério

Editora Livro Pleno
2009

Título original
Coercion and its fallout

Conselho editorial
Glauci Estela Sanchez

Tradução
Maria Amalia Andery
Tereza Maria Sério

Coordenação editorial
Glauce Estela Sanchez

ISBN: 87-87622-22-6

Editora Livro Pleno
email: edlivropleno@uol.com.br

Para minha esposa, Rita, que é,
muito possivelmente, a pessoa
menos coercitiva do mundo.

Prefácio

Eu escrevi este livro para dizer algumas coisas que de há muito pensava que precisavam ser ditas, não apenas para colegas profissionais mas para todas as pessoas que estão preocupadas com nosso futuro como espécie. Mesmo quando adolescente, de algum modo tornei-me consciente de que o mundo estava se complicando. O mundo tinha problemas reais e não os estava enfrentando. Minha visão era matizada não apenas pela experiência pessoal, que era bastante limitada. Minha família era relativamente segura e não-punitiva e a maioria de meus estresses mais severos vieram das *gangs* errantes que de tempos em tempos assolavam nossa vizinhança em busca de garotos para bater. Mas eu era também um leitor assíduo e o que lia sobre a crueldade sem sentido das pessoas e sua hipocrisia era quase inacreditável. Como podiam os seres humanos fazer as coisas que estavam sempre fazendo uns aos outros? Os temas predominantes nas notícias ou romances eram guerras, assassinatos e outros tipos de violência pessoal, opressão política e religiosa, negócios políticos e empresariais inescrupulosos, traições de amigos e amantes, doença mental e egocentrismo mesquinho. E, como se para confirmar meu desencanto, a II Guerra Mundial começou exatamente quando tinha idade suficiente para participar dela.

Logo após a II Guerra Mundial, a maioria de nós ainda não compreendia a enormidade da força destrutiva que havia sido liberada. Nós não havíamos nos resignado à possibilidade de que nossa geração poderia ser a última. O ceticismo geral sobre se as coisas

poderiam algum dia melhorar ainda não havia se estabelecido. Ainda era fácil encontrar companheiros, ou mesmo pessoas mais velhas, que acreditavam que as coisas não precisavam ser do modo como eram. E o final da II Guerra Mundial parecia, de algum modo, marcar um possível recomeço. As forças realmente grandes do mal pareciam ter sido varridas do mapa: talvez pudéssemos agora continuar, livrando-nos do resto da violência sem sentido a que caracteristicamente submetíamos uns aos outros. Mas não aconteceu deste modo. Por que não?

A grande questão era: "Como fazer isto?" Como fazer as mudanças que nossa sociedade, exausta pela destruição e pelo sofrimento, parecia pronta para fazer? A maioria das soluções propostas envolvia mudanças em nossas instituições. Para alguns, uma nova forma de governo era a resposta. Outros viam o progresso apenas no contexto de mudanças no sistema econômico. Outros ainda acreditavam que a educação era a chave. Mas havia uma armadilha em todas as propostas de reforma econômica, política ou educacional. Aquelas instituições, aqueles sistemas, não nos eram dados de fora, prontos. Nós mesmos os fizemos. Quaisquer virtudes e fraquezas que nossas instituições tivessem eram nossas próprias virtudes e fraquezas.

Tornou-se claro que os problemas primários não estão em nossas instituições, mas em nós. De algum modo temos que nos transformar se pretendemos construir sistemas que sustentem cooperação, solidariedade, justiça e, de forma mais geral, abordagens racionais aos problemas que inevitavelmente surgem quando grande número de pessoas tem de compartilhar recursos limitados.

Como vamos mudar a nós mesmos? Muitos tipos de propostas têm sido feitas. Há muito tempo, antropólogos reconheceram que como espécie ainda não completamos nossa adaptação física à nossa postura ereta, à alimentação macia, ao prolongamento da vida por meio de medidas sanitárias e de medicina preventiva. Sofremos muitas doenças e desconfortos porque nossa postura ereta não provê sustentação adequada nem para nossos órgãos internos, nem para os arcos de nossos pés; nossas dietas estão tornando nossos dentes bastante desnecessários; muitos processos imunológicos não são mais necessários para nos proteger de mudanças ambientais e, em vez disso, manifestam-se como alergias e, com a própria saúde física desempenhando um papel cada vez menor na determinação da duração de nossas vidas, o envelhecimento traz com ele ainda novas doenças. Alguns afirmam que restos de nossa herança física geram sofrimento e miséria, mantendo-nos em luta uns contra os outros.

Eles sugerem que o mundo seria um lugar melhor se nos livrássemos de todos aqueles com os quais é impossível conviver por causa do sofrimento físico. Suas soluções incluem melhoria da espécie por meio da eutanásia radical, livrando-se, em vez de prolongar a vida, daqueles que nasceram com defeitos ou que os adquiriram porque vivem demais.

Eutanásia extrema, eliminando qualquer um que sofra de deficiências presumidas, foi tentada em larga escala pelo menos uma vez. As tentativas dos nazistas tornaram óbvios os horrores inerentes em definir arbitrariamente o que é considerado "deficiência", em especificar o que é "um problema" e em determinar o que é "desejável". A prática requer assassinatos legalizados em larga escala e sem um final à vista. Eliminar apenas os idosos e enfermos — aqueles que não mais geram e criam crianças — não teria efeito sobre a evolução da espécie. E se nós tentássemos atingir a "pureza genética" pelo outro lado — eliminando crianças física e mentalmente deficientes — o processo evolucionário levaria ainda centenas de gerações. Este tempo não está à nossa disposição.

Propostas para produzir uma espécie mais saudável e talvez mais amigável por meio de cruzamentos controlados têm o mesmo problema — não temos tempo suficiente. Avanços modernos na genética indicam que mudanças rápidas tornar-se-ão possíveis em um futuro não tão distante. Quão próximo é este futuro não podemos ainda saber com certeza. E sabemos ainda menos sobre como genes e conduta se relacionam. Que tipos de herança farão com que apliquemos toda nossa inteligência em nossos problemas mais críticos? Que tipo de mudanças genéticas hão de nos fazer responder à frustração com a razão e não com a agressão? Podemos fazer *clones* de professores que usarão métodos positivos em vez de coercitivos para ensinar os jovens? E assim por diante. Mesmo que se prove ser possível usar nossa crescente compreensão da genética para acelerar o processo evolucionário normalmente lento, não está claro, em absoluto, que descobriremos como fazer isto vantajosamente, antes que nos envolvamos nisto.

O que poucos têm considerado é a possibilidade de que podemos fazer mudanças comportamentais sem alterar nossos processos biológicos ou nossa carga genética. Nos últimos cinqüenta anos a análise comportamental tem nos ensinado muito sobre como o ambiente influencia o comportamento. Dentro dos limites de nossa herança biológica atual, nossa conduta é fortemente controlada pelo seu *setting* ambiental e suas conseqüências ambientais. E a análise comportamental também tem nos mostrado que autocontrole é real-

mente controle ambiental; é possível construir mudanças em nosso proprio ambiente de forma a produzir mudanças em nosso próprio comportamento. Controlar a nós mesmos é mudar o ambiente de maneira tal que se mude nossa própria conduta e fazê-lo porque isso muda nossa própria conduta. Há tantas possibilidades de mudança, mesmo sem manipulação genética, que alterar algumas das relações críticas entre ambiente e comportamento é o único caminho prático a percorrer se realmente quisermos mudar nossa conduta antes que seja tarde demais.

Um ponto de vista bastante difundido mas errôneo afirma que apenas alterações superficiais podem ser realizadas desta maneira. Muitos ainda acreditam que uma análise das relações entre nossa conduta e nosso ambiente não atinge nossa natureza real. Nós gostamos de ver a nós mesmos como agentes independentes, não como um *locus* de variáveis controladoras. Para muitos o "eu real" consiste daqueles sentimentos, pensamentos e anseios, os mais profundos, que ninguém mais poderá sequer conhecer. E isto é verdade, ninguém mais pode mesmo conhecer nossa "pessoa interna" por meio de experiência direta. Tomando isto como certo, devemos também reconhecer que na medida em que se considera o resto do mundo, o que eles podem ver é o "você real". Isto é tudo com que os outros podem lidar. E o que eles podem ver, aquilo com o que podem lidar, são nossas ações. Podemos considerar nossa pessoa interna como nosso verdadeiro *self*, mas para o restante do mundo, nós somos o que nós fazemos. Se pretendemos mudar nossas interações uns com os outros, teremos de mudar o que nós fazemos. Mudando nossa conduta mudamos a nós mesmos.

Eu tentei, neste livro, indicar um tipo crítico de mudança que terá que ocorrer em nossas interações sociais se quisermos mesmo fazer algo construtivo a respeito das misérias que atualmente infligimos uns aos outros, se pretendermos pelo menos pospor a atual investida em direção à extinção da espécie. Coerção não é a raiz de todo mal, mas até que adotemos outros modos, que não o coercitivo, para controlar a conduta uns dos outros, nenhum método para melhorar fisicamente nossa espécie impedirá que o *timer* de nossa sobrevivência continue andando. Uma ciência do comportamento desenvolvida pode mais uma vez dar às pessoas de boa vontade razão para otimismo sobre nossas chances de sobrevivência.

Agradecimentos

Este é um livro melhor do que ele teria sido se eu não tivesse conhecido, aprendido com e sido encorajado por muitas pessoas especiais: amigos, parentes, colegas, professores e alunos numerosos demais para nomear. Alguns eu preciso mencionar, apesar de ser impossível agradecê-los na medida certa: Joseph DeRocco fez uma revisão crítica e construtiva da versão inicial do manuscrito; sua completude e profundidade dificilmente seriam esperadas mesmo do amigo próximo que ele tem sido desde que moramos juntos na graduação. Eu espero que ele goste das muitas mudanças que seus comentários e questões sobre estilo e conteúdo produziram. Rita Sidman pacientemente leu o manuscrito várias vezes, chamando atenção para ambigüidades e tentando — nem sempre com sucesso — temperar minhas críticas, algumas vezes agudas, que se confrontavam com sua natureza gentil. E quando, em alguns momentos, o livro parecia ter pouca chance de ser realmente publicado, seu encorajamento me manteve trabalhando. Garth Fletcher, que começou como meu aluno e se tornou meu professor, guiou-me através dos intrincados caminhos do computador que, hoje, facilitam a publicação. Assim, ele adicionou mais um ato de amizade aos muitos que já havia praticado.

Sumário

Introdução

A pena de morte detém assassinos em potencial? A retaliação dura é a resposta a problemas de disciplina em nossas escolas? A punição é um meio aceitável de impedir crianças autistas e retardadas de destruir a si mesmas e a seu ambiente? É sequer um modo efetivo de tratar estes problemas? Estas e questões correlatas vêm gerando atualmente apaixonada controvérsia pública, em geral intensamente polarizada mas raramente baseada em evidências. E ainda assim, sérios como são, estes problemas representam apenas a ponta do *iceberg*. Eles são instâncias isoladas de um fenômeno muito mais amplo: o uso quase exclusivo de coerção em todas as esferas de interação humana.

Por coerção eu me refiro a nosso uso da punição e da ameaça de punição para conseguir que os outros ajam como nós gostaríamos e à nossa prática de recompensar pessoas deixando-as escapar de nossas punições e ameaças. Precisamos saber mais sobre coerção porque é como a maioria das pessoas tentam controlar uns aos outros: "Torça-o até que ele faça certo", ou "Dê-lhe um doce, mas se ele não fizer o que você quer, tire-o".

Nós fazemos isso o tempo todo

Algumas pessoas acham difícil imaginar qualquer outro caminho; elas nem sempre estão conscientes do que estão fazendo. Todo mundo, uma vez ou outra, tenta influenciar por meio de encoraja-

mento, lisonja, elogio ou recompensa, mas ao mesmo tempo deixando implícito que o não-atendimento às exigências e às expectativas fará com que mesmo recompensas que já tenham sido ganhas sejam retiradas. Freqüentemente damos dinheiro, *status*, reconhecimento e amor apenas para manter uma vantagem em nossas interações com os outros; concedemos ou arranjamos estes resultados desejáveis principalmente de modo que possamos, então, tomá-los de volta se nosso filho, esposo, sócio ou aluno param de satisfazer nossas próprias necessidades, ou não atingem as exigências que estabelecemos. Naturalmente, pessoas usam técnicas não-coercitivas, mas quase sempre inabilmente em combinação com coerção. A aplicação de formas não-coercitivas de controle tem sido insignificante em comparação com o recurso habitual da humanidade à coerção.

Ainda assim, a evidência derivada da análise do comportamento nos diz que mesmo quando a coerção atinge seu objetivo imediato ela está, a longo prazo, fadada ao fracasso. Sim, podemos levar pessoas a fazer o que queremos por meio da punição ou da ameaça de puni-las por fazer qualquer outra coisa, mas quando o fazemos, plantamos as sementes do desengajamento pessoal, do isolamento da sociedade, da neurose, da rigidez intelectual, da hostilidade e da rebelião.

Realmente podemos levar crianças a aprender punindo-as por não aprender. Esta é a prática padrão. Mas muitas crianças a quem ensinamos deste modo crescem menosprezando professores, odiando a escola e evitando o trabalho de aprender. Mais tarde, como adultos, podem falar com admiração dos professores que "não toleravam tolices", mas ao mesmo tempo negligenciam ou evitam ativamente oportunidades de educação ou treinamento contínuos. E crianças que tenham sido expostas somente ao ensino coercitivo provavelmente deverão seguir o mesmo modelo quando elas mesmas tornarem-se professores ou pais. Práticas coercitivas na educação formal e no lar continuam de geração em geração, tornando-se enraizadas no treino de professores e aceitas pela comunidade.

Em casa, abuso físico e verbal pode, realmente, manter filhos e esposos subservientes às nossas próprias necessidades e aos nossos desejos. Você pode reger sua família "fazendo cumprir a lei", punindo todas as infrações. Pais podem expressar desprazer com crianças e esposos uns com os outros, batendo neles ou isolando-os, retirando posses e privilégios, ou deixando de se comunicar — impedindo que o ofensor receba seu afeto. Quaisquer destas punições tornarão a ofensa menos provável de ocorrer novamente. As formas

mais sutis de desdém intelectual e sexual também podem efetivamente manter o domínio geral de um parceiro sobre o outro.

Mas todas estas formas de coerção familiar tornam o lar um lugar do qual fugir. Antes que a fuga real seja possível muitos que são mantidos sob tirania aprendem eles mesmos as maneiras de coerção e terminam como crianças-problema, apropriando-se de mais do que é a sua parte do tempo, dos recursos financeiros e emocionais da família. Mais tarde, como pais, não conhecendo qualquer outra maneira, tornam-se eles mesmos os tiranos da família. A coerção transforma o casamento em escravidão e atos de amor em meros rituais, formalidades a serem observadas com o objetivo de manter a paz ou evitar o terror. Muito freqüentemente, o casamento é uma relação de coerção, não de amizade. Dentre as conseqüências deste tipo de relação serão encontrados divórcio, abandono, doença mental e suicídio.

Empregadores podem, realmente, manter seus empregados em seus lugares ameaçando-os de despedi-los se eles saírem e trabalhadores podem assegurar salários maiores ameaçando o patrão de fazer greve. O sucesso do movimento trabalhista tem, seguramente, reduzido exploração e elevado os padrões de vida, e parece claro agora que estes objetivos nunca teriam sido atingidos a não ser por técnicas coercitivas. E ainda assim, a moderna negociação institucionalizada, que ritualizou a dança de guerra da ameaça, da contra-ameaça e da negociação (sustentada pelas ameaças reais de greve e *lockout*), tornou a produtividade do trabalhador uma moeda de barganha cujo valor não pode exceder o limite especificado no contrato. Por causa disso, muitos trabalhadores que excedem a cota de produção são colocados no ostracismo e atacados por seus companheiros de trabalho.

Da parte dos proprietários e da gerência, a negociação institucionalizada tornou compensação, benefícios indiretos, divisão de lucros, simples respeito pessoal e preocupação humana geral pelo bem-estar dos trabalhadores em contramoedas a serem valorizadas não mais do que o necessário para por fim a uma ameaça de greve ou encerrar uma paralisação do trabalho. Em uma história que ainda continua, um empregador a quem se pediu algum sinal de que ele apreciava o bom trabalho que seus empregados estavam fazendo, replicou: "O que você quer dizer com apreciar? Eu não estou pagando-os por um bom trabalho?"

Um resultado freqüente desta coerção mútua é um deslocamento de energia e atenção dos objetivos originais de uma organização para a manutenção de posições de barganha. A produtividade,

tanto do trabalho quanto da gerência, declina à medida que o empregador e o empregado finalmente passam a fazer pouco mais do que é necessário para contrabalançar as ameaças um do outro. Qualquer instância de uma cooperação não-autorizada pode desfazer o delicado equilíbrio da coerção e contracoerção.

Um sistema de justiça que é baseado apenas na punição por transgredir a lei realmente mantém muitas pessoas no caminho certo e provê satisfação para aqueles que buscam revanche sobre os transgressores. Um código legal coercitivo também gera, para muitos que estão sujeitos ao sistema, subterfúgio e desobediência e, para muitos que administram e fazem cumprir o sistema, brutalidade.

A maioria das nações, incluindo as superpotências, afirma estar buscando a paz e armando-se somente para a defesa. Uma política nacional de manter um "pulso forte" — a ser usada, naturalmente, só em retaliação contra agressão — pode, realmente, manter alinhados economicamente e militarmente outros países. Tal coerção também cria ciúmes, animosidades e eventual contracontrole; o moderno terrorismo é um exemplo extremo.

Mesmo a política, outrora recomendada, de que o "dono do poder" fale suavemente, ficou pelo caminho; hoje as superpotências anunciam ostensivamente a quantidade de ogivas nucleares, submarinos nucleares e lançadores de mísseis que possuem, tentando assegurar que a ameaça de contra-ataque deterá qualquer tentativa de um primeiro ataque. Esta forma de "diplomacia" produziu a moderna corrida por armas nucleares, com coerção simplesmente produzindo mais coerção. Quando a sobrevivência passa a depender de contrapor ameaças, não de produzir e desfrutar das boas coisas que a vida tem a oferecer, o risco que corremos de iniciar uma agressão aberta declina, temos menos a perder. Quando um cálculo errado, um blefe ou um ato de desespero colocará um fim em tudo isto?

Análise do comportamento

Em bases humanitárias, muitos têm questionado a desejabilidade e a utilidade a longo prazo destes métodos muito utilizados de controle comportamental; ninguém gosta de ser punido e alguns não gostam de punir os outros. Mas, podemos fazer melhor do que simplesmente apelar para nossos preconceitos sobre o que é bom ou mau. A ciência da análise do comportamento contém um corpo de princípios e dados que podem prover alguma objetividade para decidir sobre punir ou não. A coerção tem sido intensivamente investigada no laboratório comportamental, com fundos públicos — impostos

— financiando a maioria das pesquisas, mas pouco tem sido contado ao público sobre o que temos descoberto e quais são as implicações para a conduta dos problemas do cotidiano.

A comunicação pobre tem levado às conseqüências usuais: primeiro, concepções incorretas sobre as questões, métodos, descobertas e importância da pesquisa comportamental; segundo, uma falta de consciência da informação e técnicas que poderiam impedir a coerção de continuar a envenenar nossas interações uns com os outros. Ajudar a estabelecer a comunicação é a principal razão pela qual eu escrevi este livro.

Um segundo propósito é familiarizar pessoas preocupadas com a existência de uma ciência que provê métodos para formular e responder importantes questões sobre a conduta humana. A ciência da análise do comportamento tem suas raízes na filosofia, então distinguiu-se como um ramo da emergente disciplina da psicologia e está agora no processo de desengajar-se dessa psicologia. O progenitor ainda não a deixou ir (nem, neste caso, o avô) e luta para manter seu domínio administrativo dentro da Academia, mas as linhas de fratura intelectual estão claras. Psicologia, como o nome sugere, é a ciência da mente. Análise do comportamento é a ciência do comportamento. Muito do que sabemos sobre coerção, o controle do comportamento por meio de punição e de ameaça de punição, veio das ciências experimental e aplicada da análise do comportamento.

Análise do comportamento, punição, terapia e a lei. Embora tenham muito mais a oferecer, analistas do comportamento são talvez mais freqüentemente chamados para lidar com problemas de comportamento — autodestruição em retardados ou autistas, destruição do ambiente (exceto, naturalmente, quando os exploradores fazem isto por lucro), violações de normas sociais e condutas que afligem a família e a comunidade. Na maioria dos casos, eles realizam bem a tarefa, mesmo quando outras abordagens fracassaram. Aqui, entretanto, é onde o uso de punição tem recebido maior atenção do público. Embora problemas severos de comportamento freqüentemente requeiram medidas de emergência, não podemos lidar com eles de qualquer forma permanente sem primeiro considerar o que sabemos sobre o uso de coerção em geral.

Quando olhamos para o quadro geral, retratado no capítulos subseqüentes, punir ou não punir deixa de ser um problema genuíno. A resposta clara é "não".

Naturalmente, casos excepcionais surgem. Algumas vezes punimos porque somos seres humanos falíveis e cometemos erros.

Algumas vezes nos falta conhecimento relevante em situações específicas e nosso uso sem sucesso de outros tratamentos nos leva a aplicar punição para salvar alguém de autodestruição. Mesmo quando métodos que não envolvem punição tiveram quase que completo sucesso em eliminar a agressão de um adolescente de quase 85 quilos, um reaparecimento ocasional de um ataque que coloca em risco a vida requererá que ele seja "subjugado" e imobilizado até que o episódio passe. E, como poderemos ver, o efeito supressivo imediato de uma única punição pode, realmente, nos dar uma oportunidade para aplicarmos técnicas não-punitivas efetivamente.

Estes tipos de casos marginais não representam problemas. Desde que eles se mantenham marginais, o senso comum nos diz que temos que usar quaisquer meios efetivos à mão. Erros, uma falta temporária de informação relevante, ou uma emergência ocasional podem justificar a punição como um tratamento de último recurso, mas nunca como o tratamento de escolha. Usar ocasionalmente punição como um ato de desespero não é o mesmo que advogar o uso da punição como um princípio de manejo do comportamento.

Contrariamente ao quadro difundido por críticos desinformados, coerção não é a base da análise do comportamento. Além de nos mostrar que qualquer uso de punição deve ser deplorado, a análise do comportamento produziu muitas alternativas efetivas. Uma contribuição única têm sido as incontáveis demonstrações, dentro e fora do laboratório, de como usar efetivamente o reforçamento positivo. Por reforçamento positivo, eu me refiro à prática de recompensar pessoas não por deixá-las fugir da punição, mas por deixá-las produzir algo bom. Destacarei mais tarde as conseqüências fundamentais e a longo prazo desses dois métodos de influenciar a conduta.

Alguns analistas do comportamento, como alguns psicólogos, alguns psiquiatras e alguns educadores defendem e usam coerção como técnica terapêutica e educacional. Eles resistem à regulamentação pública, com o argumento razoável de que o tratamento do doente, do não-educado e do desenvolvimentalmente incapaz não poderia ser deixado aos políticos ou ao público bem-intencionado mas desinformado, e sim aos qualificados profissionalmente. Mas, não é correto para o analista do comportamento reivindicar exceção da regulamentação pública com base no argumento de que o seu treino qualifica-o para usar punição e outras formas de coerção. Uma tal reivindicação é incorreta porque competência na aplicação de punição não é a marca de um analista de comportamento qualifi-

cado. Eu não conheço programa de treinamento ou formação, seja em psicologia, psiquiatria, educação ou análise do comportamento, que qualifique, quem o cursou, a usar punição.

Aqueles que recomendam e usam choque ou outros instrumentos de coerção como uma técnica terapêutica estão agora descobrindo que têm de se defrontar com as conseqüências de seu próprio comportamento. A preocupação pública justificada a respeito dos padrões de competência e de ética dentro destas profissões está produzindo tentativas em vários estados para restringir, pela lei, o uso de técnicas terapêuticas coercitivas. Infelizmente, algumas destas leis proibiriam até mesmo a própria prática de análise do comportamento. Este subproduto do uso da coerção deveria ter sido previsto. Qualquer um familiarizado com a literatura experimental e qualquer observador experiente da conduta fora do laboratório sabe que a coerção, se não puder ser enfrentada de qualquer outra maneira, finalmente gera contracontrole. Os que usam coerção podem esperar retaliação. (Eu espero ter consideravelmente mais a dizer sobre o contracontrole como uma conseqüência da coerção.)

As boas intenções dos analistas do comportamento não os eximirão deste princípio empírico. Ainda pior, é provável que a comunidade coloque juntos todos os analistas de comportamento sob o estereótipo de praticantes da coerção. Os perdedores, em última instância, serão, naturalmente, os clientes. A eles serão negados os benefícios das muitas técnicas não-coercitivas de análise do comportamento que provaram ser efetivas, freqüentemente as únicas formas efetivas de tratamento.

As suas boas intenções também não eximirão os analistas do comportamento de outras leis do comportamento. Desde que uma única instância de punição pareça funcionar, interrompendo o comportamento perigoso, ofensivo ou inconveniente de um único cliente, o uso de punição pelo analista será reforçado. O que quer dizer, ele ou ela fará isto de novo... e de novo, e de novo, e de novo. O público está certo em ficar alarmado. O uso bem-sucedido de um aguilhão de gado produzirá mais uso e ninguém, nem mesmo o terapeuta, saberá se ele ou ela está usando choque porque nada mais funcionará ou porque isto funcionou antes em circunstâncias que podem bem ter sido diferentes. Terapia coercitiva produz terapeutas coercitivos.

Muitos terapeutas estão desejosos de aceitar restrições ao uso de terapia coercitiva, concordando, por exemplo, que não usarão coerção exceto quando nenhum procedimento positivo solucionar o problema. Em princípio, não posso discordar desta condição razoá-

vel e bem-intencionada. De fato, creio que o pré-requisito — nada mais funciona — raramente é atendido. Eu iria tão longe a ponto de dizer a qualquer um que afirmasse ter tentado tudo o mais: "Diga-me tudo que você fez. Eu, então, sugerirei um procedimento que você não tentou." Indubitavelmente, eu seria, algumas vezes, incapaz de fazer isto, mas, creio, não muito freqüentemente.

Considero com cuidado até mesmo a afirmação do terapeuta de que ele ou ela usa a supressão temporária pós-punição de comportamento indesejável como uma oportunidade para ensinar comportamento desejável. Em um videoteipe feito especificamente para dar suporte ao uso de choque em casos de autodestruição de autistas, vi a criança "tratada" terminar chupando seu dedão em frente de uma televisão. Gostaria de ter visto mais demonstração de ensino efetivo no filme, com menos ênfase sobre a sofisticação técnica do sistema liberador de choque. Com isto eu teria mais confiança que procedimentos construtivos de *follow up* estivessem realmente em ação.

Em geral, eu me sentiria mais confortável com o arrazoado de que nada mais funciona, se aqueles que usam este arrazoado para justificar o que é chamado "terapia aversiva" considerassem, em vez disso, cada caso aparentemente intratável como um desafio. Se eles enfrentassem todo desafio tentando novas abordagens, seria menos provável que eu suspeitasse de que eles estão desistindo muito facilmente. Quando eles automaticamente recorrem à coerção, não consigo me impedir de indagar se eles estão simplesmente conformando-se ao padrão de práticas sociais, em vez de fazer a contribuição única para a qual sua profissão supostamente os treinou. Coerção bruta não é análise de comportamento.

Mas sim, eu poderia ser um pouco mais tolerante com relação à reivindicação de que eles estão usando intervenções coercitivas porque nada mais funciona. Se eu visse, então, não apenas o comportamento parando, mas comportamento sendo construído, menos provavelmente eu haveria de considerá-los como usando em vão o nome de sua ciência, seja ela a psicologia ou a análise do comportamento.

Vale a pena repetir que punição usada em emergências, ou por causa de ignorância total ou momentânea de métodos alternativos, não dá à punição o *status* de um princípio terapêutico. Coerção não é um princípio da análise do comportamento aplicada. Embora alternativas à coerção tenham sido freqüentemente planejadas não para propósitos práticos, mas para o estudo de processos comportamentais fundamentais, os métodos estão disponíveis para aplicação

fora do laboratório. O fato de que muitas das pesquisas são feitas com computadores e mesmo com não-humanos não deveria apresentar dificuldades para um bem-treinado observador do comportamento.

As incontáveis demonstrações, dentro e fora do laboratório, de como usar efetivamente métodos positivos têm sido uma contribuição única da análise do comportamento. Princípios gerais e tecnologias educacionais e terapêuticas específicas têm evoluído, provavelmente com documentação mais sólida na literatura experimental e clínica do que qualquer outra metodologia jamais obteve. Reforçamento positivo, não coerção, é a marca da análise do comportamento.

Analistas do comportamento e terapeutas de todo tipo poderiam ajudar-se mais e ao mesmo tempo contribuir de forma única para a sociedade, estimulando restrições sobre o uso de punição dentro da profissão. Em vez de exigir que um público justificadamente cético nos permita fazer o que desejamos, faríamos melhor tanto para nós mesmos como para o público em geral defendendo, tornando públicos e ensinando métodos alternativos de educação e tratamento que nossa ciência tornou disponíveis.

A análise do comportamento é aplicável em contextos muito mais amplos do que apenas no do comportamento de incapacitados congênita ou desenvolvimentalmente. Aplicações de punição a aqueles tipos de problemas de comportamento são exemplos isolados de um fenômeno muito mais difundido: o uso quase exclusivo de coerção em quase todos os tipos de interação humana. Uma vez que olhemos para os usos e efeitos de punição em todos os aspectos de nossas vidas poderemos ver que nossa ciência tem contribuições positivas a fazer em muitas esferas da atividade humana — educação, diplomacia, o arranjo da lei, a unidade da família. Em vez de aceitar automaticamente as práticas tradicionais nessas áreas, estudiosos do comportamento poderiam estar alertando o público que existe evidência considerável a favor de mudança. Em sua prática profissional, em vez de simplesmente refinar métodos tradicionais de aplicação de coerção, poderiam estar ensinando alternativas menos conhecidas e, a longo prazo, mais efetivas.

A complexidade da conduta desafia a análise?

Os fatores que governam nossa conduta cotidiana realmente interagem de maneiras que são complexas, mutáveis e freqüentemente não diretamente analisáveis. Embora este livro descreva al-

guns métodos e resultados de pesquisa básica, agi, também, com bastante liberdade ao mover-me do laboratório para o mundo, extrapolando das condições cuidadosamente controladas que garantem a confiabilidade dos resultados experimentais. Acredito que as extrapolações são justificadas; o laboratório tem nos ensinado sobre os assuntos humanos muitíssimo mais do que até mesmo muitos investigadores gostariam de reconhecer.

Bolas de aço descendo planos inclinados em laboratórios de física na graduação parecem não ter relação com folhas caindo de árvores nas florestas, ainda assim todos os corpos em queda obedecem às mesmas leis físicas. Podemos dizer, de modo semelhante, que embora a punição de sujeitos por apertar um botão no laboratório comportamental tenha, à primeira vista, pouca semelhança com o espancamento de uma criança por dizer um "palavrão", ainda assim, todas as ações punidas obedecem às mesmas leis comportamentais? Naturalmente, uma tal asserção não pode ser provada experimentalmente; o resto do mundo não é sujeito aos controles do laboratório. Mas isto também é verdadeiro a respeito de folhas em queda e era verdadeiro a respeito daquelas extrapolações de resultados de laboratório que colocaram, pela primeira vez, o homem na Lua. A prova de tal aplicabilidade não vem de experimentos, mas da experiência prática.

Teoricamente é possível que algumas dimensões da realidade (física, química, biológica) sejam suscetíveis de estudo e verificação científica enquanto o comportamento não. Entretanto, esta teoria, até onde fomos capazes de testá-la, no laboratório e fora dele, não funcionou.

Por muito tempo se afirmou que o comportamento era não-analisável mas, então, alguns pesquisadores pioneiros encontraram ordem no comportamento de organismos "inferiores" — insetos, camundongos, ratos, gatos e cachorros. O grito imediatamente foi lançado. "Sim, mas não pessoas." Então a mesma ordem que foi vista em não-humanos começou a aparecer em estudos com pessoas e o grito mudou: "Está certo, pessoas deficientes, talvez — os não-inteligentes e com lesões cerebrais — e mesmo assim, certamente, apenas em laboratórios artificialmente controlados, escolas primárias, instituições para doentes mentais ou prisões."

Logo os resultados de laboratório começaram a ser aplicados com sucesso em ambientes clínicos, universidades e empresas. Mais uma vez o grito mudou: "Sim, sim, mas com tipos de comportamento humano tão simples! E a respeito de linguagem, criatividade, desenvolvimento mental, o gosto artístico e as coisas intangíveis da vida?"

E agora que a análise do comportamento começa a se ampliar em algumas dessas áreas (não todas — as fronteiras jamais desaparecerão), os gritos adquiriram um tom de alarme: "Aplicando princípios gerais ao comportamento humano vocês nos desumanizam!"

A astronomia também já foi acusada de tirar a Terra do centro de Universo e a biologia evolucionária de destruir nosso *status* como criação especial de Deus. E porque analistas do comportamento bem-sucedidos estão identificando variáveis que controlam algumas de nossas condutas mais complexas e apreciadas, o público começa a vê-los — como a outros cientistas — como querendo, eles mesmos, exercer controle. Eles tornaram-se submetidos ao estereótipo popular do cientista louco inclinado a controlar o mundo.

O laboratório pode nos dizer alguma coisa?

A suposição de que resultados do laboratório comportamental, mesmo de sujeitos não-humanos, podem ser estendidos para o mundo dos humanos até aqui se confirmou. Generalizações de observações de laboratório estão se demonstrando bem-sucedidas em mais e mais áreas da conduta humana e mais uma vez a análise do comportamento parece estar demonstrando o poder e a utilidade de uma abordagem científica a um objeto de estudo até então recalcitrante.

Historicamente, o salto da torre de marfim tem se justificado amplamente. O avanço do conhecimento, desde seus inícios com a curiosidade humana, seguiu um caminho muito trilhado e demonstrado. Começando com teoria abstrata e os ambientes artificialmente controlados da arena intelectual, caminhamos para os testes práticos no mercado comercial e daí para o gerenciamento mais eficiente de nosso ambiente físico. Agora, finalmente, caminhamos para a excitante possibilidade de estender e alargar as capacidades humanas.

Naturalmente, afirmar uma compreensão que não temos é injustificado e pode ser perigoso. Ainda assim, não compartilhar o que sabemos pode ser ainda mais perigoso, particularmente quando esse conhecimento dita a ação. Como enfatizarei seguidas vezes, o predomínio da coerção é responsável por muitos dos mais sérios problemas da sociedade; nossa dependência contínua da coerção em relações internacionais ameaça agora nos levar ao extermínio mútuo. Nestes tempos de crise, cuidado em demasia, não informar aqueles que financiaram a pesquisa comportamental de que eles

precisam atentar para os resultados é mais perigoso do que extrapolar muito amplamente.

Além disso, o que vemos nos experimentos dirige nossa observação fora do laboratório e nos auxilia a encontrar consistência na aparentemente desordenada vida cotidiana. Isso não é supersimplificação; é um modo especial de olhar para o mundo que pode nos ajudar a compreendê-lo e, freqüentemente, a fazer algo a respeito de seus problemas. O analista experimental do comportamento, que tenha visto o quão poderosamente conseqüências influenciam a conduta, pode freqüentemente cortar caminho eliminando muitas irrelevâncias e determinar exatamente porque uma criança faz birras, porque um jovem abandona a escola ou porque um terrorista continua a raptar e a matar. O analista experimental, que tenha visto pequenas alterações do ambiente interromper uma ação em andamento e imediatamente iniciar novo comportamento freqüentemente será capaz de parar a autodestruição de um cliente mudando o ambiente em vez de aplicar coerção. Penso que é importante para analistas do comportamento, como para cientistas de laboratório de todos os tipos, partilhar suas maneiras especiais de observar e interpretar eventos cotidianos.

Para promover uma maior compreensão da análise do comportamento e de como ela contribuiu para nossa compreensão da coerção, descreverei alguns arranjos básicos de laboratório. Observar estes experimentos torna familiares, com uma nitidez inesquecível, os produtos comportamentais de ambas as práticas, coercitivas e não-coercitivas. Nada é tão instrutivo como as profundas mudanças que ocorrem no comportamento de um sujeito experimental quando, por exemplo, alteramos levemente a relação entre o que ele faz e o que acontece subseqüentemente no ambiente. Ler não substitui o ver, mas as descrições ainda podem nos ajudar a nos tornarmos cientes de que é possível descobrir como a coerção funciona e que alternativas estão disponíveis.

Os não-humanos têm algo a nos dizer? Fora do laboratório aprovamos a punição e freqüentemente a prescrevemos como o método indicado para controlar os outros. Na maioria das vezes infligimos privação, desconforto e dor emocional e física severas uns aos outros, muitas vezes sem qualquer hesitação, mas recuamos quando se trata de punir pessoas em situações controladas de laboratório. Como um modo de vida, coagir os outros para o engrandecimento pessoal ou social é a norma. Coagi-los temporariamente em um experimento, em nome de se obter informação e de

talvez tornar-se capaz de interagir mais efetivamente uns com os outros, é proibido. A própria natureza do problema impede o uso de sujeitos humanos nos estudos de laboratório de punição. Portanto, sujeitos não-humanos predominaram.

Faríamos uma boa ação para a humanidade se nos proibíssemos de obter o conhecimento que continuamos a derivar do estudo científico de nossos parentes não-humanos? Nós, que somos afortunados o suficiente para nos mantermos livres de desordens desconfortáveis, incapacitadoras, ou que ameaçam a vida, poderíamos ter o poder de negar a possibilidade de saúde e até mesmo da própria vida para aqueles que nasceram com ou adquiriram doenças?

A maioria dos pesquisadores que infligem dor em seus sujeitos com o propósito específico de estudar a coerção não está sendo impensadamente cruel. Eles são indivíduos comprometidos, preocupados com nossa aceitação impensada e mesmo com nossa prática casual de infligir dor e outras formas de coerção uns aos outros. Eles baseiam sua experimentação, primeiramente, no que eles percebem como uma necessidade urgente de informação sobre um grave problema humano e, em segundo lugar, na convicção de que os não-humanos fornecerão informações que podem ajudar a prevenir sofrimento humano adicional. Obviamente, crueldade fria deve ser condenada e odiada. A pesquisa comportamental sobre coerção deve colocar na balança, de um lado, os choques e outros desconfortos sofridos por um número relativamente reduzido de sujeitos não-humanos e, de outro, a prevenção potencial de dor intensa que infligimos uns aos outros e a redução no número de vidas humanas destroçadas que são um resultado característico do controle coercitivo.

Naturalmente, este mesmo raciocínio é freqüentemente utilizado para justificar algumas formas de coerção humana. Por exemplo, punimos criminosos para o benefício da sociedade ou jogamos a bomba atômica sobre o Japão para terminar a guerra mais cedo e salvar vidas. Terei muito mais a dizer sobre tais práticas. Tornar-se-á evidente que, além de seus propósitos claramente afirmados, elas têm resultados indesejáveis que nem sempre são evidentes, mas que a pesquisa tornou claramente visíveis. Também estes resultados têm de ser postos na balança quando pesamos os prós e os contras do controle coercitivo. O mesmo é também verdade para a experimentação e até mesmo para a prática terapêutica. Devemos considerar todos os resultados potenciais. Pesquisa com não-humanos tornou

possível avaliar os resultados de práticas coercitivas aplicadas por e contra humanos.

Muitos mantêm a opinião de que animais não-humanos nada podem nos dizer sobra a conduta humana. O que podemos aprender sobre nós mesmos observando macacos, camundongos, ratos, pássaros, cães ou gatos? Mais tarde descreverei em maiores detalhes como descobrimos se nossas observações realmente se aplicam mais generalizadamente. Neste ponto, deixe-me apenas dizer que, diversamente do que possa parecer para alguns, aprendemos muito sobre nós mesmos observando outros animais em seu hábitat e em laboratórios. Não podemos aprender tudo desse modo, mas não-humanos nos ensinaram muito sobre nós mesmos. Este não é um tema para debate; é um fato. Muitos processos de aprendizagem são comuns a todos os mamíferos; as regiões mais antigas de nosso cérebro, do ponto de vista da evolução, estão intimamente envolvidas com comportamento emocional; a linguagem complexa, embora exclusiva dos humanos, tem muitos aspectos não-verbais que observamos em não-humanos. Mesmo que se prove haver descontinuidades na evolução dos processos comportamentais, seria triste que preconceitos sobre a superioridade e singularidade dos humanos nos impedissem de reconhecer as continuidades que realmente existem de uma espécie para a outra.

Nós já sabemos tudo? Freqüentemente ouvimos a opinião de que estudos experimentais sobre coerção nada nos dizem que já não saibamos; portanto, não podemos justificar pesquisa de laboratório sobre punição sequer como um meio de obter conhecimento e compreensão. "Todo mundo sabe que ser punido provoca fuga e esquiva. Você tem de machucar macacos para saber que dor provoca agressão? Nós não precisamos de pesquisa de laboratório para nos dizer o que já sabemos." Eu desejaria que tudo isto fosse verdade. Se já compreendêssemos as conseqüências do controle coercitivo, realmente seria desnecessário realizar os experimentos. Se realmente entendêssemos que nossa aceitação geral da coerção como o meio de controlar outros produz e perpetua a desconfiança, o medo, a agressão e a infelicidade geral que caracterizam tantas relações individuais e sociais, então, embora pudéssemos não abandonar a punição, nós a usaríamos uns com os outros parcamente. Mais precisamente, seríamos capazes de tornar o mundo muito mais seguro, menos ameaçador, menos gerador de estresse e um lugar mais prazeroso para viver do que ele é hoje para milhões de pessoas.

Com a vantagem das condições controladas do laboratório, fomos capazes de ver claramente como coerção e conduta estão relacionadas, de modos não imediatamente aparentes, fora do laboratório. É impossível fugir da conclusão de que se os efeitos da coerção fossem com certeza amplamente compreendidos ela não mais seria o método preferido para influenciar os outros, não importa que chamemos essa influência de educação, disciplina, aplicação da lei, governo, diplomacia, relações humanas ou terapia. Em cada uma dessas áreas, e em outras também, vemos a nossa volta evidência esmagadora de que as conseqüências da coerção não são de modo algum compreendidas.

1

Este mundo coercitivo

Nós vivemos em um mundo coercitivo, bombardeados por sinais de perigo e ameaças. O governo avisa: "Obedecer à lei ou ir para a prisão." As agências mantenedoras da lei prestam atenção em nós somente quando fazemos algo passível de punição. Em nossas igrejas ouvimos: "Que o pecado não te moleste para que tua alma não sofra no fogo do inferno." O proprietário nunca nos agradece pelo aluguel mas, se deixamos de pagar, nos diz: "Pague ou vá embora." Quando os pagamentos de hipotecas são negligenciados, o banco, usualmente tão compreensivo, ameaça chamar a polícia. Educadores nos dizem: "Economia de palmatória estraga a criança", e lamentam a sociedade permissiva que lhes proíbe o uso da palmatória e da vara. O patrão ordena: "Esteja aqui na hora ou será despedido." Opções como "coma as verduras ou nada de sobremesa" ou "diga isto outra vez e eu lavarei sua boca com sabão" ensinam às crianças o que é bom para elas. Instituições legais, empresariais e sociais comunicam-se conosco mais freqüentemente advertindo-nos sobre o que deveríamos fazer... ou então... O significado comum de "comporte-se" é "faça o que eu quero que você faça". Coação, punição — ameaça de punição ou de perda ou verbalizações sobre o que

temos de fazer para fugir de, ou evitar punição ou perda — é a técnica predominante para nos levar a "comportarmo-nos".

Algumas vezes as pessoas nos dizem o que elas farão conosco se não agirmos como elas querem. Quando aquele que ameaça é também aquele que deverá aplicar a punição, a coercitividade é bastante clara. Em outras ocasiões, as pessoas nos avisam das horríveis conseqüências que virão de alguém mais, talvez mesmo de uma natureza impessoal; esses avisos, embora tecnicamente coercitivos, são apenas bons conselhos. Quando lembramos a alguém para levar o guarda-chuva para que evite molhar-se, não temos que ficar preocupados se estamos coagindo tal pessoa. Mas, mesmo esse aviso benevolente ilustra de uma maneira simples nossa aceitação da coerção. Embora possamos não nos preocupar com esse exemplo leve e sem importância, vale a pena notar que poderíamos chegar ao mesmo resultado — fazer alguém levar o guarda-chuva — lembrando-lhe não que ele evitaria molhar-se, mas que ele poderia ficar seco.

Em outro extremo, um amigo nos empurra violentamente para impedir que um objeto que está caindo bata em nossa cabeça. O empurrão, embora tecnicamente uma forma de coerção, é na verdade um tipo de "bom conselho" físico, algo com o que aprendemos a lidar sem sofrer com os efeitos colaterais indesejáveis com os quais estarei preocupado durante todo este livro.

Entre esses extremos, temos exemplos como o do médico que avisa "pare de fumar ou morrerá de câncer" e o dos amigos e parentes cuidadosos ecoando a ameaça. É razoável acusar um médico de coerção quando ele nos diz dos perigos de continuar fumando? Estou preocupado, neste caso, porque a ameaça poderia ter tomado uma forma positiva em vez de negativa. Ao contrário de simplesmente nos alertar com relação às lamentáveis conseqüências de fumar, o médico poderia ter tentado levar nossa família e amigos a serem especialmente agradáveis conosco quando fizéssemos algo incompatível com fumar.

É mais provável atingir o objetivo desejado ensinando a um paciente o que fazer do que alertando-o sobre o que não fazer. Médicos que simplesmente alertam um paciente sobre a morte iminente a menos que ele pare de fumar, mais provavelmente descobrirão que o paciente continua fumando, mas deixa de vir até o consultório para ser aconselhado. Como mostrarei mais tarde, se pudermos, reagimos à coerção evitando ou fugindo daqueles que nos coagem. A esquiva do paciente em relação ao médico mostra que o conselho, apesar de suas boas intenções, funcionou como ameaça.

Este livro fala também sobre o predomínio da coerção em nossas vidas, descreve os efeitos colaterais desastrosos da coerção e, até mesmo, alerta sobre a catástrofe, se fracassarmos na eliminação ou redução de nossas práticas coercitivas; o livro em si mesmo poderia ser considerado, tecnicamente, um exemplo de coerção. Entretanto, ele não é apenas ameaça. Ele também fornece princípios norteadores — em alguns casos, cursos específicos de ação — que nos permitiriam aplicar técnicas não-coercitivas em vez de recorrer às "soluções" de coerção quando quiséssemos ou tivéssemos de influenciar os outros. Porque muito freqüentemente coagimos uns aos outros, muitos de nós consideramos a punição como ponto pacífico; não reconhecemos o imenso papel que ela desempenha em nossas interações. Realmente, a coerção tem seus inícios em nossas interações com o ambiente físico.

O ambiente hostil

A própria natureza dá o exemplo. O ambiente físico constantemente ameaça nos esmagar com frio, calor, chuva, neve, enchente, terremoto e fogo. Ele nos diz: "se você não quer congelar, construa um abrigo"; "construa represas, ou enchentes levarão de roldão suas casas"; "escassez está chegando, armazene alimentos." Observar os céus e escutar as previsões de tempo tornaram-se quase uma segunda natureza. Estamos sempre lutando com o ambiente.

A natureza, é claro, nunca nos diz o que temos de fazer se quisermos evitar desconforto e catástrofe. Logicamente, não podemos atribuir intenções à natureza; sendo impessoal, ela não pode realmente nos levar a construir represas e a armazenar colheitas. E, ainda assim, a experiência nos diz que as forças da natureza desabarão sobre nós se não tomarmos precauções. Nossa conduta segue leis gerais que são independentes do caráter pessoal ou impessoal daquele e da intenção ou falta de intenção daquele que coage. Reagimos a sinais de alerta do ambiente inanimado exatamente como fazemos com relação à coerção imposta por nossos companheiros; tendemos também a personificar a natureza, ainda que apenas em nossa linguagem.

Diante do poder esmagador da natureza, aprendemos a apreciar suas dádivas — os recursos que ela torna disponíveis ao engenho e ao dinamismo e sua beleza estonteante. Mas, ela cobra seu preço por todas as coisas, ameaçando tomar com uma mão o que deu com a outra. Escassez sempre segue a fartura.

Também parecemos incapazes de lidar com muitas das maravilhas naturais que nossa inteligência descobriu. A energia nuclear promete compensar o iminente esgotamento das reservas de carvão, óleo e gasolina, mas seus resíduos mortais já estão envenenando o solo, a água e a atmosfera de nosso planeta. O estoque de armas nucleares, proposto para prevenir a guerra, requer somente a ordem de um louco para garantir a fusão final. A hibridização de plantas tornou possível produzir suficiente trigo, milho e arroz para alimentar o mundo, mas a redução da diversidade genética deixa essas fontes críticas de alimentos vulneráveis à completa destruição em uma única catástrofe rápida.

Também nosso ambiente interno nos ameaça com desconfortos físicos que podem terminar em doença e morte. Os prazeres que obtemos do álcool e de outras drogas nos tornam dependentes biologicamente, reduzindo nossa habilidade para nos adaptarmos às realidades da natureza. Este imperativo biológico, a reprodução sexual, ameaça produzir superpopulação na Terra, criando pobreza, privações e tensões sociais que se expressam na guerra.

A medida que envelhecemos, ameaças vindas de nosso interior se intensificam. Nós nos defendemos contra a coerção de nosso próprio corpo, sustentando uma imensa e dispendiosa instituição médica, ao mesmo tempo que nos tornamos vulneráveis à fria misericórdia de uma indústria de seguros avarenta. A legislação de impostos dá abonos de depreciação para a maquinaria, mas não para corpos humanos.

Porque um grande segmento da sociedade tem sido bem-sucedido em superar os estresses externos e internos que o ambiente natural impõe, muitos de nós perdemos de vista a extensão na qual a natureza modela coercitivamente nossa conduta. Pagamos especialistas para agirem como pára-choques entre nós e a natureza; quanto esforço foi necessário para obter o dinheiro que pagamos a eles? Quanto de nosso rendimento é gasto para alugar ou comprar o telhado sobre nossas cabeças que nos permite ignorar tempestades e temperaturas desconfortáveis? Quão grande é a parte de nosso tempo e trabalho que é gasta em reparar goteiras neste telhado, ou em conservar, embelezar e aumentar a eficiência da estrutura? O custo crescente do combustível que nos permite evitar temperaturas que ameaçam a vida é um lembrete de nossa vulnerabilidade à coerção ambiental e origina medo, mesmo entre os que estão bem de vida, de que os nossos rendimentos e economias não serão suficientes para garantir proteção futura. O custo da moderna tecnologia

médica está forçando difíceis decisões sobre quem deve sobreviver e quem se deve deixar morrer.

Quanto de nosso tempo e trabalho é gasto com vestuário que nos mantenha confortáveis e secos, não importa quão inclemente seja o tempo? A manufatura e manutenção de vestuário, que já foi a principal ocupação da população feminina do mundo, persiste como um importante segmento da indústria e conserva alto *status* como atividade de lazer mesmo entre os afluentes.

Neste país, uns poucos agricultores produzem alimentos para todos. Outros especialistas dedicam-se à preparação de alimentos e muitas pessoas dependem hoje, para seu sustento, de restaurantes, de alimentos pré-cozidos e de refeições prontas. Aumentos inacreditáveis na produtividade agrícola e eficiência de distribuição, acompanhados de níveis de rendimento pessoal anteriormente não sonhados têm tornado possível para a maioria daqueles que vivem em países economicamente desenvolvidos esquecer a ameaça de privação excessiva. Entretanto, aumentos de custo, em anos recentes, têm levado muitos a retornarem ao lazer da jardinagem e da cozinha. O esgotamento do solo e das reservas de água natural a serviço do aumento da produção de alimentos e a poluição dessas fontes a serviço da produção de energia aguçaram nossa consciência sobre as possibilidades de fome extrema em massa.

Companhias farmacêuticas afirmam estar preparadas para conter esta ameaça, mas seus alimentos artificiais, pípulas de vitamina e cápsulas de energia originam novos temores sobre adaptação biológica e sobre a própria qualidade de vida. A economia de nosso corpo requer mais do que simples calorias e químicas e, além disso, quem anseia por refeições que vêm em tubos, comprimidos, em pó e em cápsulas? E assim, algumas das respostas para a coerção da natureza parecem por sua vez ter gerado novos tipos de ameaças.

Mesmo se considerarmos apenas abrigo, vestimenta e alimentação, a natureza tem cobrado altos tributos como preço pela segurança e esquecimento. Embora cada indivíduo possa desempenhar somente um pequeno papel em neutralizar diretamente a coerção da natureza, como ficaria nossa sociedade se as indústrias de construção, de vestuário e de alimentos fechassem? Moradia, vestuário, agricultura e agropecuária — o brusco desaparecimento destas indústrias e de indústrias associadas e interdependentes, de redes de distribuição e de empresas comerciais imediatamente exporia nossa vulnerabilidade individual. Como aqueles que vivem em partes do mundo onde extremos de frio ou calor força-os a uma luta precária pela existência, todos nós gastaríamos aproximadamente

todo nosso tempo neutralizando pressões ambientais. A qualidade ilusória de nossa atual liberdade em relação à coerção da natureza tornar-se-ia imediatamente evidente. Muitos de nós não sobreviveriam.

Porque temos sido suficientemente capazes de relaxar nossa vigilância, passamos a considerar como gastos bem-justificados o enorme comprometimento de tempo, esforço e recursos que a sociedade devota à superação de formas sempre presentes e normais de coerção ambiental. Não temos lidado de maneira tão bem-sucedida com catástrofes naturais, seja porque sua magnitude é avassaladora ou porque sua intermitência e imprevisibilidade impedem qualquer sistema prático de controle. Desastres imensos como terremotos, furacões, incêndios florestais, tornados, enchentes ou erupções vulcânicas ocasionalmente relembram-nos nossa vulnerabilidade, mas tendemos a considerar estas coisas como exceções a nossa preponderante liberdade em relação às pressões ambientais. De fato, eles são somente casos extremos de ameaças que estão sempre presentes, contra as quais estamos sempre pagando resgate com nossas reservas de recursos físicos, sociais e biológicos.

Mas aqui, em vez de lutar contra a hostilidade da natureza, aceitamos isto com uma racionalização filosófica: "Assim é a vida." Nem mesmo esperamos que companhias de seguro providenciem reembolso financeiro quando tempestades, enchentes, furacões ou terremotos deixam-nos desabrigados; desastres naturais são "atos de Deus". Simplesmente aceitando a inevitabilidade da catástrofe, nós nos cegamos para seu caráter coercitivo.

Mesmo o simbolismo religioso reflete coerção ambiental. Aos deuses dos elementos e dos fenômenos naturais — fogo, oceanos, trovão, fertilidade, estações do ano, ventos — era atribuído tanto *status* quanto às divindades que se presumia dirigir e julgar os valores e práticas sociais humanas — os deuses do amor, da justiça, da música, do drama e do conhecimento. De acordo com as mais modernas interpretações da vontade de Deus, Sua ira atinge a humanidade na forma de raios, penúrias, enchentes, erupções vulcânicas, pragas, epidemias e, mais recentemente, Aids.

A coerção ambiental se alojou em nossa linguagem por meio dos modos com os quais descrevemos e explicamos nossa própria conduta: alguns de nós estão muito *famintos* por afeição, *sedentos* de conhecimentos, *ardentes* de paixão ou são *friamente* lógicos; nós temos personalidades *arejadas*, *calorosas*, *tempestuosas* ou mesmo *vulcânicas*; os jovens que estão a ponto de subir na carreira são aconselhados a não fazer *onda*; corredores correm como o *vento*;

pais irados *fulminam* seus filhos; idéias *iluminam* nossas cabeças; a má sorte *desaba* sobre nós; as *nuvens* da guerra se formam; oradores empolgados dizem palavras *incendiárias*; finanças estão *estourando*; nossas forças armadas atacam como *raios*; multidões *explodem* em violência.

Alertas de desprazer iminente, ou tempo catastrófico e outros desastres naturais permitem-nos preparar defesas e desviar ou reduzir sua severidade; honramos e recompensamos regiamente os profetas. A indústria da televisão, que cobra milhares de dólares por segundo e considera o tamanho da audiência como árbitro supremo de sucesso ou fracasso, dedica milhares de segundos por ano para previsões de tempo. Ela nos fascina com mecanismos meteorológicos e técnicas de vídeo maravilhosas e fabulosamente caras. A decisão de despender tal esforço, custo e engenhosidade para relatar o tempo e, ao mesmo tempo, negligenciar a qualidade e quantidade de programação em educação, ciências, política, dramaturgia e música reflete prioridades da comunidade. A despeito de nossa esperança de supremacia, permanecemos subservientes à natureza mesmo durante nosso lazer.

A comunidade hostil

Talvez a coerção física presente seja responsável também pela aceitação geral da coerção social como um fato da vida. Tenho visto a punição defendida como uma técnica de ensino para os incapazes desenvolvimentalmente com o argumento de que qualquer método que não envolva punição vai contra o princípio de normalização. "Normalização" refere-se à noção, comumente bastante razoável, de que deveríamos trazer de volta os deficientes para o convívio normal em vez de segregá-los. O proponente da punição, neste caso, argumenta que a sala de aula sem punição é um ambiente anormal, ao qual ninguém deveria ser exposto. Esta distorção de uma noção basicamente decente vem, creio, de uma adaptação não-percebida ao modelo coercitivo que a própria natureza nos fornece.

Na verdade, coerção social é aceita como natural. Habitantes das grandes cidades do mundo tomam como certo que devem trancar suas portas, colocar seus pertences no seguro, carregar uma carteira extra com algumas poucas notas à mão, para quando se defrontarem com uma faca ou um revólver, e trancar as portas de seus carros mesmo quando dirigindo, para que um intruso não pule dentro do carro quando pararem em um sinal. Nenhuma mulher e somente alguns homens incautos caminham depois que escurece no

famoso berço da liberdade, o 'Common Boston'; assalto, estupro e roubo são inevitáveis ali e a polícia reage apenas com desprezo pelo descuido ignorante das vítimas. Em escala cada vez maior, o terrorismo tem se tornado uma expressão-padrão do descontentamento econômico, religioso ou político em muitas partes do mundo.

Mas não apenas o infrator pratica coerção social. Punimos crianças e criminosos na esperança de impedir repetições de condutas inaceitáveis. Nosso código legal é na sua maior parte um catálogo de penalidades para todo tipo de infração civil e criminal; ele define conduta desejável principalmente de forma que possamos reconhecer e punir desvios. Ameaçamos com a guerra para impedir que outras nações se apropriem de nossas posses e corrompam nossos valores; a força superior é a base da moderna "diplomacia". Burlando nós mesmos a lei, negamos emprego, escola e mesmo hospitalização para pessoas que sofrem de doenças que poderiam ter ocorrido por meio de comportamento sexual fora de padrão. Trabalhadores entram em greve para forçar concessões de seus empregadores e companhias ameaçam de falência de forma a anular acordos previamente negociados. Construtores não hesitam em forçar seus inquilinos a saírem de apartamentos que deverão ser transformados em condomínios; a relação proprietário-inquilino transformou-se em antagonismo.

Nosso sistema de "livre empresa", supostamente baseado em princípios de oferta e procura, é mais livre para os fornecedores do que para os consumidores. Em seu próprio interesse, os fornecedores, cujas recompensas são limitadas apenas por sua inteligência, energia, recursos e desumanidade, sujeitam o resto da sociedade à coerção. Por sua vez, os consumidores, limitados pela severidade de suas necessidades, tentam coagir os fornecedores, por meio da regulamentação governamental, a restringir sua busca de riqueza. Nos anos recentes, este contracontrole tem se tornado cada vez menos efetivo. Nossa tendência cada vez mais predominante para deixar que o irrestrito auto-interesse do mercado determine preços, salários, lucros, taxas de juros, o tamanho e o escopo das corporações e a conservação de recursos é algumas vezes chamada de darwinismo social — um reconhecimento direto de coerção econômica, análoga à coerção ambiental que dá origem à "sobrevivência biológica do mais apto".

Embora pessoas influenciem umas às outras de muitas maneiras, elas recorrem mais rapidamente a meios coercitivos para produzir resultados do que a outros meios. A imprensa está repleta de relatos de assassinato e destruição. Dificilmente passa-se um dia

sem um registro de violência contra a criança por parte dos pais ou violência contra os pais por parte de filhos. Temos a expectativa de ser alertados, intimidados, ameaçados, empurrados e talvez espancados até mesmo por aqueles que nos empregam, ensinam, protegem, governam ou amam. Ameaças de punição, privação ou perda são práticas-padrão nos locais de trabalho e salas de aula, estabelecem uma relação de dominação unidirecional entre polícia e cidadão, fornecem as bases para atingir objetivos políticos e até mesmo dão colorido para as interações mais íntimas dentro das famílias.

Em nosso trabalho, estamos acostumados a ser repreendidos por trabalho malfeito e ignorados por trabalho bem-feito. Nós nos resignamos a contribuições forçadas para instituições de caridade e mesmo para indivíduos dos quais não cuidamos. A despeito das leis sobre campanhas eleitorais, servidores municipais e estatuais estão bastante conscientes das conseqüências em jogo por não contribuir para campanhas políticas. E segurança no trabalho é sempre um problema na disputa trabalho-gerência.

Para muitos estudantes notas altas funcionam como recompensas principalmente porque elas significam a esquiva de notas baixas. Milhões de alunos fugiriam da escola imediatamente se a lei permitisse; mesmo na faculdade, com estudantes pagando altas anuidades, professores que não exigem presença esperam somente que uma fração dos estudantes matriculados realmente compareça às aulas. Desde a escola primária e durante todo o caminho, passando pelo colegial, professores preocupam-se mais com técnicas coercitivas para manter a disciplina do que com métodos efetivos de instrução.

Punimos crimes mas apenas toleramos a legalidade. Supõe-se que a virtude é sua própria recompensa, mas dentro do código legal, a virtude ser sua própria recompensa significa simplesmente que ela nos mantém fora da prisão. E nossa polícia, para a qual deixamos nossa segurança e proteção, é ensinada a realizar sua tarefa por meio de intimidação, força e punição; ela passou a representar um poder a ser temido, uma instituição anteriormente benevolente que agora demanda subserviência.

Com cínico divertimento, observamos nossos legisladores enquanto se atacam uns aos outros, em revanche por rebelião contra a liderança ou votos discordantes. Nos escalões mais altos do governo, indivíduos procuram consolidar seu poder ou prestígio desacreditando rivais, mesmo ao custo de comprometer questões de princípio e segurança nacional.

Nas famílias, a questão de "quem é o chefe" freqüentemente tem que ser decidida antes que atos de doação possam tornar-se possíveis; intimidação e submissão são freqüentemente os pré-requisitos para a interação sexual. Coerção familiar começa cedo. Assim que os bebês começam a mover-se por conta própria, a "mexer" nas coisas, adultos recorrem à restrição e punição para estabelecer limites. Não é difícil encontrar pais que raramente falam com suas crianças exceto para admoestar, corrigir ou criticar. Mesmo quando bebês, somos expostos ao modelo coercitivo; aprendemos rapidamente que a coerção é o modo-padrão para fazer com que os outros façam o que queremos. Isso não acontece porque somos cruéis ou maus por natureza ou porque queremos inculcar essas qualidades em nossos filhos, mas porque não conhecemos alternativas efetivas. A natureza raramente fornece outro modelo para que imitemos.

A vida social de adolescentes entre seus amigos continua e intensifica o modelo coercitivo. O primeiro cigarro produz tontura; a primeira bebida alcoólica tem um gosto horrível; o primeiro cigarro de maconha é desapontadoramente insípido; o primeiro ato sexual é com freqüência desajeitado e algumas vezes humilhante. No entanto, a ameaça de expulsão daqueles que não seguem o grupo é suficiente para empurrar o iniciante a superar essas barreiras iniciais.

Como a coerção ambiental, a coerção social é tão predominante que consideramos difícil imaginar a vida sem ela. Liberdade, um de nossos valores mais prezados, não tem qualidades próprias; assim como não deveríamos ter necessidade do conceito de plenitude não fosse por nossa experiência de privação, é a ausência de coerção que dá significado à liberdade. Se todos fôssemos supridos com as necessidades básicas da vida, o conceito de liberdade da necessidade jamais teria surgido; liberdade de expressão e liberdade de imprensa nunca teriam aberto caminho em nosso vocabulário não fosse pela existência ou ameaça de censura; o princípio de liberdade dos mares jamais teria sido enunciado não fosse a pirataria e a guerra; a noção de livre empresa é uma reação ao controle governamental; quando Franklin D. Roosevelt anunciou como uma meta nacional a obtenção da liberdade do medo, ele tocou em um desejo universal que se origina de nossa constante exposição a ameaças sociais e ambientais de todos os tipos.

B. F. Skinner adiantou a tese de que o conceito de liberdade seria desnecessário, e até mesmo sem significado, se nossa sociedade pudesse eliminar as condições pelas quais estávamos sempre buscando pela liberdade. Se nunca tivéssemos escravizado uns aos

outros, o ideal de liberdade da servidão não teria sido necessário. Mais genericamente, se não tentássemos controlar uns aos outros por ameaças de punição, privação, restrição e perda, todos teríamos sido livres sem que jamais o conceito de liberdade tivesse surgido. Liberdade seria então um fato da vida, mas o termo, nas suas conotações atuais, jamais teria sequer adentrado nossa linguagem.

A noção de que poderíamos, possivelmente, existir sem coagir uns aos outros foi tão incompreensível que muitos leitores, de outros pontos de vista sensíveis, denunciaram Skinner porque acreditaram que ele estava atacando o próprio ideal de liberdade. Na realidade, ele estava defendendo a eliminação daqueles "fatos da vida" dos quais todos nós desejamos nos libertar — em particular, das técnicas coercitivas que usamos para controlar a conduta uns dos outros.

Controle coercitivo permeia nossas vidas. Porque muitos de nós subestimamos seu predomínio, é importante destacar que aqueles que advogam e usam coerção com propósitos terapêuticos — algumas vezes chamada de "terapia aversiva" — estão agindo de acordo com normas sociais e costumes bem-estabelecidos e aceitos. Creio que eles estão errados, mas eles não são as criaturas demoníacas e sem sentimentos, que alguns de seus críticos mais virtuosos pintam.

Entretanto, colocar os praticantes de terapia aversiva no contexto de uma sociedade na qual controle coercitivo é uma política estabelecida é destacar que, como cientistas, eles não estão fazendo descobertas, como terapeutas, eles não estão fazendo nada que requeira treino ou competência especiais. Chefes de estado, líderes militares, membros do poder judiciário e proeminentes membros da instituição educacional, por exemplo, desde há muito, nos ensinaram tudo o que jamais precisaríamos saber sobre como controlar os outros coercitivamente. Os terapeutas aversivos de hoje, dizendo e fazendo aquilo que sempre foi dito e feito não estão contribuindo com nada de novo. Mas, nesse caso, não contribuir é errado; é errado porque sua ciência tornou possível fazer melhor.

2

Nem todo controle é coerção

Interações coercitivas ameaçam nosso bem-estar e mesmo nossa sobrevivência como espécie. Para olharmos objetivamente para o controle coercitivo, com o objetivo de fazer algo a seu respeito, teremos que desembaraçá-lo do tema controle comportamental, mais geral e freqüentemente emocional. A noção de controle comportamental faz com que muitos tremam e, para alguns, é impensável. Ainda assim, temos uma ciência que reivindica que seu objeto de estudo é a análise do controle comportamental. Aqui é importante olhar para as árvores e não apenas para a floresta como um todo. A floresta é controle comportamental e um tipo de árvore, dentro dessa floresta, é controle coercitivo. A árvore da coerção, gerando um fruto amargo e uma profusão de sementes, ameaça destruir a floresta, deixando aqueles de nós que nela vivem sem recursos não-coercitivos.

Controle comportamental

Aqueles mesmos críticos que condenaram B. F. Skinner por querer acabar com o controle coercitivo — que ao produzir fuga origina o conceito de liberdade — também condenaram a ciência do comportamento, que havia revelado claramente que a coerção é indese-

jável e desnecessária e que havia demonstrado o poder de técnicas alternativas. Hoje se sabe o suficiente sobre os usos e conseqüências da coerção — um saber que pode servir como um guia para a conduta pessoal e políticas públicas. E, ainda assim, o controle comportamental e a análise do comportamento receberam uma publicidade ruim, na mídia popular e no mundo mais restrito da Academia. Por quê?

A publicidade ruim é um produto direto da predominância do controle coercitivo em nossa sociedade. Porque a coerção é tão generalizada, a maioria das pessoas considera "controle" e "coerção" como tendo o mesmo significado. Por essa razão, o conceito de controle comportamental amedronta as pessoas. Ignorando-o, ou se opondo a ele, alguns esperam fazê-lo desaparecer.

E porque qualquer ciência do comportamento deve considerar controle comportamental como um dado, muitos vêem a análise do comportamento como a ciência da coerção. Quando, como nas controvérsias atuais sobre "terapia aversiva", alguns poucos profissionais defendem a posição de que a punição é uma técnica terapêutica padrão e, portanto, não deveria ser regulamentada, a percepção do público é validada. A própria intensidade do debate convence o público em geral de que punição é tudo que há em análise do comportamento. Muitos psicólogos, porque seu treinamento profissional não os informou como deveria, juntam-se ao público em sua condenação da análise do comportamento.

Mas, pode-se acabar com controle comportamental? E controle comportamental é o mesmo que coerção? As pessoas que não estão familiarizadas com a ciência vêem a existência do controle comportamental não como um problema de fato, mas de opinião, algo com o que pode-se concordar ou discordar, defender ou opor-se. Analistas do comportamento vêem controle como um fato da natureza, a ser investigado e descrito, mas o público vê os analistas do comportamento como defensores do controle e, portanto, da coerção.

Seguindo este raciocínio, eles perguntam: "E por que alguém defenderia o controle da conduta a menos que quisesse ele mesmo exercer o controle?" Ou, de modo um pouco mais generoso: "Se os próprios analistas do comportamento não querem controlar o resto de nós, eles fornecerão justificativa para que outros o façam." E assim eles igualam os behavioristas aos controladores de *Admirável mundo novo*, *Laranja mecânica* e *1984*.

Entretanto, os fatos sobre o controle não vieram de algum romance ou filme. *Admirável mundo novo* não inventou o controle,

nem o fizeram *Laranja mecânica*, *1984* ou a análise do comportamento. O controle da conduta pelo ambiente físico e social é uma característica do mundo, exatamente como o controle de objetos físicos, reações químicas ou processos fisiológicos. Somos feitos assim.

Movimentos de objetos no espaço são controlados e a astronomia e a física se devotam a estudar as leis que descrevem tal controle; onde estará qualquer planeta em qualquer momento dado é predizível. A combinação e separação de substâncias físicas são controladas e as leis de tais reações permitem aos químicos saber exatamente o que esperar quando misturam substâncias. Leis biológicas e fisiológicas descrevem como nossos processos corporais são controlados: exercício, por exemplo, tem efeitos predizíveis sobre batimentos cardíacos. A conduta dos seres vivos também é controlada e a análise do comportamento considera como sua tarefa a descoberta e o esclarecimento da legalidade que é subjacente a tal controle.

Portanto, controle comportamental não é uma questão de filosofia ou de sistemas pessoais de valor a serem aceitos ou rejeitados de acordo com nossa preferência. É uma questão de fato. Não faz sentido, portanto, rejeitar ou defender o controle comportamental. Pelo contrário, as leis do controle exigem investigação. A noção pode nos desagradar e mesmo amedrontar, mas as leis do comportamento são uma característica do mundo em que vivemos; não podemos repeli-las.

Por que tantos parecem tão ansiosos para fazer exatamente isto — repelir as leis do comportamento? É aí que a coerção volta em cena. Aqueles que acham que o argumento filosófico pode fazer o controle desaparecer juntam forças com muitos que reconhecem a realidade do controle comportamental; considerando todo controle como coerção, eles se unem pelo medo. Estamos acostumados a ser coagidos, forçados a fazer coisas que não estamos desejosos de fazer, obrigados a fazê-las em momentos mais convenientes para o esquema de alguma outra pessoa e compelidos a agir contra nossas próprias inclinações, de maneiras que consideramos não-naturais, difíceis ou mesmo desagradáveis. A natureza nos coage, o governo nos coage, professores nos coagem, amigos e famílias nos coagem. Estamos sempre à espreita em busca de maneiras de alcançar a liberdade da coerção e estamos perpetuamente em guarda para proteger aquelas garantias que nossas leis, costumes sociais e estilos de vida pessoais já conquistaram.

Portanto, tememos o controle. Dada a natureza coercitiva do controle a que muitos de nós nos acostumamos, este medo deve ser respeitado. E quando analistas do comportamento, cientistas que

investigam o controle da conduta, anunciam: "Controle comportamental é um fato da vida", não deveriam ficar surpresos quando as pessoas reagem a eles como se fossem os arautos dos tempos ruins; mesmo tapando nossos ouvidos às más notícias, tratamos seus arautos como se eles as tivessem causado.

Controle existiria mesmo que não houvesse analistas do comportamento para nos contar a seu respeito. Faz sentido descobrir tanto quanto possamos, em vez de ignorá-lo. Justificadamente tememos o controle comportamental. A validade da questão "Quem exerce ou deve exercer o controle?" é independente de nossa orientação filosófica ou científica. Devemos respondê-la de novo e de novo. A única certeza é que a resposta não pode ser "Ninguém". O controle está sempre aí, não reconhecê-lo é esconder-se da realidade.

E ainda assim, o controle não precisa ser coercitivo. Se controle e coerção fossem a mesma coisa teríamos que classificar como coercitivos todos os professores, vendedores, sedutores, secretários, atores, comediantes e oradores. Todos eles tentam controlar o que os outros fazem.

Embora não possamos evitar o controle, ele pode assumir muitas formas, algumas coercitivas, outras não. Coerção é uma subcategoria do controle. Como veremos, podemos definir objetivamente coerção, identificá-la em situações práticas e fazer algo a este respeito.

Se ignorarmos a realidade, o controle comportamental simplesmente acontecerá; os controladores exercerão o controle à sua maneira. Não poderemos opinar sobre se este controle deve ser coercitivo. O medo do controle é realista; mas mantermo-nos na ignorância apenas garantirá que o que tememos passará. Se reconhecermos a existência do controle comportamental e o estudarmos, podemos fazê-lo trabalhar em nosso benefício. Quando métodos de controle existentes forem coercitivos, descobriremos que freqüentemente podemos substituí-los por métodos não-coercitivos. Naturalmente, é aí, na realidade, que a ciência da análise do comportamento entra em cena.

Os mistérios da natureza são profundos, justificando apenas humildes reivindicações de progresso, mesmo das ciências mais avançadas. Comportamento, também, tem muitos mistérios; reivindicar demasiado conhecimento é apenas convidar para um ceticismo justificado. No entanto, muito é sabido e, neste momento, é mais importante dizer o que se sabe do que simplesmente maravilhar-se diante dos mistérios ainda por resolver. O que, exatamente, os analistas do comportamento vêem?

Comportamento. O que estamos chamando de "comportamento"? Quando falamos sobre comportamento nos referimos a coisas que fazemos: andar, correr, agarrar, cavalgar, dirigir um carro, relaxar, falar, cantar, escrever, ler, somar, sentar, cozinhar, comer, ensinar, estudar, entrevistar um candidato a emprego, programar um computador, vender carros, tratar um doente, comprar alimentos, lavar roupa, lutar, fazer amor, tocar piano, entreter uma audiência, esculpir, compor um poema ou uma canção, ouvir música, ver televisão, ir dormir, levantar, fazer uma lista de presentes de Natal, pagar o aluguel, tomar remédio, escovar os dentes, relatar uma dor de dente, fazer um regime, exercitar-se. Todas estas ações são públicas; outras pessoas podem vê-las, medi-las e descrevê-las. Uma parte do comportamento é privado, não diretamente acessível a outros: pensar, falar para si mesmo, prestar atenção, sentir-se triste ou alegre, preocupar-se, divertir-se, imaginar. Comportamentos privados colocam problemas especiais de medida e descrição, mas ainda permanecem dentro do campo da análise do comportamento.

Nosso nível de interesse em qualquer comportamento particular usualmente depende de sua importância corrente em nossas vidas. Pais prestarão atenção *ao* e se preocuparão *com* o comportamento em desenvolvimento de seus filhos; pessoas obesas, informadas de que também são diabéticas, quererão saber mais sobre o que as faz comer; compositores e críticos de música freqüentemente especulam de onde vem a criatividade. Outros tipos de comportamento podem parecer triviais, tão automáticos que raramente adentram nossa consciência: respirar, andar, pegar algo, até mesmo falar ou escrever. Mas, quando ocorre um acidente ou uma doença, como quando um derrame nos impede ou a uma pessoa querida de movimentar-se ou falar, percebemos a extensão na qual somos o que fazemos. Pessoas que perdem sua habilidade de andar percebem repentinamente que não mais se espera que contribuam para a sociedade; pessoas cuja musculatura vocal tornou-se paralisada descobrem-se sendo tratadas como se não tivessem inteligência. O mundo não reage a nossos pensamentos e sentimentos, mas àquilo que nos vê e ouve fazendo.

Muitos cientistas limitam sua atenção a atividades de importância social, política, médica ou econômica. Em adição a categorias acadêmicas tradicionais como desenvolvimento infantil, aprendizagem, personalidade ou linguagem, você pode encontrar livros sobre a "psicologia" do esporte, da música, da arte, do mercado de ações, gerenciamento pessoal, regime e programação de computador. Entretanto, a ciência da análise do comportamento é neutra em relação à importância de qualquer comportamento particular. Idealmente, ela busca leis

que se apliquem a toda a conduta, embora na prática ela usualmente tenha de especificar limites. No entanto, em muitos casos a ciência atingiu generalidade significativa. Os princípios mais fundamentais se aplicam a formas muito distintas de conduta e, em grande medida, a todas as espécies de mamíferos. Eles são independentes de personalidade, grupo social, *background* educacional, *status* econômico, ocupação, localização geográfica e, dentro de amplos limites, até mesmo de capacidade intelectual e idade cronológica.

Se a importância cotidiana do comportamento não é seu aspecto científico mais relevante e se os analistas de comportamento consideram as distinções acadêmicas usuais artificiais, o que eles estudam? Todas as ciências se defrontaram com o problema de definir seu objeto de estudo. Na química, que aspecto de uma substância é mais fundamental, cor ou peso? A física se preocupa mais com o tamanho absoluto dos objetos ou com sua massa? A análise do comportamento poderia ter dirigido sua atenção para a importância pessoal ou social do comportamento, poderia ter-se ocupado em medir a força, duração ou intensidade de atos, poderia ter considerado como seu dado crítico as afirmações que as pessoas fazem sobre si mesmas, como em entrevistas e questionários. Em vez de qualquer dessas alternativas, a análise do comportamento considera como fundamental a probabilidade de que uma ação ocorrerá. Mede quão freqüentemente um indivíduo faz alguma coisa — a freqüência de seu comportamento. A análise do comportamento tenta descobrir o que torna os nossos comportamentos tão freqüentes ou tão raros.

Muito da linguagem comum sobre a conduta se refere a freqüências. Chamamos alguns alunos de "falantes", o que observamos é que eles falam bastante. Alguns alunos são "diligentes", vemos que eles estudam muito. Outros alunos são "céticos", eles freqüentemente questionam o professor. Chamamos as pessoas de "felizes" se elas sorriem e riem freqüentemente, mas se elas carregam um semblante constantemente sombrio, as classificamos como "negativas" ou "pessimistas". Todos conhecemos pessoas que "não têm o sentido do tempo", elas sempre chegam tarde a seus compromissos. Uma criança "mimada" é aquela que controla seu mundo por meio de birras freqüentes. Caracterizações como "falante", "diligente", "cético" ou "feliz" não explicam o comportamento. Elas simplesmente refletem a alta freqüência de certas ações.

A ciência da análise do comportamento pergunta: "O que torna mais ou menos provável que um indivíduo aja de modos particulares? Por que uma pessoa faz certas coisas mais ou menos freqüentemente que outra? O que faz alguém agir de um modo particu-

lar mais freqüentemente sob certas condições e menos freqüentemente em outras?"

Comportamento e suas conseqüências. O comportamento não ocorre em um vácuo. Eventos precedem e seguem cada uma de nossas ações. O que fazemos é fortemente controlado pelo que acontece a seguir — pelas conseqüências da ação. Provavelmente, a mais fundamental lei da conduta é: conseqüências controlam comportamento. Fazemos algo — nos comportamos — e então algo acontece. As conseqüências do que fizemos determinarão quão provável é que façamos a mesma coisa novamente.

Quando acionamos um interruptor (*comportamento*) luzes se acendem (*conseqüência*); quantos de nós estaríamos acionando interruptores se nada jamais acontecesse quando o fizéssemos? Continuaríamos a escrever (*comportamento*) com uma caneta que não mais produzisse marcas no papel (*conseqüência*)? Quão freqüentemente falaríamos (*comportamento*) com alguém que nunca respondesse com palavras, gestos ou expresses faciais (*conseqüências*)? Tudo que fazemos tem conseqüências. Algumas fazem com que nos comportemos mais freqüentemente, outras menos freqüentemente e algumas são neutras.

As conseqüências de nossas próprias ações agora influenciarão o que fazemos mais tarde. As conseqüências que aplicamos às ações de outras pessoas determinarão quão provavelmente elas farão a mesma coisa novamente. As mudanças em suas ações, por seu turno, determinarão quão provavelmente aplicaremos as mesmas conseqüências novamente, a elas e a outras pessoas. Filósofos, romancistas e escritores teatrais na maioria das vezes consideram como seu tema o fato de que nossos atos têm conseqüências, algumas trágicas, e que a ignorância das conseqüências não é desculpa. A consciência das conseqüências é a essência da responsabilidade.

Somos afortunados por nosso comportamento ser sensível a suas conseqüências. Para onde a evolução teria nos levado se a probabilidade de agir de qualquer modo particular não fosse afetada pelo que acontece a seguir? A mariposa freqüentemente se bate contra uma luz acesa e formigas continuam em seu caminho fixo mesmo sobre os corpos esmagados daquelas que foram pisadas. Padrões de ação inatos podem ser peculiarmente complexos, mas poderia uma espécie que não responde às conseqüências de sua própria conduta ter se adaptado tão efetivamente como os humanos às demandas de um ambiente constantemente em mudança? (Refiro-me apenas à adaptação comportamental. Algumas espécies de insetos, mais adap-

táveis fisiologicamente a mudanças ambientais extremas, podem muito bem sobreviver a nós em um mundo devastado por explosões nucleares.)

Conseqüências comportamentais, embora muito freqüentemente coercitivas, não precisariam ser assim. Um bebê, aprendendo a se arrastar, engatinhar e andar está sendo controlado por poderosos processos desenvolvimentais e por experiências que seguem seus novos desempenhos; não classificamos esse controle como coercitivo. Lemos porque livros e outros materiais nos fornecem informação útil, ou por causa desse fenômeno pobremente compreendido, o "prazer da literatura"; ambos, a informação e o prazer controlam nossa leitura, mas não coercitivamente. É possível aprender, apreciar e amar sem coerção, mas todas as ações que incluímos nessas categorias são controladas por pessoas e lugares.

O que é coerção?

Na linguagem cotidiana, ser coagido é ser compelido sob jugo ou ameaça a fazer algo "contra nossa vontade". Mas analistas do comportamento afirmam que todo nosso comportamento é controlado e, neste sentido, tudo que fazemos é "contra nossa vontade". "Jugo" e "ameaça", entretanto, se aproximam de uma definição comportamental de coerção; esses termos se referem a classes de conseqüências, reais ou potenciais, que controlam nosso comportamento. Genericamente falando, há três tipos de relações controladoras entre conduta e conseqüências: reforçamento positivo, reforçamento negativo e punição. Controle por reforçamento positivo é não-coercitivo; coerção entra em cena quando nossas ações são controladas por reforçamento negativo ou punição.

Reforçadores e reforçamento. Os reforçadores têm duas características definidoras, ambas diretamente observáveis. Em primeiro lugar, um reforçador deve seguir uma ação; em segundo, um reforçador deve fazer com que essa ação seja repetida ou ocorra mais freqüentemente. Um reforçador deve demonstrar ter ambas as características.

Assim, um elemento na definição tem a ver com o tempo; em uma relação de reforçamento, o ato vem primeiro e o reforçador a seguir. Elogio que fazemos a Jane depois que ela tenha terminado seu problema de aritmética pode bem funcionar como um reforçador — se ele também preencher a segunda parte da definição — mas elogio dado antes que ela tenha resolvido o problema não reforça

aquele desempenho particular. O elogio pode dar prazer a Jane e pode reforçar o sorrir ou o sentar-se quietamente, ou o que quer que seja que ela estivesse fazendo exatamente antes que disséssemos coisas agradáveis para ela, mas o efeito do elogio, então, aparecerá em qualquer outro comportamento que não o seu comportamento de solução de problemas.

O segundo elemento na definição é funcional. Se o evento que segue um ato for um reforçador, ele tornará mais provável que a pessoa faça aquela mesma coisa novamente, em circunstâncias semelhantes. Bater nas costas de Zé depois de um desempenho excepcional e dizer: "Bom trabalho", não é um reforçador a menos que faça Zé fazer mais do mesmo tipo de coisa. Para ser classificado como um reforçador, a conseqüência de uma ação deve levar à repetição da ação.

Reforçamento, então, segue uma ação e, por seu turno, torna aquele ato mais provável no futuro. Insistência em ambas as partes desta definição não é apenas uma bobagem acadêmica. Pais e professores que dão atenção a seus filhos apenas quando eles estão causando problemas descobrem-se com crianças-problema em suas mãos; porque não estão cientes do momento crítico, sua atenção reforça o comportamento errado. Reforçando o comportamento errado, eles próprios criam as crianças-problema.

Outros tentam fazer com que uma criança se "comporte" dando-lhe o que incorretamente assumem ser reforçadores, talvez usando expressões como "boa menina" e "bom trabalho" e coisas semelhantes depois que uma criança tenha feito o que eles querem. Mas, a menos que reforçadores verbais, elogios e gestos simbólicos sejam apoiados por algo mais substancial, não há razão no mundo para esperar que estas conseqüências façam a criança se "comportar". Elogios, sorrisos e outros sinais de aprovação tornam-se reforçadores apenas depois que tenhamos experienciado as coisas e resultados mais sólidos a que eles levam: guloseimas especiais, oportunidades de brinquedo, realização ou aprendizagem, auxílio para sair de dificuldades, os gestos de amor e outras conseqüências que valem a pena por tornar nossos amigos, família e companheiros felizes. Não compreendendo a necessidade de verificar se qualquer conseqüência particular realmente funciona como um reforçador, os professores dizem: "Eu tentei o reforçamento e ele não funcionou." Embora eles tenham tido boa intenção, eles nunca tentaram reforçamento realmente.

Como uma questão prática, conseqüências comportamentais que chamamos de recompensas usualmente também são reforçado-

res, mas nem sempre. Oferecer dinheiro a um bom amigo em troca de um favor, provavelmente, destruirá, em vez de fortalecer, a amizade. A relação inversa também não é consistente; nós nos descobrimos relutantes em atribuir valor de recompensa à dor, mesmo quando a dor prova ser, como às vezes o faz, um reforçador. Veremos que isto acontece mais freqüentemente do que poderíamos esperar.

Nem prazer e reforçamento sempre se correspondem. Freqüentemente descrevemos como prazerosa uma situação na qual algo que fazemos é reforçado, como quando obtemos um prêmio por fazer um excelente trabalho. Entretanto, alguns vêem tal reforçamento como uma armadilha, mantendo-os envolvidos em uma "corrida de ratos" que eles consideram longe de agradável. No entanto, o prêmio efetivamente os mantêm na armadilha; a despeito da desagradabilidade da situação, o prêmio é um reforçador, definido objetivamente por seu efeito — manter o comportamento.

As percepções e interpretações das pessoas sobre o que é recompensador ou prazeroso variam de fato consideravelmente. Estas variações significam que nossas interpretações e percepções determinam se algo é um reforçador? Freqüentemente, nossas crenças, percepções e interpretações se igualam ao que é objetivamente reforçador. Entretanto, mesmo nesses casos, é provável que descubramos que as crenças, em vez de explicar o que é reforçador, são elas mesmas produtos da mesma história de reforçamento que a dos eventos que elas supostamente explicam. Não precisamos dizer que uma aluna vai para a universidade porque acredita que arranjará um emprego melhor; ambas, a crença e sua permanência na universidade foram engendradas pelos mesmos reforçadores. Não precisamos dizer que a crença do fanático religioso de que o martírio irá conduzi-lo ao paraíso torna a crucificação um reforçador, ambos, a crença e os atos que levam à sua morte vieram da mesma história.

Percepções e crenças são importantes e podem desempenhar um papel na determinação da conduta, mas são elas próprias comportamento. Usá-las para explicar por que algo é um reforçador somente empurra a necessidade de explicação um passo atrás — o que produziu aquelas percepções e crenças particulares.

Todas estas considerações falam da desejabilidade de substituir alguns itens da fala comum — recompensas, prazeres e crenças — por termos técnicos, reforçador e reforçamento. Embora a medida do comprimento de um quarto contando o número de vezes em que colocamos um pé na frente do outro possa fornecer uma estimativa com a qual se pode trabalhar, não quereríamos usar essa definição de pés para determinar os limites de terra que vamos comprar; não

achamos difícil incorporar o significado técnico de "pé" em nossa linguagem cotidiana. Similarmente, se não quisermos sofrer com explicações imprecisas de nossa própria conduta e da conduta de outros, faremos bem em incorporar o termo preciso, "reforçador", em nossa linguagem cotidiana.

Reforçadores específicos não são assim predefinidos; nós os descobrimos. Nossa definição com duas partes permite-nos identificar reforçadores independentemente de quaisquer outras considerações. Simplesmente observamos se conseqüências particulares aumentam a probabilidade futura de ações que as precedem. A descoberta de reforçadores pode ajudar a responder questões que freqüentemente fazemos sobre a conduta dos outros e a nossa própria. Quando quer que queiramos conhecer porque alguém age de uma maneira particular, a primeira coisa a perguntar é: "Quais são as conseqüências desta ação?" Se pudermos observar conseqüências consistentes quereremos, então, saber se elas são ou não reforçadores — elas são responsáveis pelo comportamento com o qual nos preocupamos? Como veremos, tendo identificado um reforçador, podemos então usá-lo para substituir conduta indesejável por conduta desejável. O que explicaria as birras freqüentes de uma criança? Primeiro deveríamos perguntar: "O que acontece imediatamente depois da birra?" Se observarmos cuidadosamente, podemos descobrir que birras freqüentemente terminam quando é dado à criança um brinquedo anteriormente retirado, ou quando ela recebe permissão para fazer algo que tinha sido proibido, ou simplesmente quando ela obtém a atenção de um pai ou outro membro da família. Tendo identificado uma conseqüência, a atenção, devemos então perguntar: "Esta atenção é um reforçador? Ela é responsável pela continuidade das birras da criança?"

Uma maneira de descobrir seria dar esta mesma atenção depois que a criança fizesse outra coisa qualquer que não uma birra e observar se esta outra atividade torna-se mais freqüente. Suponha que dêssemos o brinquedo, ou a permissão, ou simplesmente alguma atenção calorosa e amorosa toda vez que a criança brincasse calmamente por uns poucos minutos ou brincasse gentilmente com um irmão. Comportamento aceitável, então, substituiria as birras? Se sim, teríamos identificado um reforçador importante; podemos usá-lo em vez de drogas, psicoterapia ou restrição física para eliminar as birras.

Reforçamento pode ser expresso como uma relação "se... então", uma contingência: se nós agirmos de uma maneira particular, então um reforçador virá; se agirmos de alguma outra maneira,

então este reforçador não virá. "Se comportamento 1, então conseqüência, mas se comportamento 2, então não-conseqüência." O reforçador segue um ato mas não um outro e assim é contingente ao ato crítico.

Professores dão notas altas (presumivelmente estas são reforçadores) contingente a resultados altos — e não baixos — em exames; somente oferecemos boas referências a sócios ou empregados se eles agiram de maneiras que julgamos amigáveis, cooperativas e produtivas; respondemos com afeto ao afeto, mas não (usualmente) à hostilidade; damos vários sinais de aprovação às crianças cujas ações são consistentes com — e não conflitantes com — práticas da comunidade e nossos próprios padrões de conduta. Contingências de reforçamento são uma fonte fundamental de controle comportamental. Embora contingências de reforçamento controlem comportamento, elas não precisam ser sinônimo de coerção. De fato, algumas pessoas consideram qualquer tipo de controle como coercitivo. Porque coerção permeia nossa cultura, elas têm sido incapazes de conceituar controle em quaisquer outros termos. Coerção envolve a aplicação de conseqüências, mas conseqüências que chamamos de coercitivas diferem de forma importante daquelas que até aqui temos chamado de reforçadoras.

Se quisermos entender ou influenciar processos complexos como motivação, memória, aprendizagem, percepção, interação social, desenvolvimento da personalidade, cognição e linguagem, um primeiro passo é identificar contingências de reforçamento que são fundamentais para cada um deles. Ao fazer isso, descobriremos vários tipos de contingências de reforçamento e eles fornecerão a base para uma definição formal de coerção. Conseqüências não são os únicos tipos de eventos que influenciam a conduta, mas sua classificação nos permite separar influências coercitivas de não-coercitivas.

Reforçamento positivo e negativo. No reforçamento positivo, a ação de uma pessoa é seguida pela adição, produção ou aparecimento de algo novo, algo que não estava lá antes do ato. No reforçamento negativo uma ação subtrai, remove ou elimina algo, fazendo com que alguma condição ou coisa que estava lá antes do ato desaparecesse. Colocar moedas em uma máquina (*comportamento*) pode produzir uma barra de chocolate (*reforçamento positivo*) ou pode remover a barreira de uma catraca (*reforçamento negativo*); estudar pode produzir um 'A' (*positivo*) ou eliminar um 'incompleto' (*negativo*); pisar no acelerador de um automóvel pode produzir uma alta velocidade positivamente reforçadora ou a esquiva de uma colisão

negativamente reforçadora; ao atravessar uma porta, podemos encontrar música bonita ou podemos escapar de cacofonia. Quando nosso comportamento é reforçado positivamente obtemos algo; quando reforçado negativamente removemos, fugimos ou esquivamos de algo. Ambos os tipos de conseqüências tornam mais provável que façamos a mesma coisa outra vez. Ambos são, portanto, reforçadores.

Podemos usar contingências positivas ou negativas para ensinar comportamento novo e para manter comportamento que está ocorrendo. Um rato de laboratório, por exemplo, aprenderá a apertar um botão com seu focinho se dermos a ele um pequeno pedaço de alimento (*reforçador positivo*) cada vez que ele fizer isso. Empurrando o botão o animal produz o alimento. Enquanto a contingência positiva prevalecer, o rato continuará apertando o botão.

O rato também aprenderá a apertar o botão se esta for a maneira pela qual ele pode desligar uma luz brilhante por poucos segundos (*reforçador negativo*). Empurrando o botão o animal remove a luz brilhante. Enquanto a contingência negativa prevalecer o animal apertará o botão sempre que a luz acender.

O comportamento (empurrar o botão) e as conseqüências (alimento, ou fuga da luz brilhante) em tais arranjos de laboratório são mais simples do que as interações humanas nas quais estamos mais interessados, mas, como demonstrações de laboratório em qualquer ciência, tais arranjos permitem que processos básicos apareçam mais claramente. Quando nosso rato continua a apertar o botão, desligando a luz brilhante, temos uma clara demonstração de reforçamento negativo.

Reforçamento negativo é a primeira de duas categorias maiores de controle que eu defino como coercitivo. (A segunda categoria, a ser discutida mais tarde, é a punição). Ambos, reforçadores positivos e negativos, controlam nosso comportamento, mas eu não chamo reforçamento positivo de coerção. Quando produzimos coisas ou eventos que usualmente consideramos úteis, informativos, ou agradáveis em si mesmos, estamos sob o controle de contingências positivas. Mas quando nos livramos, diminuímos, fugimos, ou esquivamos de eventos perturbadores, perigosos ou ameaçadores, reforçadores negativos estão no controle; com este tipo de controle eu falo de coerção. A distinção não é arbitrária. Como veremos seguidas vezes, controle coercitivo — reforçamento negativo é uma categoria — engendra efeitos colaterais, freqüentemente não-esperados, que envenenam nossas relações institucionais e sociais cotidianas.

Freqüentemente é importante saber se reforçadores positivos ou negativos são responsáveis por uma conduta particular. É reforçador para um menino que lava o carro da família o carro brilhando e, talvez, a valorização de seus pais, ou é reforçador a esquiva de admoestações, ou surras que ele receberia se ele não tivesse feito o trabalho? A diferença, se ela se estende também a outros aspectos da vida familiar do menino, refletir-se-á em sua personalidade e em sua adaptação às demandas da sociedade. Se suas interações familiares são mantidas principalmente por reforçamento negativo — por seu sucesso em desviar-se de censura, desaprovação, ridículo ou abuso físico — tal controle coercitivo também influenciará suas interações com outras pessoas e poderá alterar sua visão geral da vida.

Uma pessoa que é amplamente mantida por reforçamento positivo, freqüentemente produzindo "coisas boas", sentirá a vida de maneira muito distinta da de uma pessoa que está em contato mais freqüentemente com reforçamento negativo, tendo constantemente de fugir de ou evitar "coisas ruins". Como veremos, os efeitos de coerção, particularmente se reforçamento negativo é forte ou constante, podem espalhar-se para esferas da conduta aparentemente não-relacionadas.

Algumas vezes é difícil dizer qual é o controle, reforçamento positivo ou negativo ou ambos. Suponha que deixemos nosso rato de laboratório produzir alimento e apagar uma luz brilhante quando ele apertar o botão. Se quisermos então descobrir o que é responsável por sua atividade de apertar o botão, a produção de alimento ou a fuga da luz brilhante, simplesmente poderemos remover essas conseqüências, uma de cada vez, e ver se o animal continua a apertar o botão. As condições restritas de laboratório permitem uma resposta direta para nossa questão. Descobrir se reforçamento positivo ou negativo exerce controle fora do laboratório provavelmente não se mostrará tão simples assim, mesmo que decisões importantes possam depender da resposta.

Podemos, por exemplo, ter que entrevistar recém-formados para um emprego em nossa companhia. Embora a jovem agradável diante de nós não tenha todas as habilidades que o trabalho exige, suas boas notas escolares provam sua habilidade para aprender. Mas ela aprenderá? Boas notas nem sempre predizem desempenho futuro. Uma razão é que as habilidades necessárias para se sair bem em cursos podem ter sido mantidas por coerção. A candidata obteve suas notas altas por meio de reforçamento positivo — talvez o novo conhecimento que levou à obtenção de honras acadêmicas e elogios familiares e abriu opções de emprego? Ou suas notas altas foram o

produto de reforçamento negativo — esquiva de desaprovação familiar, humilhação pessoal ou conseqüências econômicas futuras de um histórico escolar pobre?

Se contingências positivas tiverem prevalecido, então poderemos esperar que a jovem continue aprendendo porque o emprego tornaria os mesmos reforçadores — novos conhecimentos e habilidades — disponíveis para ela. Por outro lado, se ela foi coagida na escola, poderemos esperar que ela aprenda somente na medida em que necessite evitar perder o emprego. Claramente, é necessário mais informação sobre a candidata, mas não podemos fazer um experimento. O rato de laboratório documentou a realidade dos dois tipos de reforçamento, mas ao fazer tais distinções fora do laboratório, freqüentemente temos de usar toda e qualquer informação que esteja disponível, apostando na sorte e então esperando para ver o que acontece.

Poucas de nossas ações produzem sempre seus reforçadores usuais. Só algumas vezes um estudante obtém um "A" depois de estudar bastante; nem sempre uma criança consegue fugir da brutalidade correndo. Estas inconsistências tornam difícil identificar as conseqüências que mantêm a conduta de uma pessoa. Além disso, estudos de laboratório têm revelado um fato que contraria a intuição sobre o comportamento: reforçamento inconsistente, longe de enfraquecer uma ato, torna-o mais persistente e resistente à modificação.

Se déssemos ao nosso rato alimento apenas ocasionalmente depois que ele empurrou o botão, e apenas algumas vezes apagássemos a luz brilhante, ele então persistiria empurrando o botão mesmo se nós interrompêssemos ambos os tipos de reforçamento — não mais dando-lhe alimento e deixando a luz acesa não importando o que ele faça. A menos que um observador conhecesse a história do animal, sua atividade continuada pareceria bastante misteriosa. Poderíamos ter um problema similar para entender a birra aparentemente inefetiva de uma criança se não soubéssemos que os pais reagiram inconsistentemente no passado, algumas vezes cedendo, algumas vezes não; poderíamos não identificar as origens da linguagem chula de um executivo, se não soubéssemos que tal linguagem fez com que os oponentes de sua política ocasionalmente encolhessem os ombros e cedessem; sem ter observado que o lavar a mão compulsivo de um paciente psiquiátrico algumas vezes produziu sua liberdade em relação a sua família e a outras responsabilidades sociais, um psiquiatra poderia atribuir esta atividade neurótica a um trauma de treino de *toilette* na infância. Ao procurar entender porque as pessoas agem da maneira como o fazem, raramente podemos

fazer um experimento no momento. Entretanto, o laboratório tem nos dado indícios, dizendo-nos que tipos de conseqüências procurar.

Punição. Reforçadores positivos tornam mais prováveis as ações que os produzem; reforçadores negativos tornam mais prováveis as ações que os terminam. Cada tipo de reforçamento tem também uma contraparte simétrica: algumas vezes fazemos coisas que terminam reforçadores positivos, algumas vezes produzimos reforçadores negativos. Estas contrapartes simétricas de reforçamento positivo e negativo constituem a punição.

Punição pode, portanto, assumir uma de duas formas. Um tipo de punição confronta-nos com o término ou retirada de alguma coisa que comumente seria um reforçador positivo, o outro tipo confronta-nos com a produção de algo que normalmente seria um reforçador negativo. Eu defino estas duas contingências de punição — a perda de reforçadores positivos e a produção de reforçadores negativos — como coercitivas; punição é a segunda maior categoria de controle coercitivo.

Como o reforçamento, a punição é uma contingência entre conduta e conseqüências. Da mesma forma que chamamos de "reforçadores" conseqüências que reforçam, chamamos conseqüências que punem de "punidoras". Como reforçadores, punidores vêm depois do comportamento. Comumente, alimento é um reforçador positivo, de modo que sua perda é um punidor; a dor é comumente um reforçador negativo, assim como é um punidor quando produzida.

Reforçamento difere de um modo importante da punição. Definimos reforçadores — positivo ou negativo — por seu efeito especial sobre a conduta; eles aumentam a probabilidade futura de ações às quais seguiram. Mas definimos punição sem apelar para qualquer efeito comportamental; punição ocorre quando quer que uma ação seja seguida ou pela perda de reforçadores positivos ou ganho de reforçadores negativos. Esta definição nada diz sobre o efeito de um punidor sobre a ação que o produz. Ela não diz que punição é o oposto de reforçamento. Ela não diz que punição reduz a probabilidade futura de ações punidas.

Porque a definição nada pressupõe sobre os efeitos de punidores sobre a conduta, ela difere de ambos: da definição técnica de reforçamento e de nossas preconcepções mais usuais. Sempre que vemos uma ação produzindo a perda de um reforçador positivo, ou a produção de um reforçador negativo, dizemos que a ação está sendo punida. Então, podemos perguntar: "Quais efeitos a punição tem?" ou, no caso geral: "O que a punição faz ao comportamento?" Os

efeitos da punição não são assunto de definição; temos que descobrir o que eles são.

Suponha que tentemos ensinar um cachorro a sentar-se diante de um comando. Dizemos "sente-se!", e se o cachorro se senta, nós o deixamos comer de um prato de comida próximo. Uma vez que o alimento é usualmente um reforçador positivo para um cachorro faminto, será mais provável que o cachorro se sente quando novamente ordenado.

Suponha que quando dizemos "sente-se!", o cachorro pule sobre nós. Nós então, jogamos a comida no lixo. Uma vez que alimento é comumente um reforçador positivo, sua remoção é uma punição; se punição tem o efeito que as pessoas usualmente esperam, será menos provável que, no futuro, o cachorro pule quando se ordena que se sente.

Neste exemplo, o cachorro aprende a se sentar por causa da contingência de reforçamento positivo; ele obtém alimento por sentar-se. Mas mesmo se nós coagíssemos o animal por meio de punição a não pular, nós não o ensinamos, por decorrência, a se sentar. No melhor dos casos, punição ensina o animal que ele perderá alimento por pular quando lhe é ordenado que se sente. A punição não o ensina como obter alimento.

Entretanto, poderíamos usar reforçamento negativo para coagir o cachorro a se sentar. Suponha que toda vez que ordenássemos, "sente-se!", também batêssemos no animal, continuando a fazê-lo até que acontecesse de o cachorro se sentar (uma técnica comum no "treinamento de obediência"). Quando o cachorro se levanta, novamente damos a ordem e batemos, parando somente quando o animal se sentar outra vez. A surra é comumente um reforçador negativo, desta forma é provável que o cachorro faça o que quer que encerre a surra; ele aprende a se sentar quando ordenado a fazê- lo. "Sente-se!" torna-se uma ameaça que o cachorro pode encerrar sentando-se.

Neste exemplo, o cachorro aprende a se sentar por causa da contingência de reforçamento negativo; sentar-se previne ou termina a surra. A surra também pune tudo o que o cachorro faz, exceto sentar-se; todas as outras ações produzem uma surra. Mas apenas punir o animal por fazer algo mais não o ensina a sentar-se. Quando muito, punição somente o ensina o que não fazer.

Como os reforçadores, punidores são contingentes às ações. Isso faz com que punidores freqüentemente tornem as ações particulares às quais se seguiram menos prováveis, mas, como vimos, isso não é parte de sua definição. Nunca sabemos com certeza o que

a punição fará, temos que ver por nós mesmos. O que vemos no laboratório e a toda nossa volta no mundo cotidiano não é confortador.

Controle por meio de reforçamento positivo, então, não é coercitivo; controle por meio de reforçamento negativo e punição é. A maioria das pessoas entende reforçamento negativo e punição sem dificuldades. "É assim que o mundo é." Reforçamento positivo freqüentemente parece mais difícil de compreender. Muitas pessoas vêem reforçadores positivos apenas como algo valioso que pode ser retirado e, desta forma, úteis para coagir outros a se comportarem como elas gostariam. Para elas, reforçadores positivos são apenas algo a ser tomado de volta diante de um comportamento inadequado; uma criança que age mal à mesa é obrigada a não comer sobremesa; um aluno desaforado deve fazer sacrifício durante o recreio; um legislador que vota contra seu partido perde a liderança. Punição por meio da remoção de reforçadores positivos é bem-compreendida.

Outro mau uso de reforçamento positivo é deliberadamente criar os tipos de privações que tornam os reforçadores efetivos: prisioneiros primeiro são colocados em solitária e, então, se permite a eles ter contatos sociais como reforçamento por docilidade; primeiro submetidos à privação extrema de alimento, eles podem, então, obter alimento em retribuição por subserviência. Liberdade e alimento parecem reforçadores positivos, mas quando eles são contingentes à cessação de privações artificialmente impostas, sua efetividade é um produto de reforçamento negativo; eles se tornam instrumentos de coerção.

E para outros, reforçamento positivo é apenas um sonho "... irreal; o mundo não funciona desta maneira". Alguns professores consideram-no até mesmo ruim, "nada além de suborno", e em vez de proverem conseqüências positivas quando seus alunos aprendem, eles apenas os punem quando eles falham. Aprender, em vez de tornar-se um reforçador por si mesmo, funciona para muitos alunos e estudantes como uma rota de fuga. Não seria surpreendente que muitos deles considerem "aprender por aprender" um conceito não-familiar.

Dedicamos muito de nossas vidas a eliminar ou prevenir estresses atuais e futuros que a natureza e a sociedade nos impõem. Lutamos para selecionar cursos de ação que ajudarão a nos libertar dos muitos tipos de restrições físicas, governamentais e sociais a que estamos constantemente submetidos. Realidades físicas determinam como podemos nos manter protegidos dos elementos da na-

tureza, nossas leis dizem-nos como nos manter fora da prisão e costumes sociais codificam as fronteiras comportamentais que nos permitem desviar da censura de nossos vizinhos. Freqüentemente, temos poucas opções disponíveis para prevenir ou evitar desprazer ou situações perigosas. Freqüentemente, somos forçados a ações que consideramos não-naturais, desagradáveis, ou fora de hora, de forma a fugir ou esquivar de pressões físicas e interpessoais comuns e extraordinárias.

Também aceitamos alguma coerção reconhecendo que necessitamos de lei e de seu cumprimento para manter interações civilizadas entre pessoas com interesses conflitantes e que regulamentações de saúde e segurança, embora caras e freqüentemente inconvenientes, são proteções necessárias contra os poucos que descuidadamente colocariam em risco os demais. Entretanto, auto-interesse algumas vezes produz algumas contradições estranhas. Votamos contra leis que regulamentam o cinto de segurança em automóveis considerando-as coercitivas, mesmo que aceitemos leis que nos fazem parar diante de um sinal vermelho; companhias de cigarro combatem leis antitabagistas rotulando-as como coercitivas, embora aceitem sem questionar as proibições contra vender arsênico e outros venenos sem receita; comunidades lutam contra o serviço de ônibus escolar considerando-o coercitivo, embora abandonar o serviço de ônibus signifique coagir crianças que pertencem a minorias a freqüentar escolas abaixo do padrão e coagir todas as crianças a um ambiente social restrito.

Freqüentemente coagidos à ação (ou inação), muitas vezes nos descobrimos também usando coerção para compelir outros a agir como queremos que façam. Ao controlar outras pessoas coercitivamente, privamos e magoamos ou ameaçamos privá-las e magoá-las quando fazem coisas que consideramos indesejáveis; paramos de privar, machucar e ameaçar somente quando elas agem diferentemente, fazendo o que consideramos aceitável. Naturalmente, é uma experiência comum que algumas coisas feitas pela primeira vez sob compulsão se demonstram tão prazerosas ou valiosas que, subseqüentemente, as perseguimos por elas mesmas. Aprender pelo aprender pode emergir mesmo a partir de um começo coercitivo, se descobrirmos que as coisas que aprendemos capacitam-nos a fazer mais do que apenas esquivar de punição na escola. Novas habilidades, desde a leitura até o raciocínio, abrem muitos novos caminhos para reforçamento positivo. É uma infelicidade que esta descoberta seja tão freqüentemente deixada ao acaso. Para muitos, a transformação da aprendizagem de um mecanismo de fuga para uma fonte de reforçamento positivo jamais ocorre.

Alguns líderes religiosos argumentam: "É diabólico pagar crianças para se comportarem, elas deveriam ser bem-comportadas porque esta é a coisa certa a fazer e não porque recebem algo em troca." Então, naturalmente, em vez de dar à criança algo bom quando elas se comportam adequadamente, aqueles que concordam com esta versão da moralidade apenas as punem quando elas se comportam inadequadamente.

Como veremos, em um capítulo posterior, tal treinamento dá origem a aquilo que gostamos de chamar nossa consciência. Supostamente nosso sentido de certo e errado, isto é, nossa consciência é, realmente, somente um sentido de errado; ela se desenvolve, inicialmente, diretamente do controle coercitivo.

Como as várias liberdades, que significam a ausência de formas relacionadas de coerção, "certo" pode ser definido somente em contraste com "errado". Primeiro, aprendemos que podemos fazer o errado quando, na infância, experienciamos punição por algumas de nossas ações. Se nunca fôssemos punidos, toda a nossa conduta seria certa mas, porque errado seria então um conceito desnecessário, a noção contrastante de certo também jamais surgiria. Nem surgiria a noção de consciência.

Para muitos — alguns diriam, para a maioria — coerção gera e perpetua o sentido de errado. Freqüentemente ouvimos dizer, bastante abertamente, que alguma conduta particular é má somente se for pega no ato. Contudo, aqueles afortunados dentre nós que não foram sujeitos a muita punição durante seu crescimento, ainda assim têm consciências fortes. Não precisamos ter sido coagidos a pensar ser errado roubar, mentir ou matar. Alguém educado de modo amoroso a ser sensível e solidário com outros e a admirar modelos de virtude, provavelmente, viverá segundo um código moral forte. Mas, embora a coerção não precise ser diretamente responsável por nosso sentido de que uma conduta particular é errada, a própria noção de errado, em si mesma, se enraíza quando a conduta é punida. Dado o estabelecimento da noção geral por meio de coerção, o rótulo "errado" pode então ser aplicado a casos particulares sem coerção posterior.

Embora possamos descobrir muitas exceções individuais, a sociedade, como uma regra geral, tenta manter nossas consciências utilizando meios coercitivos. Reforçamento positivo como uma ferramenta de política pública é raro. Aqueles a quem nós confiamos as tarefas de monitorar e dirigir nosso comportamento — nossos professores, polícia, líderes religiosos, agências sociais e governantes — levam-nos a nos comportar honesta e eticamente, em conformidade

com princípios legais e morais que ajudam a assegurar a sobrevivência da sociedade. Mas, somente o ingênuo espera que nós realmente nos ajustemos a esses princípios a menos que sejamos obrigados a fazê-lo. Nossas consciências internas devem ser sustentadas por coerção externa, por punição e ameaça de punição vindas do exterior. Quão freqüentemente cada um de nós teve a experiência de ter recebido algo ou a promessa de alguma coisa para, então, descobrir que temos de enfrentar outras obrigações para que o presente não seja tomado de volta ou a promessa voltada atrás? E assim nos tornamos cínicos. Ficamos abismados se nos oferecem uma cenoura que não tem atrás uma vara.

3

Laboratório de marfim ou estufa de vidro?

A conduta pode ser analisada?

Infligimos dor uns aos outros diariamente com nossas práticas coercitivas e estamos prestes a infligir a dor final a nós mesmos no futuro próximo. Este estado emergencial de fato empresta uma certa urgência à necessidade de tomar conhecimento da ciência da análise do comportamento. Muitos de nossos mais sérios problemas originam-se de nossa inabilidade para predizer e lidar com o comportamento. O que as outras pessoas estão fazendo no momento e o que estão pretendendo fazer no futuro? Como poderíamos melhor influenciá-las considerando nosso próprio interesse, seu próprio interesse ou o interesse da maioria? Trabalhadores podem obter salários mais altos da direção? O dirigente pode aumentar a produtividade do trabalhador? As multas e a prisão são necessárias para impedir os capitães da indústria de poluir nossa atmosfera e rios? Como podemos levar os militares a parar de envenenar nossa terra e oceanos com lixo atômico? Tem sentido manter um aparato militar tão enorme que suas demandas insaciáveis por recursos ameaçam destruir a própria forma de vida que supostamente ele defende? O que faremos para convencer as autoridades de que esta é uma ques-

tão razoável? E existe alguma maneira de impedir que algum governante paranóico ou louco pelo poder aperte o botão que destruirá a todos nós?

Cada um de nós também está preocupado com suas próprias ações. Todos temos de controlar a nós mesmos. Problemas sérios de saúde podem estar envolvidos: nós podemos levar nós mesmos a parar de fumar, a perder peso, a selecionar alimentos mais sabiamente, a fazer exercícios? Muitas pessoas precisam aprender habilidades sociais básicas: como superar a solidão? Como fechar aquele acordo de negócios? O tema "como ganhar amigos e influenciar pessoas" tem sido a fonte de sobrevivência para muitos escritores.

A análise do comportamento lida com o manejo de nosso próprio comportamento e do comportamento dos outros. Estamos sempre ajustando nossas ações às demandas do mundo ao nosso redor. Analisar comportamento é simplesmente estudar esses ajustamentos. Assumindo que pessoas, lugares e coisas estão sempre controlando as ações de qualquer indivíduo, analistas do comportamento tentam descobrir como estabelecer, facilitar, impedir ou evitar esse controle. A descoberta de princípios gerais torna possível predizer nossas próprias ações e as de outros e modular o controle que já existe. Análise do comportamento não defende, mas simplesmente investiga controle comportamental. É tarefa da sociedade determinar quando o controle deliberado da conduta é desejável e quando ele não é, e se ela quer ou não tipos particulares de controle. Práticas pessoais e culturais confirmam nosso reconhecimento geral de que comportamento pode ser analisado e modelado. Usamos muitos métodos diferentes para mudar nossa própria conduta e a de outras pessoas.

Ser a favor da educação é reconhecer que o comportamento é analisável e controlável. O trabalho de um professor é controlar o comportamento de seus alunos. Eu não estou falando aqui sobre a disciplina em sala de aula, mas sobre a tarefa fundamental do professor de levar os estudantes a dizer e a fazer coisas que eram incapazes de dizer e fazer antes. Eu chamo isso "dar a eles novo conhecimento", ou "levá-los a apreciar" o que o mundo tem a oferecer-lhes, mas novo conhecimento e apreciação só podem ser demonstrados por novas ações. Um professor bem-sucedido é aquele que muda o comportamento de seus alunos de maneira que demonstrem suas novas capacidades.

A maioria dos pais estabelece mais ou menos claramente padrões definidos para seus filhos, alguns sabendo exatamente o que querem que seus filhos se tornem e outros contentes apenas em

criar seres humanos decentes, felizes. No final das contas, todos nós queremos que nossos filhos desenvolvam as habilidades que necessitarão para a sobrevivência. Para atingir este fim usamos toda a influência à nossa disposição para ensinar nossos filhos a comportarem-se adaptativamente.

Também fundamentamos a "autoridade da lei" na controlabilidade da conduta. Leis são afirmações de contingências. Se pessoas agem de certa maneira, seguir-se-ão certas conseqüências. Nosso sistema legal claramente reconhece que manejamos pessoas ligando conseqüências às suas ações.

Acertando um despertador arranjamos o nosso ambiente para controlar o nosso próprio comportamento. Também controlamos a nós mesmos quando escrevemos lembretes, removemos certos alimentos de nosso refrigerador, compramos um equipamento de ginástica, entramos para um clube de encontros, fazemos um curso de propaganda, nos desfazemos de nosso revólver, desligamos as luzes na hora de dormir, trocamos uma lâmpada queimada em uma luminária, ligamos ou desligamos um aparelho de ouvido, percorremos o alfabeto para lembrar o nome de alguém.

Portanto, em muitos aspectos de nossas vidas implicitamente reconhecemos que o comportamento é controlado. O controle tem que ser coercitivo? Infelizmente, muitos responderão: "O que mais existe?" Seu conseqüente dissabor com a noção de controle tem evitado que eles entrem em contato com a análise do comportamento, a ciência que pode ajudá-los a entender a natureza do controle comportamental. Ignorar as realidades do controle tem impedido que eles aproveitem os métodos não-coercitivos para produzir mudança comportamental desejada.

Uma simples afirmação de que familiarizar-se com a análise do comportamento seria vantajoso subestima perigosamente este caso. Dados os desastres que nosso mundo está sofrendo por causa de nosso fracasso em conduzir a nós mesmos e os outros efetivamente, é mais do que razoável afirmar que não podemos sobreviver sem uma tal ciência. Essa afirmação mais forte deve ser tomada literalmente: sem uma ciência do comportamento não permaneceremos vivos. Naturalmente, não há garantia. Podemos não sobreviver mesmo com uma ciência do comportamento. Mas, sem uma ciência para nos mostrar como mudar a maneira de conduzir nossos problemas, o mundo caminhará para a morte por negligência ou suicídio.

Estamos poluindo nosso ambiente em larga escala, queimando combustível fóssil, aumentando o dióxido de carbono na atmosfera e elevando a temperatura do mundo até o momento em que o

derretimento das camadas de gelo fará desaparecer nossas civilizações costeiras. A educação tem talvez aguçado nossa consciência do perigo, mas não tem fornecido soluções. Evitaremos esse desastre global somente aprendendo a manejar nosso próprio comportamento e o comportamento dos outros — também em escala global.

A tecnologia moderna tem originado novos problemas. Estamos armazenando lixo radioativo em *containers* que garantidamente vazarão daqui a algumas gerações. A publicidade tem ajudado a expor o problema, mas a indignação pública das pessoas honradas não é suficiente para resolvê-lo. Uma ciência de análise do comportamento, consideravelmente mais avançada do que ela é atualmente, terá que descobrir como podemos fazer com que tais conseqüências remotas influenciem o comportamento atual de solução de problemas.

Um conflito cada vez maior entre as restrições biológicas e econômicas tem intensificado a influência coercitiva do ambiente sobre a condição humana. A população do mundo está se expandindo em uma taxa que excede de muito a sua produtividade. Provocando um rápido aumento no número daqueles que nada têm. Nem um alto interesse iluminado, nem um sentido de fraternidade têm sido capazes de melhorar a resultante miséria da humanidade. Será necessário uma ciência da análise do comportamento altamente desenvolvida para nos mostrar como ajudar outros a aplicar as informações tecnológicas que já possuímos, para criar condições de vida que suportem o crescimento da população.

As superpotências duelam no Oriente Médio realizando manobras para o acesso continuado ao petróleo necessário para a sobrevivência de suas máquinas militares. O esgotamento das reservas de energia da Terra ameaça fazer explodir um conflito internacional que provavelmente terminará em um holocausto nuclear. Podemos depender de nosso instinto de sobrevivência ou colocar nossa fé no espírito e intelecto humanos para cortar este impulso suicida? Considerações econômicas têm nos impedido de dar alta prioridade para o desenvolvimento de novas fontes de energia. O dinheiro aparentemente vence o medo.

O desastre nuclear com que nos defrontamos é de um tipo que jamais experienciamos e é provável que seremos capazes de experienciá-lo apenas uma vez. A despeito de sua magnitude, o fato de ser remoto lhe dá somente um fraco controle sobre nossas ações. A imediaticidade dos gastos econômicos e dos transtornos dá a estas conseqüências consideravelmente mais poder sobre nossas condutas do que o mais destrutivo mas também mais distante conflito

para o qual nos dirigimos. Será necessário tanto uma ciência de análise do comportamento básica, como uma aplicada para descobrir como colocar aquelas conseqüências que são não-familiares e atrasadas em contato com as formas de política atuais.

Talvez estes problemas não sejam solucionáveis. A ciência da análise do comportamento tem mostrado que conseqüências atrasadas afetam fracamente a conduta. Uma análise rigorosa pode levar à conclusão de que as leis do comportamento apontam para o nosso desaparecimento como uma espécie inevitável. Ter a ciência não fornece garantia de sobrevivência. Ainda assim, o fracasso em fortalecer nosso entendimento de nossa própria conduta seguramente nos privaria de um recurso efetivo na busca de maneiras que estanquem a nossa corrida em direção à extinção.

O que significa "fazer um experimento"?

A análise do comportamento é ambos: uma ciência experimental e aplicada, mas, mesmo na aplicação, analistas mais efetivos assumem uma abordagem experimental. Experimentos podem ocorrer em laboratórios, em clínicas, em salas de aulas e em qualquer outro lugar. O que faz exatamente o analista do comportamento quando ele experimenta?

Primeiro de tudo, um experimento não é simplesmente uma tentativa, um teste apenas para ver o que acontecerá, ou uma busca para descobrir se algo atingirá ou não seu objetivo. Tocar música para ver o que acontece com a produtividade de trabalhadores não é em si mesmo um experimento, nem o é marcar um período tentativo para novas medidas disciplinares na escola, nem o é o estabelecimento de um currículo novo para faculdade na esperança de aumentar o valor da educação liberal. Mera incerteza sobre resultados não faz um experimento.

Faltam em tais testes os controles necessários para a interpretação clara dos resultados. Uma característica fundamental de experimentos é que eles produzem dados e técnicas de coleta de dados acessíveis à avaliação pública. Um experimentador deve dizer exatamente o que fez e sob quais condições, de modo que seja possível a crítica informada e a repetição do estudo por outros.

Na análise do comportamento, devemos identificar o comportamento no qual estamos interessados e especificar quaisquer elementos da situação que acreditamos poder influenciar o comportamento. Primeiro, quais ações mediremos? Se nós estivermos interessados na produtividade do trabalhador, registraremos o número de

faltas ao trabalho? Horas gastas por dia em uma escrivaninha ou máquina? A quantidade de energia corporal gasta em cada item produzido? O número de itens produzidos por hora? O número de itens defeituosos? Talvez alguma medida que combine todas estas? Ou simplesmente perguntaremos aos trabalhadores quão produtivos eles têm sido, ou quão felizes eles são no trabalho? Usaríamos a média dos dados de muitos trabalhadores ou examinaríamos amostras detalhadas de uns poucos indivíduos?

É necessário, então, especificar as medidas comportamentais. Mas é necessário mais. Devemos também descrever os passos para ter certeza de que as medidas foram consistentes e acuradas. Quem fez as medidas? As pessoas que registraram os dados têm qualquer interesse nos resultados? As observações foram registradas automaticamente ou manualmente? Se manualmente, alguém mais também registrou as mesmas ações de forma que dois conjuntos de observações pudessem ser comparados para avaliar consistência? Estas especificações tornarão os dados e as técnicas de medidas disponíveis para avaliação por outros.

Se um teste não deve estar sujeito a interpretações conflitantes, devemos também descrever as condições de teste completa e acuradamente. O que estamos tentando avaliar? Nossa questão principal pode ser, "a música afeta a produtividade do trabalhador?" Mas o que queremos dizer por "música"? Clássica? Orquestra? Jazz? Rock? Country? Quais compositores e músicos serão apresentados? Todos os trabalhadores ouvirão a mesma música? Quando, quão freqüente e por quanto tempo a música tocará? Quão alta ela será? Devemos também descrever como todas estas características serão medidas e a fidedignidade das medidas. A não ser que descrevamos este e outros aspectos da música que podem influenciar a resposta à nossa pergunta básica, seria melhor que não fizéssemos o estudo; suas conclusões permanecerão obscuras, sempre sujeitas à discussão.

Além de especificar as condições experimentais relevantes, devemos também descrever outros aspectos do estudo que poderiam ter influenciado os resultados. Quais eram as condições de iluminação, a estação do ano e o nível de desemprego predominante naquele setor particular? A direção fez mudanças, modificações no produto, melhorias mecânicas ou negociações salariais ocorreram enquanto o teste estava acontecendo? Os trabalhadores estavam conscientes do estudo? Um experimento bem-feito tentaria assegurar que nenhum fator importante exceto a música poderia ter influenciado os resultados. Entretanto, é crítico que outros sejam capazes de determinar

por si mesmos se as conclusões do experimento são válidas. Se nós não fornecermos uma descrição completa de todas as condições experimentais, outros sempre serão capazes de apontar possíveis contaminações relativas à validade do estudo.

Uma função principal do laboratório é acompanhar todas as mudanças nas condições experimentais relevantes para a pergunta que fazemos. Tal restrição permite definição e medida precisas, objetivas, tanto da conduta que nos preocupa como das condições de observação.

Com o sujeito de laboratório podemos criar uma amostra de comportamento a ser analisada. Podemos então conduzir estudos experimentais sem precisar nos preocupar com eventos desconhecidos que poderiam influenciar a atividade que escolhemos examinar ou que poderiam ter feito isto no passado. Se estivermos preocupados com os efeitos da punição, por exemplo, poderíamos primeiro ensinar um sujeito experimental a obter sua comida apertando um botão. Poderíamos então punir o sujeito por pressionar o botão, certos de que nada mais que poderia afetar a atividade do sujeito está acontecendo ao mesmo tempo.

O laboratório nos permite alterar o ambiente de um sujeito e então retorná-lo a seu estado original. Tal controle sobre as condições experimentais torna possível descobrir se um evento particular realmente faz um indivíduo agir diferentemente. Por exemplo, nós poderíamos continuar punindo o sujeito até que ele pare de apertar o botão; então nós podemos interromper a punição e ver se o sujeito volta a apertar o botão. Seguidas vezes podemos reaplicar e remover a punição. Se as ações do sujeito mudam a cada momento, podemos estar bastante certos de que a punição e não alguma outra coisa causou as mudanças.

A possibilidade de estabelecer relações causais é uma vantagem fundamental de experimentos controlados; estudos que não são de laboratório deixam ambos, ambiente e comportamento, livres para mudar incontrolavelmente. Ao estudar como políticas públicas, condições econômicas ou desastres naturais se relacionam com a conduta das pessoas, eventos incontrolados que não aqueles com os quais estamos primariamente interessados sempre obscurecerão o problema. Mas no laboratório, podemos fazer aparecer e desaparecer as ações particulares de um sujeito aplicando e removendo sucessivamente uma condição relevante. Esse tipo de repetição controlada nos dá confiança de que a condição que especificamos realmente causou a mudança. E ver isso acontecer com o comportamento individual como objeto de estudo é uma das características mais

excitantes da análise do comportamento; pode-se ver imediatamente mudanças comportamentais importantes, causadas até mesmo por pequenas manipulações ambientais, sem ter que esperar até que dados de grupos de sujeitos tenham sido tratados estatisticamente.

Mas podemos estudar algo como produtividade industrial no laboratório? A experimentação com não-humanos pode nos dizer se a dura reprimenda é a resposta aos problemas de disciplina nas nossas escolas? Podemos — ou mesmo, devemos — trazer crianças para o laboratório para estudos controlados sobre a efetividade da punição? "O laboratório", freqüentemente ouvimos, "isola-se do mundo real; mantém problemas importantes ao seu alcance supersimplificando-os não podemos obter dele o tipo de informação que necessitamos como guia prático."

É verdade que um laboratório não duplica todas as condições da vida cotidiana. Mas esta é sua virtude primária. As situações problemáticas cotidianas estão repletas de complicações que freqüentemente não têm relevância seja como causas ou como soluções, mas que, entretanto, impedem respostas inequívocas a nossas perguntas. No pior dos casos, a investigação de laboratório estudará irrelevâncias. No melhor dos casos, a pesquisa de laboratório selecionará das condições da vida cotidiana exatamente aquelas características que são pertinentes para as perguntas em discussão.

Como podemos saber antecipadamente que condições da vida cotidiana são pertinentes às perguntas que temos? Claramente, quando uma investigação começa não podemos saber com certeza o que é crítico. Mas não temos que jogar uma moeda para decidir para o que olhar. Se estivermos construindo um corpo de conhecimento estabelecido, podemos fazer algumas inferências fundamentadas. Então, à medida que a investigação procede, testamos o conhecimento obtido em laboratório aplicando-o fora do laboratório. Nesse ponto, somos capazes de validar nossas suposições iniciais sobre o que é relevante.

O controle experimental torna possível investigar um conjunto restrito de condições, individualmente e em combinação, e a descobrir quais dizem respeito a nosso problema. Quando nossas extrapolações para a vida cotidiana fracassam, começamos de novo; à medida que nossas extrapolações começam a se mostrar bem-sucedidas, ganhamos mais confiança de que estamos no caminho certo. Em um certo sentido, o laboratório pode ser mais real que a vida cotidiana; quando bem-sucedido, ele revela o que é básico, removendo irrelevâncias e descobrindo as condições fundamentais

que fazem o mundo operar do modo como ele opera e que nos fazem agir do modo como o fazemos.

Pilotos de teste voam em novos tipos de aviões com sucesso, em sua primeira tentativa, ainda que apenas modelos tenham sido testados previamente nas condições artificialmente controladas de um túnel de vento. Uma lei básica que governa o movimento dos corpos em queda poderia ser verificada apenas em um vácuo, uma condição artificial que não existe em lugar algum da Terra com exceção dos laboratórios. Ainda assim, a descoberta dessa lei tornou finalmente possível enviar pessoas à nossa Lua e explorar as fronteiras externas de nosso universo. A ciência da genética, que se originou com o estudo de plantas e flores, chegou a uma nova tecnologia, mais rápida e até mesmo mais confiável que o acasalamento seletivo, para "manufaturar" novas variedades de animais; é possível, por exemplo, fazer *clones* de vacas que são máquinas incrivelmente eficientes de produção de leite. Nossa compreensão dos mecanismos de hereditariedade está a ponto de produzir uma ciência aplicada da genética humana que já está originando temores sobre novos tipos de controle comportamental. Os produtos da pesquisa de laboratório alteraram profundamente a existência humana. Embora possamos deplorar muitas das mudanças, não podemos ter dúvidas de que os resultados de procedimentos refinados de laboratório são aplicáveis em outros lugares; a torre de marfim não é tão isolada do resto do mundo como muitos gostariam que acreditássemos.

Pode-se legitimamente perguntar se estamos corretos em extrapolar de pesquisas de laboratório bem-sucedidas em física, química e biologia para a pesquisa comportamental; temos o direito de assumir que a pesquisa comportamental é capaz de aplicações bem-sucedidas porque as outras o foram? Claramente, esta suposição não tem necessidade lógica. E, ainda assim, cada uma das outras ciências já esteve na mesma posição. Em todos os casos, a suposição de que os dados de laboratório eram extrações da experiência cotidiana, a despeito de seu *status* lógico incipiente, recebeu justificação empírica.

Felizmente, os pioneiros do laboratório de comportamento, criticamente cônscios do precedente histórico, aceitaram a suposição de que sua ciência, também, provaria ser aplicável à vida cotidiana. Tivemos confirmação suficiente desta suposição para continuar a caminhar em frente. Fracassos em áreas específicas ainda podem estar por vir, mas negar arbitrariamente ambos, o progresso já feito e a possibilidade de mais progresso, é colocar-se voluntaria-

mente em um estado de ignorância que é provavelmente incorreto e, mesmo, perigoso.

Do rato à humanidade

Em um laboratório de comportamento isolamos nosso sujeito — digamos, um rato — em um espaço relativamente confinado, isolado de sons estranhos, com luz, temperatura e umidade constantes e mobiliado apenas com os itens relevantes ao procedimento experimental. O que pode esta criatura intelectualmente limitada, vivendo em um espaço ecológica e socialmente estéril possivelmente pode nos dizer sobre a conduta humana? Esboçar algumas das considerações que sustentam tais arranjos experimentais há de nos auxiliar a ilustrar sua utilidade.

Antes de iniciar um estudo, todo pesquisador tem de decidir: "O que vou olhar?" Nosso primeiro impulso pode ser observar somente ações que têm "validade de face": se quiséssemos melhorar o desempenho de cavalos de corrida poderíamos confinar nosso estudos à pista; uma preocupação com criatividade poderia nos levar a analisar compositores de música; um interesse em coerção poderia nos induzir a investigar prisões. Muitos pesquisadores observam apenas essas formas exatas de comportamento que os interessam.

Tais estudos podem levar a informações interessantes e úteis. Por outro lado, esta abordagem aparentemente direta a longo prazo limitará severamente nosso entendimento, até mesmo de problemas práticos altamente específicos. Usar validade de face como critério para decidir o que observar e medir inibe o desenvolvimento de uma ciência do comportamento por criar miniciências independentes. Encontramos especialistas em psicologia de todas as coisas, de xadrez a sexo, de programação de computadores a doença mental, e não podemos fazer generalizações além das fronteiras de cada área. Cursos universitários proliferam, matrículas e direitos autorais rolam. Os alunos, infelizmente, não obtêm uma descrição sistemática da conduta humana que pudessem aplicar a muitas de suas preocupações, seja diante do problema do manejo de um cavalo, seja diante do problema de manejar a si próprios.

Uma alternativa para estudar ações que parecem importantes por si mesmas é fazer exatamente o oposto. Selecionar uma amostra arbitrária, alguma ação que, porque é delimitada e artificial, não sofre de quaisquer das limitações e restrições impostas por nosso julgamento pessoal sobre validade de face. O ganho potencial é que a ausência de tais restrições pode tornar a amostra arbitrária

representativa de todo comportamento. Nossos resultados seriam estendidos, então, para muito além das ações específicas que selecionamos para observação e medida.

Confinar a pesquisa a problemas da suposta aparente validade restringe a generalidade de seus resultados. A descoberta de princípios gerais, sujeitos a limitações identificáveis, coloca uma ciência em uma melhor posição para estender sua relevância. Naturalmente, generalidade completa é um ideal, abordável mas inatingível; qualquer ciência experimental deve conter mecanismos de autocorreção para especificar limites à generabilidade de seus métodos e resultados. Nos exemplos seguintes, a análise experimental do comportamento não deixa a fidedignidade, validade ou generalidade de métodos, dados e princípios serem julgados pela opinião ou especulação. Estes são assuntos de teste experimental.

Examinemos o ambiente e a conduta do rato de laboratório para descobrir o que podemos aprender sobre nós mesmos. O horário do jantar está se aproximando para nosso sujeito, que está acostumado a comer uma refeição por dia. Uma pequena bandeja se estende de uma parede da caixa, um dispensador automático do lado de fora pode dispensar comida na bandeja para o rato. Mais ou menos duas polegadas acima da bandeja há um botão iluminado, de mais ou menos meia polegada de diâmetro. Decidimos observar o ato de apertar o botão de nosso sujeito — esse ato é nossa amostra arbitrária de comportamento. Uma vez que nosso interesse geral é quão freqüentemente as pessoas agem de modos particulares, vamos registrar quão freqüentemente o animal aperta o botão. Alguns mecanismos eletrônicos simples dão conta disso e também permitem que uma pelota de comida imediatamente caia na bandeja quando quer que o animal aperte o botão.

Isso estabelece nosso experimento. Agora nos sentamos e esperamos. Antes que passe muito tempo, o registro mostra o animal pressionando o botão com razoável rapidez, por volta de 30 vezes por minuto. Apertar botões não é um comportamento típico de ratos, assim nos perguntamos sobre sua causa; a comida poderia ser responsável? Para descobrir desligamos o dispensador; nosso sujeito não mais obtém comida apertando o botão. O animal, então, diminui o ritmo, o registro mostrando intervalos mais e mais longos antes que ele aperte novamente o botão.

Ficamos instigados. Poderíamos ter descoberto um princípio geral do comportamento? Vimos o rato apertando o botão quando ele obteve comida deste modo e parando quando a comida não mais

aparecia. Podemos concluir, do que vimos, que o comportamento é determinado por suas conseqüências?

Antes que possamos tirar tal conclusão, precisamos primeiro ter certeza de que as pelotas de comida, não alguma outra coisa na situação, estava mantendo o animal apertando o botão. E assim, ligamos e desligamos o dispensador muitas outras vezes. Também pedimos a alguma outra pessoa, que não esteja ciente do que o animal está fazendo, para conectar e desconectar o dispensador. Descobrimos que a simples operação de ligar e desligar a conexão elétrica entre o dispensador de comida e o botão operado pelo rato é suficiente para iniciar e parar a atividade de apertar o botão do animal. Estamos razoavelmente certos, agora, de que nossos experimentos identificaram uma relação causal.

Dessas observações, inferimos um princípio geral: "conseqüências determinam comportamento". Afirmado sem limitações, este é realmente um princípio muito geral. Uma vez que ele não especifica restrições, deve se aplicar a todas as condutas, a todas as espécies e a todos os tipos de conseqüência. Estas generalizações são corretas? Estabelecemos, além da dúvida razoável, que nosso rato apertará um botão se ele obtiver alimento desse modo e parará se não obtiver o alimento. Podemos concluir daí que qualquer um, humano ou não-humano, terá maior ou menor probabilidade de desempenhar um ato de que é capaz, dependendo do que acontece como conseqüência?

Claramente, um tal princípio geral precisa de mais sustentação. Sabemos sequer se outros ratos irão se comportar como nosso primeiro sujeito? Assim, fazemos nosso experimento novamente com outros ratos; obtemos os mesmos resultados. Descobrimos então que peixes também apertarão botões que produzem comida, assim como galinhas, pombos, gatos, cachorros, macacos, chimpanzés e gorilas. Estes experimentos dão grande generalidade entre espécies para nosso princípio.

O que dizer de diferentes tipos de comportamento? Para descobrir, removemos o botão da parede da caixa e, em vez disso, penduramos uma corrente no teto. O rato puxa a corrente freqüentemente quando obtém alimento deste modo. Então, dando comida a um pombo toda vez que ele gira em torno de si mesmo 360 graus, rapidamente temos um pássaro que gasta seu tempo girando em círculos. Alimentando um macaco toda vez que ele se limpa, produzimos um animal extremamente meticuloso. Chimpanzés parecem adquirir grande sabedoria quando obtêm alimento por manipular símbolos de maneiras que são significativas para humanos. Tais

experimentos nos dizem que nosso princípio se aplica a muitas espécies e a muitas atividades diferentes.

Este princípio é válido apenas para atividades que produzem alimento? Novamente, a experimentação fornece a resposta. Descobrimos que ratos apertarão botões, puxarão correntes e farão muitas outras coisas se fazendo-as podem desligar uma luz brilhante ou podem aquecer uma caixa fria. Gatos sedentos apertarão repetidamente um pedal que faça com que obtenham umas poucas gotas de água cada vez que o fazem. Macacos machos aprenderão a operar um tipo especial de fechadura se este for o modo para abrir uma porta e obter acesso a uma fêmea receptiva. Estes e muitos outros eventos provaram ser conseqüências efetivas para muitos dos comportamentos de vários animais.

Tendo feito estes experimentos, tornamo-nos destemidos o suficiente para testar a aplicabilidade de nosso princípio a seres humanos. As conseqüências controlarão também seu comportamento? Fazemos nossos primeiros experimentos com crianças que são institucionalizadas porque elas não parecem ser capazes de aprender muito. Elas fazem poucas coisas que são construtivas, nem mesmo alimentam-se sozinhas. No almoço, damos a elas uma colherada de comida toda vez que fazem alguma coisa que observamos apenas raramente, como dizer claramente uma palavra. Em breve essas crianças retardadas estão falando.

Reforçamento tem provado ser uma maneira poderosa para gerar novos comportamentos em pessoas que têm sido consideradas incapazes de aprender. Novas técnicas instrucionais, baseadas no uso efetivo de contingências de reforçamento, têm revolucionado a educação e treinamento de pessoas retardadas.

Crianças normais, seja no laboratório, na escola ou em casa, também são sensíveis às conseqüências de seus comportamentos. Contingências de reforçamento que professores, pais ou outros estabelecem, algumas vezes deliberadamente e algumas vezes sem saber, podem ensinar a uma criança comportamento desejável ou problemático. Por exemplo, sem perceber o que estão fazendo, pais podem aumentar gradualmente as exigências que eles fazem a uma criança que busca sua atenção. Eles não sabem, mas acabarão tendo uma difícil criança-problema. Eles começam inicialmente não prestando atenção, exigindo mais e mais pedidos da criança ("Posso comer um biscoito... por favor, posso comer um biscoito"), e então, mais e mais demandas ("Eu quero um biscoito... dê-me um biscoito") antes que eles atendam. Eles, então, esperam até que a criança choramingue: "Pelo amor de Deus, pare de choramingar!" Endure-

cendo sua resolução, eles então fazem a criança chorar, berrar e gritar antes de atendê-la. Depois disso, eles sem saber refinam a contingência de reforçamento ainda mais, não prestando atenção até que a criança bata, arranhe, chute e morda. Finalmente, eles consentem apenas quando a criança bate sua cabeça no chão, morde-se ou se agride de outras maneiras.

Pais que fazem isto descobrirão que eles obtêm o que inconscientemente têm pedido para a criança. Estabelecer uma contingência de reforçamento é uma maneira de dizer não verbalmente à criança como obter certos fins. Tendo gradualmente escalonado a violência que eles exigiram antes que a criança pudesse obter sua atenção, eles então despertam para a existência de um problema — uma criança que caracteristicamente obtém atenção fazendo birras. Se entendermos o *background* comportamental, provavelmente não instituiremos um programa de terapia infantil sem também tentar reeducar os pais.

Experimentos, aplicações clínicas e programas educacionais têm demonstrado repetidamente que o princípio de reforçamento aplica-se ao comportamento de crianças. A demonstração de que conseqüências determinam comportamento adulto normal e com distúrbios estendeu o princípio ainda mais amplamente. Se perguntarmos a um paciente que tem gasto sua vida dentro e fora de hospitais psiquiátricos, "o que você fez para ser internado desta vez?", freqüentemente obteremos uma resposta direta: "Bem", o paciente pode replicar, "ano passado tudo que eu tive que fazer foi derrubar algumas latas de lixo na rua, mas isto não funcionou mais; então eles apenas me fizeram levantá-las. Então, eu atirei uma pedra na vitrine de uma loja, mas meu velho amigo, o guarda da vizinhança, apenas me disse para não fazer mais isto; eu poderia machucar alguém, e então eles teriam que me levar para a cadeia. Então eu fui para casa, peguei o martelo de carne e fui atrás da minha mulher. Isto funcionou e aqui estou eu." As contingências não poderiam ser descritas mais vividamente; a hospitalização é claramente um reforçador para algumas pessoas e elas fazem tudo que for necessário para chegar lá.

Dinheiro é um reforçador poderoso para quase todo mundo. Quantos de nós continuariam em seu trabalho atual se não houvessem mais contracheques? Os poucos que são suficientemente afortunados por serem capazes de fazer o trabalho "por si mesmo", sem levar em conta considerações monetárias, simplesmente estão sob o controle de outros tipos de conseqüências: prestígio, influência, poder, "trabalhos bons", a descoberta de novos conhecimentos, a cria-

ção de uma grande obra de arte ou contribuições à sociedade. "Fazer o que queremos fazer" indica a operação de reforçamento positivo; "fazer o que temos de fazer" especifica contingências de reforçamento negativo.

E assim, "conseqüências determinam comportamento"; um princípio básico, que descobrimos observando um rato de laboratório apertando um botão e obtendo alimento, acaba sendo amplamente aplicável, mesmo a seres humanos. Os detalhes diferem de situação para situação. As espécies podem variar, como podem variar o ambiente, o comportamento particular e a conseqüência que é contingente ao comportamento, mas o princípio de controle comportamental por contingência de reforçamento é amplamente generalizável. Experimentação controlada com não-humanos, em ambientes artificiais, tornou possível explicar muito do comportamento humano identificando as conseqüências de suas ações.

Naturalmente, conseqüências não explicam tudo sobre nossa conduta; outros fatores também devem ser levados em consideração e sua generalidade também deve ser testada. E nós, seguramente, não sabemos como explicar todo comportamento. Porque mistérios sempre permanecerão, nós poderemos jamais ser capazes de dizer com certeza que qualquer princípio de comportamento é universalmente aplicável. Tanto do comportamento humano é não usual e raro — como compor *Hamlet* ou o *Lago dos cisnes*, ou chegar por indução ao princípio de que a energia é igual a massa vezes o quadrado da velocidade da luz, ou circular a terra na Discovery — que provavelmente nunca seremos capazes de provar como todo ele apareceu. Podemos indicar determinantes plausíveis que são consistentes com leis comportamentais; este tipo de verificabilidade é fácil, mas, na ausência de manipulação experimental, não é possível provar que o que é plausível é o que realmente acontece.

Embora não possamos explicar com certeza instâncias específicas que já ocorreram, pode ser possível descobrir como produzir tipos similares de comportamento. Se a sociedade quisesse exercer sobre a história genética e a história de vida de uma pessoa o tipo de controle que seria necessário para produzir um grande compositor de música, ou um físico teórico criativo, ou um explorador do espaço, então, poderia ser possível confirmar a ação de princípios conhecidos, mesmo naqueles casos aparentemente intratáveis. Dado o que conhecemos agora, seria bastante surpreendente se não descobríssemos contingências de reforçamento entre os determinantes mais poderosos de tais comportamentos.

4

A punição funciona?

O que há nela para nós?

Por que punimos? O que queremos obter? A principal razão é controlar outras pessoas. Aqueles que relutam em admitir a possibilidade de controle comportamental deveriam se perguntar porque desejam ver multas, ordens de prisão e talvez morte distribuídas para aqueles que praticam crimes contra a sociedade. Se o propósito da punição não é controlar comportamento — desencorajar infratores e outros criminosos potenciais de fazer a mesma coisa outra vez — então a motivação para a punição só pode ser revanche. Mas seguramente não procuramos revanche ao punir a criança que se comporta mal, ou aquela criança que coloca em perigo a si mesma ou aos outros ao brincar com o fogo, ou aquela que impulsivamente atravessa correndo uma rua que tem tráfego intenso. Se não esperássemos impedi-las de se comportar mal, ou de arriscar tolamente suas vidas, deveríamos encarar a punição de crianças como nada a não ser crueldade.

Punimos pessoas baseados na crença de que as levaremos a agir diferentemente. Usualmente queremos parar ou evitar ações particulares. Punimos alguém cuja conduta consideramos má para a

comunidade, má para algum outro indivíduo, ou mesmo má para a própria pessoa. Queremos colocar um fim à conduta indesejável.

Algumas vezes punimos usando a remoção de reforçadores positivos: retiramos brinquedos de crianças depois que elas se comportaram mal; mandamos infratores para a prisão, isolando-os daqueles que os amam, de familiares e amigos; respondemos à agressão social, econômica e física de um outro país apropriando-nos de parte de seu território. Algumas vezes, em vez de retirar reforçadores positivos, tentamos parar uma atividade aplicando reforçadores negativos: espancamos, repreendemos ou ridicularizamos uma criança que se comporta mal, batemos em prisioneiros que desrespeitam as regras, atiramos bombas em cidades de um outro país em retaliação por seus ataques. Administramos todos os tipos de punição de forma a controlar outras pessoas a fim de parar ou impedir quaisquer de suas ações que nos machucam, privam, insultam ou desagradam. Por sua vez, outros usam punição para nos controlar, a fim de parar ou impedir quaisquer de nossas ações que os machucam, privam, insultam ou desagradam.

Ninguém gosta de ser punido. Ainda assim, prontamente, usamos ou toleramos punição. Raramente perguntamos se punição é a única ou mesmo a melhor maneira de fazer as pessoas agirem como queremos. Por meio de leis e costumes sociais cada um de nós tem até mesmo concordado que punição é uma maneira aceitável para a comunidade controlar nossas próprias ações. Esperamos que outros façam justiça e concordamos em fazê-la nós mesmos.

Raramente invocamos justiça como uma razão para dar alguma coisa boa para alguém que tenha se comportado bem. Alguém que obtém "apenas sobremesa" não recebeu algo doce como um retorno razoável por bom comportamento. Ao contrário, recebeu uma punição por agir mal. Justiça passou a significar punição. O princípio, "a justiça prevalecerá", nos faz sentir seguros já que sabemos que a punição será aplicada a outros que se comportam mal. Na medida em que o princípio se aplica também a nós, ele é uma ameaça. O alerta de que seremos ameaçados com justiça serve como uma muleta para o autocontrole, ajuda-nos a nos manter na linha quando somos tentados a nos desviar.

Punição é trivial em nosso mundo. Ela funciona? Ela atinge seus propósitos? Ela é realmente uma maneira efetiva para impedir ou nos livrar de comportamento?

Seria conveniente se essas perguntas tivessem simplesmente "sim" ou "não" como respostas. Elas não têm. O tópico é excessivamente complexo. Sua resolução requer algo mais do que mera espe-

culação, viés filosófico ou emocional, preceitos religiosos, ou posturas morais.

Ninguém gosta de ser punido e alguns descobrem desprazer em aplicar punição. O argumento de que punição não deveria ser usada é freqüentemente sustentado por apelos a religião, moralidade e decência comum. Por outro lado, aqueles que acreditam que a punição é necessária e desejável também sustentam sua posição por apelos a religião, moralidade e, se não decência comum, senso comum. Só ocasionalmente ouvimos solicitações de dados. O que realmente acontece à conduta que é punida?

Certamente, a punição capital elimina comportamentos — faz isto bastante diretamente, exterminando aquele que se comporta. O assassinato pela sociedade realmente reduz o assassinato por indivíduos? Colocar pessoas na prisão também pode eliminar comportamentos — é mais difícil, embora certamente não impossível cometer assassinato, roubo, fraude ou estupro atrás das grades. O encarceramento impede pessoas de cometer esses crimes depois que elas saem? Penalidades financeiras podem acabar com o lucro dos sonegadores. Confiscos ocasionais os mantêm honestos entre auditorias ou elimina a evasão de impostos por outros que têm mais a ganhar?

Estatísticas sociais podem ajudar a responder tais questões, mas estão notoriamente abertas à manipulação e viés interpretativo. Se mais assassinatos ocorressem em estados que proibiram a pena capital, isto significaria que a pena capital é necessária? Não necessariamente. Assassinatos freqüentes poderiam refletir uma economia em depressão, escolas inefetivas ou simplesmente uma população mais densa. Por outro lado, a baixa incidência de crimes violentos em estados que proibiram a pena capital justificaria esta política? Mais uma vez, não necessariamente. Talvez a conformidade aparentemente não-coagida dos cidadãos reflita outros tipos de coerção — o estado pode ter leis estritas de controle de armas ou a polícia pode realizar um programa de prevenção de crimes mais efetivo. Inúmeros fatores devem ser considerados. Dados coletados em situações não-controladas podem fornecer indicações valiosas e hipóteses interessantes sobre questões sociais importantes, mas podemos sempre discordar das interpretações e conclusões. Quando opinião pessoal e política pública são sustentadas por estatísticas correlacionais o ceticismo é justificado.

É aqui que a análise do comportamento pode contribuir. No laboratório é possível dividir o mundo, descobrir como cada elemento trabalha independentemente dos outros e, então, colocar as par-

tes juntas novamente, uma de cada vez, para ver como elas interagem umas com as outras. Em vez de basear nossa opinião sobre a desejabilidade da punição em nossos sentimentos, convicções religiosas ou morais, ou dados incorretos, podemos chegar a conclusões racionais baseadas em evidência válida. Os dados de laboratório sustentam fortemente a posição de que punição, embora claramente efetiva no controle do comportamento, tem sérias desvantagens, e que nós precisamos desesperadamente de alternativas.

Como se estuda a punição?

Que tipos de experimentos tornam possível analisar os efeitos da punição? Uma exigência é um sujeito que esteja fazendo algo regularmente e previsivelmente; uma linha de base de atividade estável em andamento nos dá um instrumento de medida confiável. Na medida em que a linha de base é estável, sabemos que nenhum fator desconhecido está fazendo o sujeito mudar seu comportamento.

Reforçamento é um instrumento poderoso para produzir linhas de base comportamentais que facilitarão a análise e permitirão generalizações a partir de sujeitos individuais. Um arranjo, por exemplo, usa pelotas de alimento como reforçadores para ensinar um rato de laboratório a pressionar um botão — uma barra de metal montada na parede acima do dispensador de alimentos. Os reforçadores alimentares, então, mantêm o animal pressionando a barra em uma taxa estável. Com este comportamento confiável como uma linha de base, podemos então punir o animal em vez de (ou em adição a) dar-lhe alimento quando ele pressiona a barra. A punição faz com que ele pare de pressionar a barra? Comumente, quando uma linha de base comportamental permanece constante, podemos confiavelmente atribuir quaisquer variações a qualquer novo elemento que o experimentador introduza — neste caso, a punição.

Alimento é freqüentemente o reforçador positivo que gera e mantêm a atividade de linha de base de um sujeito. Choque elétrico é um punidor comumente usado. Choques quase sempre funcionam como reforçadores negativos para atos que os terminam. E como punidores para atos que os produzem. (Mais tarde teremos oportunidade de considerar as circunstâncias nas quais choques funcionam realmente como reforçadores positivos, tornando mais provável o comportamento que os produz.)

Os choques usados como punidores no laboratório não são como os choques eletroconvulsivos usados algumas vezes nas tentativas para aliviar depressão severa e debilitante de pessoas. Na tera-

pia eletroconvulsiva, médicos podem repetidamente passar uma corrente elétrica intensa através da cabeça de um paciente, que é forte o suficiente para causar convulsões e perda de consciência. Na maioria dos estudos de punição em laboratórios, o choque atravessa dois pontos da superfície da pele do sujeito e é suficientemente forte para ser doloroso, mas não causando qualquer reação física exceto o retraimento reflexo, como quando retiramos a mão de um fogão quente. Choque eletroconvulsivo, uma terapia controvertida, não é uma técnica de análise de comportamento aplicada. Se formos punir uns poucos sujeitos para obter conhecimento que ajudará muitas pessoas, somos obrigados a usar técnicas de comprovada generalidade. Luzes brilhantes, sons altos, lufadas de ar, perda de sustentação e outros eventos desagradáveis têm sido também usados experimentalmente como punidores, mas seus efeitos são facilmente superados por aspectos não-controlados da história comportamental de um sujeito ou por aspectos irrelevantes de um ambiente experimental. Uma razão importante para usar choque é que seu efeito punitivo mostra ser amplamente generalizável entre espécies, tipos de comportamento e situações.

Além disso, mecanismos automáticos podem liberar choques exatamente quando o experimento exige. Isto não é apenas um assunto de conveniência de laboratório. O tempo entre o ato e a conseqüência determina criticamente os efeitos da punição. Uma inabilidade para controlar precisamente esta relação temporal levará o pesquisador a conclusões que podem ser não apenas não-informativas, mas realmente enganosas.

Experimentos que provocam dor nos sujeitos devem sempre passar por escrutínio crítico. Qual é o ganho esperado? O alívio de sofrimento antecipado se sobrepõe ao sofrimento que será infligido? Temos justificativa para pedir heroísmo?

A primeira consideração ao fazer tais julgamentos não é o dano potencial para os sujeitos. Em vez disso, devemos primeiro avaliar a adequação técnica dos experimentos. Se o controle de um experimentador sobre fatores críticos é frágil a ponto de impedir interpretação clara dos resultados ou, talvez, a ponto de até mesmo produzir conclusões enganosas, então, nada pode justificar o experimento. Antes que padrões éticos tornem-se relevantes, um experimento deve atender a padrões científicos. Se, porque sentimos que o uso de choque elétrico é moralmente repugnante, usarmos formas de punição que não podemos controlar adequadamente, produzindo assim dados que não são claros, nosso trabalho é maldirigido científica e moralmente.

Portanto, adequação técnica é um pré-requisito para avaliação ética. Um experimento que não satisfaz padrões técnicos já não é ético. É neste contexto que a relativa facilidade de medir choques elétricos ajuda a justificar seu uso no estudo da punição. Novamente, precisão não é apenas um ritual científico. A quantidade total de punição que um sujeito obtém influenciará crucialmente o que a punição produz. Para verificar quanta punição um sujeito recebe, devemos considerar o número total de punições, junto com a intensidade e duração de cada punição individual. Choque elétrico provê a precisão de medida que é necessária antes que possamos delinear conclusões acuradas e generalizáveis sobre o papel que a punição desempenha no controle da conduta.

O que realmente acontece?

Comecemos com um rato de laboratório que aprendeu a pressionar uma barra e obter pelotas de alimento que caem em uma bandeja abaixo da barra. O animal trabalha estavelmente, ganhando sua vida de acordo com as contingências que seu mundo estabeleceu.

Esse mundo agora muda suas regras. Pressionar a barra, antes uma ocupação respeitável, não é mais considerada desejável; assim, junto com a pelota de alimento o animal recebe um choque em seus pés quando quer que pressione a barra. O choque é relativamente suave e dura apenas uma fração de segundo. Esta punição atenderá seu propósito, fazendo com que o animal pare sua atividade "indesejável"?

O animal realmente pára de pressionar a barra. Poucos se surpreenderão pelo aparente sucesso da punição. A maioria de nós recebeu um choque acidental de uma fiação elétrica, ou viu alguém receber um choque e podemos facilmente empatizar com qualquer um, humano ou não, que sofra uma experiência semelhante. Nós nos surpreenderíamos ao observar qualquer um mantendo um ato que produz choques.

Mas a história não termina aqui. O animal finalmente começa de novo. Após um período de supressão, a atividade gradualmente se recupera; o animal acaba pressionando a barra tão rapidamente como sempre, mesmo que receba um choque cada vez que o faz.

A punição funciona? Este tipo de coerção elimina atividades indesejáveis? Neste primeiro experimento, os choques impediram o animal de pressionar a barra apenas temporariamente; eles não eliminaram o comportamento permanentemente. Se não tivéssemos

continuado a observar o animal, entretanto, poderíamos ter concluído que a punição foi um completo sucesso.

Nosso experimento, em vez de resolver o problema original, apenas colocou uma nova questão que precisamos responder antes que cheguemos a uma decisão mais fundamentada sobre a efetividade da punição. Vimos que o choque que de início efetivamente parou o comportamento do animal, então, perdeu esta função. Devemos agora perguntar: "Como pode um punidor, que originalmente suprimiu a atividade, tornar-se incapaz de servir ao propósito pretendido?"

Uma resposta possível torna-se clara quando perguntamos: "Por que, em primeiro lugar, o animal estava tão assiduamente pressionando a barra?" O alimento, naturalmente, era responsável. O animal estava ganhando todo seu sustento pressionando a barra. Qualquer coisa que afastasse o animal de seu trabalho apenas o deixaria mais faminto. As duas conseqüências de pressionar a barra — alimento e choque — estavam, portanto, em competição direta, uma tendendo a fazer o animal pressionar mais freqüentemente, a outra menos freqüentemente. Quanto mais tempo o animal parou, mais faminto se tornou; finalmente o reforçamento positivo por pressionar a barra tornou-se mais poderoso que a punição. O animal retornou a sua atividade "ilegal" porque aquela era a sua única maneira de obter alimento.

Mesmo neste estágio inicial de nossa avaliação da punição, o ambiente experimental relativamente descomplicado nos permite observar um mecanismo simples que indiscutivelmente produz muita criminalidade reincidente. Jovens são libertados de reformatórios e adultos de prisões com repertórios de comportamentos não mais aceitáveis para a sociedade do que os atos delinqüentes que os levaram ao encarceramento. De que outro modo eles irão obter seus reforçadores? Eles não têm outras barras para pressionar.

Não deveria ser surpreendente que os "choques" que a sociedade dá em seus delinqüentes não punam eficientemente. Embora fatores complicadores modifiquem este quadro simples, nossa primeira observação de laboratório fornece um ponto de partida tão direto que só podemos nos surpreender com o fato de a sociedade ter ignorado sua relevância.

Poderíamos checar experimentalmente esta conclusão alterando a efetividade relativa de alimento e choque. Suponhamos, por exemplo, que nosso sujeito recebesse choques mais fortes. Com punição mais e mais forte descobriríamos que o animal pára de pressionar a barra por períodos cada vez mais longos. A intensidade do choque demonstra ter um efeito poderoso. Com choques muitíssimo

intensos, a atividade não mais se recupera; o animal jamais volta à sua ocupação anterior. Se ele não pudesse encontrar alguma outra maneira de obter comida, ele presumivelmente morreria de fome, embora nenhum experimento tenha ido tão longe.

Então, em competição com reforçamento positivo, finalmente o choque perde sua efetividade como um agente coercitivo, a não ser que seja extremamente intenso. Mas, se a punição for suficientemente forte, pode até mesmo por um fim à produção de reforçadores positivos que sustentam a vida. E assim, vemos uma base para a aparentemente interminável luta entre aqueles que baniriam punições cruéis e não-usuais e aqueles que insistem que apenas medidas severas podem conter a ilegalidade.

O que freqüentemente não é avaliado é que a eliminação completa da competição entre reforçamento positivo e punição pode fazer com que mesmo a punição suave pareça funcionar. Nosso sujeito de laboratório, por exemplo, voltou a pressionar a barra a despeito dos choques porque esta era a única maneira que tinha para obter comida. E se tivéssemos aproveitado a supressão temporária da atividade do animal causada pela punição e ensinado-lhe um novo modo de ganhar sua vida? Quando o animal pára temporariamente de pressionar a barra, poderíamos pendurar uma corrente no teto da caixa; toda vez que ele puxa a corrente obtém alimento, mas não recebe o choque. Trabalhar para viver puxando a corrente é uma ocupação "aprovada" e o animal muda de emprego. Ele jamais volta à sua vida de crimes.

Comportamento inadequado persiste a despeito da punição porque é também reforçado. A maioria de nós, indiscutivelmente, preferiria reforçar ações alternativas em vez de utilizar punição para fazer com que nossos filhos e outros mudassem. Algumas vezes, entretanto, o comportamento indesejado é tão forte que ele impede o indivíduo que se comporta inadequadamente de tentar qualquer outra coisa. O diálogo freqüentemente não os persuade a abandonar um curso de ação que já funciona. Podemos, então, sentir que a punição é o único recurso. Se uma ocasião assim surge podemos usar punição suave. A supressão temporária do ato punido nos dá uma oportunidade para ensinar ao indivíduo algo novo, alguma outra maneira de obter os mesmos reforçadores. Tendo parado momentaneamente um ato indesejável punindo-o suavemente, podemos então substituí-lo por meio do reforçamento positivo de uma atividade mais desejável.

Devemos reconhecer que se algum modo novo, mas ainda indesejável, de obter o reforçamento for possível, o indivíduo punido

pode descobrir esta opção antes que tenhamos a chance de ensinar nossa alternativa preferida. A nova conduta pode não ser mais do nosso gosto que a antiga. Podemos punir uma criança por bater em seu novo irmão, mas se então ela agredisse todas as suas bonecas, nós ainda teríamos um problema em nossas mãos. Eu direi mais sobre isto mais tarde, mas vale a pena lembrar que a menos que tenhamos deliberada e habilidosamente usado o efeito supressivo inicial da punição suave para instalar a nova conduta que queremos, nada garante que a substituição será desejável.

Como vimos, eventos desagradáveis e dolorosos podem perder sua efetividade como punidores quando colocados em competição com reforçadores positivos poderosos — uma justaposição suficientemente comum na vida cotidiana. Quando isto ocorre, uma pessoa que tenha administrado punição, talvez com tristeza e pesar, terá infligido dor desnecessariamente. A efetividade e mesmo a ética do uso da punição para controlar a conduta de outros podem ser temas de debate, mas pode alguém justificar o uso incompetente da punição?

Podemos ir um passo além. Acreditando incorretamente que certos eventos são inerente e imutavelmente punidores, podemos transformar a dor e o sofrimento em reforçadores positivos. Eventos considerados como punidores então sustentarão, em vez de eliminar, atos que os produzem. O resultado de tal transformação será uma pessoa que busca a punição. Isto é facilmente demonstrado no laboratório. Tudo que temos de fazer é tornar o choque uma pré-condição necessária para comer.

Por exemplo, por querer que nosso sujeito pare de pressionar a barra, podemos dar-lhe um choque suave e breve quando ele a pressiona. O animal recebe o choque, o alimento vem a ele, então, ele o come. No início, o choque pode impedir o animal de pressionar a barra, mas ele se torna mais faminto e recomeça, voltando para o trabalho a despeito do choque. Se, então, aumentarmos gradualmente a intensidade do choque, em pequenos passos, o sujeito continuará a pressionar a barra, ainda que o choque finalmente se torne tão forte a ponto de derrubá-lo. O animal termina pressionando a barra e sempre recebendo um choque intenso imediatamente antes de comer.

O próprio choque terá se tornado, agora, um reforçador positivo. Como podemos mostrar isto? Primeiro interrompa ambos: o alimento e o choque. Agora nada acontece quando o animal pressiona a barra e depois de um pouco ele a pressiona apenas raramente. Agora, reintroduza apenas o choque; a próxima vez que o animal

pressionar receberá o choque, mas não o alimento. Ele imediatamente começa a pressionar a barra rapidamente, mesmo que agora ela produza nada além de choques intensos. A única razão do animal para pressionar a barra é o choque conseqüente, que se tornou um reforçador positivo.

Esta mudança no valor do choque pode ser mostrada ainda mais conclusivamente se, então, tirarmos a barra e pendurarmos uma corrente no teto. A primeira vez que o sujeito puxa a corrente novamente recebe o choque, sem alimento. Ele continua a puxar a corrente, produzindo um choque cada vez que o faz. O choque tornou-se um reforçador positivo tão efetivo que pudemos usá-lo para ensinar ao animal algo novo — puxar a corrente — sem prover qualquer outra conseqüência.

As pessoas freqüentemente trabalham por choques? Todos conhecemos indivíduos que parecem desabrochar em seu próprio sofrimento, que parecem sempre trazer sobre si mesmos a ira de seus colegas de trabalho, famílias, professores ou "autoridades". Usando punição de modo tal a convertê-la em reforçamento positivo, uma comunidade coercitiva subverte sua própria racionalidade por recorrer à punição em primeiro lugar. Um resultado pode ser a conduta patológica. Psiquiatras há muito estão conscientes das tendências autodestrutivas que caracterizam muitos de seus pacientes (e mesmo de pessoas que não são pacientes). Sem investigação é impossível saber se o tipo de história coercitiva que podemos criar no laboratório também é responsável por estes casos, mas a plausibilidade parece clara.

Evidência mais direta pode ser encontrada no comportamento de auto-injúria de algumas pessoas institucionalizadas. Muitas crianças retardadas e autistas são comumente ignoradas porque são consideradas como vegetais emocional e intelectualmente, incapazes de apreciar ou adaptar-se a seu ambiente. Mas elas às vezes descobrem que se causarem danos a si mesmas, batendo, coçando, mordendo, lacerando-se e retirando sangue de si mesmas trazem toda a comunidade para si, elas se tornam o centro da atenção. Estas crianças foram ensinadas por seus professores, embora sem o conhecimento deles, a administrar dor a si mesmas como o único meio de obter atenção. A prova aparece quando então provemos a mesma atenção por atos construtivos; o auto-abuso cessa. Mas, em alguns casos o auto-abuso pode continuar. Porque trouxe atenção, a própria dor torna-se um reforçador positivo, mantendo o auto-abuso.

Nos lares, algumas vezes encontramos pais, sem querer, estabelecendo uma situação semelhante. Eles punem severamente

uma criança que fez algo inaceitável. Então, sentindo-se culpados, cobrem a criança com afeto para compensar a punição. Quando isto acontece freqüentemente a criança aprende: "Já sei, a maneira de realmente conseguir o afeto de papai é fazer algo ruim, fazer com que ele me puna e então ele vai me amar."

Podemos ir tão longe a ponto de dizer que masoquismo, o prazer da dor — particularmente em conjunção com a atividade sexual — surge de uma fonte semelhante? Experimentos que responderiam a esta pergunta jamais foram feitos. Uma maneira de abordar o problema seria um experimento como aquele que acabei de descrever, mas, no qual, em vez de prover alimento como um reforçador positivo por pressionar a barra, déssemos ao sujeito acesso a um parceiro sexual. Então, após ensinar o sujeito a aceitar choques como um precursor inevitável do sexo, provavelmente descobriríamos que o próprio choque teria se tornado um reforçador positivo, assim como quando precede alimento.

Mas suponha agora que déssemos ao sujeito uma escolha. Uma barra funcionaria como antes, produzindo primeiro um choque e depois um parceiro sexual; uma outra barra produziria apenas o parceiro, sem choque. O animal mudaria para sexo sem choque, ou continuaria também a infligir choques a si mesmo? Um modelo experimental válido não-humano para masoquismo patológico seria extremamente útil para descobrir como aliviar parte do sofrimento que pessoas infligem a si mesmas.

O objetivo mais razoável do uso da punição é parar comportamento indesejável, impedir pessoas de fazer coisas que são perigosas, assustadoras ou que consideramos inadequadas, desvantajosas, imorais ou anormais. Vimos dois modos de usar a punição que parecem atender a este objetivo. Um é administrar punições muito fortes: "bater até fazer o gato morto miar". O outro é administrar punições suaves para fazer a pessoa parar de se comportar inadequadamente pelo menos temporariamente e, então, sem interferência do comportamento inadequado, ensinar-lhe o modo correto de agir.

Mas estas duas maneiras de usar punição não são recomendações. Que nenhum leitor acredite, neste ponto, que foi aconselhado ou que lhe foi dito como usar punição efetivamente. Os experimentos que vimos até aqui não contam toda a história. Além de suprimir conduta indesejada, a punição faz muitas outras coisas. Quando levamos em consideração todos os seus efeitos, o sucesso da punição em livrar-se de comportamento parece inconseqüente. As outras mudanças que ocorrem nas pessoas que são punidas e, o que

é às vezes ainda mais importante, as mudanças que ocorrem naqueles que executam a punição, levam inevitavelmente à conclusão de que a punição é o método mais sem sentido, indesejável e mais fundamentalmente destrutivo de controle da conduta.

Naturalmente, para muitos de nós a punição já é indesejável simplesmente porque achamos pessoalmente aversivo coagir os outros. Mas podemos fazer mais que isto. Além de qualquer falta de inclinação pessoal com a qual podemos começar, olhar além dos efeitos imediatos da punição fornecerá bases racionais para tentar alterar a orientação quase universal da sociedade em direção ao controle coercitivo.

5

Tornando-se um choque

Punição tem efeitos colaterais

Retaliação por meio de brutalidade, terrorismo, destruição de propriedade e assassinato, ainda que ética e legalmente condenada, manteve-se comum por toda a história da humanidade até o seu presente. O conselho freqüentemente ouvido, "Não leve desfeita para casa", é apenas parcialmente uma brincadeira. A punição em represália a algum malfeito tem raízes emocionais, assim seus praticantes não são receptivos à crítica ou a argumentos com base racional ou factual. Capítulos posteriores considerarão as causas da justiça retributiva e as razões para sua persistência e predominância.

Independentemente de nossas motivações reais para aplicar punição, mais freqüentemente argumentamos que seu propósito é o controle de comportamento indesejável — a limitação da destruição, agressão, imoralidade e loucura. Como vimos, podemos obter este resultado com punição intensa, ou combinando habilidosamente punição suave com reforçamento para ações alternativas.

Também se supõe que punir mau comportamento ensina bom comportamento. Assim, "disciplinamos" crianças espancando-as ou penalizando-as; nossos governos apontam mísseis para outras

nações a fim de "ensinar-lhes respeito" e de "mostrar-lhes como negociar com boa-fé"; uma filosofia educacional predominante afirma que a ameaça do fracasso motiva os alunos a aprender, assim professores universitários que não reprovam um número "razoável" de alunos são considerados por seus colegas como tendo dado um "curso qualquer" que nada ensina. Se a punição pode ou não infundir novo comportamento é um problema sobre o qual falarei mais adiante.

Se os efeitos da punição fossem confinados aos objetivos construtivos que se reinvindica para seu uso, então, para se opor a seu uso seria necessária uma demonstração de alternativas não-coercitivas que atingem os mesmos objetivos. Alternativas estão disponíveis, e eu mostrarei algumas no percurso, mas elas são não-tradicionais, não-familiares, mesmo para a maioria dos psicólogos. Também, alguns métodos não-coercitivos não são tão fáceis de aplicar ou tão rápidos em sua ação, como uma precisa e intensa punição ou reforçador negativo. O que os torna necessários, ainda que eles sejam não-familiares e algumas vezes difíceis de aplicar, é o vasto catálogo de efeitos colaterais da punição — conseqüências da punição que cancelam seus benefícios e são responsáveis por muito do que está errado em nossos sistemas sociais.

Não se pode esperar que qualquer pessoa não-ciente destes efeitos colaterais considere razoável ou mesmo desejável substituir controle coercitivo por controle não-coercitivo. Portanto, vou rever toda a série de efeitos colaterais para mostrar como eles invalidam qualquer justificativa que a punição possa ter.

O antigo código de Hammurabi prescrevia que um médico cujo tratamento fracassasse teria o mesmo destino de seu paciente. Se o paciente perdesse um olho, um braço ou uma perna, também o perderia o médico. Estas regras duras, que algumas pessoas defendem hoje, podem em alguma medida ter tido sucesso em assegurar a competência dos praticantes da medicina, mas podemos estar certos de que a penalidade infligida aos médicos também teve outros efeitos colaterais. Muitos pacientes, com doenças que não tinham um tratamento confiável, indubitavelmente sofreram negligência porque nenhum médico desejava arriscar seu pescoço — ou qualquer outra parte do corpo — tentando uma cura. Em casos sem esperança, muitos médicos provavelmente não desejavam receitar sequer para alívio da dor e desconforto, uma vez que poderiam ser acusados da morte do paciente. Alguns jovens brilhantes provavelmente evitavam a medicina como uma carreira por causa do perigo pessoal. A punição severa pode ter tornado os praticantes mais

cuidadosos, mas, certamente, muito do que eles aprenderam como uma conseqüência do código de Hammurabi orientou-se para sua própria sobrevivência, em vez da sobrevivência de seus pacientes.

Efeito colateral é um termo que freqüentemente se refere a conseqüências não-pretendidas e supostamente pouco importantes ou improváveis de drogas, mas, como todos sabemos, os efeitos colaterais de uma droga freqüentemente são sua característica mais importante. Morfina, uma bênção quando elimina uma dor insuportável, também escraviza seus usuários. Talidomida, que diminuia a náusea materna durante os primeiros meses de gravidez, tinha um trágico efeito colateral; no nascimento, muito depois de a mãe ter parado de tomar a droga, a criança algumas vezes tinha um ou mais braços e pernas parcialmente desenvolvidos e seriamente deformados. Tornou-se um fato comum que efeitos colaterais perigosos provoquem a retirada de circulação de drogas que foram introduzidas no mercado sem testes adequados.

Os efeitos colaterais da punição também, longe de serem secundários, freqüentemente têm significação comportamental consideravelmente maior que os esperados "efeitos principais". Punição e outras formas de coerção, como muitas drogas, também foram introduzidas em nossa cultura sem testes adequados. Talvez uma avaliação mais completa das práticas coercitivas também fará com que elas sejam retiradas da lista dos aprovados.

Resultados de testes estão agora disponíveis. A ciência da análise do comportamento provê uma descrição das conseqüências da coerção racional, sistemática. Muitos dos efeitos colaterais da punição foram isolados planejadamente e estudados no laboratório, não como fenômenos secundários, mas como processos importantes por si mesmos.

De mal a pior: como novos punidores são construídos

Usualmente admitimos como certo que determinados eventos agirão como punidores. Se não, condenamos como anormal uma pessoa que não mostra as reações esperadas, ou buscamos circunstâncias mitigadoras e a admiramos e respeitamos por disciplina e autocontrole incomuns. Esperamos ver pessoas parar de fazer qualquer coisa que produza conseqüências que ameaçam a vida, são dolorosas, provocam extremo calor ou frio, barulhos extremamente altos ou irritantes ou luzes ofuscantes. Apenas sob condições incomuns a maioria de nós ingere alimentos ácidos ou amargos. Crianças rapidamente aprendem a não tocar em um fogão quente. Pes-

soas que espetam agulhas em si mesmas ou buscam dor e desconforto físico o fazem apenas porque algum reforçamento compete com sucesso com a punição auto-infligida; aqueles que injetam insulina em si mesmos para evitar comas diabéticos também recebem compreensão e simpatia. Quando vantagens para a comunidade superam o valor que atribuímos a uma vida individual, admiramos e recompensamos atos de auto-sacrifício; soldados que se ferem no resgate de camaradas recebem medalhas. Entretanto, encaramos como anormal e necessitando de tratamento aqueles que buscam dor em si mesmos infligida por um parceiro sexual.

Exceto sob circunstâncias extraordinárias, confidentemente esperamos que qualquer estimulação excessiva, incomum, dolorosa, ou perigosa sirva como um punidor. Estes são os punidores naturais. Sua habilidade para parar comportamento em curso usualmente não depende de qualquer outra circunstância, eles são assim.

Alguns aspectos do ambiente também podem funcionar como punidores, ainda que não sejam inerentemente aversivos. Eventos que são usualmente neutros podem tornar-se punidores. A palavra "Não", tão temida por muitas crianças e mesmo por adultos, é apenas um conjunto complexo de sons que não tem poder em si de controlar comportamento. Como a palavra adquire este poder? De que fontes o "0", simplesmente um padrão de linhas sobre o papel, deriva sua extraordinária habilidade de punir estudantes? Mesmo reforçadores positivos naturais podem tornar-se punidores. O que, por exemplo, torna o intercurso sexual repugnante para alguns?

Estes são chamados "punidores condicionados", porque sua habilidade para nos fazer parar de fazer algo é condicional a outras circunstâncias. Quais são estas circunstâncias? Como as estudamos?

No laboratório vimos o alimento funcionar como um reforçador, mantendo nosso sujeito diligentemente pressionando a barra pelo seu pão de cada dia. Também vimos breves choques elétricos funcionando como punidores, colocando um fim, pelo menos temporariamente, às preocupações do sujeito com a barra. Mas, apenas no laboratório um sujeito produz reforçadores ou punidores independentemente de outras características do ambiente. Na natureza, a busca de alimento por um animal nem sempre é bem-sucedida. "O pássaro madrugador pega a minhoca" descreve uma condição na qual uma contingência de reforçamento mantém-se verdadeira. Poucas de nossas ações produzem seus reforçadores característicos em todas as circunstâncias. O relógio nos diz se é provável que o jantar esteja pronto se formos para casa naquele momento; um sinal na

porta nos informa se empurrando-a ou puxando-a ela se abrirá; usualmente falamos apenas na presença de um ouvinte.

O mesmo é verdade para a punição. "Quando os gatos saem os ratos se divertem" descreve uma condição na qual contingências de punição são suspensas. Em algumas circunstâncias podemos nos sair bem com condutas que de outro modo seriam penalizadas. Avós tradicionalmente deixam crianças fazer coisas para as quais seus pais franzem as sobrancelhas; crianças rapidamente aprendem a ajustar suas demandas de acordo com isso. Um macaco de baixa ordem social no bando pode roubar alimento de um outro ainda mais inferior na hierarquia, mas, a menos que ele esteja desafiando as relações de dominância estabelecidas, ele jamais tenta pegar a comida do "macaco líder". Sensibilidade à probabilidade da punição restringirá ou encorajará agressão pessoal e internacional. Em um nível mais corriqueiro, muitos motoristas consideram sua velocidade excessiva apenas se uma patrulha policial está à vista; crianças descobrem que serão penalizadas por "palavrões" apenas se forem tolas o suficiente para os dizer na presença de adultos, ou de outras crianças linguarudas; promiscuidade sexual indiscreta pode ser censurada em Boston, mas aumenta a reputação e o apelo de bilheteria das estrelas de Hollywood.

Se vamos ou não obter nossos reforçadores e punidores depende, então, do ambiente físico e social presente. Aprendemos quais situações levam a e quais situações suspendem contingências de reforçamento e punição; em um ambiente particular, agimos ou deixamos de agir de acordo com a probabilidade de que ganharemos ou sofreremos as conseqüências. Se um elemento situacional sinaliza a disponibilidade de um reforçador, é provável que realizemos o ato; se ele sinaliza punição, é provável que façamos alguma outra coisa.

A presença ou ausência de alguma característica do ambiente nos diz se uma conseqüência particular é provável no caso de agirmos de um dado modo. Adicionar este terceiro elemento à contingência básica de reforçamento ou punição nos permite descobrir que características do ambiente ganham controle sobre a conduta. E, como veremos, além de sinalizar a probabilidade de conseqüências particulares, estes ambientes controladores também adquirem as funções reforçadoras ou punitivas dos eventos que eles sinalizam.

Podemos estudar o processo em um nível simples instalando uma luz na caixa experimental. Agora, apenas enquanto a luz está ligada o sujeito pode obter comida pressionando a barra. Se ele a pressiona enquanto a luz estiver apagada nada acontece. Porque a luz

controla a contingência de reforçamento, ela também passa a controlar a atividade do animal, e em breve o registro mostra o animal pressionando a barra apenas quando a luz é ligada, parando assim que é apagada. Acender e apagar a luz inicia e pára o comportamento do animal.

A luz pode também adquirir controle ao sinalizar punição. Para mostrar isso, continuamos a dar ao sujeito alimento se ele pressiona a barra no escuro, mas damos a ele alimento e choque se ele pressiona enquanto a luz está acesa. Agora vemos o animal passar a trabalhar quando a luz se apaga e parar assim que a luz se acende.

Pouca coisa surpreenderá nestes experimentos exceto, talvez, ver que um organismo tão inferior quanto um rato de laboratório é tão sensível ao controle ambiental. O processo é bastante geral, como ele deve ser, para que uma forma de vida tão complexa quanto o *homo sapiens* tenha evoluído. Certamente, se uma espécie não pudesse fazer uso de indicações ambientais para reforçamento e punição, ela não sobreviveria por muito tempo. Uma ovelha que se deite diante de um leão certamente será comida. Aprendemos que gelo sinaliza uma queda, a menos que andemos cuidadosamente ou que coloquemos sapatos com cravos; dizer "azul" foi reforçado na presença de objetos azuis, não de objetos vermelhos; não tocamos fios descascados com as mãos desprotegidas, não nos enrolamos em cobertores molhados para eliminar o frio, ou vestimos um maiô em uma tempestade de neve. A nossa sensibilidade ao controle ambiental torna possível adaptarmo-nos a contingências de reforçamento e punição variadas e em constante mudança.

Uma vez que um elemento do ambiente adquire controle, sinalizando um reforçador ou punidor particular, o sinal em si mesmo torna-se-á um reforçador ou punidor potencial. Sua função particular dependerá do tipo de contingência por meio da qual ele passou a controlar. Conseqüências comportamentais significativas, reforçadores e punidores condicionados são criados desta maneira. Um evento que começa neutro torna-se um reforçador ou punidor potencial como resultado de nossa experiência com ele. O sinal torna-se um símbolo, representando uma conseqüência particular que ele passou a indicar e tendo aproximadamente o mesmo efeito.

Por exemplo, nosso sujeito reagiu à luz trabalhando ou parando, dependendo da contingência que a luz controlava. A luz em si deveria agora ser capaz de reforçar ou punir, dependendo de se ela sinalizasse apenas alimento ou alimento mais choque. Como resultado disso, mesmo o rato de laboratório trabalhará ou parará de

trabalhar por causa de conseqüências que comumente ignoraria, mas que se tornaram significativas porque elas sinalizaram reforçamento ou punição.

Para descobrir se podemos transformar um evento neutro em um reforçador, devemos primeiro pendurar uma corrente no teto da caixa do sujeito. Toda vez que o animal puxar a corrente, a luz se acende por cinco segundos. Neste ponto o registro mostra o animal puxando a corrente apenas raramente; a luz não é ainda uma conseqüência significativa. Então, ensinamos o animal, como antes, a pressionar uma barra dando-lhe alimento por fazer isso, mas somente quando a luz está acesa. Assim que observarmos que ele trabalha na presença da luz e pára quando a luz se apaga, estaremos prontos para testar a luz novamente para ver se ela servirá, agora, como um reforçador.

Daqui em diante, damos ao animal algum controle sobre a luz. A menos que ele puxe a corrente, a luz permanecerá apagada. Naturalmente, nenhum alimento está disponível no escuro. Toda vez que ele puxa a corrente a luz se acende por cinco segundos, e durante este tempo ele pode obter alimento pressionando a barra.

Logo, vemos o animal ajustando-se sensivelmente às novas demandas de seu ambiente de trabalho. Ele puxa a corrente, acende a luz, e então trabalha na barra nos próximos cinco segundos. Tão logo a luz se apaga ele puxa novamente a corrente e começa um novo período de trabalho.

Porque a luz sinaliza cinco segundos de reforçamento com alimento para pressionar a barra, ela passa a servir como um reforçador para puxar a corrente. Similarmente, nosso contracheque, que sinaliza todos os reforçadores que uma ida subseqüente às compras pode obter, também serve como um reforçador que mantém nosso trabalho semanalmente. Dinheiro é tão poderoso — um reforçador quase universalmente efetivo — que algumas vezes pensamos ser natural, mas essas moedas, notas e cheques não têm valor inerente. Eles adquirem sua habilidade para reforçar quaisquer atos que os produzem porque eles tornam possível comprar e adquirir inúmeros outros reforçadores.

Reforçadores condicionados controlam muito daquilo que fazemos. Reações dos ouvintes como "Sim", "É", "Seguramente", ou uma balanço de cabeça, uma piscada, um sorriso, um toque, todas reforçam nossa conversação porque elas sinalizam, em última instância, simpatia e concordância. Aplauso entusiástico reforça uma *performance* no palco porque ele sinaliza críticas favoráveis, admira-

ção pessoal e trabalhos futuros. Pequenos sinais que indicam em última instância prazer reforçam investidas amorosas.

O mesmo processo pode criar punidores condicionados? Suponha que nosso rato de laboratório aprendeu que pressionar a barra lhe trará alimento, mas que pressionar quando a luz está acesa também produzirá um choque. Alimento está sempre disponível se o sujeito trabalha por ele, mas quando acendemos a luz, que sinaliza punição, o animal pára de trabalhar. O animal parará, agora, de fazer qualquer coisa que produza luz?

Para descobrir, primeiro damos ao animal uma boa razão para puxar uma corrente, e então vemos se acender a luz fará com que ele pare. Podemos, por exemplo, deixar o animal pospor a luz ao puxar a corrente; puxá-la enquanto a luz está apagada garantiria que ela permanecesse apagada nos próximos cinco segundos. Se o animal puxa a corrente com suficiente freqüência — pelo menos uma vez a cada cinco segundos — ele evitaria que a luz jamais se acendesse.

Durante esta fase preparatória do experimento, o sujeito pode sempre obter alimento ao pressionar a barra, esteja a caixa iluminada ou escura. Depois de cada cinco segundos de escuridão, uma luz se acende e permanece acesa por outros cinco segundos. Pressionar a barra na presença de luz ainda leva o animal a obter seu alimento, mas junto com cada pelota de alimento vem um choque breve. Puxar a corrente enquanto a luz está acesa não tem conseqüência. Entretanto, o sujeito pode evitar que a luz jamais se acenda, já que puxar a corrente no escuro assegura que a luz não aparecerá outra vez pelo menos por cinco segundos.

Ao fim desta fase preparatória, observaríamos o efeito de todas as contingências. O animal gastaria a maior parte de seu tempo no escuro pressionando a barra e obtendo alimento. Pelo menos uma vez a cada cinco segundos e, provavelmente mais freqüentemente, ele deixaria a barra, se dirigiria à corrente e a puxaria várias vezes antes de voltar a trabalhar na barra. Ocasionalmente, ele não puxaria a corrente a tempo e a luz se acenderia, levando o animal a parar de trabalhar até que o escuro retornasse. De vez em quando ele também pressionaria a barra enquanto a luz estivesse acesa e levaria um choque, mantendo assim a função sinalizadora da luz.

Agora estamos prontos para descobrir se um evento que sinalizou punição tornou-se ele mesmo um punidor. As observações preliminares dão um forte indício. Como vimos no início, um reforçador negativo, um evento que aumenta a freqüência de ações que o

encerram ou impedem de acontecer, usualmente punirá qualquer ação que é seguida por ele. Porque esquiva da luz mantém o animal puxando a corrente freqüentemente, sabemos que a luz tornou-se um reforçador negativo. Portanto, é provável que ela também puna qualquer comportamento seguido por ela.

Podemos conduzir o teste crítico revertendo a função da corrente; em vez de pospor a luz, o animal agora acende a luz por cinco segundos sempre que ele puxa a corrente. Esta punição fará com que o animal pare de puxar a corrente? Não demora muito para que a atividade do sujeito reflita a nova contingência; ele não mais puxa a corrente. Em vez disso, ele trabalha alternadamente na barra, no escuro, por cinco segundos e então permanece longe da barra enquanto a luz está acesa, nos cinco segundos subseqüentes. A luz, que sinalizava ao animal que pressionar a barra seria punido, agora ela mesma pune o animal por puxar a corrente. Ela tornou-se um sinal para punição e um punidor em si mesma.

A mesma coisa acontece se punirmos por meio da retirada de reforçadores positivos, em vez de apresentar reforçadores negativos? Nem sempre administramos conseqüências desconfortáveis ou dolorosas quando queremos colocar um fim às ações de alguém. Freqüentemente tentamos atingir este objetivo impedindo as pessoas de obter ou manter algo que queiram. Em vez de espancar uma criança que se comportou mal, podemos retirar seus brinquedos ou fazê-la "ficar de pé no canto", onde nenhum de seus brinquedos está disponível. Chicotear, como punição por desfalque ou sonegação de impostos foi substituído por multas em dinheiro e confisco de propriedade. Escolas, em larga escala, abandonaram punição corporal em favor de expulsão, com a conseqüente perda de oportunidades para aprender. (Naturalmente, é falacioso assumir que estudantes possam ser efetivamente punidos privando-os da oportunidade de ser coagidos a aprender.) A maioria das culturas abandonou práticas como cortar as mãos de batedores de carteira, castrar estupradores, cegar aqueles que assistem a rituais proibidos e esticar heréticos religiosos com instrumentos de tortura. Em vez disso, elas isolam criminosos e pecadores de reforçadores positivos físicos, econômicos e sociais que, de outra forma, teriam estado disponíveis para eles. Essas formas menos brutais e presumivelmente mais humanas de punição têm também o efeito colateral de tornar os elementos ambientais neutros em punidores? Sinais de perda ou retirada de reforçadores positivos, como sinais de dor, também tornar-se-iam eles mesmos punidores potenciais?

Voltemos ao laboratório para uma resposta. Em vez de dar choque no sujeito por "mau comportamento", queremos agora descobrir se podemos fazê-lo parar, tornando um reforçador positivo não disponível. Podemos fazer isto retirando a oportunidade de o animal comer? Suponha que o experimento comece, mais uma vez, com um animal que aprendeu a ganhar seu alimento pressionando uma barra. Novamente, períodos de cinco segundos de luz e escuro são alternados, mas em vez de receber choques, o sujeito simplesmente não obtém alimento se ele pressiona a barra enquanto a luz está acesa. O animal rapidamente aprende o significado da luz, parando de trabalhar tão logo a luz se acenda e voltando a seu trabalho cinco segundos mais tarde.

Embora a luz termine a atividade de pressionar a barra do animal, ela não está funcionando ainda como um punidor, já que ela não é uma conseqüência de qualquer ato. Ela serve apenas como um sinal de que alimento não mais está disponível. Precisamos, ainda, descobrir se este sinal também impede o sujeito de fazer qualquer coisa que o produza.

Daqui em diante, o experimento procede exatamente como aquele que tornou a luz um sinal de choque, exceto que a luz agora sinaliza a não-disponibilidade de alimento.

Primeiro, porque o animal pode pospor a luz toda vez que ele puxa a corrente, ele freqüentemente interrompe seu trabalho na barra para fazê-lo. A luz funciona como um reforçador negativo; o animal aprende a fazer algo que a protele.

Já que a maioria dos reforçadores negativos funciona também como punidores, não ficaremos tão surpresos com os resultados na fase final, quando mudamos as regras. Agora, em vez de pospor a luz puxando a corrente, o sujeito na verdade a acende. O animal logo pára de puxar a corrente.

Privação da oportunidade para trabalhar por alimento torna-se, como o choque, uma punição efetiva. A luz, um sinal ambiental para não-disponibilidade de reforçamento positivo, torna-se ela mesma um reforçador negativo e um punidor.

A importância da punição condicionada

O primeiro efeito colateral da punição, então, é dar a qualquer sinal de punição a habilidade para punir por si mesmo. Assim como um elemento ambiental que leva a reforçamento positivo perde seu *status* neutro e torna-se ele mesmo um reforçador positivo, um elemento que leva à punição, torna-se ele mesmo um punidor. O

som da lata de biscoitos sendo aberta reforçará um criança por ser boazinha; uma vez que tenhamos batido em uma criança, a simples visão de nossa mão erguida será suficiente para parar mau comportamento.

Novos reforçadores e punidores são criados desta maneira — sinalizando outros reforçadores ou punidores. Por que este efeito colateral deveria causar qualquer preocupação? Afinal de contas, na medida em que nosso ambiente ganha novos reforçadores positivos, nossas vidas tornam-se potencialmente mais gratificantes. Opções novas e satisfatórias tornam-se disponíveis. Aproximação pode predominar em relação a fuga e esquiva e podemos aprender com base em conseqüências produtivas, em vez de destrutivas.

Entretanto, com a adição de cada novo elemento punidor em nosso ambiente, nossas vidas tornam-se menos satisfatórias, mais desesperadas. Se encontramos punição freqüentemente, aprendemos que nosso caminho mais seguro é ficar quietos e fazer tão pouco quanto possível. Nós nos congratulamos por cada dia que passa sem catástrofe. As únicas coisas que estamos ansiosos por aprender são novos modos de evadir ou de destruir objetos e pessoas que estão em nosso caminho. O processo é potencialmente explosivo. Quando quer que sejamos punidos, mais e mais elementos de nosso ambiente tornam-se reforçadores negativos e punidores. Ficamos cada vez mais sob controle coercitivo e dependemos cada vez mais de contracoerção para nos mantermos à tona.

Ambientes inteiros podem se tornar reforçadores ou punidores por si mesmos. Estudantes que são reforçados por notas altas, respeito de seus professores e admiração de seus colegas provavelmente freqüentam regularmente a escola. Estudantes que são punidos por notas baixas, desaprovação e humilhação por parte de seus professores e falta de reconhecimento e até mesmo desprezo de seus colegas provavelmente se mantêm fora da escola tanto quanto possível. A confiança na punição coloca o selo "Coercitivo" em todo o sistema e para muitos jovens um segmento importante de seu ambiente é aversivo. Para alunos que são punidos em classe, a escola torna-se um punidor. Em vez de fazer com que eles aprendam, a punição os leva a se evadir do ambiente onde a aprendizagem supostamente ocorre e talvez, até mesmo, a se esquivar de todo processo de aprendizagem formal.

Aí está porque punição condicionada é um efeito colateral "tóxico" da punição. Ambientes em que somos punidos tornam-se eles mesmos punitivos e reagimos a eles como a punidores naturais. Não gostamos deles, os odiamos ou tememos, evitando-os completa-

mente se pudermos, ou escapando deles assim que for possível. Considerando o choque como o punidor prototípico, podemos dizer que situações nas quais recebemos choques tornam-se choques elas mesmas, capazes de gerar todas as reações que o choque gera.

Punição condicionada é um efeito colateral com o qual não precisamos lidar muito longamente neste momento. Ele continuará aparecendo à medida que nosso quadro do controle coercitivo se desenvolver, uma vez que punidores condicionados gerarão, eles mesmos, os mesmos efeitos colaterais que os punidores dos quais derivam. Ameaças de punição, por exemplo, comunicadas em palavras ou ações, são uma experiência universal, muito mais comuns que as realidades que prognosticam. É crítico, portanto, reconhecer que uma parte particularmente importante de nosso ambiente é uma fonte importante de punição condicionada. É o ambiente social.

Tanto de um ponto de vista prático como de um pessoal, talvez a coisa mais significativa a lembrar sobre o primeiro efeito colateral da coerção é que as pessoas que usam punição tornam-se elas mesmas punidores condicionados. Outros as temerão, odiarão e se esquivarão delas. Se punimos outras pessoas, nós também nos tornamos punidores. Nossa própria presença será punitiva. Se simplesmente nos aproximamos daqueles a quem costumeiramente punimos, colocaremos um fim ao que quer que seja que estejam fazendo. Se apenas ameaçamos de nos aproximar, eles fugirão. Todos os efeitos colaterais que os choques geram, nós também geraremos. Qualquer um que use choque torna-se um choque.

6

Fuga

Se quisermos entender a conduta de qualquer pessoa, mesmo a nossa própria, a primeira pergunta a fazer é: "O que ela fez?" O que significa dizer, identificar o comportamento. A segunda pergunta é: "O que aconteceu então?" O que significa dizer, identificar as conseqüências do comportamento. Certamente, mais do que conseqüências determinam nossa conduta, mas estas primeiras perguntas freqüentemente hão de nos dar uma explicação prática. Se quisermos mudar o comportamento, mudar a contingência de reforçamento — a relação entre ato e conseqüência — pode ser a chave.

Freqüentemente gostaríamos de ver algumas pessoas em particular mudar para melhor, mas nem sempre temos controle sobre as conseqüências que são responsáveis por sua conduta. Se o temos, podemos mudar as conseqüências e ver se a conduta também muda. Ou podemos prover as mesmas conseqüências para conduta desejável e ver se a nova substitui a antiga.

Esta é a essência da análise de contingências: identificar o comportamento e as conseqüências; alterar as conseqüências; ver se o comportamento muda. Análise de contingências é um procedimento ativo, não uma especulação intelectual. É um tipo de experimentação que acontece não apenas no laboratório, mas, também, no

mundo cotidiano. Analistas do comportamento eficientes estão sempre experimentando, sempre analisando contingências, transformando-as e testando suas análises, observando se o comportamento crítico mudou.

Pais de uma criança com enurese noturna crônica, por exemplo, se perguntam se molhar sua cama está trazendo a seu filho algum reforçador positivo que ele não obtém de outro modo. Observando cuidadosamente, notam que geralmente lhe dão muita atenção quando ele molha sua cama. Suspeitando que sua atenção pode ter encorajado a enurese, tentam atrasar os resultados usuais — lavar, trocar, falar e tocar — até a manhã. Em vez disso, guardam suas interações calorosas e afetivas com a criança para outras ocasiões, talvez quando ela esteja brincando construtivamente, ou aprendendo alguma coisa nova e, certamente, quando ela usa adequadamente o banheiro.

Estes pais começaram a analisar as contingências que podem ter mantido a enurese de seu filho. Se sua análise for válida, eles em breve verão seu filho passando mais tempo em brincadeiras construtivas e situações de aprendizagem e não mais usando a enurese para obter atenção. Se sua análise não for válida, a continuação da enurese também tornará isto evidente. Não é necessário haver trabalho de adivinhação.

Algumas vezes, reforçamento negativo e não positivo é responsável pelo que fazemos. Podemos fazer algo não porque nos traz algo bom, mas porque impede ou nos livra de algo ruim. Novamente, a análise de contingências pode nos ajudar a compreender conduta problemática e a encontrar uma solução. Atenção, por exemplo, usualmente um reforçador positivo para uma criança, pode colocar problemas delicados depois que a criança tornou-se um adolescente. Pais que cuidam demais, ou muito intensamente, podem ser vistos como intrometidos e controladores. Atenção, então, funcionará como um reforçador negativo; é provável que os pais notem que sua filha de 16 anos não parece mais querer falar com eles, fica fora de casa tanto quanto possível e, quando em casa, permanece calada.

Aqui também, a análise de contingências há de se demonstrar auto-informativa. Se a análise for correta, mudanças nas contingências mudarão a conduta; se for incorreta, a ausência de mudança comportamental demandará uma abordagem diferente. Neste exemplo, alguns dos reforçadores dos próprios pais — a responsividade de sua filha a eles e, talvez, seu bem-estar — estão em jogo. Quando nossos próprios reforçadores estão em risco, nossa visão é

algumas vezes limitada; tendemos a ver o que queremos ver. Portanto, os pais podem precisar da ajuda de um observador não-envolvido. O observador pode recomendar que eles respondam às confidências de sua filha com afetuoso interesse, mas sem bisbilhotar; que eles mostrem não apenas seus temores em relação ao seu bem-estar, mas sua confiança em sua integridade e capacidade de julgar. Se modular sua atenção a transformar um reforçador negativo em um reforçador positivo, eles descobrirão que a conduta de sua filha muda. Desligar-se de seus pais, afastar-se deles e evitar comunicação não mais será reforçador. Em vez disso, ela interagirá mais freqüentemente, compartilhando experiências, confidenciando, confiando, mudando de fuga e esquiva para aproximação.

Infelizmente, muitas pessoas encontram reforçamento positivo cada vez mais raramente à medida que saem da infância. Para algumas, é raro mesmo durante a infância. A medida que minha história da coerção se desdobrar, ela mostrará que este triste estado de coisas tem aumentado enormemente a demanda por psicólogos clínicos, psiquiatras, assistentes sociais, analistas aplicados do comportamento e outros profissionais. Mantendo o olho aberto para reforçadores negativos, cada um de nós se tornará capaz de compreender melhor e, talvez, ajudar uns aos outros.

Reforçamento negativo gera fuga. Quando encontramos um reforçador negativo fazemos tudo que podemos para o desligarmos, para escapar dele. Se o encontramos novamente, faremos o que funcionou antes. Reforçadores negativos também podem ser usados como punidores. Uma maneira de punir pessoas é atingi-las com reforçadores negativos como uma conseqüência de algo que tenham feito. (Como vimos a outra maneira de punir é retirar reforçadores positivos.)

Reforçadores negativos e punidores, portanto, são os mesmos eventos funcionando de maneiras diferentes. Podemos fazer choques desaparecerem — reforçamento negativo; ou podemos tomar choques — punição. Reforçamento negativo torna uma ação mais provável, punição usualmente torna uma ação menos provável. Se um bebê pára de chorar quando o pegamos no colo — reforçamento negativo — responderemos aos seus choros subseqüentes pegando-o no colo; mas se pegar a criança no colo faz com que ela grite ainda mais — punição — tentaremos alguma outra coisa.

Punição e reforçamento negativo, quando trazidos à cena pelo mesmo evento, tornam-se ligados em um círculo vicioso. Um choque do qual fugimos também pune o que quer que tenhamos feito antes do choque. Ainda que possamos parar o choro da criança, também teremos cuidado para não fazer barulhos altos que

produzem choro. Por sua vez, um choque que pune também estabelece o potencial para reforçamento negativo; ele reforçará o que quer que façamos para desligá-lo ou escapar dele. Ainda que o início do choro puna nosso falar alto, o término do choro reforça pegar a criança no colo. Punidores, sejam coisas, lugares, eventos ou pessoas suprimem ações que os produzem, mas também geram fuga como um de seus efeitos colaterais. Uma vítima de punição que pode desligá-la, ou pode de algum modo sair da situação, há de fazê-lo.

Assim, punição, além de seu efeito pretendido usual — reduzir conduta indesejável — também aumentará a probabilidade de outro comportamento; se possível, aquele que recebe punição irá desligá-la ou fugir. Do ponto de vista daquele que está punindo, fazer o punido escapar pode ser um resultado não-pretendido e altamente indesejável.

O punidor pode nem saber da conexão entre a punição e a fuga. Algumas empresas, por exemplo, ainda que paguem salários de mercado, experienciam uma alta taxa de *turnover* de seu pessoal. Elas deveriam investigar a possibilidade de que seus empregados estejam fugindo de práticas coercitivas de supervisão. Incontáveis casamentos terminam por causa da confiança excessiva em controle coercitivo por parte de um ou de ambos os parceiros. O punidor, nestes casos, freqüentemente, fica completamente estupefato diante do desejo do outro de ir embora; e o punido, que talvez tenha encontrado um outro amor, freqüentemente, não percebe que o desejo de um novo parceiro é motivado pela fuga. E o que dizer de vandalismo e de incendiários de escolas? Que melhor modo há de fugir da coerção da sala de aula do que queimar a escola?

Punição está tão enraizada em nossas interações uns com os outros que freqüentemente sequer sabemos que estamos usando-a. E então, quando nossos negócios, casamentos, amizades e outros empreendimentos e relações pessoais importantes repentinamente fracassam, ficamos desapontados, magoados e bravos. Não compreendendo nosso próprio papel como coercedores e não reconhecendo que outros estão na realidade fugindo de nós, os acusamos de infidelidade, estupidez, deslealdade, vacilação e, até mesmo, neurose. Portanto, é crítico que saibamos mais sobre este comportamento que chamamos de "fuga".

Aprendendo por meio da fuga

A maneira mais direta de estudar a fuga é apresentar reforçadores negativos e ao mesmo tempo dar ao sujeito uma rota de

fuga. Podemos dar um choque em um rato de laboratório usando o chão da caixa experimental, deixando que o animal desligue imediatamente o choque ao pressionar uma barra. Em pouco tempo, o animal terá aprendido a pressionar a barra assim que o choque começa. Este procedimento simples mostra que reforçamento negativo e positivo compartilham pelo menos uma característica: ambos podem ensinar novo comportamento. Todos nós aprendemos a pressionar muitas barras, algumas porque trazem "alimento" e outras porque desligam "choques".

Esta demonstração de laboratório nos diz que reforçamento negativo é uma maneira efetiva de ensinar? Mais geralmente, a coerção por reforçamento negativo é uma maneira efetiva de controlar conduta? Ela justifica a prática predominante de coerção na família, nas escolas, no trabalho e em quase todos os lugares?

Aqui chegamos ao ponto crucial da questão. O que é um ensinar "efetivo"? O que significa controle "efetivo"? Como podemos dizer se mudamos efetivamente o comportamento de alguém? Nosso sujeito experimental, coagido por reforçamento negativo a pressionar a barra, parece ter aprendido muito bem sua lição; ele nunca deixa que o choque permaneça ligado mais que uma pequena fração de segundo. Mas, se olharmos mais de perto o animal, podemos nos perguntar se realmente ensinamos efetivamente.

Suponha que tenhamos programado os choques para acontecer imprevisivelmente. Algumas vezes alguns segundos são o intervalo entre choques, algumas vezes muitos segundos, algumas vezes alguns minutos. Ocasionalmente, choques se seguem em rápida sucessão, nem bem o animal desligou um choque e ele deve imediatamente pressionar novamente a barra para desligar um outro. Com tal imprevisibilidade, o animal não pode se arriscar a ir para longe da barra. Ele realmente não pode se arriscar a fazer qualquer outra coisa que não seja ficar na barra, pronto para pressioná-la tão rapidamente quanto possível, ao primeiro sinal de choque. O animal torna-se uma máquina de pressão à barra, fazendo seu trabalho devotadamente e com precisão, não se arriscando a nada mais. Se ele pudesse falar, ele possivelmente diria o ditado: "Melhor prevenir do que remediar."

A contingência de reforçamento negativo certamente ensinou algo ao animal, mas aconteceu mais do que esperávamos — a menos, naturalmente, que fosse nossa intenção tornar o sujeito um autômato. Uma contingência de reforçamento simples — o animal produz comida pressionando uma barra — também ensina, e aqui também o animal aprende mais do que simplesmente a pressionar a

barra. Ele permanece relaxado o suficiente para explorar seu ambiente de tempos em tempos, para descobrir se algo novo está acontecendo, para fazer outras coisas que podem ter sido reforçadas no passado, ou simplesmente para descansar. A contingência positiva deixa o animal em posição para tirar vantagem de outros reforçadores que podem se tornar disponíveis e de novas oportunidades para aprender que possam surgir.

Por outro lado, a contingência de reforçamento negativo, que coage o animal a pressionar a barra para desligar choques, torna-o incapaz de relaxar sua vigilância. Em posição de não fazer e de não aprender qualquer outra coisa, ele leva o que podemos chamar de uma "vida de quieto desespero", seu único critério de sucesso sendo sua efetividade em reduzir a quantidade de choques que ele toma.

Assim, um julgamento de se reforçamento negativo ensina efetivamente dependerá, antes de tudo, da completude de nossa análise. O que o aluno realmente aprende? As contingências que estabelecemos usualmente ensinarão mais do que planejamos. Ambos, reforçamento positivo e negativo, efetivamente ensinarão o que as contingências especificam, mas elas também ensinarão outras coisas. É aí que elas diferem. Reforçamento positivo deixa-nos livres para satisfazer nossa curiosidade, para tentar novas opções. Reforçamento negativo inculca um repertório comportamental estreito, deixando-nos temerosos de novidades, com medo de explorar.

Se julgamos ou não reforçamento negativo um meio efetivo de controlar a conduta também dependerá de nossas intenções. Se nosso objetivo for criar um ser que fará exatamente aquilo que queremos, e nada mais, o caminho é um forte reforçamento negativo. Mas déspotas, sejam eles ditadores militares, tiranos desprezíveis ou opressores familiares, têm que permanecer eternamente vigilantes. Finalmente, todos eles caem porque o reforçamento negativo, como veremos, produz ainda mais efeitos colaterais.

Reforçamento negativo, então, particularmente se intenso e contínuo, pode restringir estreitamente nossos interesses, até mesmo causando uma espécie de "visão de túnel" que nos impede de atentar para qualquer coisa, exceto o estresse a que estamos, no momento, sendo submetidos. Nós podemos dar conta muito bem de rotinas estabelecidas, embora talvez de uma maneira estereotipada, mecânica ou compulsiva. Em casos extremos, estaremos sempre olhando por sobre os ombros para ver que novo desastre está a ponto de desabar sobre nossas cabeças.

Em um segundo efeito colateral, reforçamento negativo continuado transforma mais e mais pessoas, objetos e lugares à nossa

volta em reforçadores negativos. O domínio sob o qual estamos sujeitos a controle coercitivo se alarga. À medida que desligamos os vários tipos de choques que nos atingem em certos momentos, em lugares específicos e em outras circunstâncias distintivas, nosso ambiente passa a sinalizar a iminência de cada tipo de choque e a iminência da necessidade de fugir. A fuga ocorre dentro de um contexto ambiental e finalmente aprendemos os sinais para cada contingência.

Quando uma situação que começou neutra, ou mesmo benevolente, torna-se um sinal de reforçamento negativo, torna-se também um reforçador negativo por si mesma. Assim como qualquer punição torna também punidores as circunstâncias que a acompanham, qualquer reforçamento negativo também estabelece o ambiente no qual ocorre como um reforçador negativo. Uma vez criados, estes coercedores condicionados passam a controlar, suplantando os agentes controladores pretendidos e estendendo a coerção para muito além de seu escopo original.

Poderíamos facilmente demonstrar a transformação de todo um ambiente em um reforçador negativo fazendo um experimento que ninguém jamais fez. Será fácil perceber porque não é feito. Simplesmente remova o teto de uma caixa onde um rato de laboratório está pressionando sua barra para desligar choques. Os instrumentos de registro em breve ficariam silenciosos: o animal teria ido embora — literalmente, pelo teto.

Lugares onde experienciamos reforçamento negativo tornam-se eles mesmos reforçadores negativos. Assim também se tornam as pessoas que nos controlam por reforçamento negativo. Se pudermos, fugiremos de ambos, lugares e pessoas. Prisioneiros fogem da cadeia, soldados desertam do exército, trabalhadores fazem intervalos ampliados e estão fora do trabalho assim que o relógio mostra o fim do dia de trabalho. Patrões que dizem aos trabalhadores para "produzir ou..." experienciam um *turnover* de pessoal mais alto do que aqueles que simplesmente arranjam promoções, pagamentos maiores e tempo livre como resultado da produtividade. Pacientes provavelmente abandonarão os cuidados de um médico que lhes diz que não deveriam comer tanto porque estão muito gordos e procurarão um outro que lhes diz o que deveriam comer para tornar-se magros.

Portanto, controle por reforçamento negativo também tornará o ambiente coercitivo. Se conseguimos que outros façam o que queremos, deixando-os fugir de algo desagradável ou nocivo, eles também fugirão, se possível, dos lugares onde tal coerção ocorreu — e de nós. Quando fazemos outros cumprirem nossas ordens "aper-

tando os parafusos" até que eles as cumpram, podemos descobrir, se formos os proprietários, que nossas vítimas abandonaram seu apartamento; se formos os patrões, que elas abandonaram o emprego; se formos um credor, que elas saíram da cidade.

Qualquer elemento físico ou social de uma situação em que somos reforçados por desligar ou fugir de algo doloroso, amedrontador ou repugnante, torna-se ele mesmo um lugar ou uma pessoa da qual fugir. Se controlamos outros por reforçamento negativo, também nos tornamos objetos de aversão. Conhecidos, parentes, colegas de trabalho, qualquer um que não tenha de permanecer em contato conosco irá embora. Eles descobrirão barras que podem pressionar para interromper ou descontinuar a relação. Se formos professores coercitivos, nossos alunos não estarão disponíveis para receber nossa instrução. Se formos pais coercitivos, nossos filhos sairão de casa assim que puderem. Se formos policiais coercitivos, descobriremos que o nosso é um caminho solitário.

Reforçamento negativo e punição

As duas formas de coerção — reforçamento negativo e punição — permanecem de perto relacionadas. Eventos que são reforçadores negativos em um momento podem ser punidores em outro, sendo seu papel particular determinado por sua relação com nossa conduta. É provável que nos mantenhamos fazendo qualquer coisa que remova a cara feia do chefe — reforçamento negativo; também é provável que paremos de fazer qualquer coisa que faça a cara feia reaparecer — punição.

Na prática, reforçamento negativo e punição estão ainda mais imediatamente interligados. Para que o término de um evento seja reforçador, primeiro o evento tem de ocorrer; o choque tem de acontecer antes que possamos desligá-lo. O que estávamos fazendo quando o choque apareceu? O que quer que seja, é menos provável que repitamos esse ato no futuro, ainda que ele não tenha realmente trazido o choque.

Se o sujeito experimental, desligando choques ao pressionar uma barra, deixasse a barra para investigar um ruído no fundo da caixa, ele provavelmente receberia um choque durante sua exploração. E por causa do tempo necessário para o sujeito voltar à barra, o choque provavelmente duraria mais que o usual. Qualquer interesse futuro em sons misteriosos seria enormemente reduzido. Embora o som não tenha causado o choque e nada do que o animal tenha feito realmente tenha produzido o choque — ele teria vindo naquele mo-

mento, de qualquer maneira — ambos, o som e o comportamento exploratório, por acaso precederam o choque. Exploração foi, portanto, punida e o som tornou-se um sinal de aviso.

Estes tipos de conseqüências acidentais — ações e seus contextos ambientais correlacionados apenas por acaso com o aparecimento de um reforçador negativo — podem ser responsáveis por superstições e por conduta que parece anormal ou mesmo doente; mais tarde, eu falarei sobre alguns desses efeitos colaterais da punição e do reforçamento negativo. No momento, a punição acidental que inevitavelmente acompanha reforçamento negativo pode ser vista como ainda uma outra indicação da íntima relação entre as duas formas de coerção. Antes que um reforçador negativo possa fortalecer o que quer que façamos para desligá-lo, ele punirá automaticamente o que quer estejamos fazendo exatamente antes do seu início.

O elo entre punidores e reforçadores negativos se estende também a seus efeitos colaterais condicionados. Um ambiente do qual fugimos punirá qualquer ação que nos coloque de novo em contato com ele. Se a escola é um reforçador negativo, fortalecendo nosso comportamento de deixá-la, ela provavelmente é também um punidor, reduzindo nossa inclinação para nos aproximarmos e entrarmos. É provável que um salvamento de afogamento nos reforce poderosamente por sair da água; a menos que medidas especiais sejam tomadas para neutralizar o *status* de punidor recém-adquirido pelo oceano, tenderemos a encontrar outros modos, que não o nadar, para nos exercitarmos ou nos mantermos sem calor. Podemos até mesmo abandonar barcos como meio de transporte. Uma criança não aprenderá apenas a fugir do fanfarrão da vizinhança, talvez correndo mais que ele, mas também a se manter distante de seu território.

Portanto, aqueles que nos controlam coercitivamente podem usar os mesmos eventos como punidores para parar o que estamos fazendo ou como reforçadores negativos para nos obrigar a fazer algo para fugir. Eles podem nos dar choques por fazermos o que os desagrada, ou podem nos dar choques até que façamos o que os agrada. Ao continuar a analisar os efeitos colaterais da coerção será conveniente juntar estas duas técnicas coercitivas, punição e reforçamento negativo.

7

Rotas de fuga

Um arranjo padrão de laboratório mantém um sujeito rapidamente desligando choques ao pressionar uma barra. Fora do laboratório, realizamos uma quase ilimitada variedade de rotinas de fuga. Com o controle pelo reforçamento negativo e punição predominantes em praticamente todas as áreas das relações humanas, experienciamos muitos tipos de choques junto com muitos eventos e situações que se tornaram equivalentes a choques. Cada um de nós encontrou muitos tipos de barras com as quais desligá-los.

Desligando-se

Freqüentemente desligamos o que quer que nos desagrade. A menos que más notícias demandem ação imediata, tendemos a fugir tornando-nos cegos ou surdos a elas. Algumas vezes trancamos o ambiente coercitivo ligando-nos em literatura, teatro e filmes de "escape". Mesmo reforçadores negativos e punidores suaves, mas persistentes, podem tornar habitual a fuga. Tendo um pai ou esposo que fala incessantemente, aprendemos a "fechar nossos ouvidos", balançando a cabeça ou assentindo ocasionalmente, mas escutando pouco. Nalguma medida, vemos e ouvimos apenas aquilo que quere-

mos ver e ouvir, ignorando realidades desagradáveis até que elas se tornem persistentes ou fortes o suficiente para perfurar nosso escudo de insensibilidade.

Podemos salvar uma relação aprendendo a ignorar pequenas amolações, mas desligar perigo e sinais de perigo não é adaptativo. Não faz sentido provocar a morte dirigindo um carro em sua velocidade máxima porque "isto não pode acontecer comigo". É bobagem continuar fumando com o argumento de que "a evidência é apenas estatística". Ignorar uma curva de vendas decrescente porque "é apenas o ciclo natural dos negócios" provavelmente levará o negócio à falência. Por que tão freqüentemente nos engajamos em tal fuga irreal? Por que *desligamos* a realidade? Para uma explicação, olhe primeiro para as conseqüências imediatas em vez das conseqüências finais. A curto prazo, desligar realmente funciona. Por não apresentar outras reações em relação a alguém que ofende ou a um evento ofensivo ou perigoso, desligar faz com que o evento ou perigo desapareça da consciência — ele realmente parece sumir.

Mas finalmente a realidade não prevalece? Podemos sobreviver ignorando o desagradável, o feio ou o perigoso?

Crise de gerenciamento. Algumas vezes desligar parece justificar-se, mesmo a longo prazo. Todo mundo conhece pessoas que generalizadamente colocam problemas "no gelo", mas que, então, aplicam efetivamente suas mais desenvolvidas habilidades de técnicas, sociais e de gerenciamento, para lidar com cada um desses problemas à medida que sua severidade finalmente força sua atenção. Eles se movem de crise em crise. No processo, alguns problemas, ainda que não-trabalhados, realmente desaparecem. E assim, seu reforçamento negativo imediato por desligar, o reforçamento ocasional quando um problema negligenciado se resolve sozinho, e seu sucesso em finalmente lidar com problemas difíceis, tudo isto produz um ganho final.

Mas, embora possamos fugir das coerções da vida por algum tempo desligando-as até que demandem nossa atenção, uma carreira de gerenciamento de crises é, paradoxalmente, uma existência completamente coagida. Cada emergência nos mantém em suas garras, ocupando toda nossa atenção e controlando todas as nossas ações até que a tenhamos resolvido. Então, a próxima crise nos agarra. Reforçamento negativo — fuga — domina nossas vidas. O fracasso, o resultado de uma crise severa ou complicada demais para resolver, parece uma possibilidade remota. Úlceras, ataques cardíacos, estafa e outros problemas nos quais a coerção pode de-

sempenhar um papel são freqüentes na população, mas raramente atingem qualquer indivíduo particular. Eles, portanto, exercem pouca influência até que realmente aconteçam conosco.

Deixe o Zé fazer isso. Outros reforçadores também podem sustentar *o desligar* como um modo de lidar com problemas, ainda que a lógica nos diga que ignorância da realidade não pode promover a sobrevivência. Podemos ignorar uma situação perigosa porque não estamos prontos para enfrentá-la, mas alguém mais, considerando aquele mesmo perigo mais ameaçador, pode lidar com ele diretamente. E assim temos a solução "deixe o Zé fazer isso" para problemas desagradáveis. Quando ela funciona, torna-se ainda mais provável que desliguemos as demandas menos agradáveis da vida. Nossa sorte finalmente acabará, mas, enquanto isso, temos companhia; muitos fogem "vendo tudo cor-de-rosa" ou "brincando de Poliana", ainda que estas adaptações devam se demonstrar finalmente autoderrotadas.

No governo, na indústria e nas grandes instituições, "Deixe o Zé fazer isso" foi formalizado como "Delegação de responsabilidade". Freqüentemente fugimos à responsabilidade, passando-a para alguma outra pessoa. Quando decisões requerem conhecimento que não temos, ou que causarão conseqüências desagradáveis, atribuímos responsabilidade a Zé ou Maria. Na indústria, esta rota de fuga tem levado à proliferação de diretores, gerentes, líderes de projetos e consultores técnicos; no governos a uma emaranhada estrutura administrativa de departamentos, secretarias e ministérios; nas universidades e hospitais a uma "estrutura de suporte" que consome ela mesma consideravelmente mais recursos que a própria missão educacional ou de saúde que a estrutura supostamente sustenta. Cada novo elo na "cadeia de comando" supostamente remove da atenção imediata do chefe alguma área problemática. É como uma partida de futebol sem fim, cada jogador habilidosamente passando a bola para um outro, esperando não ser o desafortunado recebedor de um passe para o gol.

O crescimento da burocracia industrial e governamental é usualmente justificado como uma medida de eficiência. Entretanto, a longo prazo, os benefícios da influência, renda e poder reforçam nossos líderes por manter e expandir suas burocracias particulares. A curto prazo, cada delegação de responsabilidade recebe reforçamento negativo forte e imediato — fuga dos trabalhos necessários para se chegar a julgamentos fundamentados e liberdade dos confli-

tos que toda decisão gera. E, naturalmente, "deixar Zé fazer isso" também significa que mais tarde "Zé pode levar a culpa".

Fazer nada. A fuga da solução de problemas torna-se ainda mais reforçadora quando uma decisão errada poderia produzir catástrofe. A possibilidade de holocausto nuclear parece ter paralisado os líderes das nações. Confrontados com estoques de armas nucleares cada vez maiores, eles olham em outra direção. Armas nucleares estão se tornando crescentemente mais acessíveis a indivíduos que possivelmente não poderiam compreender seu potencial destrutivo e que, portanto, não hesitariam em usá-las. Elas também estão se tornando disponíveis para terroristas, cuja existência marginal lhes dá pouca razão para temerem sua própria destruição. Ainda assim, nossos líderes fingem que a catástrofe não pode acontecer. Ou, caso pudesse, eles afirmam que a possibilidade seria remota; "não há uma emergência". Um movimento errado pode trazer um desastre tão enorme que não realizar qualquer mudança parece o caminho mais seguro. Portanto, eles continuam a ameaçar uns aos outros com destruição; o único elemento novo é que a ameaçada destruição de algum modo torna-se mais e mais total.

A chantagem nuclear que poderia se seguir a qualquer desarmamento unilateral impede cada nação de dar esse passo. O medo de proliferação nuclear não-detectada impede acordos de desarmamento multinacionais. De qualquer modo, a impossibilidade de restringir o crescimento do conhecimento científico e de engenharia rapidamente tornaria obsoletas as provisões técnicas de qualquer acordo limitado. Portanto, está fadada ao fracasso qualquer coisa que não seja a total desistência de todas as aplicações destrutivas desse conhecimento. Mas, uma desistência total não teria significado sem um monitoramento irrestrito de todos os países signatários. Incapazes de superar as dificuldades práticas que tal compromisso total colocaria, líderes nacionais fingem que sabedoria convencional será suficiente para fazer com que este problema totalmente inconvencional desapareça.

E assim eles nada fazem. Fuga da realidade e da responsabilidade continuam. A diplomacia internacional torna-se um enigma sem sentido, repleto de pronunciamentos e posturas de autosuperioridade, com demonstrações cuidadosas de pêlos eriçados, grunhidos, ranger de dentes e batidas de pés. O perigo de limitar a proliferação de armas nucleares faz com que nossos líderes ignorem o perigo maior de deixar que ela continue. Recusando-se a agir agora, iludindo-se, acreditando que eles ainda não têm que fazer sua escolha, eles na realidade escolheram. Sua decisão foi a de autodes-

truir; apenas a data permanece incerta. Porque o alívio de ter que tomar uma decisão potencialmente perigosa é imediato, ele os controla mais fortemente do que a conseqüência catastrófica, mas muito atrasada, de não tomar qualquer decisão óbvia.

Este fato do comportamento — conseqüências imediatas nos influenciam mais fortemente que conseqüências atrasadas — justifica uma previsão pessimista: a probabilidade de que a espécie humana sobreviverá não é grande. A decisão de nada fazer de construtivo para promover a sobrevivência fornece alívio imediato da necessidade de considerar o impensável; ela nos deixa livres para perseguir nossas preocupações e problemas cotidianos. Mas colocar a autodestruição na gaveta rotulada "supersecreto" de nossa consciência não a fará desaparecer. Há um pouco de "Deixe o Zé fazer isso" aqui, com o Zé sendo nossos filhos e netos.

O problema é único na história humana. Aprendizagem vem da experiência, mas ninguém ainda experienciou o iminente choque final. Sem ter tido oportunidade de descobrir uma barra que pudesse trazer alívio, passamos a pressionar barras que trazem o desastre para mais perto. Temos aqui uma situação na qual não podemos esperar que a experiência nos ensine; o reforçamento negativo necessário para sustentar esta adaptação particular jamais pode ocorrer porque ninguém sobreviverá à primeira experiência.

O problema fundamental é comportamental e a análise do comportamento o expõe, mas não está claro que nossa espécie esteja equipada comportamentalmente para resolvê-lo. Podemos reduzir o controle que contingências passadas e presentes exercem sobre nosso comportamento presente? Podemos, em vez disso, nos colocar sob o controle de uma contingência que ainda não aconteceu? Podemos, de algum modo, tornar a ameaçada destruição da espécie um determinante mais poderoso de nossa conduta do que nossas preocupações econômicas e ideológicas atuais? Nossa tendência para enfrentar problemas difíceis desligando-nos deles, um produto da excessiva exposição à coerção, de algum modo terá que ser contornada. Eu terei mais a dizer sobre isso mais tarde, ao discutir alternativas à coerção no controle do comportamento.

Desistindo

Um outro tipo de barra de fuga que muitos aprendem a pressionar é parecida com a barra de desligar. Em vez de simplesmente desligar-se, eles realmente desistem. Desistir, com sua muitas nuances de significado, é um importante problema social de

nosso tempo. Temos desistentes da educação, da família, da religião, de responsabilidade pessoal e da comunidade, da cidadania, do veio principal da sociedade, da própria sociedade, da vida.

O elemento comum em todos os tipos de desistência é reforçamento negativo. Algumas vezes ele toma a forma de esquiva; nós nos impedimos de nos envolver. Eu discutirei esquiva, um outro efeito colateral da coerção, nos próximos capítulos. Em outros momentos, o reforçamento negativo toma a forma de fuga; tendo nos envolvido, nós, então, quebramos o contato, saímos.

Desistir de aspectos coercitivos, mas importantes, da vida pode empobrecer severamente nossa existência. A sociedade também é a perdedora quando um indivíduo pára de participar. Usar uma barra de desistência para fugir da coerção é uma adaptação não-produtiva. Desistentes não contribuem, seja para o seu bem estar, seja para o bem-estar geral.

Desistindo da escola. Desistentes da escola são um exemplo particularmente trágico. Embora muitas comunidades não deixem mais os professores usar punição corporal, a coerção ainda é a principal ferramenta pedagógica. Supõe-se que a aprendizagem provê suas próprias recompensas, mas ninguém confia no fracasso como provedor de suas próprias punições. Este se supõe ser o trabalho do professor. Fazer com que os alunos aprendam punindo-os quando eles fracassam.

O chapéu de burro, literalmente e figurativamente, ainda é de uso comum. Exponha alunos lentos ao ridículo; revele suas inadequações para eles mesmos e para os outros chamando-os em testes orais; devolva seus trabalhos cheios de comentários escritos em destaque e com notas baixas para que outros alunos vejam à medida que passam os trabalhos da frente para trás; fale com eles rispidamente, ou com paciente exasperação; enfatize suas notas baixas, escrevendo-as em seus boletins com tinta vermelha; sente-os no fundo da classe, use-os como exemplos do que acontece com alunos fracassados.

Se eles não conseguem lidar com a carga de trabalho normal, dê-lhes mais; faça-os passar mais horas na escola e fazer trabalho extra na escola e em casa; garanta que o fracasso em aprender não apenas os torna párias sociais, mas os priva também de brincar e de outros divertimentos. Escolarização não precisa ir longe antes que as crianças concluam que aprendizagem e prazer são mutuamente exclusivos, que mais de um significa menos do outro.

De fato, a fuga é inevitável. Alguns alunos simplesmente se desligam. Eles e seus professores estabelecem um pacto implícito: Desde que eles "se comportem", o professor deixará que eles se percam em seus próprios sonhos. Mas se a coerção aumenta, desligar-se torna-se impossível. Então, a desistência começa, iniciando-se com andar devagar e se atrasar, mudando para doenças fictícias, daí para "cabular aulas" e, finalmente, para raramente — ou nunca — aparecer. O custo de encontrá-los e trazê-los de volta torna-se exorbitante, assim a comunidade os ignora até que, na idade legal, eles obtêm a libertação da servidão.

Naturalmente, nem todos os professores praticam a coerção e muitos merecem admiração por sua dedicação e competência. Muitos rejeitam reforçamento negativo como um método para induzir alunos a aprender e, em vez disso, usam reforçamento positivo efetivamente. Aqueles que conduzem os seus alunos com sucesso a cada passo, reforçando positivamente sucessos, em vez de punir fracassos, não criam desistentes; eles não dão aos seus alunos qualquer razão para fugir.

Mas, professores que rejeitam a coerção como uma ferramenta pedagógica o fazem a despeito de seu treinamento. Embora a filosofia da educação atualmente ensinada em nossos cursos de pedagogia seja anticoercitiva, o treinamento prático não usa o que é sabido sobre o ensinar não-coercitivo. Diz-se a futuros professores que a coerção é ruim, mas não se mostra a eles como usar alternativas efetivas. As práticas tradicionais persistem.

As crises atuais de disciplina e desistência são o resultado inevitável de uma história de coerção educacional. Pode-se ter saudades dos dias em que os alunos temiam seus professores, falavam com eles com respeito, aceitavam trabalho extra como punição, submetiam-se a serem mantidos na escola depois da aula e até mesmo se resignavam a apanhar. Mas através dos anos, todas estas formas de controle coercitivo estavam semeando a destruição do sistema. Onde e quando quer que a coerção seja praticada, o resultado final é perda de suporte para o sistema por parte daqueles que sofreram com ele. Em todo ambiente coercitivo, o coagido finalmente encontra maneiras de voltar-se contra os coercedores. Contracontrole, veremos mais tarde, é um outro efeito colateral do controle coercitivo. Uma relação de adversários desenvolveu-se entre alunos e professores, e as vítimas anteriores, agora pais, não mais apóiam o sistema contra seus próprios filhos.

Isto não significa dizer que a coerção no sistema educacional é a única causa da desistência. A coerção sempre foi praticada nas

escolas, ainda assim os desistentes tornaram-se um problema agudo apenas em anos recentes. Não temos qualquer evidência de que nossas escolas sejam mais coercitivas hoje do que no passado. Claramente, outros fatores também estão envolvidos. Nos últimos cinqüenta anos, a estabilidade geográfica e emocional que a estrutura familiar costumava prover se deteriorou drasticamente; a sempre presente ameaça de destruição nuclear foca a atenção dos jovens e de todos os demais no presente, em vez de focá-la na preparação de um futuro que pode não existir; o abuso de drogas está afetando todas as instituições e não apenas as escolas.

E ainda assim, se os elementos coercitivos do sistema educacional não fossem tão avassaladores, este sistema teria se descoberto capaz de enfrentar as outras pressões. No laboratório e nas situações familiares em que a aprendizagem supostamente ocorre, a evidência indica que o ensinar bem-sucedido e não-coercitivo mantém os alunos que estão sob pressão física ou emocional no lugar. Eles ficam e eles continuam a aprender. Quando o ensinar não é bem-sucedido, ou é feito por reforçamento negativo em vez de positivo, alunos reagem a outros estresses, desistindo.

Quando se impede o desligar-se ou o desistir fisicamente, surgem problemas de disciplina. Agressão e outros tipos de disrupção são rotas de fuga-padrão, ainda que no início tragam ainda mais coerção. Permite-se a professores que mantenham a disciplina por meio de reprimenda, abuso verbal, cancelamento de privilégios, atribuição de trabalho extra, relatos ruins para os pais, telefonemas à autoridade administrativa superior ou à polícia e, até mesmo, queixas penais. A solução mais freqüentemente oferecida para o problema da disciplina é aumentar a severidade das contramedidas coercitivas, sendo a punição última, a expulsão do sistema. Uma maneira-padrão de o aluno desistir é conseguir ser expulso.

Não é irônico que alunos que foram bem-sucedidos em fugir da coerção normal do sistema educacional, causando problemas e sendo expulsos, ganhem uma permissão legal para não-participação? A tragédia é que é negado acesso posterior àqueles que mais precisam da escolarização, àqueles que por uma razão ou outra não descobriram as respostas certas em sala de aula. "Negado o acesso?" pode-se objetar. "Nada é negado a eles. A educação está disponível para todos. O problema da desistência reflete deficiências dos alunos ou da sociedade mais ampla, não do sistema educacional."

Responsabilidade não é a questão primária. Quando um objeto cai no espaço, não culpamos alguma força misteriosa dentro do objeto, nem tentamos remediar as falhas da natureza. Aceitamos a

inevitabilidade de uma queda como uma conseqüência de qualquer perda de sustentação física. De modo semelhante, a fuga é uma conseqüência inevitável da coerção. Desistir é simplesmente uma das muitas formas de fuga. Neste ponto, intenções, atribuição de culpa, filosofias da educação e mesmo teorias do comportamento não são relevantes. Qualquer um, sujeito à coerção, se possível, cairá fora. A fuga de um organismo vivo, como uma conseqüência da coerção, não é menos um fato da natureza do que a queda de um objeto como uma conseqüência de perda de suporte físico. Porque ela produz fuga, a coerção é uma recusa de acesso tanto quanto o é bater a porta da escola na cara do aluno.

A coerção não leva apenas alunos a sair do sistema educacional; professores também estão saindo. Tradicionalmente estabelecemos o salário de professores em níveis relativamente baixos, dados a duração e custo do treinamento requerido, a dificuldade do trabalho, e as horas extras necessárias para a preparação das aulas, correção de trabalhos e atendimento de alunos e pais. Alguns argumentam que os baixos salários indicam o baixo valor que a sociedade atribui à profissão de ensinar. Nalguma medida esta interpretação pode ser verdadeira, mas ela não é suficiente; ela não explica porque professores se mantiveram como tal a despeito dos salários inadequados e, talvez, da baixa estima social.

Permanecendo em seus postos, professores mostram que outros reforçadores, que não dinheiro e prestígio, estão operando. A maioria dos alunos realmente aprende alguma coisa, e muitos aprendem muito, algumas vezes como resultado de ensino efetivo e algumas vezes a despeito de um mau ensino. Para a maioria dos professores a razão de fundo é o sucesso de seus alunos em aprender. Quando os alunos progridem, eles carregam com eles novos modos de se comportar que não tinham quando começaram? Porque estes e outros tipos especiais de reforçadores mantêm os professores ensinando, a sociedade não teve que prover as recompensas financeiras que teriam sido necessárias se o dinheiro fosse a única razão de um professor para continuar.

Mas agora, mais e mais professores descobrem-se alcançando aquela tão importante razão de fundo cada vez menos freqüentemente. Para um professor, cada desistente é uma outra oportunidade perdida para ensinar com sucesso. Aqueles alunos que permanecem fisicamente, mas desenvolvem sistemas de contracoerção estão tornando a fuga uma alternativa ainda mais compelidora para os professores. Com suas instituições de treinamento fracassando em lhes fornecer métodos não-coercitivos para manter a disciplina em

sala de aula, eles estão se descobrindo não apenas fracassando em ensinar efetivamente, mas incapazes até mesmo de manter um ambiente que conduza à aprendizagem. Sua taxa de sucesso está declinando; eles mesmos estão se tornando objetos de coerção; as maiores recompensas financeiras disponíveis para outros tipos de trabalho estão, portanto, tornando-se mais e mais tentadoras. Professores, também, estão se tornando desistentes.

O processo educacional está, ele mesmo, recebendo notas baixas. Muitos alunos estão aparentemente passando de série a série sem terem aprendido o básico. A competência em leitura, escrita, aritmética e raciocínio parece estar declinando. E, mantendo nossa longa confiança na coação para fazer com que nossas crianças aprendam suas lições, líderes da educação propõem resolver este problema impondo medidas coercitivas ainda mais estritas. Como um remédio para os males da escola, um recente dirigente da burocracia educacional em nosso governo, apoiado pelas principais organizações de professores, vem reivindicando padrões mais altos nas escolas.

O que se quer dizer com "padrões mais altos"? Quem terá que atingir estes padrões mais altos? E como vão fazê-lo?

Examinando as propostas, descobrimos que "padrões mais altos" significam "notas mais altas". São os alunos que devem atingir as notas mais altas. Mas nada é dito sobre *como* os alunos vão ser levados a atingir estes novos critérios de desempenho. Eles simplesmente deverão ser testados e, ou atingirão níveis mais altos de competência, ou não serão promovidos. Estamos de volta à educação por meio da coerção, dizendo aos alunos: "Aprendam, ou..."

Não se pode ter qualquer argumento contra altos padrões enquanto tal. E há suficiente evidência de que professores que esperam altos níveis de desempenho de seus alunos são provavelmente os que obtêm melhor desempenho. Mas isto não acontece por mágica. Somente se professores puderem combinar altas expectativas com altos níveis de competência para ensinar, os alunos poderão descobrir como atingir as expectativas. E em nenhum lugar das propostas de rédeas mais curtas para a promoção de uma série para a próxima existe qualquer sugestão de que escolas de educação precisam treinar professores mais efetivamente para ajudar alunos a atingir os novos padrões impostos. As associações de professores aceitaram a demanda do Ministro de Educação por requisitos de maior competência dos alunos, mas consistentemente recusaram-se a aceitar demandas para aumentar a competência do professor.

Mesmo que os alunos continuem a "ficar para trás", seus professores devem ser promovidos de qualquer modo.

Esta imposição unilateral de melhores níveis de resultados tornará, portanto, o sistema educacional ainda mais coercitivo do que já é. Uma vez que educadores não terão que ensinar professores como instruir mais efetivamente, alunos terão que fazê-lo sozinhos. Eles devem atingir padrões mais altos ou arcar com as conseqüências. Teremos mais desistentes do que nunca.

Em princípio, ninguém discorda de que bom ensino deveria ser reconhecido e recompensado. Ninguém duvida de que alguns professores são ruins e que alguns maus professores são promovidos. Mas quando tentamos delinear meios institucionais para identificar os bons e os maus, para promover os primeiros em vez dos últimos, incorremos nas antiqüíssimas questões que todo professor consciencioso ainda se faz: como definir bom ensino? Como identificar os bons professores? Quem julgará e quem selecionará e supervisionará aqueles que julgarão?

O critério mais importante para identificar boa instrução e bons professores é o comportamento dos alunos. Quando testamos alunos também estamos testando professores. Poucos parecem questionar nossa habilidade de identificar bons alunos. Esta suposição é certamente questionável, mas na medida em que podemos validamente julgar os resultados dos alunos, podemos também julgar o desempenho de seus professores. Quanto melhor um, melhor o outro. Cada sucesso do aluno é um sucesso do professor, cada fracasso do aluno é também um fracasso do professor. Bons professores sabem disso e cada nota de reprovação que eles têm de dar os arrasa.

Naturalmente, temos que reconhecer que as causas de alguns fracassos estão além do controle de qualquer professor. Mas, em geral, e com a devida consideração de variações econômicas, sociais, familiares e regionais na preparação dos alunos para as demandas sucessivamente crescentes que a escola coloca sobre eles, não é difícil identificar bons professores. Quanto mais bem-sucedidos os alunos, mais bem-sucedido o professor.

Se queremos diminuir a desistência da escola e aumentar a participação, um primeiro passo útil seria uma análise comportamental. Desistir é, afinal de contas, comportamento; uma maneira de torná-lo mais ou menos provável é arranjar conseqüências apropriadas. Comece examinando interações entre alunos e professores, alunos e administradores, alunos e outros alunos; identifique e eli-

mine os elementos coercitivos que tornam a fuga destas interações reforçadora.

Treine professores no uso de técnicas instrucionais não-coercitivas para ajudar alunos a atingirem os padrões desejados. Isso, também, pode ser feito não-coercitivamente; em vez de propor punições mais severas para alunos quando fracassam, o Ministro da Educação poderia ter sugerido reforçadores para educadores que planejem tecnologias de ensino que façam com que mais alunos sejam bem-sucedidos. E lembre-se, autocorreção — inteligibilidade — é parte constitutiva da análise do comportamento. Quaisquer fracassos na obtenção de resultados desejáveis rapidamente tornar-se-ão evidentes e podemos tentar novas rotas para obter os resultados desejados. Fracassos e sucessos de professores podem ser julgados pelos profissionais de ensino, auxiliados por cidadãos não-profissionais mas interessados, e não precisa envolver coerção institucionalizada.

Desistindo da família. Um outro fugitivo trágico é o que desiste da família. Muitos jovens vivem com punição freqüente em casa. Se a maior parte da atenção que obtêm vem na forma de punição, com pouco reforçamento positivo compensatório, é provável que eles deixem a velha casa paterna assim que surja uma oportunidade. Eles podem começar prestando pouca atenção ao que é dito a eles e ainda menos ao que é dito à sua volta em casa; eles não assumem maiores responsabilidades na casa além das que são forçados; eles nem dão nem solicitam afeto. Eles primeiro se desligam da vida familiar e, então, quando se torna possível desistir, eles se vão.

A sociedade provê um conjunto de desculpas aceitáveis para deixar a família. Ir para escola longe de casa é uma técnica de fuga aprovada, assim como encontrar um bom emprego muito distante. Gravidez é um modo tradicional para adolescentes conseguirem permissão para se casarem, até mesmo dos pais mais relutantes. Casamento, possibilitado por gravidez precoce, ou por atingir a idade legal, é uma rota de fuga da família socialmente aceita. Em muitos estados, ser mãe solteira permite a uma garota fugir de sua família para os braços da previdência pública, que a sustenta em seu próprio domicílio.

Sair de casa para a escola, o trabalho, o casamento ou a previdência pode, naturalmente, produzir reforçadores positivos e nem sempre é o resultado de controle coercitivo. Mesmo quando o é, tal rota de fuga pode tornar possível uma vida melhor para o fugitivo. Entretanto, não podemos deixar de nos entristecer quando ve-

mos jovens terem de fugir para as responsabilidades da vida adulta, freqüentemente muito cedo e despreparados, em vez de serem capazes de aproveitar aquele estágio da vida como uma fonte de novas satisfações.

Um dos problemas mais difíceis da paternidade é segurar os filhotes até que eles estejam prontos para voar, nem forçando-os a ir-se cedo demais, nem fazendo-os ficar tempo demais. Como pais, sempre temos que estabelecer limites para nossos filhos e esta necessidade pode facilmente nos jogar na armadilha do controle coercitivo. Mas não precisamos tornar o "Não" um punidor; podemos ensinar nossos filhos a aceitar ambos, "Sim" e "Não", como um conselho de alguém querido sobre o que funcionará e o que não funcionará, como um auxílio na aprendizagem das regras pelas quais o mundo opera. Algumas vezes, entretanto, eles insistem em descobrir coisas por si mesmos, especialmente quando amigos os convenceram de que os pais não podem em qualquer hipótese compreender suas necessidades. Nada podemos fazer quando isso acontece, a não ser esperar e observar; se já não os tivermos desligado por tentar coagi-los a fazer as coisas à nossa maneira, então, se eles cometerem um erro, não hesitarão em vir a nós para ajuda.

O problema se estabelece quando pais desistem da família. Intuitivamente reconhecendo divórcio e separação como fuga, as crianças freqüentemente se culpam pela partida de um dos pais. Mas, mesmo que um dos pais fuja apenas em espírito — por meio de doenças psiquiátricas incapacitadoras, alcoolismo, excesso de trabalho ou excesso de televisão — o modelo de fuga está ali para as crianças imitarem quando elas criarem suas próprias famílias. Fuga da família tem um modo de se perpetuar. Podemos fugir do ambiente coercitivo de nossa família, mas, a menos que tenhamos um outro modelo para seguir, criamos nossa própria cópia. E então, nossos filhos mantêm a tradição coercitiva viva.

Desistindo da religião. Não apenas a escola e a família sofrem do problema da desistência. Religiões estabelecidas estão descobrindo ser mais e mais difícil reter suas congregações e recrutar jovens para o hábito. Não falo aqui da crença religiosa como tal, mas das estruturas institucionais que promovem, organizam, governam e, em geral, buscam controlar a crença e a conduta religiosas.

Poderíamos esperar que a religião organizada fosse a instituição social menos comprometida com a coerção. Religiões clamam promover o amor, o respeito, a paz e a serenidade, todos fortes

fontes de reforçamento positivo. Algumas prometem o reforçamento último, a vida depois da morte.

Mas os cordões estão amarrados. Somos autorizados a compartilhar da glória prometida somente se seguirmos as regras e os rituais prescritos. A qualquer um que saia do caminho e não faça as reparações adequadas "através dos canais" são negadas as satisfações da vida após a morte. No aqui e agora, naturalmente, não experienciamos estas satisfações, mas apenas a ameaça de que elas não se tornarão disponíveis. As regras e rituais de nossas igrejas fornecem forte reforçamento negativo permitindo-nos fugir desse perigo. Completar um ritual prescrito alivia; sabemos imediatamente que temporariamente removemos a ameaça. Mas ameaças, não importa se as resolvemos efetivamente ou não, são coercitivas, e controle coercitivo gera fuga. Alguns desistem da religião formal simplesmente porque a consideram repressiva.

O poder coercitivo disponível para uma religião organizada que reivindica apenas autoridade espiritual é inerentemente instável. Este aspecto da coerção também auxilia a explicar os desistentes da religião. Como vimos, ameaças — sinais de punição ou reforçamento negativo iminente — tornam-se elas mesmas reforçadores negativos; faremos tudo que pudermos para remover uma ameaça. Entretanto, para qualquer ameaça manter-se efetiva, a não-obediência deve, pelo menos ocasionalmente, levar a um choque. A realidade de um choque que pode ocorrer apenas após a vida mantém-se indemonstrável.

Mais do que nunca, hoje somos capazes de examinar e avaliar instituições e estilos de vida dos quais estivemos isolados antes. Muitas pessoas sensíveis buscaram e descobriram, por exemplo, que as regras e rituais diferem de uma organização religiosa para outra e de uma seita para outra dentro de uma religião. Cada uma reivindica uma *franchise* única, divinamente garantida e nenhuma pode provar sua autoridade. É possível que todas estejam erradas? Começamos a duvidar da habilidade de qualquer igreja para controlar nosso destino último. Incerteza sobre seu poder enfraquece consideravelmente a força de qualquer religião que recuse garantir passes para a vida eterna exceto em seus próprios termos.

Com cada religião reivindicando controle exclusivo sobre os portões do paraíso, podemos realmente nos tornar céticos. Argumentos conflitantes e improváveis enfraquecem enormemente as ameaças de excluir pecadores e ateus da boa vida após a morte. A menos que a coerção espiritual seja sustentada por controle secular, as ameaças são inexeqüíveis. Portanto, alguns desistem não para fugir da coer-

ção, mas simplesmente porque a inabilidade da religião de fazer valer suas ameaças espirituais diminui seu controle sobre sua conduta.

Uma das principais soluções da religião para a instabilidade de seu controle coercitivo tem sido mudar sua base de poder do futuro espiritual para o presente mundano. Historicamente, a religião consistentemente se atou à política. Mesmo nos Estados Unidos, onde provisões constitucionais específicas pretendiam manter religião e governo separados, líderes religiosos camuflam apenas levemente sermões que pretendem influenciar escolhas eleitorais. E agora, depois de manter longamente um silêncio cuidadoso fora de suas igrejas, líderes religiosos de alto escalão estão novamente ativamente no processo político, coagindo publicamente candidatos a cargos públicos.

Coerção eclesiástica, quando provê reforçamento negativo e punição tangíveis e presentes, pode ser forte o suficiente para tornar a fuga difícil e dolorosa. Algumas religiões, combinando seu controle sobre a vida após a morte com controle temporal, punem os infratores com ostracismo, como em uma comunidade local rigidamente convencional; com a perda do direito de voto, como em eleições; ou com a prisão e a morte, como no Irã dominado pelos aiatolás. Freqüentemente tomando o caminho do controle temporal, religiões formais têm acumulado um enorme recorde — por meio de tirania, guerras e inquisições — de morte, tortura, aprisionamento e cancelamento de direitos sociais, econômicos e políticos. Governos puramente seculares, mesmo em guerra, não têm sido capazes de alcançar a selvageria deste recorde.

Uma suposição básica da religião é que a crença é incondicional e não, como a análise do comportamento argumentaria, dependente das conseqüências do mundo real. A religião espera que acreditemos a despeito daquilo que a vida traz. Crença, considerada como comportamento, deve ser contingente à experiência, e não pode haver dúvidas de que para muitas pessoas o é. Por outro lado, muitos mantêm a sua fé mesmo confrontados com uma realidade contraditória. Devemos, portanto, buscar em outro lugar as fontes de sua força? Alguns peregrinos voltam a Lourdes ano após ano embora as enfermidades que os tenham levado para lá pela primeira vez não tenham sido curadas; milhões, nos países do terceiro mundo, saúdam o Papa quando ele lhes diz que o Senhor há de provê-los, ainda que Ele até aqui de nada tenha provido a não ser de pobreza e sofrimento físico. Uma análise comportamental pode explicar tal persistência de crença?

Algumas vezes não é difícil identificar reforçadores que poderiam plausivelmente manter uma crença não-realizada. Alguns peregrinos de Lourdes continuam a ir, não em busca de uma cura impossível, mas porque recebem atenção devotada e não-usual durante sua viagem e cuidado afetuoso durante os ritos na gruta. Alguns também se descobrem nos jornais e na televisão e até mesmo estrelando em *shows* populares.

Entretanto, outros exemplos de persistência de afiliação religiosa são mais complexos e não tão facilmente analisados. Certamente, neste assunto estamos fora das fronteiras da ciência comportamental. Como todas as instâncias em que oportunidades para verificar uma análise são improváveis, estes casos permanecerão discutíveis. E então, aqueles que argumentam que a crença é independente do que acontece no mundo real podem considerar até mesmo dados observacionais irrelevantes; alguns ainda persistem acreditando que o mundo é plano. Em assuntos de crença religiosa, os dados não são nem de perto tão claros.

De qualquer modo, aplicações de análise comportamental à religião não significam tentativas de abalar a crença de qualquer pessoa. Não há nada de intrinsecamente coercitivo sobre uma crença pessoal; apenas quando traduzida em ação social uma crença qualquer pode se tornar coercitiva. Eu me preocupei aqui com a possibilidade de que práticas coercitivas dentro de religiões organizadas estejam fazendo com que as pessoas deixem suas igrejas e talvez, até mesmo, abandonem sua fé pessoal. O fato de que igrejas ainda sobrevivem não invalida uma análise de suas práticas coercitivas. Entretanto, coerção é apenas um modo de influenciar a conduta e é apenas uma característica do controle exercido por religiões formais.

Se os desistentes da religião são fugitivos da coerção, ou se simplesmente se afastaram porque a coerção não era suficientemente forte, a religião tem tentado inverter a corrente, substituindo coerção por reforçadores positivos deste mundo. Tradicionalmente, as igrejas fornecem um foco para atividades sociais da comunidade, tanto de adultos como de jovens. Elas também oferecem facilidades físicas e pessoais para ajudar a aliviar o sofrimento e o desconforto quando surgem desastres naturais ou pessoais. Distribuindo reforçamento positivo no aqui-e-agora de fato, em vez de ameaçar de punição depois da morte, e agindo contra outras fontes de coerção, as religiões podem se transformar em distribuidoras de reforçamento positivo, capazes de influenciar a conduta não-coercitivamente.

Seria também injusto apontar apenas para a repressão corporal e espiritual, que tem acompanhado as lutas da religião institucionalizada, como recurso para manter e expandir seus domínios. O outro caminho que a religião tem tomado é representado pela arquitetura, arte, música e literatura magníficas e valiosíssimas que ela tem inspirado. Podemos apenas ser gratos por este enriquecimento da vida na terra.

E ainda assim, muito da arte religiosa incorpora valores coercitivos, como, por exemplo, nas representações do Juízo Final. Toda catedral medieval contém lembretes dos perigos do fogo do inferno em maravilhosas esculturas, pinturas, vitrais ou tapeçarias. Como diz Shelley, "nossas canções mais doces são aquelas que nos falam dos pensamentos mais tristes". Como podem pensamentos tristes, presumivelmente reforçadores negativos, se tornarem temas de artes belíssimas, presumivelmente reforçadores positivos?

Ninguém — psicanalista, analista do comportamento ou antianalista — pode realmente responder a esta questão. Mas, se admite a suposição de que a arte é grande na medida em que de algum modo evoca experiências universalmente compartilhadas, então a representação da coerção poderia muito bem ser tão freqüente em grandes trabalhos de arte precisamente porque a coerção realmente toca a tantos de nós tão profundamente.

Qualquer que seja a validade dessa suposição, podemos apenas lamentar que a tendência histórica construtiva e positiva das contribuições religiosas à grande arte pareça ter terminado. A análise do comportamento não tem uma resposta a questões como "por que isto aconteceu" ou "por que as tendências negativas e repressivas, também características da religião formal, persistiram nos tempos modernos".

Desistindo da sociedade. Fugitivos de um outro tipo desistem completamente do fluxo principal da sociedade. Alguns apenas flutuam nas águas estagnadas, alguns lutam em águas turbulentas, alguns tentam mudar a direção da corrente e alguns tentam explodir os diques e afundar todos nós. Eles vão das crianças "da paz e do amor" dos anos 60 e seus sucessores guiados por gurus — autocentrados, mas pacíficos, perturbadores em sua disposição de ser explorados — ao extremo oposto do *continuum* de desistentes, os terroristas de hoje — autocentrados e violentos, amedrontadores por causa de seu total desprezo pela vida humana e pelos seus produtos. Também encontramos muitos em estágios intermediários. Alguns se retiraram apenas dos aspectos abertamente competitivos da vida

mas mantêm-se artística ou intelectualmente criativos. Outros devotam suas energias não tanto para a produtividade, como para a preservação. Ainda outros tentam mudar o sistema por meio de mecanismos socialmente aceitos como legislação, campanhas publicitárias, apoio a candidatos políticos, filiação em partidos ou demonstrações não-violentas.

A sociedade, rotulando como *caronas* aqueles que adotam estilos de vida não-produtivos, dirige abuso social e político a eles. A comunidade vê desistentes que encontram segurança nos rituais e despotismo benevolente de um auto-intitulado profeta como ameaças a modos estabelecidos de conduta. Ela interpreta sua fuga como um tapa na cara dos pais e outros responsáveis por integrar os jovens na comunidade. Freqüentemente, pessoas que são rejeitadas pelos desistentes voltam-se contra eles, tentando tirar sua liberdade, classificando-os como mentalmente doentes ou incompetentes. A sociedade se opõe até mesmo àqueles que podem ser chamados de desistentes construtivos — aqueles que usam recursos-padrão e moralidade convencional na tentativa de mudar a estrutura da sociedade — invocando os mesmos mecanismos e moralidade socialmente aprovados para preservar o *status quo*. Dissidentes, tratados como desistentes, descobrem-se alvos de abuso verbal, físico e econômico.

"Se as conseqüências de desistir são tão opressivas e mesmo perigosas", pode-se perguntar, "por que tantos tomam este caminho?" Quando indivíduos insistem em abrir mão dos reforçadores positivos que uma sociedade torna disponíveis, até mesmo trazendo, em vez disso, punição severa sobre si mesmos, uma análise comportamental dos indivíduos e sua sociedade torna-se necessária. Histórias individuais revelarão que muitos que são classificados como desistentes jamais foram realmente admitidos nos grupos dos quais eles supostamente se retiraram. Eles podem, na verdade, ser fugitivos da coerção, mas podemos chamá-los de desistentes se a sociedade nunca os assumiu como membros, para começar? Eles não escolheram uma vida de opressão; eles não tiveram alternativa. Embora tratados como desistentes, eles realmente são banidos.

É provável que descubramos, então, que muitos que parecem ter desistido jamais tiveram acesso a reforçadores positivos supostamente disponíveis. Crianças de minorias sociais freqüentemente crescem sem escolarização efetiva, especialmente se repressão social, política e econômica impediu sua comunidade de desenvolver uma tradição de mobilidade social ascendente. Longe de desistir, elas foram excluídas do grupo.

Em famílias economicamente bem-sucedidas, o único apoio paterno que alguns adolescentes conhecem é o monetário e mesmo esse apoio não é contingente a qualquer coisa que eles façam ou deixem de fazer. Estes jovens emocionalmente privados, a quem jamais se ensinou responsabilidade social ou financeira, jogarão fora seus recursos facilmente obtidos em busca de quaisquer reforçadores positivos que passem ao seu alcance. E assim encontramos muitas crianças privilegiadas, cortadas dos laços familiares normais, movendo-se para fora de seu vazio social e emocional em direção à cultura da droga.

Por outro lado, também encontramos muitos para quem punição e reforçamento negativo anularam quaisquer reforçadores positivos disponíveis. Eles vão dos que sofreram abusos físicos e sexuais a aqueles que simplesmente descobriram como repulsivas as inconsistências e hipocrisias da civilização. Para eles, sair do fogo para cair na frigideira pode ser um ato de desespero. Controle coercitivo que faz isso desperdiça vidas. O crescimento do indivíduo cessa e a sociedade perde as contribuições potenciais de seu membro desistente.

Embora esses desistentes possam apenas trocar uma situação ruim por outra, eles ainda podem obter acesso a reforçadores dos quais anteriormente estavam excluídos, ou podem encontrar novos tipos de reforçadores para substituí-los; estes podem recompensar as novas dificuldades. Ao tentar entender por que os desistentes parecem tão desejosos de trazer para si a ira da sociedade, temos que considerar todas as alternativas e opções que desistir torna disponíveis. Amizade e afeição, abertamente dadas e recebidas, mesmo em um refúgio onde a fome e o desconforto físico prevalecem, podem facilmente contrabalançar um ambiente anterior que provia todas as necessidades físicas, mas punia calor emocional. Desistentes de setores privilegiados da sociedade, algumas vezes se descobre, sacrificaram segurança econômica por segurança emocional.

Considera-se que certas drogas "aumentam a consciência", embora na realidade reduzam a acuidade sensorial, distorçam a percepção e prejudiquem o julgamento. Entretanto, junto com estas desvantagens, as drogas também podem produzir esquecimento das restrições, repressões e agressões da vida. Portanto, drogas podem ajudar a mitigar ambos, os desconfortos de um estilo de vida alternativo e o abuso adicional que um ambiente coercitivo aplica ao tentar reclamar de volta seus desistentes.

A longo prazo, sair da sociedade não funciona, seja genericamente ou para o indivíduo. A sociedade sobrevive a seus membros e sua paciente coerção esmaga rebeliões não-construtivas. Embora aqui e acolá indivíduos realmente encontrem um nicho não-tradicional para si mesmos, ocasionalmente até tendo sucesso na alteração de práticas de comunidades, o destino usual de um desistente é a inefetividade — verdadeiro esquecimento. O desperdício é enorme.

Suicídio. No caso extremo uma pessoa literalmente desiste da vida. Suicídio é a fuga última das garras de necessidade e coação repentinamente esmagadoras, ou de uma vida dominada por reforçamento negativo e punição. A análise do comportamento não pode, naturalmente, explicar a autodestruição de um indivíduo apelando para uma história de reforçamento para o ato; você só pode matar-se uma vez. Suicídio, não importa sua forma, é um problema especial; uma vez que ele jamais pode acontecer mais que uma vez, suas conseqüências não podem preencher a definição de um reforçador. Precisamos de outros princípios? O cristão que acredita que o martírio o enviará ao céu pode perceber a crucificação como desejável; sua crença explica por que a crucificação funciona como um reforçador para ele?

Não necessariamente. Suicídio é um ato que tem muitos componentes; é uma supersimplificação nomeá-lo por seu ponto terminal — a morte. Uma pessoa que toma o caminho da crucificação antes pratica atos que a tornam notada pelas autoridades civis ou religiosas. Ela então faz afirmações provocativas, atrai multidões a seu julgamento e produz intenso interesse público até o ato final de seu drama. Ali, ela encara seus algozes com uma postura corajosa, recusando-se a retratar-se. No final, sua agonia produz reações intensas naqueles que a assistem. É pelo menos plausível que cada ato individual nesta cadeia de eventos seja um produto da história de reforçamento de um mártir-por-vir, com cada ação produzindo seus próprios reforçadores. Se os elementos finais do ato complexo de ser crucificado são reforçadores não pode ser determinado, a menos que a pessoa sobreviva. Então, podemos observar se ela continua ou não a fazer coisas que a levem a ser crucificado de novo. Se ela não as faz, então a crucificação não pode ser chamada de um reforçador para ela, a despeito de sua crença de que é o caminho para o paraíso.

Uma análise retrospectiva, freqüentemente, revelará algumas das condições que levaram a um suicídio. Algumas vezes, uma nota de suicídio enfatiza sentimentos de culpa e indignidade insuportáveis. Se, na realidade, não tivermos cometido crimes, o que mais

pode ter dado origem a sentimentos de culpa e indignidade? Que tipo de culpa poderia ser resolvida apenas com a desistência da vida? Uma fonte óbvia de tal pressão são demandas não-passíveis de serem satisfeitas colocadas sobre nós pela família, amigos e comunidade. Ao nossos próprios olhos, pelo menos, uma inabilidade para satisfazer estas demandas nos torna um fracasso.

Ser um fracasso significa que nossas ações, em vez de produzirem reforçamento positivo — sucesso — têm sido ignoradas ou punidas — fracasso. Nossa própria conduta torna-se um conjunto de sinais de iminente punição e reforçamento negativo. Tais sinais tornam-se eles mesmos punidores e reforçadores negativos, assim, finalmente, nos punimos por simplesmente nos comportarmos. Tudo que fazemos se torna um reforçador negativo. E há apenas um modo de escaparmos de nós mesmos.

Freqüentemente, realmente encontramos uma história de tentativas de suicídio mal-sucedidas. Mas elas são usualmente mal-sucedidas apenas por falhar em causar a morte. Se seguirmos a prática-padrão da análise do comportamento, identificando o que realmente sucedeu depois das tentativas de autodestruição, é provável que encontremos o suicida tornando-se um objeto de atenção e preocupação, o recebedor de afeto e simpatia. A culpa amacia vozes duras, afrouxa restrições e substitui ameaças por promessas de ajuda.

Entretanto, à medida que o tempo passa o ambiente coercitivo volta às suas práticas-padrão. Mas a tentativa de suicídio funcionou antes, por que não tentar de novo? E assim, vemos um processo cíclico, iniciado por pressões coercitivas e então mantido por bondade. Embora bem-intencionada, a bondade é destrutiva. A simpatia que se torna disponível apenas depois de suicídios "malsucedidos" torna prováveis novas tentativas. E então, uma dose é malcalculada, ou a ajuda não chega a tempo e uma tentativa de suicídio se torna "bem-sucedida".

O próprio suicídio é uma forma de coerção, algumas vezes não-intencionada, mas freqüentemente deliberada. É uma maneira de fazer as pessoas se aprumarem e prestarem atenção e mesmo de fazer com que façam o que se quer. Membros da equipe de uma clínica psiquiátrica estavam certa vez em uma reunião, quando uma paciente adentrou a sala e parou em frente do grupo, cortando seus pulsos com uma lâmina. O líder do grupo gritou: "Saia daqui, você vai manchar todo o tapete com sangue!" A paciente docilmente virou-se e saiu da sala. Mais tarde, naturalmente, tomou-se o cuidado de dar à paciente a atenção de que ela necessitava — contingente a

ações racionais. Ela não mais precisou de tentativas de suicídio coercitivas.

Uma pessoa também pode cometer suicídio para punir aqueles que, na realidade ou imaginação, exerceram coerção insuportável. Se ou não é assim intencionada, a autodestruição sempre vem como um choque punitivo para a família, amigos e comunidade. Então, responsabilidade é algumas vezes injustamente atribuída, ou mesmo incorretamente aceita. O que é importante depois de um suicídio não é a atribuição de culpa, mas a admissão da fuga. Controle coercitivo produz suicídio e, por sua vez, suicídio é ele mesmo coercitivo. Apenas reconhecendo a existência de pressões coercitivas teremos uma chance de resolver o problema último de desistir.

8

Esquiva

Uma pitada de prevenção...

Uma vez atingidos pela punição, faremos o que puder para desligá-la ou ir embora. Se não podemos fugir, ou se a situação provê reforçadores positivos suficientes para contrabalançar os negativos, podemos apenas nos desligar por algum tempo. Se nossa família, amigos ou colegas de trabalho distribuem choques muito freqüentemente, ou se seus choques são muito intensos, podemos ir ao extremo de desistir, mesmo que isso signifique abdicar de reforçadores positivos. Não sofreríamos menos se, em vez de esperar receber um choque para então fugir, pudéssemos impedir o recebimento do choque? Não faríamos melhor esquivando-nos de choques?

Crianças usualmente não esperam pelo tapa ou pela bronca dos pais, esperando para fugir depois que a punição tenha começado. Em vez disso, elas se escondem, correm, dão desculpas ou imploram por perdão. Poucos motoristas esperam que seus carros morram no meio da estrada antes de encher o tanque de gasolina. Damos poder às agências governamentais para construir barragens para o controle de enchentes e para estocar grãos em antecipação à

fome. Permitir que choques ocorram antes de fazer algo a seu respeito significa desconforto, dor ou desastre. Muito de nosso comportamento negativamente reforçado, portanto, parece sustentado pela prevenção em vez da cessação dos choques da vida.

Esta é a base para a distinção entre fuga e esquiva. Algo ruim tem que acontecer realmente antes que possamos fugir; ao fugir, colocamos um fim a uma situação ruim. Esquiva impede que um evento indesejado aconteça, em primeiro lugar. Esquiva bem-sucedida mantém afastados os choques, tornando a fuga desnecessária.

Esquiva, então, é uma outra forma de reforçamento negativo. A coerção não somente gerará e sustentará diferentes tipos de fuga, mas também fará com que nos esquivemos. Nós necessariamente não esperamos receber um choque antes de agir; algumas vezes agimos antes do tempo. No entanto, a despeito de sua aparente orientação para o futuro, a esquiva realmente acaba sendo comportamento de fuga. Estudos de laboratório têm mostrado que a esquiva bem-sucedida de choques futuros é uma conseqüência secundária da fuga de choques que já foram experienciados.

As causas da esquiva

O laboratório expõe um conjunto de características da esquiva que seriam difíceis ou impossíveis de observar de qualquer outro modo. Ele ajuda a esclarecer algumas interações entre esquiva, fuga e punição que são críticas para a compreensão da coerção.

Em um tipo de experimento uma luz fraca ocasionalmente ilumina a caixa de um rato de laboratório. O animal receberia um choque breve se deixasse a luz ficar acesa por cinco segundos, mas ao pressionar uma barra ele pode desligar a luz e cancelar o choque. A luz é um sinal de aviso útil. Pressionando a barra em tempo, o animal pode evitar o choque e por um fim ao sinal. Se o animal não pressiona a barra dentro de cinco segundos, ele recebe um breve choque assim que o sinal de aviso termina. Algum tempo depois, a luz reaparece e, novamente, ou o sujeito receberá um choque depois de cinco segundos ou pressionará a barra e manterá o choque longe.

O ciclo repete-se de novo e de novo: primeiro, um período de escuro, um tempo seguro e, então, uma luz fraca, um sinal de aviso. O animal pode pressionar a barra dentro de cinco segundos, terminar o sinal, impedir o choque e entrar em um período seguro, começando um novo ciclo. Se o animal não pressiona a barra dentro de cinco segundos após o início da luz, ele recebe um breve choque, o

sinal termina e, então, um período seguro de escuro inicia o novo ciclo.

Aprender a manter afastados choques breves usualmente demora mais do que aprender a desligar choques, mas depois de suficientes exposições ao ciclo, mesmo o organismo inferior, que é o rato de laboratório, pressionará sua barra quando quer que a luz de aviso se acenda. Um sujeito experiente responderá ao sinal quase todas as vezes, conseguindo impedir quase todos os choques ameaçados.

Não inesperadamente, as pessoas fazem a mesma coisa. Como a fuga, a esquiva é bastante generalizada entre as espécies. Nosso ambiente freqüentemente sinaliza a iminência de punição; por que esperar por ela? Entretanto, adaptativa como é a esquiva, ela também tem seu outro lado. Recebemos choques de outras pessoas e a maioria de nós também distribui choques a outros. Aceitamos punições e ameaças de punição como ocorrências normais do dia-a-dia: "faça o que eu digo... ou então... zap!" Já vimos que qualquer um que use punição tornar-se-á um punidor condicionado. Agora podemos ver que qualquer um que pune também há de se tornar um sinal de aviso condicionado. Ao primeiro sinal de sua aproximação, as pessoas que eles geralmente punem afastar-se-ão. Uma vez que tenham se tornado sinais de aviso, as pessoas vão se esquivar deles.

Esquiva é geralmente um ajustamento mais adaptativo à punição do que é a fuga. Faz mais sentido impedir um choque do que escapar depois que ele tenha começado. Portanto, esquiva parece antecipatória por natureza, aparentemente controlada pelo não-acontecimento de algo no futuro. Quando perguntados por que pressionamos nossas várias barras de esquiva, é possível que respondamos: "Para manter os choques afastados."

Choque futuro? Se o futuro pudesse controlar o presente, a ciência seria impossível. Um número infinito de eventos ainda não aconteceu; muitos tipos de choques mantêm-se não ocorrendo. Traçar relações causais entre conduta presente e um número infinito de não-ocorrências futuras seria impossível. Quais destes diferentes tipos de choques que não recebemos está regulando nossas ações presentes? A vida seria um caos; quando um sinal de aviso aparece, quais daqueles mil e um choques futuros devemos impedir? Devemos continuamente percorrer todo nosso repertório de esquiva?

A síntese de laboratório do comportamento de esquiva mostra que suas causas verdadeiras não estão no futuro. Não aprendemos a pressionar barras de esquiva antes de experienciar choques.* A primeira causa da esquiva está em nosso passado, nos choques que já tomamos. Estes nos levaram a fugir ou esquivar; se tivermos sorte suficiente para encontrar uma barra de esquiva, nós a pressionaremos.

Pressionar a barra reduz o número de choques que tomamos. Portanto, a segunda causa da esquiva está no presente, na freqüência reduzida atual de choques. Pressionamos a barra não porque choques não virão no futuro, mas porque já experienciamos choques no passado e porque pressionar a barra provoca um menor número de choques agora.

Ficar sem alimento estabelece o alimento como um reforçador, fortalecendo quaisquer ações que nos ajudem a obtê-lo. Receber choques estabelece a redução de choques como um reforçador, fortalecendo quaisquer ações que nos ajudem a tomar menos choques. As causas de qualquer coisa que façamos devem ser buscadas em ambos, no que nos aconteceu e no que está nos acontecendo agora — reforçamento positivo e negativo passado e presente. O laboratório torna os dois conjuntos de fatores causais visíveis. Vemos esquiva sendo gerada não por choques que não ocorrerão no futuro, mas por um decréscimo no número de choques que o sujeito experiência agora.

Fazer choques virem menos freqüentemente é realmente uma forma de fuga, de mais punição para menos punição. Impedimos o acontecimento de choques, mas a aparente antecipação não será suficiente para explicar nossas ações. Podemos dizer que estamos pressionando a barra para impedir choques futuros, mas o fazemos porque é assim que somos bem-sucedidos em fazer com que os choques venham menos freqüentemente agora. Nossa experiência estabeleceu relações entre conduta e conseqüência que carregamos para o presente. Embora o que façamos agora realmente tenha con-

---

* Nós podemos, com certeza, aprender por meio de regras, em vez de esperar por conseqüências. Uma criança não tem de ser atropelada por um carro para aprender que não deve correr na rua: um aviso será suficiente para mantê-la na calçada. Esquiva governada por regras, comumente observada fora do laboratório, não requer que realmente experienciemos os choques, mas o seguir as regras precisa, em princípio, ser estabelecido por contato com contingências. Análise de laboratório revela as contingências básicas das quais nós derivamos as regras.

seqüências futuras, nossa experiência de choque no futuro explica nossos atos de esquiva atuais. A esquiva é apenas um produto secundário da fuga.

Esquiva é um produto inevitável da coerção, mas facilmente podemos não reconhecê-la pelo que ela é, porque o que ela faz é raramente visível. Usualmente ficamos intrigados toda vez que uma pessoa se mantém fazendo algo que não tem uma vantagem óbvia. Isso sempre nos deveria fazer suspeitar de esquiva. Se uma criança resiste a ir para a escola todas as manhãs e talvez não apareça na escola depois de ter sido levada a sair de casa, ela pode muito bem estar se esquivando da dor e humilhação diárias que o fanfarrão da escola inflige a ela. O produto presente desta esquiva — o contato reduzido da criança com seu atormentador — é invisível para nós porque ele requer comparação com eventos passados, assim, a conduta da criança pode parecer misteriosa.

Sempre que tivermos que fazer alguma coisa sobre a nossa esquiva induzida pela coerção, ou a de qualquer outra pessoa — começar terapia, defender-nos ou aprender a nos adaptar — nada conseguiremos fazer a menos que dois passos preparatórios sejam dados: primeiro, reconhecer o comportamento-problema como esquiva; segundo, analisar ambas, as contingências passadas e atuais que podem estar mantendo o comportamento. As dificuldades freqüentemente encontradas na identificação dessas contingências, combinadas com a aparente orientação para o futuro da esquiva, nos levaram a incorporar em nossa linguagem alguns mitos poderosos sobre as causas da esquiva.

Mito #1: "expectativas" como causas. Quando defrontados com a impossibilidade lógica de controle pelo futuro, freqüentemente usamos um conceito como "expectativa" para trazer o aparente controle futuro de volta ao presente. "Tudo bem, eu concordo que a ausência futura de choque não pode controlar o que estou fazendo agora, mas a experiência realmente me diz agora para esperar um choque do futuro. Eu realmente tenho esta insuportável expectativa e me livro dela pressionando a barra." Atribuímos nosso pressionar a barra, não à sua prevenção de choques futuros, mas à sua redução de nossas expectativas presentes de choque. Embora o efeito último seja esquiva do choque, sustentamos que o reforçador negativo presente é a fuga da expectativa de choque.

Buscar as causas da ação no passado e presente, em vez de no futuro, é um avanço na análise comportamental. Entretanto, postular expectativa como explicação é um truque verbal. Natural-

mente, podemos afirmar nossas expectativas sobre o futuro e algumas vezes agimos consistentemente com estas afirmações, mas as mesmas experiências causam nossas expectativas e nossos atos de esquiva. Em vez de explicar, expectativas requerem explicação.

Seja como conceitos explanatórios, seja como guias para ação efetiva, expectativas são excesso de bagagem. Ao fazer algo a respeito de experiências relevantes, simultaneamente afetamos as expectativas e as ações que as expectativas supostamente causaram. Se quisermos reduzir as expectativas de perseguição pelo fanfarrão da escola de uma criança, teremos que reduzir a própria perseguição. Isso diminuirá as expectativas da criança e sua esquiva. Nenhuma delas é casualmente relacionada com a outra, cada uma é um produto independente dos choques — as interações da criança com o fanfarrão.

Medimos expectativa de choque medindo a probabilidade de choques e redução de expectativa pela redução de choques. Apenas se quisermos substituir fato por teoria atribuiremos *status* causal a expectativas não passíveis de serem medidas, em vez de a choques e reduções de choques mensuráveis. Fazê-lo obscurece as causas das expectativas e das ações. A única maneira de diminuir a expectativa de dor e desconforto de uma criança no consultório do pediatra é fazer com que a criança realmente experiencie uma consulta sem estes acompanhamentos; não chegaremos a lugar algum tentando reduzir suas expectativas sem primeiro mudar sua experiência.

Mito #2: "medo" e "ansiedade" como causas. Estes conceitos corriqueiros também encontram seu caminho nos vocabulários da psicologia e psiquiatria. Em vez de apontar para nossa experiência com choques para explicar nossos atos de esquiva, muitos psicólogos e psiquiatras postulam fontes internas de controle. Eles sustentam que ações aparentemente dirigidas para a esquiva de eventos futuros permitem-nos, realmente, fugir de ou reduzir estados internos atuais de medo e ansiedade.

Por que esta formulação profissional parece tão consistente com o senso comum? O que explica a aceitação quase universal de medo e ansiedade como explicações para a esquiva — conduta governada por nossas interações com o mundo externo? Uma razão importante é a imediaticidade e intensidade das reações internas que freqüentemente acompanham nossas ações abertas. Experienciando os estados internos como sentimentos e emoções, tendemos a negligenciar os choques externos que provocaram a perturbação interna. Em troca, atribuímos *status* causal aos sentimentos.

Reforçadores positivos ou negativos fortes ativam processos internos. Alimento, sexo, dor, calor intenso, frio glacial ou a cessação súbita de qualquer um deles alterará nossos batimentos cardíacos, pressão sangüínea, motilidade intestinal, secreção glandular e outros sistemas corporais. Sinais para reforçadores fortes, como a luz que promete alimento ou ameaça choque a nosso sujeito de laboratório, também produzirão mudanças internas. Quem não sentiu a pancada no coração que acompanha os sinais do retorno do amado de uma longa ausência, a boca cheia de saliva quando vemos ou sentimos o cheiro de uma refeição apetitosa, o suor frio brotando antes de uma punição iminente, o comichão na pele quando entramos em uma situação sinistra e imprevisível, as lágrimas incontroláveis quando somos informados da morte iminente de uma pessoa querida?

Ao enfrentar presságios claros de um desastre conhecido, descrevemos nossos sentimentos como medo; quando sinais externos vagos indicam uma catástrofe iminente mas não-identificada, provavelmente reconhecemos um sentimento de ansiedade; quando tudo é indicativo de reforçamento positivo promissor, sentimos impaciência. Estes sentimentos, pessoais e privados, são tão íntimos que tendemos a considerá-los precursores de nosso comportamento aberto. Ao buscar explicações de nossa própria conduta, damos aos sentimentos prioridade sobre as contingências externas que eles acompanham. E assim interpretamos o sentimento de medo — o estado interno que o sinal externo de choque produz — como a causa de nossa esquiva.

Algumas vezes não estamos conscientes dos sinais de aviso em nosso ambiente, apesar disso nos sentimos ansiosos. Podemos agir apropriadamente, esquivando de choques iminentes sem sermos capazes de dizer o que causou a ansiedade. O coração palpitante ou o súbito suor frio podem ser muito mais salientes do que o mostrador do relógio ou o passo silencioso que produziram o comportamento aberto. Quando os avisos externos não chamam nossa atenção, tendemos ainda mais a atribuir as causas de nossas ações a nossos sentimentos, em vez de aos sinais que causam as ações e os sentimentos que as acompanham.

Como expectativas, estados de medo e ansiedade, embora bastante reais, não explicam como coerção por punição e reforçamento negativo dão origem à esquiva. Os mesmos choques que estabelecem o potencial para esquiva também geram medo e ansiedade; reduzimos medo e ansiedade fazendo os choques surgirem menos freqüentemente. Sinais de aviso — ameaça — derivam sua habilida-

de de instigar ação de sua relação atual e passada com reforçadores negativos. Sentimentos e emoções, e sua redução, não podem explicar a esquiva porque eles próprios são causados pelos mesmos choques e a redução do choque é que produz esquiva.

Se quisermos fazer algo sobre o comportamento de esquiva, nosso curso mais efetivo será identificar as contingências controladoras. Aquelas relações entre sinais, comportamento e choques geraram as ações e o medo ou ansiedade e agora mantêm ambos. Alterar as contingências mudará o ato de esquiva e seus acompanhamentos emocionais. Tentar lidar com os sentimentos sem alterar as contingências será infrutífero.

Se estamos severamente deprimidos, por exemplo, sofremos de duas maneiras. Primeiro, fazemos muito pouco, talvez sentados em casa, falando raramente, exceto para lamentar-se, não nos envolvendo em nenhuma das relações familiares nas quais outrora ocupamos parte importante. Nossa conduta pode estar tão severamente empobrecida que não nos alimentamos ou nos vestimos, ou mantemos higiene pessoal. Ao esquivar de contato com qualquer parte de nosso ambiente, conseguimos um tipo importante de sucesso: mantemos todos os choques longe.

Segundo, permanecemos em um contínuo estado de ansiedade, temerosos de todo contato pessoal, de cada demanda ambiental. Mesmo sem motivo óbvio, ficamos apreensivos ou paralisados com terror. Sofremos cólicas intestinais, palpitações no coração, calafrios e dores de cabeça, transpirando mesmo quando frio e chorando sem causa. Completamente angustiados, atribuímos nossa angústia a nossos sentimentos.

Por causa de nosso intenso sofrimento interno, a terapia para nossa depressão provavelmente deve se concentrar em tentar atenuar nossos sentimentos. Companhias farmacêuticas destinam imensos orçamentos para o desenvolvimento e teste clínico de drogas antidepressivas. Alguns psiquiatras tornaram-se pouco mais que passadores de pílulas, prescrevendo drogas para ajudar a atenuar sentimentos de ansiedade que acompanham a depressão e, então, prescrevendo drogas adicionais na esperança de eliminar efeitos indesejáveis e mesmo perigosos dos agentes ansiolíticos.

Drogas que agem somente para reduzir estados fisiológicos de ansiedade podem fazer os severamente deprimidos relatarem que eles se sentem melhor, mas o remédio não necessariamente restaura atividade construtiva. Uma droga que acalma o sistema nervoso autônomo, embora deixando o paciente comportamentalmente deprimido, pode produzir um comentário como: "Oh sim, o remédio

ajuda. Eu ainda estou deprimido, mas agora não me incomoda." Não mais trêmulo, sentindo dor, chorando, o paciente, entretanto, pode ainda passar todo o dia na cadeira de balanço, evitando com sucesso choques reais ou imaginários.

A pessoa que padece de ansiedade é talvez uma esposa espancada, ou um membro do grupo cada vez mais reconhecido de idosos maltratados? Ou ela experienciou recentemente uma série de mortes na família, fracassou nos negócios, passou por humilhações pessoais e doenças físicas? Qualquer um de uma série de eventos, reais ou imaginários, pode tê-la convencido de que o mundo externo é muito perigoso para se aventurar nele. E, então, ela descobre que sua família, embora exasperada e magoada com sua indiferença, ainda há de suportá-la e cuidará dela. A família poderia ter feito mais por ela sendo insensível, fazendo-a sair daquela cadeira, recusando-se a servir de instrumento para a enfermidade? Se, em vez de tentar abrandar sua angústia interna, seu terapeuta se concentrasse em tentar identificar os choques e os reforçadores que estavam mantendo sua ausência de comportamentos, alguma coisa poderia ter sido feita para colocá-la de pé e movendo-se novamente.

Naturalmente, esquiva não é sempre ruim; freqüentemente ela é útil. Se devemos sobreviver, temos que aprender a nos esquivar de situações potencialmente perigosas. Crianças não devem tocar no fogão quente, sair da calçada para a rua, patinar no gelo fino ou ir embora com estranhos. Todos devem aprender quando falar e quando permanecer em silêncio, quando avançar e quando retroceder. Esquiva útil conduziu à noção de ansiedade útil e à concepção de que a ansiedade não deve sempre ser eliminada. Aprendemos muitos tipos de esquiva útil, não por meio da experiência real com os choques que evitamos, mas por meio do controle verbal de pais, professores e parceiros. Uma criança que permanece na calçada, na verdade não é atropelada por carros, mas está realmente esquivando de repreensões e outras indicações de desaprovação de seus pais. Dado um ambiente familiar onde predomina reforçamento positivo, tais punições, fracas ou fortes, provavelmente não devem produzir crianças ansiosas ou medrosas.

Entretanto, como veremos, muitos dos efeitos colaterais da coerção, conceituados por psicólogos clínicos e psiquiatras como formas de ansiedade, envolvem atos de esquiva que são desnecessários, irrealistas ou não-adaptativos. Ao considerar se a punição funciona, temos de levar em conta esses efeitos colaterais. Portanto, esquiva tem sido um tópico de grande interesse para aqueles que lidam profissionalmente com patologia comportamental. Entretanto,

hipotetizar medo e ansiedade como causas da esquiva desvia a atenção do terapeuta dos observáveis que causam os estados internos e a conduta. Este tipo de desvio tem retardado muito o entendimento prático e o tratamento efetivo de desordens comportamentais.

Esquiva sem sinais de aviso. Um segundo tipo de procedimento de laboratório clareia algumas das causas mais sutis da esquiva e fornece um fundamento para entender a análise da coerção e seus efeitos colaterais a um contexto mais amplo. Nem sempre somos avisados quando estamos para ser punidos. Algumas vezes, embora saibamos que estamos em perigo, nenhum sinal específico nos diz de onde e quando o choque virá. Felizmente, ainda assim, somos capazes de lidar com choques não-sinalizados.

Nosso rato de laboratório começa recebendo um choque breve a cada 20 segundos, mas nenhum sinal diz ao sujeito quando o choque virá. Como de costume, o animal pode usar sua barra para afastar choques. Toda vez que ele pressiona a barra, ele pospõe o próximo choque que deveria tomar. Suponha que uma vez que o sujeito tenha pressionado a barra, nenhum choque possa vir dentro dos seguintes 30 segundos. Com este arranjo, o animal poderia receber choques a cada 20 segundos se nunca pressionasse a barra; pressionando logo após cada choque ele pode diminuir os choques para um a cada 30 segundos; pressionando mais freqüentemente, a cada vez pospondo o próximo choque por 30 segundos, o animal pode evitar receber qualquer choque.

Pressionar a barra permite ao sujeito adaptar-se com êxito. Agindo de acordo com as demandas de seu ambiente, ele pospõe choques e reduz sua freqüência total. Se o sujeito fizer qualquer outra coisa que não pressionar a barra, choques virão mais freqüentemente. Sujeitos, desde ratos de laboratório até seres humanos, têm aprendido a comportar-se adaptativamente nesse tipo de situação.

Uma vez que tenham aprendido, eles pressionam a barra com freqüência suficiente para receber choques apenas ocasionalmente. Macacos ficarão dias sem um choque, raramente diminuindo o suficiente a velocidade para receber um lembrete da contingência. Eles comportam-se com uma persistência e uma compulsividade que se assemelha ao comportamento patologicamente rígido e inflexível que freqüentemente vemos ao nosso redor — algumas vezes em pessoas que, quanto ao resto, são normais. Se não se conhecer a história do sujeito, pode-se observá-lo pressionando a barra hora

após hora sem razão aparente e perguntar-se sobre as fontes de sua estranha preocupação.

Esta aparente falta de contato com a realidade é uma característica inevitável da esquiva, criando a ilusão de que a esquiva difere em princípio da conduta que é consistentemente reforçada por fuga ou por conseqüências positivas. Raramente se pode ver quaisquer resultados imediatos do comportamento de esquiva de alguém mais. Quando choques são sinalizados, pode-se ver que os sinais são ocasiões para pressionar a barra. Mas, pressionar a barra realmente evita o choque, assim o próprio sucesso do ato mantém sua verdadeira causa escondida. Pode-se somente conjecturar sobre por que o sujeito pressiona a barra todas as vezes que o sinal surge. Com esquiva não-sinalizada, o que o sujeito faz parece completamente não-relacionado a qualquer coisa mais.

Se a coerção não é imediatamente evidente mesmo em condições controladas de laboratório, imagine como tipos semelhantes de coerção podem continuar não-reconhecidos no mundo exterior. Observar um sujeito que está se esquivando de choques não-sinalizados torna claro por que o comportamento de esquiva freqüentemente parece misterioso e por que mesmo profissionais clínicos freqüentemente deixam de avaliar como o controle coercitivo pode gerar conduta aparentemente patológica.

9

Aprendendo por meio da esquiva

Aprendendo como se esquivar de choques, sujeitos de laboratório estão também aprendendo muito mais. Todo choque, por exemplo, pega o rato fazendo algo mais. Porque é menos provável que ele repita aquele ato, choques subseqüentes hão de encontrá-lo fazendo alguma outra coisa. Até que o sujeito aprenda a pressionar sua barra de esquiva, a punição segue mais e mais de suas ações. Se o animal fracassasse em descobrir sua barra de esquiva, fazer qualquer coisa, até mesmo sentar-se quieto, finalmente tornar-se-ia perigoso. Portanto, sujeitos aprendem que não apenas pressionar a barra, mas qualquer ato que realizam tem algo a ver com o choque. Tudo que eles fazem é relacionado com o que acontece com eles.

Pressionando a barra, o animal desliga o próximo choque. Se acontece de ele pressionar exatamente quando o choque está para vir, aquele choque será cancelado. Pressionar a barra é o único ato que o choque jamais segue. Portanto, mesmo sem sinais de aviso, o sujeito aprende a tomar o caminho reto e seguro, fazendo a única coisa que nunca será punida. Pressionar a barra é seguro.

Mesmo o rato de laboratório aprenderá a manter-se sem receber choques. Usando a vantagem dos sinais de aviso, ele pressio-

nará sua barra de esquiva exatamente nos momentos certos. Se não lhe damos qualquer sinal de aviso, mas simplesmente o punimos por tudo, exceto pressionar a barra, ele seguirá este caminho seguro. O animal não entende linguagem, mas a contingência passa adiante a mensagem efetivamente: "pressione a barra... ou então..." Não será uma surpresa, então, descobrir que as pessoas, dentro e fora do laboratório, podem fazer o mesmo. À medida que experienciamos diferentes sinais de aviso, ou à medida que punições vêm sem aviso, todos descobrimos quais de nossas várias barras trazem segurança.

Condensar todo este processo coercitivo em apenas algumas horas de laboratório nos permite ver diretamente o que de outro modo é difícil de reconhecer. Fora do laboratório, isso acontece conosco por períodos de tempo mais longos e, se tivermos sorte, não domina toda nossa existência. Pais que consideram a punição como o único caminho podem gastar muitos anos para dar choques em todas as ações indesejáveis de seus filhos, mantendo-os "comportando-se" em casa simplesmente porque nada mais é seguro; pode levar uma geração para um tirano matar, torturar e aprisionar pessoas suficientes para dar choques em todas as ações da existência, exceto obediência não-questionadora; uma esposa espancada pode tomar muitos choques antes de descobrir que ir embora é sua única barra segura.

A variedade de choques, a enorme massa de comportamento sendo esmagado, as muitas formas de esquiva, o número de pessoas envolvidas e o período de tempo durante o qual estas e outras práticas coercitivas cotidianas evoluem as tornam difíceis de analisar. O laboratório mostra as características críticas com impressionante clareza.

Emitimos uma quantidade impressionante de esquiva. Poucos alunos estudam por As, a maioria se esquiva de Fs. Muitos passam pela escola tão silenciosamente quanto possível, abstendo-se de situações de sala de aula potencialmente humilhantes — ou antevendo condenação dos colegas por desempenho superior. Freqüentemente ouvimos descrições de interação sexual em termos de dominação e submissão. A competência de um trabalhador raramente produz um prêmio ou uma promoção; o retorno mais comum para um trabalho bem-feito é simplesmente um risco diminuído de ser despedido. Muitas crianças "comportam-se" em casa porque é o modo de prevenir abuso verbal e físico. Fora de casa, ações que diferem de e, mesmo, conflitam com padrões estabelecidos em casa impedirão a perda de *status* no grupo de amigos.

Igrejas nos ameaçam com o fogo do inferno, ou seu equivalente, se não acreditarmos em suas verdades. A polícia ameaça com prisão, multas, julgamento e encarceramento, se não obedecermos as leis. Agências governamentais se devotam a evitar sanções econômicas ou morais internacionais, prevenindo a perda de território ou prestígio e evitando a guerra. A maioria das pessoas no mundo trabalham não para prover a si mesmas com educação, livros, concertos, aparelhos de televisão, computadores pessoais, automóveis, iates e *status* social, mas para prevenir fome extrema, congelamento e sede. Se a esquiva não for possível, a fuga é a regra, mas entre as duas, a esquiva predomina. A maior parte do mundo oferece poucas alternativas.

Uma vez que percebamos o quanto de esquiva nos é imposto, não deveria causar surpresa descobrir que fazemos o mesmo com os outros. Praticamos muito o ameaçar. Coerção por meio de esquiva é nosso modo mais comum de fazer com que as pessoas façam o que queremos. "Faça o que eu digo...", "Faça como eu disse...", "Faça do meu modo...", "Fique na linha...", "Não pergunte porque, apenas faça...", "... ou *então*..." Esta é a maneira como mais comumente ensinamos os outros o que consideramos ser certo, adequado e bom.

Professores ameaçam alunos com Fs, trabalho extra ou expulsão; alunos ameaçam com disrupção ou violência. Patrões ameaçam com desemprego seus trabalhadores; trabalhadores ameaçam fazer greve. Pais ameaçam seus filhos com a privação de seus reforçadores; filhos ameaçam fugir de casa. Grupos sociais ameaçam os não-conformes de expulsão. Aqueles para quem sexo significa dominação mantêm relações sexuais pela ameaça de violência. Padres lembram seus rebanhos das conseqüências do pecado. Policiais soam suas sirenes, mostram seus cadernos de multas, levantam seus cassetetes e empunham seus revólveres. Líderes governamentais respondem à coerção internacional, ameaçando com retaliação. Fazemos tudo isso e mais com os outros, e os outros o fazem conosco.

Usamos extensivamente contingências de esquiva para estabelecer e manter habilidades acadêmicas, interações familiares, práticas sexuais, relações sociais, costumes grupais, obediência às leis, afiliações políticas, valores morais, associações de negócios e alianças internacionais. Tal coerção é o modo mais efetivo de ensinar conduta apropriada? E as contingências de esquiva sustentam mais efetivamente aquilo que foi aprendido? Como em relação às contingências de punição e fuga, a resposta toca em nossa definição de "efetivo". Contingências de esquiva "funcionam", elas realmente en-

sinam. Entretanto, quando olhamos mais de perto para o que é aprendido, podemos achar o que descobrimos perturbador.

O que mais vem com a esquiva?

Mantenha seu nariz longe de problemas. No laboratório, não vemos apenas que o sujeito impede os choques pressionando sua barra, mas que também passa a finalmente fazer pouco mais que isso. Tudo o mais é punido. Um macaco nesta situação não mais explora, brinca ou se exercita, e raramente come ou bebe. Ele nada faz que o afaste da segurança de sua barra. Ele gasta seu tempo pressionando a barra e limpando-se, dois atos que pode desempenhar simultaneamente, um com cada mão. Se não estivéssemos cientes da história do animal, haveríamos de nos defrontar com a dificuldade de explicar sua estranha dupla preocupação — pressão à barra, "ritualística", e limpar-se, "autista".

A contingência cria um desistente real, particularmente, quando não há sinais de aviso de choque iminente. Avisos explícitos dão ao sujeito mais liberdade; entre sinais ele pode deixar a barra e fazer outras coisas em segurança, desde que ele não se afaste para muito longe. Entretanto, o sinal interrompe tudo o mais, puxando o animal de volta para a barra como por um elástico.

Um sujeito neste estado é, naturalmente, um caso extremo, um produto de punição freqüente e intensa. No entanto, fazemos isso uns aos outros. Existência sob a ameaça de punição freqüente e intensa não é incomum. Contingências de esquiva podem afinar as pessoas tão bem que elas se tornam autômatos. Ver isso acontecer no laboratório faz com que nos apercebamos de que ameaças constantes podem destruir o potencial para aprender de um ser vivo. As pessoas podem aprender por meio de contingências de esquiva, o que elas aprendem, no entanto, é a se esquivar e pouco mais. Se sua aprendizagem se deu principalmente por esquiva, elas vão se confinar ao seguro e previsível, provavelmente fazendo seu trabalho eficientemente, mas incapazes de experimentar e de tirar vantagem de oportunidades de livrar-se do estabelecido.

Populações inteiras não conhecem outra existência. Quando o ambiente natural provê apenas recursos limitados, continuamente ameaçando de retirada ou diminuição severa desses recursos, a vida se torna estreitamente restringida. Toda ação passa a ser dominada pela sempre presente ameaça de calor ou frio excessivos, aridez, magros rebanhos e colheitas esparsas. Considerando tudo o mais perigoso, a comunidade se devota ao básico da sobrevivência.

Adaptações às várias ameaças da natureza incluem a quase sonolência das pessoas nos trópicos (provavelmente também uma adaptação fisiológica), a vida nômade dos caçadores na calota polar do Norte ou no deserto, a sociedade agrícola mais estável, mas primitiva, que freqüentemente produz um único produto, ou religiões, misticismo ou metafísica que permeiam todos os aspectos da existência e ajudam a contrabalançar a miséria presente, promovendo uma gloriosa vida após a morte. O ambiente físico pode suportar pouco mais. Esquivar-se de desconforto severo ou de desastres naturais — atos de Deus — torna-se a preocupação que tudo consome das pessoas. Tentativas de aprender qualquer outra coisa desviam a atenção e recursos das sempre presentes contingências de esquiva. A comunidade, vendo a maior parte das inovações prontamente punidas pelo ambiente hostil, condena afastamentos da conduta tradicional como pecaminosos ou heréticos.

Governos repressivos criam existências similarmente confinadas e estreitas. Eles exercem controle estabelecendo contingências de esquiva, decretando como ilegal qualquer comportamento não-desejado ou não-usual e punindo quando um cidadão sai fora da linha. Eles atacam estudantes e professores violentamente porque universidades são lugares onde o pensar ocorre; a última coisa que uma ditadura civil ou militar quer é um cidadão pensante. A população, mantendo-se próxima de suas barras de esquiva, tem pouco tempo ou energia para novas aprendizagens, mesmo que o regime não tenha punido qualquer destas tentativas como não-conformidade perigosa. Produtividade torna-se secundária em relação à segurança. Pessoas envolvidas nesse tipo de coerção aprendem apenas a sobreviver.

Não balance a canoa. Indivíduos que levam uma vida de esquiva se tornam negativos e inflexíveis. Esquivadores raramente fazem o inesperado; ter opções os amedronta. "Regras não foram feitas para serem quebradas", eles dizem. Nós todos já tivemos contato com administradores que postergam cada decisão interminavelmente e, se finalmente colocados na parede, sempre dizem: "Não, isso não pode ser feito." Nós todos certamente nos lembramos de professores que insistiam que cada problema que nos davam tinha apenas um método de solução. Embora nossos empregadores nos digam que nosso trabalho é encontrar respostas, ou fornecer serviços, ou ensinar outros como atacar e resolver problemas, ou tornar possível para outros funcionar efetivamente, muitos de nós têm descoberto que outros critérios realmente determinam nossa segurança

e promoção. Em uma burocracia, decisões são perigosas, mais prováveis de trazer censura do que elogio. Aprendemos a trilhar os caminhos certos.

Esquivamos de ser culpados por uma decisão errada, não tomando qualquer decisão; arquive o problema ou passe-o adiante para outra pessoa. "Não" é mais seguro que "Sim". É muito mais difícil para os outros apontar um dedo acusador para algo não-feito do que para uma ação identificável. Se nada fazemos, eles não podem nos culpar por fazê-lo errado. Quando uma promoção depende de esquiva bem-sucedida da culpa, e não de inovação ou produtividade, a inação domina a ação. Podemos criar novas maneiras de esquivar da censura, mas, ao aprendermos novas maneiras de atingir nossos objetivos de trabalho não seremos reconhecidos ou seremos rotulados como causadores de problemas.

Contingências de esquiva criam especialistas em esquiva. Qualquer aprendizagem que atravessa o caminho de esquiva bem-sucedida é perigosa. Finalmente, os esquivadores mais bem-sucedidos se tornam os chefes. Como bolhas subindo em um líquido — apenas aquelas que se esquivam de bater em outras bolhas chegam ao topo — funcionários de instituições públicas e privadas que conseguem escapar de conflitos também chegam ao topo. O sistema é autoperpetuador.

Mate-os todos. Hoje, a rápida difusão de informação permite a todos, em todo lugar, ver todas as variedades de existência humana, em todas as partes do mundo. Pessoas extremamente pobres, vítimas das mais severas coações sociais, políticas e religiosas recebem imagens televisionadas de lazer, conforto e riqueza inimaginados. Elas vêem terras onde a simples sobrevivência raramente está em questão. Elas vêem culturas nas quais a coerção consiste, mais comumente, na ameaça da privação da propriedade, segurança, conveniência ou liberdade — qualidades da vida que elas jamais conheceram. Elas vêem a vida humana valorizada por si mesma, não simplesmente pelo que contribui para a sobrevivência física e econômica do grupo. Com as maravilhas do transporte moderno, trazendo exemplos vivos deste ilimitado luxo ao alcance das mãos, aquelas pessoas, sujeitas à continuada repressão que ameaça a vida, têm descoberto e explorado uma nova forma de coerção — o terrorismo. Elas têm forçado os privilegiados do mundo a pressionar uma barra de esquiva não-familiar: "Dê-nos o que vocês têm ou destruiremos tudo que vocês valorizam."

Porque terroristas têm pouco a perder e, freqüentemente, acreditam que têm muito a ganhar depois da morte, eles estão prontos para destruir mesmo a si próprios no processo de executar suas ameaças. Dirigidos por pressões naturais e sociais intensas para praticar esta forma extrema de coerção social, eles possuem o mais estreitamente restringido de todos os repertórios comportamentais. Suas opções foram reduzidas à simples represália, dispensando um único choque coercitivo — matança indiscriminada.

Não podemos fazer com que abandonem essa opção cedendo às suas demandas; tal reforçamento apenas garantiria mais atos de terrorismo. Não podemos fazê-los abandonar sua única opção; sem ela, não lhes restaria qualquer esperança, nenhuma maneira de extorquir alguma parte dos recursos do mundo para si mesmos. Aí está porque é tão difícil lidar com terroristas. Inevitavelmente, contramedidas tomarão deles essa opção. Eles, então, nada terão em que se apoiar a não ser desespero. A guerra contra o terrorismo indiscutivelmente será vencedora, mas deixar um grande segmento do mundo sem qualquer outro método para melhorar sua sorte não é humano e não é uma perspectiva confortadora.

Quando os que nada têm, a quem faltam até mesmo as necessidades básicas, reagem destruindo indiscriminadamente outros apenas porque eles parecem ter tudo, então as opções dos privilegiados se tornam restritas também. Orçamentos de defesa das nações ricas finalmente usurpam os próprios recursos que eles supostamente defendem e tornam impraticáveis as qualidades da vida que supostamente eles preservam. Existências empobrecidas são a carga de quaisquer cidadãos que têm que gastar seu tempo pressionando barras de esquiva, anulando ameaças e restringindo-se a ações e empreendimentos que não entrem em competição com a sempre presente necessidade de esquivar-se. Todo mundo acaba permanecendo perto do maior número possível de barras de esquiva. Aprendizagem cessa. Criatividade e produtividade tornam-se coisas do passado. Quando recorremos à coerção social para manter na linha aqueles empobrecidos pela coerção natural, empobrecemos a nós mesmos; ninguém ganha.

Aprendizagem lenta

Contingências de esquiva, então, impostas a uma nação, cidade, escola, sala de aula, hospital, fábrica, loja ou família, estabelecem o rígido controle que caracteriza a tirania. Vítimas da tirania, vivendo sob ameaça constante, raramente causam surpresas. Esqui-

va, entretanto, não é sempre fácil de ensinar, mesmo para um tirano. Quanto mais forte e mais freqüente os choques que tomamos, mais rapidamente aprenderemos e mais persistentemente continuaremos a pressionar nossa barra. Entretanto, algumas vezes, falhas no pressionar nossa barra de esquiva podem apenas raramente trazer uma punição forte. Nesse caso, podemos "aprender nossa lição" lentamente. Com choques infreqüentes, pode passar um longo período antes que possamos saber se ou não estamos sendo bem-sucedidos em diminuir a quantidade de punição que obtemos. Podemos ter que tomar muitos choques antes que possamos estar certos de que estamos fazendo algum bem para nós mesmos.

Espere até que doa. Esquiva, portanto, embora extremamente forte uma vez que a tenhamos aprendido, pode ser bastante frágil enquanto estamos no processo de aprendê-la. Aí está por que freqüentemente acabamos esperando pelos choques e então desligamos, em vez de impedir, logo de início, que eles aconteçam. A imediaticidade da fuga nos controla muito mais efetivamente do que os indicadores atrasados da esquiva bem-sucedida. Os exemplos são muitos. Ainda baseamos nosso sistema de cuidado com a saúde na cura em vez da prevenção. O sistema educacional responde de novo e de novo à falta de engenheiros, cientistas, médicos e professores com superprodução, ainda não aprendemos a evitar os ciclos de escassez e excedentes do mercado de trabalho. Quando o pico de um crescimento populacional passa, transformamos edifícios escolares em *shopping centers* e quando o próximo pico de crianças em idade escolar chega, estabelecemos turnos extras e começamos a construir novos edifícios escolares; estes, naturalmente, estarão prontos exatamente quando a população escolar mais uma vez declinar. A despeito de periódicas faltas de energia, construímos arranha-céus que pouco utilizam de tecnologias de conservação de energia; cada um deles consome tanta eletricidade quanto uma cidade razoavelmente grande. Enquanto isto, a acelerada diminuição de reservas de energia está inexoravelmente levando à guerra as principais potências mundiais, guerra que pode apenas temporariamente atrasar a exaustão final desses recursos, até mesmo para o seu vencedor.

Todo mundo "conhece" essas contingências, ainda assim não tomamos contramedidas efetivas. Isso porque o conhecimento comumente é indireto. A menos que experienciemos uma ataque cardíaco, sabemos apenas o que ouvimos os outros dizerem sobre os perigos do colesterol. Naturalmente, é possível aprender esquivas seguido regras, mesmo sem jamais ter experienciado o evento temido. Uma

criança não precisa se queimar para aprender, de um comando dos pais, a não tocar no fogão quente, mas uma pequena queimadura inquestionavelmente produziria uma aprendizagem mais rápida. Podemos parar de fumar sem ter passado por uma cirurgia cardíaca, mas um ataque cardíaco menor realmente acelera o processo de aprendizagem. Avisos verbais são freqüentemente inefetivos, refletindo a lenta aprendizagem da esquiva que ocorre quando choques, reais ou ameaçados, vêm apenas pouco freqüentemente.

Destruição nuclear: ela é evitável? Um exemplo extremo de aprendizagem lenta por causa de choques infreqüentes é nosso fracasso em resolver a mais terrível contingência de esquiva de todas, a ameaça do holocausto nuclear. Nossa inabilidade em destruir os instrumentos que tornam a destruição nuclear possível mantém viva a ameaça. Esta contingência é um caso especial, uma vez que o choque — a destruição total da humanidade — é de um tipo que ninguém jamais experienciou. Além do mais, uma vez que o experienciemos, não teremos uma segunda chance de aprender a evitá-lo.

Avisos verbais não foram suficientes para manter o nível de esquiva que as explosões atômicas originais geraram. A análise do comportamento provê uma boa razão para este fato. É característica da esquiva que o sucesso origina fracasso. À medida que passamos mais e mais tempo sem um choque, a esquiva automaticamente parece menos e menos necessária. Se formos continuar a pressionar nossa barra de esquiva, devemos ter ocasionalmente algo mais que um lembrete verbal de que o choque está por vir. E assim, o horror de Hiroshima e Nagasaki se esvanece à medida que os choques não recorrem.

Quando a ausência de choques faz com que a esquiva se enfraqueça, aplicamos o termo técnico, "extinção", diz-se que o ato de esquiva se extingue. O termo agora adquire um duplo sentido; à medida que nossa esquiva da guerra nuclear se extingue, aumenta a probabilidade de a vida humana também se extinguir. O padrão de coerção da política diplomática aproxima os dois tipos de extinção. Ameaças de destruição mutuamente asseguradas, apoiadas em foguetes e mísseis cada vez maiores e mais poderosos, até aqui funcionaram. Entretanto, à medida que estas ameaças fracassem em ser levadas adiante, sua eficácia automaticamente diminuirá. Finalmente um choque será necessário para reinstalar nossa esquiva de suicídio nuclear. Mas agora, com o quase ilimitado potencial destrutivo

das armas nucleares, este choque não deixará ninguém para se preocupar com sua recorrência.

É grave o pensamento de que nosso conhecimento de controle coercitivo por contingências de esquiva deve nos levar a questionar a probabilidade de que seremos capazes de continuar a nos esquivar da autodestruição nuclear. Destruir arsenais nucleares indiscutivelmente estenderia o tempo de segurança da humanidade, mas, como com o abrir a caixa de Pandora, o conhecimento voou livremente. O *know-how* para a construção de mecanismos capazes de destruição universal permanecerá disponível para a manufatura de substitutos.

Um vez que um choque ocasional, um "lembrete", é necessário para que atos de esquiva não se extingam, podemos ter que permitir conflitos "convencionais" ocasionais, usando armamentos não-nucleares. Esquiva bem-sucedida de toda guerra pode na realidade provar-se autoderrotada, no sentido de que a total ausência até mesmo de combate convencional enfraquecerá nossa esquiva de conflitos mais perigosos. Guerras limitadas — limitadas em comparação com a guerra nuclear — serviriam para manter uma linha de base de choques que fortaleceria nossa esquiva de lutas mais destrutivas. Desagradável e pavorosa como é esta alternativa, as leis do comportamento podem impô-la a nós.

Não pode acontecer comigo. Para indivíduos, também, choques infreqüentes e atrasados podem reduzir a efetividade das contingências de esquiva. Indivíduos são notoriamente negligentes em separar dinheiro e outros recursos pessoais para atender a emergências raras, mas inevitáveis. Conseqüências raras e remotas parecem irreais, freqüentemente incapazes de apoiar nova aprendizagem mesmo quando nossa vida está em jogo. O comportamento resultante, embora não-inteligente, e algumas vezes aparentemente venal, está, no entanto, sujeito a leis.

Até que a doença nos atinja de modo suficientemente freqüente ou sério, continuamos a comer em excesso, ainda que a obesidade aumente a probabilidade de morte prematura; afinal de contas, apenas sabemos que *outras* pessoas morrem. Os frios fatos sobre o tabaco são de conhecimento comum, mas quando o verdadeiro choque chega é tarde demais para ensinar a nós mesmos técnicas de esquiva bem-sucedidas; milhões continuam a fumar, encorajados por um governo que vê as tardias ameaças do tabaco à saúde como menos compelidoras do que as imediatas ameaças políticas da indústria do tabaco. Ainda que se saiba que o uso crônico

de esteróides anabolizantes produz falhas orgânicas, incontáveis atletas de estatura olímpica usam estas drogas para enganar; já se ouviu de alguns que não se importariam de morrer em alguns anos se pudessem vencer agora. Alguns mais terão de morrer jovens antes que a conseqüência remota sobrepuje o encanto de uma medalha olímpica e sua conseqüente fortuna em contratos. Quantas mulheres abrem mão do tabaco, álcool e outras drogas enquanto estão grávidas? O elo entre drogas tomadas durante a gravidez e deformidades, deficiências e retardamento que se torna visível na criança ao nascimento ou mais tarde é real, mas remoto. Quantas pessoas aleijam ou matam a si mesmos, a entes queridos ou a estranhos esquiando em montanhas para especialistas, patinando em gelo fino, nadando sozinhos, correndo demais em automóveis, dirigindo bêbados e engajando-se em outras variações de roleta russa? Quando a afirmação "estas coisas só acontecem com os outros" prova-se falsa, é muito tarde para aprender como impedi-las de acontecer a nós mesmos.

Superstições

Tentar ensinar estabelecendo contingências de esquiva pode trazer um outro resultado problemático. Diferentemente de ações que produzem um óbvio reforçador positivo ou fuga de um punidor, esquiva bem-sucedida impede que algo aconteça e, portanto, parece não produzir qualquer efeito imediato, ela parece sem propósito. Um observador, fundamentado em estudos de laboratório, conhece a relação precisa entre ação e choque, mas a falta de *feedback* imediato pode obscurecer a situação para o sujeito. Como resultado, o ato de esquiva pode se tornar bastante diferente daquilo que o professor pretendia. Por exemplo, sujeitos verbalmente competentes podem perguntar: "O que exatamente impede o choque de vir? Eu realmente tenho que pressionar a barra ou é suficiente me aproximar dela?" A única maneira de descobrir seria se aproximar da barra, mas não pressioná-la.

Sujeitos sob a ameaça de punição forte provavelmente nunca tentariam fazer o teste. Uma vez que eles pressionam a barra quando quer que se aproximam dela, nem um dos dois atos jamais é punido; portanto eles acabam emitindo ambos. De fato, ambos podem ser necessários — eles certamente não podem pressionar a barra sem estar perto dela — mas eles não têm qualquer maneira de saber se a simples aproximação seria suficiente. Ainda pior, eles podem estar bastante convencidos de que uma ação é crítica quando ela é realmente irrelevante. Como alguns sujeitos, por exemplo, em

vez de simplesmente sentar e pressionar a barra, eles correm em volta da caixa, cancelando choques ao pressionar a barra cada vez que passam por ela. Eles podem até se vangloriar: "Rapaz, eu descobri! Tudo que eu tenho a fazer é ser rápido com os pés, apertando aquele botão cada vez que passo por ele e eles me deixam em paz." Eles terão obtido a liberdade dos choques desempenhando um ritual quase que completamente desnecessário que entretanto "funciona".

Embora a esquiva de choque nos ensine a cumprir ordens, a especificação de como exatamente cumprir ordens pode ser imprecisa. Com tal falta de precisão, contingências de esquiva podem ensinar consideravelmente mais do que é desejável, sobrecarregando-nos com excesso de bagagem comportamental. É verdade que reforçamento positivo também, particularmente quando imprevisível, pode fortalecer o que quer que aconteça de estarmos fazendo exatamente antes que venha um reforçador. Nós então incorporamos a ação irrelevante ao nosso comportamento aprendido. Esticamos nosso braço e, a distância, retiramos a bola de boliche da valeta; batemos na madeira para dar sorte, a noiva veste alguma coisa velha, alguma coisa nova, alguma coisa emprestada e alguma coisa azul.

Mas em uma situação de reforçamento positivo, não somos punidos por testar as contingências reais, por tentar novas opções. Portanto, podemos aprender a descarregar o excesso de bagagem. Com esquiva, é muito perigoso fazer quaisquer testes. Quão freqüentemente um falante compulsivo pára o tempo suficiente para descobrir se seus ouvintes discordam dele? Quantos empregados obsequiosos pararão de beijar os pés de seus chefes para descobrir se então serão despedidos? Apenas crianças que ainda não aprenderam a lição, continuamente testarão os limites para ver com o que elas podem se safar. Quando usamos contingências de esquiva para ensinar filhos, alunos, empregados, prisioneiros, cidadãos ou escravos o que eles devem e o que não devem fazer, é altamente provável que nós também estejamos sobrecarregando-os com superstições, rituais e compulsões.

Evitando o inevitável

Como vimos, o próprio sucesso da esquiva garante que ela finalmente enfraquecerá e cessará. É necessária a punição para conseguir que comecemos a nos esquivar e, mais tarde, é necessário um lapso ocasional, com uma retomada de punição, para manter a esquiva funcionando. Esta semente congênita de sua própria destruição tem sido chamada o paradoxo da esquiva. Se nos esquiva-

mos com tanto sucesso que os choques jamais voltam a ocorrer, a esquiva finalmente se enfraquece e precisamos experienciar o choque de novo antes que o ato de esquiva seja reinstalado.

O paradoxo da esquiva revela uma diferença crítica entre reforçamento positivo e reforçamento negativo por esquiva. Com a esquiva, sucesso origina fracasso; o comportamento enfraquece e parará a não ser que outro choque o traga de volta. Com reforçamento positivo, sucesso origina mais sucesso; o comportamento continua. Se a única razão para um aluno estudar for impedir a reprovação, um fracasso eventual, ou quase fracasso, será necessário para mantê-lo estudando. Um aluno que estuda por causa das opções que uma nova aprendizagem torna disponíveis parará apenas se os produtos da aprendizagem se tornarem irrelevantes. Se cidadãos mantêm-se na lei apenas porque isto os mantêm fora da cadeia, eles eventualmente excederão o limite de velocidade, roubarão em sua declaração de imposto de renda, darão ou aceitarão caixinhas ou pior. Cidadãos que se mantêm na lei por causa dos benefícios de participar de uma comunidade ordenada não se defrontarão com tentações cíclicas de burlar a lei.

Uma vez aprendida, a esquiva é inerentemente cíclica. Depois de receber um choque, trabalhamos assiduamente para manter choques distantes. Então, gradualmente nos tornamos mais descuidados, esperando mais e mais antes de pressionar nossa barra; finalmente um outro choque vem, nos levando de novo a esquivar eficientemente. Os intervalos entre choques podem se tornar bastante longos, particularmente, se antes evitamos choques por longos períodos com sucesso, mas falhas ocasionais no esquivar são necessárias para manter a esquiva funcionando.

O paradoxo da esquiva torna possível um tipo de controle coercitivo que é horrível até mesmo de se pensar sobre ele. Uma vez que tenhamos nos tornado tão eficientes na esquiva que choques vêm apenas raramente, o paradoxo da esquiva torna disponível uma poderosa arma para qualquer um interessado em nos manter no caminho da esquiva. Se eles tiverem controle sobre o choque, podem eliminar completamente a função adaptativa de nosso comportamento de esquiva e, assim, estranhamente, torná-lo ainda mais forte.

Remover seu componente realista original pode tornar a esquiva em uma preocupação que a tudo consome. O experimento básico tem um sujeito esquivando de choques pressionando uma barra; cada vez que ele pressiona, garante um período livre de choque de duração variável e imprevisível, algumas vezes alguns segun-

dos, algumas vezes muitos minutos. Então, uma vez que o sujeito tenha aprendido a impedir os choques, o experimentador toma para si o controle real sobre os choques. Agora, um choque ocasionalmente vem, a despeito do que o rato estiver fazendo. Aqueles poucos choques, inevitáveis, são agora os únicos que o sujeito recebe; ele não receberia outros mesmo que ele parasse de pressionar a barra.

Se os choques inevitáveis forem infreqüentes, de modo que o sujeito tenha pouca oportunidade de descobrir que eles viriam não importa o que ele tenha feito, ele continuará a agir indefinidamente como se estivesse realmente esquivando de choques. Ele sentará ali, hora após hora, dia após dia, paciente e calmamente pressionando sua barra, estoicamente aceitando sua rara punição. Afinal, a experiência lhe ensinou que tudo o mais, exceto pressionar a barra, é perigoso. Agora um choque ocasional vem logo depois que ele tenha pressionado a barra, mas, ainda assim, esse ato usualmente não é punido. A maioria dos choques ainda continuam aparecendo após um período durante o qual ele não pressionou a barra. Até onde o sujeito pode dizer, ele continua bem-sucedido a maior parte do tempo.

Assim ele passa todos os seus dias esquivando-se de choques que de qualquer maneira jamais viriam. Os pouco choques "imerecidos", ainda que não estejam de modo algum sob seu controle, são suficientes para mantê-lo na linha. O principal efeito de cada choque agora é restabelecer as condições que de início levaram à esquiva.

Manter a esquiva funcionando com punições que são na verdade inevitáveis certamente pareceria contra-intuitivo. "Esquiva" persistente do inevitável não é um resultado da punição tão óbvio que alguém previsse antes que os experimentos fossem feitos. E, ainda assim, a técnica de primeiro gerar esquiva real e então aplicar punição indiscriminadamente era usada fora do laboratório muito antes que tenha sido observada e estudada experimentalmente. Assim como se pode cozinhar sem nada conhecer de química, ou jogar basquete habilidosamente sem conhecer física, ou ensinar efetivamente sem ter qualquer conhecimento formal de análise do comportamento, as pessoas têm usado esta técnica para controlar o comportamento humano, sem qualquer compreensão científica do que estão fazendo.

O controle que a punição indiscriminada torna possível, tão simplesmente e sem esforço, é aterrorizador. Seus praticantes foram e são os mais brutais e desumanos seres humanos. Aí está porque

todos devem compreender a técnica e devem aprender a detectar seu uso.

Por exemplo, era costume dos carcereiros nos campos de concentração nazistas selecionar arbitrariamente algumas vítimas para destruição em momentos imprevisíveis e inesperados. Estes eram os choques inevitáveis por meio dos quais mantinham controle sobre seus prisioneiros. Entretanto, no início, eles selecionavam pessoas baseados no que elas tinham feito ou não, distribuindo a punição última para quaisquer atos não-conformes, ameaçadores, conturbadores ou inconvenientes. Os prisioneiros aprenderam a se esquivar de destruição agindo como se supunha que deviam.

Uma vez que os carcereiros tivessem estabelecido este comportamento de esquiva "apropriado", eles então simplificavam seu trabalho. Aplicando choques ocasionais indiscriminadamente — arbitrariamente selecionando uns poucos e enviando-os para fora para nunca mais retornar — eles se livravam da necessidade de realmente observar os prisioneiros. Estes choques, não-relacionados com qualquer coisa que as vítimas fizessem ou deixassem de fazer e, portanto, na realidade inevitáveis, eram suficientes para manter os prisioneiros cujo momento ainda não havia chegado, pressionando suas barras de esquiva assiduamente. Do ponto de vista dos carcereiros, o procedimento era extremamente efetivo. Eles também podiam realizá-lo com uma esquisita economia de esforço.

Não tendo visto este tipo de controle no laboratório, pode-se facilmente subestimar seu poder. A não ser que tenhamos observado como choques não-contingentes podem usurpar o controle que contingências de esquiva válidas tenham originalmente estabelecido, podemos erradamente concluir que os sujeitos estão infligindo choques inevitáveis em si mesmos. De maneira semelhante, alguns comentadores têm criticado os judeus nos campos de concentração por ter se deixado levar como ovelhas, sem resistência, aos fornos. Se não entendermos a significação comportamental das contingências históricas e presentes a que os judeus cativos estavam submetidos, podemos facilmente não reconhecer que aqueles desafortunados não tinham escolha. As leis do comportamento estavam trabalhando contra eles.

Se os choques tivessem simplesmente sido dolorosos, os judeus poderiam ter resistido, acolhendo a morte como a fuga última. Entretanto, com a própria morte como o choque, a fuga da morte era a contingência controladora. Aquele choque, liberado freqüentemente, com a rudeza de uma máquina, era de início contingente às ações dos prisioneiros. Mais tarde, os choques não guardavam qual-

quer relação com qualquer coisa que eles realmente fizessem ou deixassem de fazer. Porque as contingências originais haviam gerado o comportamento de esquiva requerido — docilidade — os subseqüentes choques não-contingentes mantiveram essa forma de esquiva acontecendo. Um observador de fora, ou um historiador, podia ver que sua quieta marcha para o forno era inútil. A mudança nas regras aconteceu sem aviso, entretanto, e aqueles que estavam a ponto de serem assassinados estavam simplesmente fazendo o que as contingências originais os havia ensinado como sendo necessário para a sobrevivência.

Apenas raramente encontramos controle por punição não-contingente sendo praticado em situações abertas a escrutínio público. Mas se quisermos olhar, podemos ver este tipo de controle mais próximo de casa. Ele ocorre mais freqüentemente em instituições para onde enviamos aqueles que não queremos ver intrometendo-se em nossas vidas cotidianas, pessoas que confiamos a "guardiães". Esquiva é um produto característico do controle coercitivo em prisões, cadeias, "escolas" para retardados, "hospitais" para os mentalmente doentes e casas de "repouso" para os idosos. Naturalmente, assassinatos em massa não ocorrem nestas instituições, mas encontramos outros tipos de punições severas usadas, primeiro, para intimidar os internos a adquirir formas de esquiva que tornam o trabalho dos guardiães mais simples e que, então, são aplicadas não-contingentemente para manter a docilidade, cooperação e "respeito pela autoridade".

Em prisões, o confinamento em solitárias, a remoção de privilégios, abuso físico que não deixa marcas, e olhar para o outro lado quando internos atacam uns aos outros são maneiras-padrão de punir qualquer um que ameace a segurança dos carcereiros. Confinamentos, privação, abusos e falha em proteger os internos uns dos outros, administrados por infrações sem importância, ou por nenhuma razão aparente, também são práticas-padrão; estes choques arbitrários reduzem eficientemente sérias violações das regras. Em instituições para retardados, doentes mentais e idosos, pessoal sobrecarregado e sem treinamento ainda usa violência física, abuso verbal e isolamento social não-contingente para reduzir a disrupção de sua própria rotina diária.

Ocasionalmente, tais práticas chamam a atenção de um grupo de defesa dos direitos humanos ou de um jornalista. O clamor público subseqüente produz nova legislação, edifícios modernos ou uma mudança na equipe da instituição. À medida que o problema desaparece mais uma vez das vistas do público, as velhas práticas

retornam. A ausência de supervisão pública estabelece terreno apropriado para formas de punição cruéis e incomuns que criam docilidade e submissão facilmente garantidas.

Fuga da esquiva

Certamente podemos controlar conduta estabelecendo contingências de esquiva, conseguindo que pessoas evitem punição. Mas, tal controle também produz todos os efeitos colaterais da punição. Uma vez que nossos prisioneiros, alunos, pacientes ou filhos tenham aprendido a se esquivar de punição severa, a fuga automaticamente ainda se torna mais reforçadora que a esquiva. Se for possível para eles ir embora, eles irão.

Este resultado é familiar para todo mundo; as pessoas estão sempre fugindo das prisões e de outras instituições. Freqüentemente lemos sobre fugas de escolas para retardados e reagimos com pena; tendemos a atribuir estas ações aparentemente não-adaptativas à falta de inteligência do fugitivo. O nome "escola", entretanto, quando aplicado a tais instituições é muito freqüentemente um eufemismo. A sociedade, embora ocasionalmente preocupada com o ambiente físico em suas escolas para retardados, não monitora o que é ensinado ali ou como é ensinado. Por causa da equipe freqüentemente maltreinada e da ausência de prestação de contas pública, os residentes de tais "escolas" aprendem a adaptar-se a contingências de esquiva que os funcionários estabelecem para sua própria conveniência. Eles aprendem pouco mais. Fuga deste ambiente nem sempre indica pouca inteligência. Também pode representar um ajuste perfeitamente racional a controle coercitivo. Deveríamos ver a fuga dos retardados como gritos, não por piedade, mas por ajuda.

Quando lemos que um assassino condenado fugiu da penitenciária e é perigoso e que está na lista dos "mais procurados", podemos nos perguntar por que alguém escolheria a existência insegura e necessariamente breve de um animal caçado, em vez da relativa segurança da prisão. Interpretamos a escolha do fugitivo como evidência adicional de sua depravação. Ocasionalmente estaremos corretos. Ainda assim, em muitos desses casos, podemos razoavelmente supor que as contingências de esquiva dentro da prisão eram tão severas que tornaram a fuga, ainda que temporária e provável de terminar em morte, um poderoso reforçador. Naturalmente, nossa suspeita algumas vezes seria infunda, mas este é o primeiro lugar para onde olhar procurando uma explicação. Coerção desumana, proibida por lei, é, no entanto, tão predominante nas

instituições penais que se tornou a norma de fato entre os funcionários a serviço da justiça. Muitos dos que não praticam eles próprios a brutalidade mantêm seus empregos olhando para o outro lado. Aparentemente, fuga irracional algumas vezes reflete a depravação dos carcereiros, não dos fugitivos.

Aqueles a quem confiamos, seja em seu próprio benefício, seja para nos proteger, usualmente são incapazes de fugir. Eles podem adotar rotas alternativas de fuga. Suicídio, assassinato e outras formas de violência são comuns em instituições penais e outras instituições. Se não se pode fugir fisicamente, que outro modo melhor há de terminar a coerção do que terminar com o coercedor? Sujeitos a estupros e a outros tipos de violência e humilhação, prisioneiros, pacientes e os deficientes que são incapazes de homicídio podem descobrir o suicídio como mais factível.

A sociedade precisa algum dia acertar as contas com seu próprio papel em criar tais ambientes. O que queremos de nossas instituições penais e mentais? Elas devem servir como latas e cestas de lixo nas quais jogamos nossos refugos e os esquecemos? Pretendemos que as prisões apenas punam os que burlam a lei, que nos protejam contra aqueles que se mostraram perigosos e que sirvam como instrumento de revanche? Queremos que aqueles a quem confinamos saiam sem mudanças, tendo aprendido apenas o que era necessário para a sobrevivência dentro das instituições ou gostaríamos que eles tivessem aprendido a funcionar com sucesso do lado de fora? As posições públicas em relação a esta questão têm sido inconsistentes e, freqüentemente, diferem completamente dos tipos de instituições que de fato criamos.

Uma análise comportamental não pode, em si mesma, tomar as decisões necessárias, mas pode mostrar quais as conseqüências prováveis de qualquer decisão. Está claro que as políticas mais predominantes — negligência com o deficiente e revanche com o criminoso — gerarão o tipo de ambiente coercitivo que hoje predomina. É previsível que muitos dos responsáveis que contratamos serão tão brutais em suas tarefas quanto o permitirmos e que muitos dos rejeitados que confinamos vão se vingar tão brutalmente quanto possível de seus guardiães. Apenas um fio de cabelo distingue a conduta de alguns carcereiros da conduta de seus prisioneiros e distingue as ações de alguns funcionários das instituições mentais das ações de seus pacientes.

Tendo criado esses ambientes, devemos aceitar responsabilidade pela desumanidade que acontece dentro deles. As leis do comportamento nos permitem prever os resultados de qualquer que seja

o tipo de ambiente que criamos. Quando as perguntas surgem, a análise do comportamento pode sugerir maneiras de encontrar as respostas. Assim como dizem os guardiães de nosso sistema legal quando inadvertidamente saímos da linha, "a ignorância da lei não é desculpa", o mesmo pode ser dito das leis comportamentais. Quando nossas decisões determinam se outros devem viver ou morrer, ou se suas vidas devem ser plenas ou vazias, pacíficas ou violentas, a ignorância dos efeitos de nossas decisões sobre os outros é indesculpável.

10

Como nos esquivamos?

Como a fuga, a esquiva tem muitas faces. Nenhum ato particular define a esquiva; todos temos muitos tipos de barras para prevenir vários tipos de choques. Ainda assim, algumas formas de esquiva são mais problemáticas que outras. Se quisermos entender e, talvez, fazer algo a respeito da esquiva, primeiro temos que reconhecê-la.

Esquiva adaptativa

Parte de nossos comportamentos mais úteis são de esquiva: nos preparamos para extremos de temperatura vestindo-nos pesadamente no inverno e levemente no verão; evitamos acidentes de automóveis "dirigindo defensivamente"; evitamos de nos queimar usando um creme protetor; prevenimos infecções colocando soluções antisépticas em cortes e arranhões; mantemos distância das superfícies quentes de fogões e lareiras; evitamos o esquecimento "amarrando um barbante no dedo"; impedimos fracassos ensaiando um desempenho no palco ou uma apresentação de negócios; fazemos seguros

e investimos em fundos de aposentadorias. Estas são as ações de pessoas que "são prevenidas" e "mantêm o controle".

Estas características de personalidade não explicam nossas ações. As causas de nossa antevisão devem ser encontradas nas contingências de esquiva arranjadas pelo nosso ambiente. Pessoas prevenidas já conhecem diretamente, ou por instrução verbal, os "choques" dos quais agora se esquivam tão efetivamente; ou contingências de esquiva em geral têm regulado suas vidas de tal maneira que elas agora automaticamente se preparam para o pior.

Alguns choques vêm tão raramente que mesmo esquiva útil é difícil de aprender ou manter. Muitos gastam todos os seus centavos, incapazes de colocar de lado qualquer quantia para os inevitáveis "dias difíceis"; milhões ainda fumam, a despeito da perspectiva de doença fatal; ainda é comum encontrar mulheres grávidas bebendo álcool, fumando e tomando outras drogas, despreocupadas com os danos causados em seus filhos por nascer; obesidade permanece sendo um problema nacional, ainda que seja altamente correlacionada com diabetes e hipertensão e de ser um convite para a morte prematura.

Alguns de nós que nos descobrimos incapazes de economizar, de parar de fumar, de desistir das drogas ou de perder peso freqüentemente suspiramos por e desejamos um autocontrole mais forte. Entretanto, o problema real não é um controle fraco pelo *self* mas um controle fraco pelo ambiente. O que precisamos não é fortalecer nossa vontade interior, mas rearranjar o ambiente externo, fortalecendo as contingências de esquiva, ou provendo outros reforçadores para o comportamento que desejaríamos ter.

Nossos amigáveis gerente de banco, vendedor de seguros e contador condenam nossa imprevidência como fraqueza de caráter. Eles poderiam nos ajudar mais reconhecendo o problema pelo que ele é, não um traço irremediável de personalidade, mas uma esquiva fraca que pode ser remediada. Médicos, também, não são treinados para reconhecer e analisar problemas comportamentais, assim, pacientes que não conseguem seguir suas recomendações sobre dietas, drogas e medicação deixam-nos desamparados. Em vez de prescrever uma dose de autocontrole, médicos fariam melhor apelando para o ambiente social do paciente — amigos e família — em busca de apoio para obediência. Contadores e médicos não foram ensinados como obter mudanças comportamentais e, de qualquer maneira, diriam que não têm tempo suficiente para tanto. Mas manter-se sem ciência da natureza comportamental do problema não atende aos interesses de seus clientes e pacientes.

Permanecendo fora do mundo

Uma vez que desistentes tenham fugido de suas famílias, escolas, ou comunidades coercitivas, eles mantêm sua distância. Tendo se libertado de um ambiente aversivo, eles então fazem tudo que estiver ao seu alcance para impedir que esse ambiente restabeleça seu domínio. Manter-se sem envolvimento é um ato de esquiva.

Jovens desistentes podem adotar um estilo de vida tão diferente daquele do qual fugiram que sua comunidade original os julga como tendo se tornado indesejáveis e até mesmo perigosos. Ambientes pobremente mantidos e insalubres trazem perigos para os fugitivos mas servem para uma importante função; eles mantêm o resto da sociedade a uma certa distância. Famílias, considerando a nova filosofia, os novos costumes, o novo ambiente e a aparência física de seus filhos objetáveis e assustadores, abandonam tentativas de trazer de volta a ovelha desgarrada.

Tendo fugido de indivíduos e instituições sociais coercitivos, desistentes freqüentemente são atraídos para comunidades "marginais" que afirmam que reforçadores mundanos, como pagamento por trabalho ou talento, são incompatíveis com reforçadores como o amor, a afeição e o compartilhar que se originam de relações pessoais não-egoístas. Juntando-se a uma comunidade com estilo de vida alternativo, eles se oferecem a um líder carismático para exploração, em troca de proteção contra a sociedade que rejeitaram. Toda a renda vai para o guru que é, presumivelmente, incorruptível por dinheiro e pelos confortos que ele torna disponíveis.

O que isto significa é que a sua abdicação de responsabilidade e de tomada de decisões permite aos membros de cultos ignorar e, portanto, se esquivar de pressões para voltar à cena da qual eles desistiram. Uma atração importante de comunidades e seitas marginais é seu sucesso em proteger membros daquele outro mundo onde suas vidas foram dominadas por fuga e esquiva. Pode levar tempo para que eles descubram que seus novos reforçadores também são, na sua maioria, negativos.

Quando a dor de um choque é atrasada, a aprendizagem da esquiva será lenta; podemos ter de aceitar muitos choques antes de aprender a evitá-los. Com drogas, também, um longo tempo pode se passar entre causa e efeito. Drogas que causam adição têm componentes reforçadores que tornam ainda mais difícil aprender a se esquivar delas. Também relações pessoais destrutivas freqüentemente contêm elementos positivos que por algum tempo sobrepujam nossas inclinações de nos esquivarmos de situações aversivas. Viver uma vida de isolamento social ou intelectual pode impor privações,

desconfortos físicos e estresses biológicos que terminam em doença e inabilidade para manter nossa independência. Desistentes do veio central da sociedade freqüentemente sofrem desses resultados atrasados. Eles descobrem que seu novo ambiente desaprova curiosidade intelectual, faz com que se sintam culpados por qualquer sinal de individualidade e considera desconforto e doença como formas de distinção. Aquilo que primeiro pareceu afetuoso paternalismo torna-se uma outra forma de exploração. Quando os elementos destrutivos de seus novos estilos de vida se tornam óbvios o suficiente para gerar um novo ciclo de esquiva, jovens desistentes podem já ter se prejudicado irrecuperavelmente.

Mesmo que se mantenham saudáveis, portas terão se fechado para eles, fechando seu acesso à oportunidade para independência intelectual, econômica ou política mais convencionais, ainda assim mais construtivas. Os componentes aversivos de suas novas vidas podem finalmente tornar-se suficientemente fortes para sobrepujar os atrativos originais, mas freqüentemente é muito tarde para ação efetiva.

O reconhecimento dos componentes de esquiva na conduta dos desistentes da sociedade torna-se mais importante quando queremos trazê-los de volta. Tendemos a colocar a culpa nas comunidades ou contraculturas que atraem os desistentes, ou em seus estilos de vida alternativos. Mas a falha está na coerção que permeia as interações sociais "normais". Ainda que um observador não-envolvido possa ver as novas formas de coerção a que muitos desistentes se submetem, permanece o fato de que eles consideram a nova coerção, pelo menos temporariamente, menos aversiva que a antiga.

Se a sociedade pretender ter uma abordagem construtiva para o problema de ganhar de volta seus membros perdidos, particularmente seus jovens, um primeiro passo necessário é admitir que o comportamento de desistir é esquiva. Compreender as origens da esquiva iria nos levar a examinar nosso próprio ambiente. Então, poderemos identificar os choques que tornam as barrar de "desistir" efetivas. A falha corrigível não está na aparente atratividade dos alternativos, mas na relativa coercitividade da linha de base "normal". Em vez de perguntar "para onde foram os desistentes?", devemos perguntar: "De onde eles vieram?"

Não é problema meu

A maioria das pessoas se esquiva de participar das responsabilidades da comunidade — um outro tipo sério de desengajamento.

Em quase todas as eleições, a maioria dos eleitores possíveis desobriga-se, fazendo do princípio de governo representativo uma piada. Um serviço tradicional oferecido por políticos locais é arranjar para que cidadãos sejam excluídos da tarefa de jurado. Audiências públicas são usualmente tão pouco freqüentadas que políticos e membros de órgãos reguladores as vêem com desprezo, como gestos vazios de adesão a procedimentos democráticos, úteis apenas como proteção contra futuras críticas às suas decisões. Pesquisas de opinião demonstram repetidamente a extensão na qual o público se isola do conhecimento e da compreensão dos eventos locais, nacionais e mundiais.

Muitos tornaram-se cínicos sobre a possibilidade de qualquer conexão positiva entre políticos e o bem público. Aceitam sem protesto a corrupção daqueles eleitos ou indicados para cargos públicos, até mesmo fomentando a corrupção quando ela serve a seus próprios fins.

Médicos, advogados, professores, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais ativamente resistem ao monitoramento público de suas práticas. Ao mesmo tempo, raramente agem contra colegas profissionais incompetentes. Apenas sob intensa pressão estabelecem procedimentos disciplinares para proteger o público e, então, indivíduos se esquivam de indicar ou de voluntariamente se envolver eles mesmos nestes procedimentos.

No governo, nas forças armadas e nas organizações empresariais hierarquicamente organizadas, trabalhadores subalternos não tomam oficialmente ciência dos erros de julgamento, atos de fraude, quebras nos padrões éticos ou crimes de seus superiores. Eles imitam os três macaquinhos: "Não vejo nada, não ouço nada, não falo nada."

A filosofia "não meta a colher em cumbuca alheia" é documentada freqüentemente em nossa própria experiência e nos eventos que a mídia relata todos os dias. Experimentos controlados oferecem confirmações impressionantes desse tipo de não-envolvimento que mostram como indivíduos abandonam uns aos outros quando ocorrem acidentes de rua, violência e outros problemas.

Mais e mais, nós, os afortunados, estamos colocando distância emocional e social entre nós mesmos e nossos semelhantes que estão com problemas. Ironicamente, à medida que as distinções entre os que têm e os que nada têm se tornam mais visíveis, torna-se mais fácil negar a existência dos que nada têm do que fazer algo por eles. Poucos têm prazer com a visão da miséria humana, não vê-la é um modo simples de esquivar-se. Lidar com o sofrimento dos outros é custoso; custa dinheiro, tempo, esforço e a disrupção de

prioridades pessoais. Se, em vez disso, menosprezamos os famintos, desabrigados e doentes, considerando-os estúpidos, preguiçosos e imprevidentes, nós que estamos saciados, abrigados e saudáveis podemos corretamente nos recusar a vê-los. Assim nos protegemos da desagradabilidade e inconveniência.

O desengajamento social foi proposto como política nacional. A "Segunda Revolução Americana" iria remover as algemas que prendem o governo aos pobres e desafortunados, libertando-os para terem sucesso por seu próprio esforço e engenhosidade. Disseram-nos que as necessidades de defesa militar nos proibiam de continuar a nos preocupar com aqueles que não se fizeram por si mesmos: "de qualquer modo, eles não têm a quem culpar, a não ser eles mesmos por seus problemas." Agora que políticos e generais garantiram para si mesmos amplos benefícios e pensões, não importa quão grande seja sua incompetência, todos aqueles que não tiveram a mesma perspicácia podem se virar por si mesmos.

Mais cedo ou mais tarde uma política nacional de evitar a responsabilidade social deve terminar em catástrofe nacional. A polarização econômica inevitavelmente leva à convulsão social violenta. Evitando problemas atuais, garantimos choques severos mais tarde; os gatos gordos de hoje estão criando seus filhos e netos para o desastre. Entretanto, conseqüências atrasadas controlam fracamente: "Deixe que eles se defendam sozinhos."

Abstemo-nos de votar; nos evadimos da obrigação de júri; nos ausentamos de audiências públicas e de outros mecanismos da democracia participativa; nos mantemos deliberadamente desinformados da coisa pública; olhamos para outra direção quando vemos um roubo, assalto, coerção sexual no trabalho, incompetência em nossa profissão, apropriação indébita de dinheiro público, solicitação ou aceitação de propinas e atos de humilhação e brutalidade da polícia. Nada disso nos classifica como desistentes. Talvez seja por isso que não ver e não agir, diferentemente de desistências abertas, permitem que nos mantenhamos fora do alcance de visão. Pelo menos, não parecemos desistentes. Mas, nos desengajarmos, permanecermos não-envolvidos em questões de políticas públicas, segurança e integridade é, a longo prazo, mais perigoso para a sociedade do que qualquer subcultura minoritária. Dando os ombros para a responsabilidade sobre a comunidade, criamos um vácuo nas instituições de governo representativo, segurança pública, justiça social e oportunidade econômica. Estes espaços são inevitavelmente preenchidos pelos incompetentes, pelos sem-princípio, pelos venais e pelos criminosos.

Freqüentemente consideramos a falta de ação como exemplo de "não-decisão", mas não há realmente tal coisa como não fazer nada. A ausência de um "sim", será interpretada como "não"; a não-proibição será considerada como permissão; "talvez" significará "sim" para alguns e "não" para outros, completo silêncio freqüentemente significa "faça o que quiser, apenas não me incomode". Ao não se manter informado, um executivo está dizendo a seus subordinados: "Tomem suas próprias decisões." Recusar-se a tomar uma decisão é em si mesmo uma decisão; acreditar que realmente nos abstivemos de envolvimento, que nos isentamos de responsabilidade, é uma ilusão. Somos criaturas sociais e mesmo nos refreando de agir terá seus efeitos em outros.

Se quisermos reverter as tendências atuais que vão em direção ao egocentrismo, ao isolamento em relação ao envolvimento ativo e evasão de responsabilidade, mantendo-nos desinformados e fingindo que não existem problemas, então temos de olhar mais de perto para os determinantes dessa conduta. O que cria o não-envolvimento? O que o mantém? Quando examinadas de perto, descobriremos que quase todas as formas de inação via desengajamento contêm fortes componentes de esquiva.

Sempre que outros deixam de fazer o que poderíamos esperar que fizessem, temos razão para suspeitar que punição é a responsável. Uma análise comportamental nos levaria a perguntar: "Que choques a participação pode produzir? Manter distância permite a esquiva de choques?"

Punições por nos envolvermos demonstram-se suficientemente fáceis de identificar. Algumas são relativamente suaves. Embora dificilmente comparável a um choque doloroso, a simples inconveniência, a perturbação de nossa rotina comum que a participação freqüentemente impõe é suficiente para explicar muito do não-envolvimento. Não votando nos esquivamos de ter de rearranjar nossa agenda, esperar na fila, abrir caminho através da boca de urna feita pelos insistentes candidatos e cabos eleitorais que nos empurram suas filipetas; passamos ao largo do desconforto de andar até a urna e esperar ali no mau tempo; ou adiamos as difíceis decisões que votar em um candidato ou um tema freqüentemente requerem. Podemos fazer nossa esquiva ainda mais cedo não nos registrando para votar, um processo separado que é freqüentemente mais inconveniente que o próprio votar.

Publicidade e encorajamento verbal não serão suficientes para aumentar o número de eleitores. Contingências comportamentais reais estão envolvidas. Resolver o problema requererá eliminar

ou reduzir a severidade das punições que impedem as pessoas de colocar seu voto na urna. As melhores maneiras de fazer isto são bem conhecidas; não é necessário ser um analista do comportamento para ver a efetividade de deixar trabalhadores saírem cedo do trabalho em dia de eleição, prover transporte conveniente e grátis para os locais de votação, fornecer guarda-chuvas quando necessário, distribuir panfletos com antecedência, aumentar o número de urnas e máquinas, permitir o registro pelo correio e auxiliar aqueles não-familiarizados com os procedimentos de registro e votação.

A eficácia dessas medidas é atestada pelo vigor com o qual se resiste a elas. Aqueles que ganharam controle sobre o processo político nem sempre consideram o sufrágio universal como vantajoso para a manutenção de seu poder.

A participação naquela instituição democrática fundamental, o júri, causa inconveniências que são mais difíceis de eliminar. Quanto mais ganhamos, quanto maior o poder que tenhamos, ou mais pesadas as responsabilidades sobre nossos ombros, mais severas são as perdas que provavelmente sofreremos por ter que tirar tempo do trabalho para o júri. Os mais afluentes, os mais influentes e os mais proeminentes são os que têm mais a perder. É uma coincidência que raramente os encontremos em júris?

Também raramente vemos seus crimes sendo trazidos a julgamento pelo júri. Quando eles cometem ofensas civis ou criminais, seus recursos lhes dão acesso a advogados que são habilidosos em prolongar o litígio. Finalmente, eles conseguem acordos que garantem a imunidade de acusação. Eles raramente são encontrados em julgamentos, seja como jurados, seja como réus.

Ao desengajar-se deste modo, esquivando-se das inconveniências pessoais relativas ao desempenho de responsabilidades da comunidade, os ricos, os poderosos e os proeminentes criaram um sistema de justiça duplo. Aqueles com menos influência e recursos são, em certo sentido, tão incomodados quanto os ricos por participar do júri. Também, seus atos ilegais, na média, provavelmente ferem menos pessoas. Ainda assim, eles mais provavelmente são forçados a participar do sistema de júri, de um lado ou de outro.

Aumentar a participação no sistema de júri e diminuir a evasão requer mudanças na conduta. Novamente, o problema fundamental é comportamental. Para a maioria, fatores que constrangem são, no presente, mais fortes que fatores que encorajam o envolvimento. Nenhuma quantidade de exortação sobrepujará as privações e perdas reais a que muitos estariam sujeitos se aceitassem constar da lista de jurados possíveis. Esta é uma instância na qual

as punições por participação não podem ser eliminadas. Uma parte importante da solução do problema, então, deve ser tornar a esquiva mais difícil.

Algumas comunidades retiraram o poder dos representantes eleitos de intervir em favos de qualquer um selecionado como jurado. Raramente elas foram tão longe a ponto de retirar esse poder de todas as autoridades, eleitas ou indicadas, de modo que aqueles com influência política, financeira ou social ainda podem se manter não-envolvidos. Para impedir a esquiva do serviço por meio de solicitações políticas, pressões sociais ou simplesmente corrupção as comunidades terão que eliminar as vias de influência.

Elas também terão de tornar outras formas de evasão mais difíceis. Por exemplo, tendo sido chamado para compor o júri, pode-se facilmente não participar em qualquer caso particular fazendo com que um advogado de defesa ou promotor desconfie de sua imparcialidade. Pode-se argumentar oposição à pena capital, crença em que estupro sempre é provocado pela vítima, ser a favor ou contra o mercado, estar convencido de que televisão incita a violência, afirmar que insanidade não é desculpa para o assassinato, já ter formado uma opinião sobre o caso, ou ser filosoficamente um anarquista. Uma vez que se tenha sido acusado por causa dos problemas que tal viés provocará, freqüentemente se está livre de chamadas posteriores. Para tornar esta rota de esquiva menos vantajosa, aqueles chamados para participar do júri poderiam ser requisitados a manter-se disponíveis por um período fixo de tempo. Então, ainda que recusados em um caso particular, eles não poderiam ir embora antes daqueles que se permitiram ser selecionados.

Quem porá a boca no trombone?

Geralmente relutamos em "pôr a boca no trombone" em relação a companheiros de trabalho, colegas e chefes que vemos agindo irresponsavelmente, incompetentemente ou ilegalmente. Olhar para o outro lado é uma ato de esquiva, nos mantém fora de problemas. Trazer tais observações à atenção de estranhos é especialmente perigoso. Em agências militares, governamentais e empresariais espera-se que passemos adiante descobertas, reclamações ou acusações através dos canais competentes, ainda que exatamente aqueles que vimos agindo incorretamente terão o privilégio de avaliar nossa precisão e julgamento. Os sujeitos de nosso relato serão também seus juízes.

O mesmo acontece em organizações profissionais. Estas mantêm uma mística de "irmandade": "O que fere um fere todos, assim, mantenha tudo em família." Esta regra usualmente é baseada mais em economia do que em afeto e respeito mútuos. Embora se suponha que padrões profissionais impeçam a prática incorreta, a imposição de padrões é perigosa. Ações disciplinares internas contra os incompetentes ou os criminosos têm possibilidade de vazar para a mídia e tornar-se escândalos. Quando medidas contra um colega colocam em risco a imagem pública de uma profissão, a ameaça ao prestígio e à prosperidade torna-se prioritária em relação à proteção do público. Portanto, organizações profissionais não monitoram rigorosamente o comportamento de seus próprios membros. Manter uma reclamação "em família" geralmente significa que nada será feito a seu respeito.

Pessoas que realmente vão a público, vão se descobrir rebaixadas, despedidas com desonra ou simplesmente despedidas, ou transferidas para um local em algum tipo de "Sibéria". O rótulo "não-confiável" viajará com elas em seus prontuários pessoais. Antigos associados nada terão a ver com elas. É surpresa que a reação mais comum diante daqueles que mentem, enganam, roubam, aceitam caixinhas e colocam em perigo a segurança, os direitos civis ou a saúde de outros seja o comentário, "não é da minha conta" ?

As comunidades até mesmo atribuem um certo estigma moral àqueles que não praticam este distanciamento. Nós todos pertencemos a vários "clubes", unidos aos outros membros por traços de interesse pessoal ou objetivos comuns. "Dedo-duro", "rato", "traidor" atribuem deslealdade a membros que escutam o chamado de uma lei maior que a dos seus clubes. Choque por "pôr a boca no trombone" exerce controle mais forte do que abstrações como "honestidade", "justiça" ou o "bem público". Indivíduos vêem 'tocadores de trombone' sendo punidos e eles finalmente traduzem esta observação no imperativo moral: "Botar a boca no trombone é errado."

Relatos nos noticiários sobre abusos nos mais altos níveis do sistema de defesa aparecem tão regularmente que os incidentes relatados, acidentalmente descobertos ou revelados por um raro 'tocador de trombone', devem ser apenas a ponta do *iceberg*: preços extorsivos cobrados pelas contratadas da defesa, assentos de privada de 400 dólares, uso de funcionários como serviçais feito por autoridades, planejamento inadequado e incompetência na execução de operações militares das mais variadas importâncias, discordâncias táticas não-resolvidas entre correntes das forças armadas e falsificações de dados de testes sobre segurança e eficácia de equipamento. A

burocracia das forças armadas imediatamente aplica punição justa, severa e duradoura a qualquer um que exponha incompetência e desonestidade. O corpo do *iceberg* mantém-se escondido. A própria mídia não é imune a ameaças de supressão e outras formas de retaliação.

Esquiva gerada por coerção que começa no próprio topo é uma preocupação central de nosso sistema de defesa; as motivações são em grande parte negativas. Mesmo críticas confinadas a memorandos internos, sem vazamento para a mídia, colocarão uma carreira em risco. Superiores, vendo objeções por meio dos canais competentes como um primeiro passo potencial para se tornarem públicas, rapidamente colocam a tabuleta "criador de problemas" no prontuário pessoal que segue o crítico a todos os lugares.

Esquivando-se de um término prematuro da carreira e da perseguição de uma burocracia magoada e que não perdoa, aqueles a quem confiamos nossa segurança pessoal desempenham suas próprias tarefas e mantêm-se alheios às dos outros. Sob o peso desta coerção, eles subordinam segurança nacional a segurança individual. Estão sendo apresentados modelos a carreiristas militares que não inspiram nem eficiência nem integridade. É fácil para eles perceber que a estrada para o topo está aberta apenas para aqueles que implicitamente toleram incompetência e desonestidade de superiores que poderiam impedir sua promoção. A resultante ausência de respeito e preocupação mútuos é freqüentemente atribuída à moral baixa, mas moral é um resultado, não uma causa. As raízes da conduta que chamamos de "moral baixa" devem ser buscadas nas contingências coercitivas que dominam todas as interações.

A menos que olhemos mais de perto as contingências, com uma perspectiva de mudá-las, uma crise verdadeira encontrará nosso sistema militar incapaz de fazer o seu trabalho. Infelizmente, a inépcia militar revela-se apenas quando é muito tarde. Uma ameaça mais imediata é o apetite dos militares por nossos recursos naturais, econômicos e humanos. Nosso protetor está se transformando ele mesmo em uma ameaça para a própria cultura que o criou para defendê-la.

O governo federal não tem mais recursos para ajudar a educar suas crianças e jovens, para alimentar os subnutridos, para retreinar os desempregados tecnológicos, para garantir cuidados médicos para todos, para conservar recursos naturais, para descontaminar águas e terras poluídas, para manter parques nacionais, florestas e litorais, para apoiar as artes ou para subvencionar a pesquisa científica. Governos estaduais e municipais podem arcar

com estas obrigações apenas ao custo de diminuir serviços básicos, como polícia e proteção contra o fogo, suprimento de água, coleta e disposição de lixo e manutenção de pontes, estradas, edifícios e parques públicos. O custo de alimentar o protetor já está tornando impraticáveis muitas das instituições democráticas que ele deveria ajudar a preservar. Se quisermos fazer com que o sistema militar passe por uma limpeza, teremos que descobrir maneiras de impedi-lo de suprimir a crítica.

Apelos ao patriotismo, integridade, ou autopreservação inteligente não são suficientes. Mais uma vez o problema é comportamental, mas nós nos enganamos se o concebermos como uma necessidade de mudar "comportamento institucional". Indivíduos se comportam, não instituições. Para alterar uma instituição temos que mudar a conduta dos indivíduos que são a instituição.

Não podemos esperar que indivíduos que estão nas forças armadas aceitem voluntariamente responsabilidade pública. Contingências tradicionais de punição e esquiva dentro da organização rapidamente destruiriam qualquer tendência deste tipo. Revisão e avaliação vindas de fora são fortemente recusadas. As altas patentes argumentam que é necessário proteger-se de críticas amadoras para que possam fazer trabalho profissional; elas vêem o público como um intrometido. Embora nosso sistema nominalmente coloque um civil como seu chefe, sua autoridade, na prática, limitada a indicação de chefes, é tolerada desde que não tente ser o "dono da bola".

No entanto, todas as agências e instituições requerem contingências externamente impostas para estabelecer e manter autocontrole responsável. Talvez o que necessitemos seja um corpo de monitores especialmente treinado e tecnicamente competente, mas responsável apenas para com o público. Apenas controle externo pode eliminar os tipos de coerção pelos quais as forças armadas se protegem a si mesmas da vigilância e responsabilidades públicas.

Se vende, deve ser bom

Podemos ver o mesmo tipo de controle coercitivo em instâncias legislativas, em departamentos de polícia e de bombeiros, em conselhos de escolas, em prisões e em outros serviços municipais e estaduais. Indivíduos agem para proteger seus empregos, assegurando sua própria sobrevivência mesmo com o custo de subverter os objetivos organizacionais iniciais.

Em grandes corporações, grupos científicos e profissionais, faculdades, universidades e hospitais encontramos a mera sobrevi-

vência assumindo a direção como o objetivo da administração. "*Marketing*" é o mote. Em todo tipo de organização é dito a executivos e administradores que se preocupam com a qualidade e utilidade de seus produtos e serviços: "Você não está afinado com a moderna prática de negócios, lembre-se dela." As contingências são bastante explícitas: não importa quão inferior o produto, se você puder vendê-lo será aclamado, admirado e recompensado generosamente; não importa quão útil, durável, bonito e benéfico seu produto, se você não puder vendê-lo, ambos, você e seu produto serão desprezados. Os vendedores assumiram a direção: a qualidade de um produto é secundária em relação ao sucesso em vendê-lo.

Esta ética da sobrevivência propagou-se para a educação. Faculdades e universidades agora competem ativamente por alunos. Vice-reitores responsáveis por admissão de alunos abertamente classificam o recrutamento de estudantes como um problema técnico de *marketing*. A "venda" de uma faculdade a estudantes potenciais tornou-se independente do produto que, se supõe, a faculdade põe à disposição: os vendedores assumiram o controle da administração universitária.

E assim vemos as missões originais de muitas organizações, fundadas para manter ou melhorar a qualidade de vida, sendo subvertidas para assegurar a sobrevivência da equipe administrativa e instalações físicas. Universidades e hospitais modernos estão sobrecarregados de administradores de empresas que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre educação, cuidado de pacientes ou pesquisa. A crítica pública de deficiências nessas áreas não-familiares simplesmente ameaça sua segurança no emprego. Em um de nossos maiores hospitais ouviu-se um administrador financeiro recém-contratado, munido com um grau de mestre em administração de empresas, comentar como ele inspecionou o orçamento em exercício do hospital: "Meu Deus! Vocês gastam um dinheirão em cuidado com pacientes."

Administradores de nossas universidades ricas são perseguidos por demandas de estudantes e docentes, por reformas educacionais que suas equipes com treinamento especializado em empresas não entendem nem apreciam. Eles anseiam pelo dia em que possam excluir todos os estudantes, demitir todos os professores e, então, livres dos compromissos irrealistas com a educação, possam gastar seu tempo administrando a dotação. Administradores de hospitais, aborrecidos e ressentidos com médicos que pressionam por melhorias no cuidado com os pacientes, contrariados e irritados com pesquisadores que exigem espaço e recursos para desenvolver novos

métodos para a cura e prevenção de doenças e receosos dos riscos para seus próprios empregos que tais considerações não-familiares representam, estão gradualmente substituindo objetivos relacionados à saúde por objetivos financeiros. O lucro está substituindo a qualidade no cuidado de pacientes e a produtividade da pesquisa, com a justificativa de continuar existindo.

Costumávamos concordar em pagar impostos voluntariamente e em contribuir privadamente para a manutenção de serviços cuja integridade necessitava independência de considerações de lucratividade. Agora, esquivando-nos de envolvimento, deixamos o livre mercado determinar a sobrevivência de instituições que surgiram de necessidades públicas e que, portanto, exigem manutenção pública. Estamos permitindo que o controle coercitivo, orientado apenas em direção à sobrevivência financeira, substitua a apreciação e o suporte positivo para o cumprimento de objetivos públicos. O livre mercado é cruelmente coercitivo. Seus critérios de sobrevivência e seus frutos — riqueza, prestígio, privilégio e lazer — estão em conflito fundamental com os objetivos do serviço público.

Não deveria causar surpresa que sobrevivência imediata controlasse a conduta mais poderosamente do que o fazem conseqüências a longo prazo: "Como podemos proporcionar educação ou cuidados com a saúde de qualidade se nos tornarmos falidos financeiramente?" Por outro lado, pode-se perguntar: "Tem sentido manter-se financeiramente saudável se o preço é a falência de propósitos?" Respostas a estas questões não vêm da lógica, mas das leis do comportamento: as conseqüências financeiras são imediatas e as conseqüências educacionais atrasadas. Nas estruturas administrativas modernas as pressões coercitivas reprimem quaisquer ações que ameacem aumentar a qualidade às custas da lucratividade.

11

Neurose e doença mental

Mecanismos de defesa contra a coerção

A esquiva pode tomar formas bizarras ou neuróticas. Sigmund Freud, reconhecendo a predominância do controle coercitivo, sugeriu que muitos padrões de comportamento surgem da necessidade de nos protegermos contra as ansiedades que a coerção provoca. A maioria de nós se adapta à coerção mais ou menos efetivamente, lidando com ela por meio de uma ou outra forma de fuga ou esquiva. Algumas vezes, entretanto, a esquiva pode preocupar tanto uma pessoa que ela interfere no seu funcionamento cotidiano. O lidar com a coerção, que toma tempo e atenção incomuns, ou que amigos, familiares e a sociedade vêem com alarme, não é tão adaptativo. Mesmo a esquiva bem-sucedida pode levar a custos pessoais e sociais tão severos que uma pessoa é classificada como mentalmente doente. Por sua dependência do controle coercitivo, a sociedade paga um preço em termos de sofrimento humano, desajustamento e capacidade reduzida para engajamento construtivo.

Dizer que toda neurose e doença mental é comportamento de esquiva simplificaria perigosamente estes problemas. Nenhum dos termos, neurose ou doença mental, significa uma única doença;

nenhuma "bula mágica" jamais curará todas os casos. As origens do "comportamento doente" e os fatores que o mantêm diferem de pessoa para pessoa. A química do corpo, a herança e as histórias comportamentais, todas podem estar envolvidas.

Por outro lado, desconsiderar a possibilidade de que a conduta bizarra, neurótica ou, de algum outro modo, desadaptativa, possa ser um produto de coerção também simplificaria perigosamente o problema; poderia impedir tratamento bem-sucedido e um desnecessário prolongamento de sofrimento. Quando se tenta salvar alguém que ultrapassou as fronteiras, freqüentemente é útil buscar por contingências de esquiva que poderiam estar sustentando o comportamento desadaptativo. Porque choques evitados com sucesso raramente ocorrem, eles nem sempre são fáceis de ser encontrados.

Fobias. As várias fobias, supõe-se, representam medos anormais, mas específicos. Se somos tomados de pânico incontrolável perante o próprio pensamento de estarmos em uma multidão, ou de nos encontrarmos no alto em relação ao chão, diz-se que temos uma fobia de multidão ou uma fobia de altura.

Mas nós não "temos" fobias. Medos não são coisas; são nomes que sumarizam observações sobre o comportamento. O que nos faz dizer, por exemplo, que alguém "tem" uma fobia de multidões?

Dois tipos de observações usualmente formam a base para esse diagnóstico. Primeiro, notamos a ausência de certas ações: a pessoa com uma fobia de multidões não participa de organizações sociais, nunca come em restaurantes ou vai a festas, não freqüenta *shows* musicais, teatros ou eventos esportivos, não vai a liquidações em grandes lojas de departamento e nunca usa transporte público. Segundo, vemos algumas ações ocorrendo mais freqüentemente que o esperado: a pessoa se vira e corre quando a ponto de encontrar um grupo na rua, faz longos desvios quando multidões são vistas à frente, contrata professores particulares em vez de ir à escola, viaja localmente apenas em táxi ou carros alugados, faz viagens de avião apenas em horários em que o aeroporto provavelmente está vazio e cancela a viagem se o avião estiver lotado.

Um tal conjunto de comportamentos — pouca participação em atividades de grupo, com freqüente fuga e esquiva — deveria nos fazer suspeitar de uma história de punição. Choques passados — experiências dolorosas, perturbadoras, embaraçosas ou intensamente desconfortáveis sofridas conjuntamente com grupos sociais — podem ter tornado multidões uma ocasião para fuga e medo. O

sofredor, sem conhecimento das experiências particulares que levaram às ações fóbicas, sente apenas o desconforto interno e a perturbação que as multidões evocam. Diz-se que a fobia é causada pela ansiedade, que é, por sua vez, inferida do tremor incontrolável, transpiração, palpitações cardíacas, estômago embrulhado e respiração difícil que uma ameaça de envolvimento no grupo traz.

A psiquiatria clássica, afirmando as fobias como defesas contra a ansiedade, tenta descobrir os choques originais responsáveis. Talvez, como Freud salientou, eles nada tenham a ver com multidões, mas tenham sido, em vez disso, relacionados com atividade sexual. Esta suposição torna fácil hipotetizar que multidões originam impulsos sexuais proibidos e estão sendo evitadas por causa disto. A terapia tradicional concentrar-se-á, então, na descoberta dos problemas sexuais do paciente.

A análise do comportamento não faz qualquer tentativa de descobrir que experiências podem ter transformado multidões em choques. Em vez disso, ela trata os atos de esquiva presentes do paciente diretamente. Embora a esquiva possa ter começado em circunstâncias perfeitamente realistas, ela pode persistir por muito tempo depois de ter se tornado desnecessária; um esquivador bem-sucedido não tem meios de aprender que o choque original não virá novamente.

Dado que a fobia é realmente não-realista — aí está porque na verdade a consideramos anormal — um terapeuta comportamental ensina o paciente a não reagir a multidões como se elas fossem choques. Começando a uma distância que não evoca a fuga, o paciente aprende gradualmente a se aproximar um pouco mais de pequenos grupos de pessoas, talvez dando um passo por dia nessa direção. À medida que cada passo não traz choque, ambos, a esquiva e os sinais de perturbação interna, se tornam mais fracos. Finalmente, a pessoa se torna capaz de juntar-se a um grupo pequeno e, então, progressivamente, a grupos maiores. Agora, as características positivas da interação social podem começar a tomar o lugar, fortalecendo a aproximação enquanto a esquiva diminui. Finalmente, as reações fóbicas desaparecem.

Esta "dessensibilização sistemática" é hoje tão bem-sucedida em eliminar fobias que quase pode ser aplicada por fórmulas. O tratamento destes tipos de "doença mental" é baseado apenas na reversão do controle coercitivo no ambiente atual do paciente. Terapeutas por algum tempo temeram que estivessem tratando apenas sintomas de uma desordem fóbica subjacente, desordem que então

se manifestaria de outros modos. Tais temores demonstraram-se infundados.

Formação de reação. Algumas vezes, provocados para agir de maneiras que produzem ambas, conseqüências positivas e negativas, somos dilacerados por impulsos conflitantes. Conflitos intensos entre ações competidoras são altamente prováveis quando temos que suprimir fortes tendências naturais. Freud enfatizou o período de desenvolvimento da sexualidade como a fonte de muitos conflitos; a implementação inicial (prematura) de proibições culturais contraria o forte reforçamento positivo que a natureza provê para atividade sexual. O que devem fazer as pessoas jovens quando são tentadas a usufruir de relações sexuais sobre as quais lhe disseram serem sujas e proibidas? Mais geralmente, as ações hostis ou agressivas de crianças contra seus irmãos, pais e outros adultos são suprimidas com forte punição e desaprovação por parte dos poderosos mais velhos. Como um rapaz, que acabou de ser repreendido injustamente por sua mãe, pode reagir a seu próprio ressentimento e raiva depois de ter ouvido incontáveis vezes que ele deve somente amar seus pais?

Quando somos fortemente impelidos em direção a uma ação que inevitavelmente trará um choque, uma maneira efetiva de nos impedirmos de fazê-lo é fazer o oposto. Isto é "formação de reação". Podemos ter aprendido quando crianças que exatamente naqueles momentos em que estamos mais bravos com nossos pais, o único caminho seguro a seguir é mostrar grande afeição. Ou podemos contrariar os atrativos proibidos dos prazeres do mundo juntando-nos a uma ordem religiosa celibatária. Ou, se nossos pais, incapazes eles mesmos de demonstrar amor abertamente, puniram nossas expressões infantis de amor, então, em ocasiões que comumente trariam proximidade e afeição, podemos agir casualmente, parecendo não-envolvidos.

Formação de reação não difere em princípio de qualquer outra adaptação à coerção. Quando o perigo se aproxima, nós o evitamos. Sinais de perigo podem vir do ambiente externo ou de nossas próprias ações e discursos incipientes. O punho erguido de uma outra pessoa pode nos alarmar, assim também o pode nossa própria inclinação de erguer nosso próprio punho. A forma que a esquiva toma depende de nossa história, ou de como aprendemos a manter afastados choques particulares. Seja o punho de uma outra pessoa ou o nosso próprio, nossa reação pode ser nos voltar e correr.

Embora a formação de reação possa ser adaptativa, vantajosa para todo mundo, ela também pode limitar nossas opções, impe-

dindo-nos de nos expor a oportunidades de experiência e crescimento. Aqueles que aprenderam a reagir ao amor com fuga, a responder à generosidade com desconfiança ou a considerar a sexualidade suja, estão limitando a qualidade e a amplitude de suas vidas tão efetivamente quanto se estivessem fisicamente restringidos. As desvantagens potenciais de formação de reação são reconhecíveis em expressões comuns como "medo do sucesso", "renúncia ao prazer", "inabilidade para receber", "martírio", "pudor vitoriano" ou "negação da realidade". A freqüência de tais referências em nossa linguagem sugere uma generalizada familiaridade com os tipos de coerção que geram formação de reação.

Sublimação. Em vez de nos impedirmos de fazer algo fazendo o oposto, podemos canalizar a mesma ação ou uma semelhante em uma direção aprovada. As crianças aprendem por meio da desaprovação e outros tipos de punição a brincar com lama, em vez de fezes; em vez de matar animais selvagens, podemos evitar a condenação e obter admiração acertando-os com câmeras; proibidos pelo costume social e pela lei de bater uns nos outros, assistimos a futebol americano, luta-livre ou *box*, *bridge*, xadrez e damas, que também são formas socialmente aprovadas de agressão competitiva. Tais "sublimações" são um modo perfeitamente adaptativo de evitar a censura.

Um tipo de sublimação não-vista em qualquer laboratório é o suposto recanalizar de impulsos sexuais proibidos para a criatividade artística, científica e de outros tipos. Sob a ameaça de punição por sexualidade não-restringida, diz-se que as pessoas sublimam voltando-se para as artes e para as ciências — meios de expressão socialmente aprovados para suas energias criativas. Tenha ou não validade, esta noção persiste na teoria psiquiátrica e recorre como um tema em poesia e literatura. Seu poder de permanência demonstra, ainda de um outro modo, a generalizada aceitação de como a coerção permeia nossas vidas. Se classificados como sublimação, mesmo os mais altos trabalhos artísticos e intelectuais devem ser vistos como formas de esquiva, como adaptações à coerção.

Esta visão é a fonte da crença de que agonia e dor devem nutrir a criatividade artística, que artistas têm que sofrer antes que possam atingir a grandiosidade. Pode haver alguma verdade nisto, mas ela não precisa ter nada a ver com sublimação. A grande arte se remete a experiências universais e o sofrimento, significativo porque envolve dor e privação ou perda, é do conhecimento de todos.

Projeção. A realidade nem sempre está em harmonia com os valores que a sociedade tenta inculcar. Algumas condutas que a comunidade ameaça punir, portanto estabelecendo-as como ruins, no entretanto trazem sucesso. Competição social e comercial subrepticias, fraude e mentira em relações políticas, pessoais e de negócios, agressão sexual, promessas não-mantidas e contratos quebrados, burla da lei e desconsideração pelo bem-estar dos outros são vistos com maus olhos, como ameaças ao fino verniz de civilização que nos impede de pular na garganta um do outro. Ainda assim, tais transgressões contra padrões éticos freqüentemente valem a pena. Segue-se daí que algumas vezes nos encontramos fazendo coisas que aprendemos a temer nos outros e a desaprovar em nós mesmos. Uma maneira de esquivar do conseqüente autodesprezo é nos cegarmos à nossa própria conduta atribuindo-a a alguém mais, "projetando-a" nos outros.

E assim vemos colegas de trabalho subindo ao topo sobre as costas ensangüentadas e as carreiras destruídas de seus companheiros, no entanto acusando todo mundo de traição: "Todos vocês estão atrás do meu emprego." Estudantes estão familiarizados com o macho sexualmente agressivo cujos avanços são públicos e promíscuos, mas que reclama: "Eu não consigo estudar; as garotas não me deixam em paz." Já se disse que mentirosos são punidos não tanto porque os outros não acreditam neles, mas porque eles não podem acreditar nos outros.

Embora a projeção não tenha sido mostrada em laboratório, observações clínicas e cotidianas confirmam sua realidade. Suas origens não precisam ser coercitivas. Certamente, a freqüentemente observada projeção das qualidades humanas em plantas, objetos inanimados e animais não-humanos não são necessariamente enraizadas em coerção. Ainda assim, quando o ávido leitor de pornografia se torna um estridente defensor da censura, é difícil imaginar o que, exceto esquiva de auto-ridículo e da desaprovação da comunidade, poderia ter gerado tais ações contraditórias. De que outro modo, a não ser como esquiva de auto-reconhecimento, podemos entender a ação de um professor não-produtivo de negar a um colega promoção ou estabilidade com base em suas publicações insuficientes? Quando o líder de uma nação poderosa ameaça de retaliação contra a postura agressiva de um pequeno vizinho, a comunidade internacional imediatamente reconhece a desajeitada tentativa do agressor de mascarar suas intenções hostis até mesmo de si mesmo atribuindo-as à vítima potencial. Não reconhecendo projeção como a esquiva de autoconsciência, perpetuamos sérios problemas de interação social; reconhecendo-a pelo que ela é, tornamos possíveis soluções.

Deslocamento. Em vez de evitar autocondenação ou condenação social, substituindo ações proibidas por ações aceitáveis, ou atribuindo nossas próprias tendências culpáveis a outros, podemos simplesmente dirigir a conduta desaprovada a alguém que não é provável de nos punir. Refreando-nos de descortesia, de usar a mão pesada da autoridade, da crítica ou da violência em relação a pessoas que estão em posição de devolver a agressão com agressão, "deslocamos" a ação objetável. Nós a recanalizamos em direção a alguém que não está desejoso ou não pode retaliar.

O pequeno Z, uma criança de dois anos, descobre que tentativas de tirar de cena sua pequena irmã não serão toleradas. Agora, a cada oportunidade que tem, ele atinge o cachorro da família, que rapidamente aprende a sair do caminho de seu antigo companheiro de brinquedo.

O senhor X teve um mau dia no escritório, perdendo uma grande venda, discutindo com seus colegas, derrubando café em papéis importantes, esquecendo um compromisso e vendo um problema no computador apagar sua folha de dados. O dia de trabalho termina exatamente quando ele está a ponto de explodir. Quando ele está saindo, o patrão o chama e o admoesta por algo que não é sua falta. Ele discute com o patrão por sua injustiça? Ele conta suas frustrações do dia? Ele bate no patrão ou ameaça de retaliar contra toda a injustiça? Naturalmente não; ele rapidamente estaria sem emprego. Assim, ainda fervendo, o senhor X chega em casa e espanca sua mulher e seus filhos.

O professor Y sempre se descobre de algum modo na defensiva quando ele critica ou contradiz sua mulher. O bom professor, que não mais se engaja em argumentos domésticos, é conhecido por toda a universidade por sua crueldade em relação às estudantes do sexo feminino.

Porque os choques iniciadores estão escondidos da visão, pode demonstrar-se difícil identificar uma atividade particular de deslocamento, como uma forma de esquiva. Agora que o pequeno Z sempre trata sua irmãzinha com afeto, podemos não reconhecer a fonte de sua relação mudada com o cachorro. O senhor X, culpado pela forma como trata sua família, não reconhece que estresses no trabalho estão sendo despejados em sua vida familiar; o professor Y, cuja vida familiar é harmoniosa, se surpreenderia se lhe fosse dito que ele está pagando o preço por esta harmonia com suas alunas. Deslocamento pode ser difícil de tratar porque suas raízes não são óbvias.

Como sugerem estes exemplos facilmente reconhecidos, deslocamento é, provavelmente, uma adaptação à coerção mais comum do que alguns de nós admitimos. Ela não necessariamente apresenta dificuldades sérias. Provavelmente é importante descobrir maneiras de reagir à frustração e à punição que não nos conduzam a problemas mais sérios. Entretanto, quando o deslocamento se torna mal-adaptado, injusto e desgastante requer tratamento.

Regressão. Um adulto algumas vezes agirá como uma criança, ou uma criança como um bebê. Tal conduta "regressiva" freqüentemente permite evitar punição, privação ou dificuldade. Uma criança de quatro anos descobre que defecando em suas calças pode desviar a atenção da mãe dirigida a seu novo irmão; tornando-se dependente e choramingando, um adolescente evita as tarefas e responsabilidades que a emergente idade adulta comumente requereria; um aluno de universidade foge da competição por notas, reconhecimento, amizade e afeição deixando a escola e voltando ao caloroso e protetor círculo familiar; um homem de meia-idade, sem lar, que se mantém sujo, veste roupas velhas, fala e faz gestos para si mesmo em público e tem birras é levado para uma instituição mental onde ele permanece seguro das grandes privações.

Podemos demonstrar facilmente a regressão, primeiro ensinando um sujeito experimental várias maneiras de obter alimento. Então, punimos ou simplesmente paramos de reforçar o ato que o sujeito aprendeu mais recentemente. O sujeito rapidamente retornará a um de seus modos mais antigos de obter alimento. Podemos ensinar um jovem rato de laboratório a obter alimento correndo em círculos; depois que ele atinge a idade adulta, nós o ensinamos a pressionar uma barra — uma ocupação mais madura. Então, se nós tornarmos a barra improdutiva, o animal retornará à sua atividade juvenil de correr em círculos. Se um pombo não pode mais obter alimento bicando um botão vermelho, ele retornará à sua atividade anteriormente bem-sucedida de bicar um botão verde.

O processo é bastante normal e razoável, tornando-se "patológico" somente quando o ajustamento entra em conflito com normas sociais e expectativas estabelecidas. O problema real não é a natureza regressiva do comportamento, mas a coerção que a origina. Entender isso é tornar possível tratamento efetivo. Em vez de buscar fantasias infantis, complexos sexuais ou anormalidades desenvolvimentais, o terapeuta precisa apenas ensinar ao paciente maneiras mais efetivas de adaptar-se.

Obsessões e compulsões. Atos podem se tornar tão freqüentes e autoconsumidores a ponto de serem chamados de "obsessivos" ou "compulsivos". Obsessivamente repetindo algo seguro, podemos nos impedir de fazer algo perigoso. Quando se vê uma pessoa excessivamente preocupada, dever-se-ia imediatamente suspeitar de que esquiva está ocorrendo. O perigo pode ser real ou imaginado, talvez fóbico, mas coerção social ou outra coerção ambiental é responsável por muitas obsessões e compulsões. Rigidez repetitiva é tão freqüentemente uma forma de esquiva que uma busca por sua base coercitiva freqüentemente fornecerá um bom ponto de partida para se fazer alguma coisa a respeito.

A senhora Q tem uma debilitante compulsão de lavar as mãos. Assim que ela toca qualquer coisa, ela precisa imediatamente dar às suas mãos uma esfregada completa com água quente e sabão. Ela não pode manipular um utensílio de cozinha, um alimento, um aspirador de pó, uma peça de roupa, um livro, um lápis ou um telefone sem, então, passar por seu ritual de se lavar; quando quer que ela toque seu marido ou seus filhos ela precisa imediatamente se lavar. Com todo este lavar de mãos, ela não consegue terminar nada que comece. A senhora Q tornou-se física e emocionalmente não-funcional. Ela e sua família precisam de ajuda.

Podemos ter uma chance melhor de dar ajuda se, em vez de olhar para sua história, olharmos para as conseqüências imediatas de seus atos compulsivos. Ironicamente, as conseqüências que tornam o lavar as mãos perturbador — a inabilidade da senhora Q de interagir com sua família — são o próprio resultado que mantêm ocorrendo o comportamento problemático. O compulsivo lavar as mãos da senhora Q permite a ela esquivar-se das tarefas e dos contatos afetivos que são parte do envolvimento familiar.

Pode ser interessante perguntar por suas experiências de infância para descobrir porque ela voltou-se para o lavar as mãos compulsivo, como sua maneira de desengajar-se da família. Mas esta investigação não resolveria o problema imediato. As condições que mantêm o comportamento, não a sua forma, são críticas. Para ajudar a senhora Q e sua família, temos que saber o que torna a sua esquiva de interações com a família reforçadora. Que punições infligidas à senhora Q pela família tornaram importante para ela tornar-se não-funcional? Que tipos de coerção tornaram a família da senhora Q choques?

Quando tivermos descoberto, talvez, que o senhor Q é infiel, que ele é sexualmente violento, que ele reclama incessantemente sobre sua comida, cuidado da casa e aparência, que ele a humilha

publicamente e que as crianças seguem sua linha, teremos descoberto o que precisa ser feito.

Se o marido realmente quiser a compulsão de sua mulher curada, ele terá que aceitar terapia para si mesmo; ele terá que aprender como controlar sua própria conduta. Apenas parando de distribuir choques ele pode impedir sua mulher de reagir a ele como a um choque. A compulsão de sua mulher está sendo mantida por seu sucesso em protegê-la de suas práticas coercitivas. Se o senhor Q recusa-se a aceitar sua responsabilidade por sua condição, então a senhora Q pode ter que ser ajudada a fugir de fato.

Compulsividade é um tipo de técnica de autocontrole, ajudando-nos a não afundar, mantendo-nos no caminho reto e estreito. Com moderação, pode ser bastante adaptativa, não necessitando de tratamento especial. Também, os elementos de um ato compulsivo, quando não-repetitivos, podem ser perfeitamente razoáveis. Mas, quando uma compulsão torna-se debilitadora, a terapia efetiva requer a identificação dos choques particulares que estão sendo esquivados. A esquiva bem-sucedida, por sua própria natureza, mantêm os choques afastados, tornando-os difíceis de identificar. Aí está porque ações que realmente são esquiva podem parecer misteriosas ou inexplicáveis. Entretanto, a experiência pode dar ao terapeuta pistas sobre o que procurar.

Observemos o senhor S quando ele começa a sair de seu apartamento para uma entrevista de trabalho. Assim que ele abre a porta para sair, ele se pergunta se fechou a torneira da pia do banheiro, assim ele volta para checar. Então, assegurado em relação à água e uma vez mais a caminho, ele se lembra, assim que a porta se fecha atrás dele, que a previsão do tempo previu chuva; ele teria deixado a janela do quarto aberta? Ele pega suas chaves, destranca a porta e vai checar a janela. Ele a tinha fechado. Em seguida, já na metade da escada, o senhor S não consegue se lembrar se ele havia desligado o fogão, depois de ferver água para o chá; ele sobe de volta para descobrir. Novamente, tudo está bem. Desta vez, ele chega ao final da escada antes de parar: "Será que eu ouvi vozes enquanto checava o fogão? É melhor voltar e me assegurar de que desliguei a TV." Lá vai ele de volta, pega suas chaves e novamente entra no apartamento. Ele encontra a TV silenciosa e desligada. Finalmente, tudo parece em ordem. Agora, a porta da rua se fecha atrás do senhor S antes que ele se lembre de que a privada, necessitando de um ajustamento na válvula, tem continuado a correr água depois de ser dada a descarga. Encontrar as chaves da porta de baixo, subir as escadas de novo, destrancar a porta do apartamento e checar o

banheiro. A privada está OK. Entretanto, no meio da escada ele estala seus dedos: "Eu acabei de deixar acesa a luz do banheiro." De volta, chave na mão, para checar a luz. Está desligada. Finalmente, de novo um lance de escadas abaixo, com tudo aparentemente em ordem, ele pensa ter ouvido o telefone tocar: "Eles devem estar cancelando a entrevista." Mas quando ele consegue entrar no apartamento, o telefone está silencioso. "Bem", ele decide, "talvez eles liguem de novo. De qualquer modo, agora é muito tarde, assim não há por que ir." Ele tira seu casaco, liga as luzes, abre as janelas, vai ao banheiro, começa a ferver água na chaleira, liga a TV e relaxa.

Se olharmos de perto para o senhor S, veremos este tipo de coisa ocorrendo repetidamente. Ele raramente consegue sair do prédio. Esta observação define o problema e a solução. A compulsividade do senhor S, perturbadora porque ela o impede de sair para o mundo, está sendo mantida por esta mesma razão; ela lhe permite esquivar de contato com o mundo externo. Mais uma vez, a coerção tomou conta; um ambiente ameaçador tornou o senhor S um autômato.

Que choques esperam pelo senhor S lá fora? Acidentes? Roubos? Assaltos? Fracasso no emprego? Rejeição? Pode não importar. Saber exatamente o que tornou o seu ambiente em um grande choque pode se provar irrelevante. Talvez, como com outras fobias, um programa de dessensibilização sistemática seja suficiente para livrá-lo da esquiva. Se uma ameaça real existe lá fora, entretanto, um terapeuta deve ter que descobrir o que é antes de ser possível ensinar ao senhor S meios mais adaptativos de manejá-la.

Desordens de conversão. Hipocondria, freqüentemente aprendida cedo na vida, desde há muito tempo tem sido reconhecida como uma maneira de se evadir de punição ou de simplesmente se proteger da desagradabilidade. Doença é presumivelmente incontrolável, assim a comunidade aceita-a como uma desculpa legítima para tratamento especial. Quem, quando criança, não fingiu uma doença para não ir à escola ou, mais tarde, para pospor um exame, um encontro estressante ou uma obrigação difícil? Desenvolver problemas corporais reais é uma adaptação similar, mas mais incapacitadora, a pressões coercitivas.

Tornar-se cego, mudo ou incapaz de andar pode aliviar alguém de todos os tipos de obrigações e responsabilidades. Dor persistente nos ombros ou paralisia nos dedos são maneiras respeitáveis, para filhos talentosos de pais ambiciosos, de esquiva da vida restrita e competitiva de um violinista concertista; "câibras de escri-

tor" dão a um autor sem sucesso uma alternativa aceitável para um beco sem saída na carreira sem ter que admitir o fracasso; convulsões de tipo epiléptico têm sido vistas diminuir quando elas deixam de provocar a solicitude usual da família. Em todos estes casos, um ajustamento comportamental ao estresse parece ter sido "convertido" em um ajustamento físico. O termo "histeria" é freqüentemente aplicado.

Uma desordem de conversão não precisa implicar um fingimento consciente. O controle externo sobre a conduta pode ser tão invisível para o sofredor como o controle dentro do corpo e igualmente poderoso. Uma paralisia pode ser histérica, mas a vítima é tão incapaz de erguer-se e andar como se a causa fosse esclerose múltipla ou derrame.

Com a falta de uso, o membro pode se deteriorar, "confirmando", assim, a base física da doença. Sintomas histéricos sempre produzem seus próprios desconfortos, desvantagens e mesmo punições. A continuação de uma desordem de conversão requer que a coerção sendo evitada permaneça mais problemática do que as penalidades que a própria desordem impõe. Se a doença realmente se torna mais aversiva do que a coerção que a iniciou, o paciente pode estar em uma armadilha. Como livrar-se da doença física sem arriscar a acusação de fingimento deliberado? A fé no curandeiro provê um caminho seguro. Quando quer que o "toque da cura" faça com que paralíticos de longa data saiam de suas cadeiras de rodas, cegos voltem a ver, ou mudos voltem a falar, é razoável buscar por indicações de que a desordem de conversão havia se tornado mais estressante que suas condições originadoras. Em casos de curas milagrosas, sempre deve se suspeitar de desordens de conversão.

Amnésia, fuga e personalidade múltipla. Em vez de reagir a pressões coercitivas intensas comprometendo alguma função física, podemos tornar inativa uma função comportamental. Por exemplo, podemos perder nossa memória. Embora não classificada comumente como uma desordem de conversão, a perda da memória freqüentemente tem as mesmas origens no estresse ambiental que a perda histérica de uma função corporal. Em vez de esquivar da coerção, tornando-nos físicamente incapaz, podemos nos tornar comportamentalmente incapazes.

Todo mundo tende a esquecer seletivamente. É particularmente provável que lembremos incorretamente de experiências desagradáveis, sendo totalmente incapazes de lembrá-las ou transformando-as e reinterpretando-as. O componente de esquiva do esque-

cimento seletivo é evidente. Entretanto, algumas vezes experienciamos um conjunto de infortúnios, humilhações ou perdas tão visíveis para todo mundo que esquecê-los seletivamente não seria obviamente razoável. Podemos então sofrer uma perda geral de memória, tornando-nos incapazes de lembrar nosso nome, endereço, família e amigos, história educacional e profissional ou trabalho atual. Uma tal perda de identidade, tornada legítima pelo diagnóstico médico, "amnésia", efetivamente tira de cena especificidades insuportáveis do passado.

Mesmo na amnésia total, muito comportamento permanece. O indivíduo com amnésia ainda pode conversar, ler, escrever, raciocinar, fazer aritmética e nomear as cores, formas e funções dos objetos; a linguagem usualmente se mantém intocada. Assim também o andar, vestir-se, comer, exibir maneiras e costumes usuais e dirigir um carro. Amnésia não precisa representar fingimento, embora a distinção possa ser difícil, uma vez que as causas iniciadoras da amnésia histérica e da amnésia falsa podem ser as mesmas. Entretanto, a seletividade do esquecimento aponta para a utilidade de considerar, mesmo a amnésia "geral", como um imenso ato de esquiva. O terapeuta deve primeiro se assegurar que a perda de memória não veio de uma recente pancada na cabeça ou de uma doença do sistema nervoso. Então, torna-se importante tentar descobrir que choques intensos ou que pressões coercitivas persistentes a amnésia permite que o sofredor evite.

Uma perda defensiva de memória pode ser mais fácil de sustentar realmente fugindo do ambiente normal, assumindo uma nova identidade em um lugar novo. Uma pessoa em tal "estado de fuga" pode permanecer fora por apenas um breve período, ou pode desaparecer por tempo suficiente para encontrar um novo emprego e estabelecer novas relações pessoais, talvez até mesmo casar-se de novo e começar uma outra família. Se a nova vida finalmente desenvolve seus próprios estresses insuportáveis, a solução pode ser um retorno à vida anterior, sem nenhuma memória do que ocorreu durante a fuga.

O marido ou a esposa por muito tempo ausentes são freqüentemente recebidos de volta na antiga família com os braços abertos. Mas mesmo quando o retorno é fortemente reforçado, os estresses que originalmente levaram à fuga provavelmente voltarão à tona e, também, a fuga amnésica. A tolerância inicial, altamente reforçadora, seguida pela retomada do controle coercitivo, pode restabelecer um ciclo recorrente. Temos então o caso, que não é incomum, do membro da família que freqüentemente desaparece e que

inevitavelmente retorna depois de recuperar sua memória. A respeitabilidade psiquiátrica da "amnésia" e da "fuga" torna possível para a família tolerar este tipo de ajustamento, ainda que "ele esteja tomando seu pão e o comendo também". Porque os componentes de fuga e esquiva do ciclo são tão fáceis de detectar, famílias que são mais informadas sobre a biologia e o comportamento humanos menos provavelmente toleram estados de fuga recorrentes. (O pai que recebeu de volta o Filho Pródigo talvez tenha sido cuidadoso para não reintroduzir controle coercitivo e o Filho Pródigo, naturalmente, não afirmou estar sofrendo de amnésia.)

Na amnésia simples usualmente dividimos nossa vida em duas zonas de tempo; um período no passado distante não mais existe para nós. (Uma pessoa cuja amnésia é produto de um dano cerebral pode se lembrar do passado distante, mas ser incapaz de lembrar qualquer coisa que aconteceu depois do dano.) Em um estado de fuga, dividimos nossas vidas, menos em períodos de tempo e mais em zonas geográficas, com cada ambiente controlando um repertório comportamental diferente e impedindo os estresses do outro ambiente. Naturalmente, por si mesmo, o controle ambiental não é anormal. Um professor age diferentemente na sala de aula e em reuniões de departamento, ou em casa, ou em uma festa, mas diferentemente dos ambientes controladores durante um estado de fuga, estes não são isolados uns dos outros; o professor pode se lembrar do que aconteceu em cada um deles.

Em uma terceiro ajustamento amnésico, permanecemos mais ou menos no mesmo ambiente e na mesma referência de tempo, mas dividimos nossa vida em zonas de conduta independentes. A senhorita X, uma pessoa que maneja de modo maduro e capaz sua própria vida e a de sua família, algumas vezes — sem qualquer mudança de localização — torna-se repentinamente infantil. Ela é agora a senhorita Y, frágil, exigente e dependente física e emocionalmente de sua família e de seus amigos. Então, freqüentemente, sem nada que obviamente o provoque, ela se torna a senhorita Z, uma reclusa que não mais reconhece família e amigos. À medida que os estresses associados com um padrão de comportamento se tornam insuportáveis, ela muda para outro, sem seguir qualquer seqüência particular de tempo. Enquanto engajada em cada padrão particular, ela seletivamente esquece os outros. Os três modos de conduta são independentes; as senhoritas X, Y e Z não sabem da existência umas das outras. Estes ajustamentos, que acontecem sem qualquer relação óbvia com tempo ou lugar, são freqüentemente chamados "personalidade múltipla".

Como o estado de fuga, a personalidade múltipla é mais provável de ser aceita sem alarme, e até mesmo reforçada com atenção especial, se os entes queridos são relativamente desinformados sobre as causas do comportamento. Uma superstição comum sustenta que personalidades são manifestações externas de seres interiores, em vez de resultados de processos biológicos e comportamentais. Esta crença tornou possível para algumas comunidades continuar vendo a personalidade múltipla como, talvez, um ajustamento incomum, mas, no entanto, aceitável. Elas certamente não consideram que ela requeira tratamento médico ou comportamental. Uma publicidade generalizada na mídia e reembolso financeiro por editores exploradores também têm ajudado a perpetuar esse ajustamento.

O que é "anormal"?

Já deveria ser evidente que a crise comportamental é um resultado direto de processos de controle normais; conduta anormal, também, é regida por leis. Assim como a pesquisa sobre reações corporais normais a ataques virais levou à possibilidade de prevenir a *influenza*, a pesquisa sobre ajustamentos comportamentais normais ao controle coercitivo tem levado à possibilidade de melhorar algumas formas de doença mental.

Claramente, muitos fatores podem contribuir para a doença mental e qualquer caso particular requer a consideração de todas as possibilidades: sociais e individuais, internas e externas. Mas no final, vemos doença mental na conduta. Compreender e fazer algo sobre a anormalidade requer análise comportamental. Quando efetuamos essa análise, freqüentemente descobrimos que as leis do controle coercitivo, atuando por meio de contingências de punição, fuga e esquiva, fornecem bases efetivas para tratamento.

Embora uma compreensão do caráter ordenado do comportamento possa trazer a prevenção e a cura de muitas doenças mentais, muitos psiquiatras e psicólogos agem como se tal compreensão não fosse possível. Para definir anormalidade eles não especificam processos comportamentais mas, em vez disso, usam grosseiros critérios estatísticos. Eles vêem com suspeita e tentam curar qualquer ação que se desvie do usual.

Para onde nos teria trazido a medicina científica se tivesse considerado a *influenza* anormal apenas porque era relativamente rara? A lógica teria nos dito, então, que o problema da *influenza* poderia ter sido resolvido do modo mais duro — livrando-se dela —

ou do modo mais fácil — passando-a para todo mundo e, assim, tornando-a "normal". A doença mental, também, definida estatisticamente, poderia logicamente ser eliminada como um problema tornando todo mundo mentalmente doente.

A definição estatística de anormalidade levanta mais do que um problema simplesmente lógico. Vivemos em uma sociedade complexa e o que uma comunidade admira ou tolera, uma outra condena ou proíbe. Conduta que seria ricamente recompensada em Los Angeles, envia os cidadãos de Boston para terapia. Sob a capa do cuidado acadêmico, encontros universitários encorajam detalhismo e sofisticação que não seriam tolerados em qualquer reunião de negócios entre executivos; universidades e empresas atraem pessoas que não poderiam aceitar ou sobreviver aos costumes uns dos outros. Quem deve dizer que ambiente, que grupo, é anormal — se algum o é? Na prisão a sociedade releva e até mesmo encoraja a mesma violência — pelos que a guardam e a habitam, igualmente — que condena em todos os outros lugares; ações que são anormais fora da prisão são normais dentro dela.

Porque não conseguimos nos conformar aos costumes de um segmento particular da sociedade, isto torna nosso comportamento doente? Precisamos de tratamento? Seguir estritamente este critério eliminaria toda criatividade; por definição, criatividade é a produção do não-usual. Infelizmente, a rotulação da criatividade como anormal realmente ocorre mais freqüentemente na arte, literatura e ciências do que é comumente assumido. Isto também rotularia todo desempenho superior como anormal. Mais uma vez, infelizmente, os mais competentes são freqüentemente rotulados como anormais: atletas excepcionais freqüentemente são vistos como estranhos, *performers* para nosso divertimento; os mais capazes dentre os alunos de segundo grau são colocados no ostracismo e até mesmo perseguidos por seus colegas menos intelectualizados; o gênio científico é estereotipado como superespecializado, limitado na sua adaptabilidade geral — um tipo de sábio desligado e idiota.

Tentativas de quebrar o raciocínio circular não-produtivo, que rotula qualquer coisa não-usual como anormal, têm levado a outras definições de anormalidade. Algumas organizações profissionais listam critérios absolutos para o que é normal. Usando seus critérios, elas estabelecem padrões de saúde mental. Estes padrões absolutos de normalidade, embora baseados nos vocabulários da medicina e da psicologia, não são, freqüentemente, menos arbitrários que os critérios estatísticos. Eles quase sempre requerem conformidade a crenças que são pouco mais que preconceitos pessoais

sobre o que é e o que não é saudável. Embora banhados em respeitabilidade profissional, eles raramente têm validade científica ou clínica.

Muitos psiquiatras estão descobrindo que suas teorias sobre relações "normais" entre sexos, estão sendo desafiadas por mulheres que se recusam a desempenhar papéis tradicionais. E assim, eles rotulam o feminismo moderno como não-saudável, necessitando de tratamento, precisando ser curado. A própria coerção que a sociedade coloca sobre as mulheres que seguem caminhos diferentes daqueles que foram mapeados para elas é citada como prova da anormalidade feminista: "Elas estão apenas procurando problemas." Os padrões absolutos de normalidade feminina são baseados em tradição cultural, não em análise científica.

Uma situação semelhante existe com relação à preferência sexual. Muitos psicólogos, refletindo a hostilidade pública em relação à homossexualidade, a pronunciam como desviante e oferecem curas. Tentativas de impor critérios absolutos de normalidade sexual não consideram que muitos homossexuais se sentem perfeitamente bem consigo mesmos e que muitos outros iriam se sentir bem se não fosse pelas pressões coercitivas que são exercidas sobre eles.

Dizer que as fontes de todo comportamento, normal ou anormal, são elas mesmas normais, não é negar a existência da anormalidade. Algumas condutas chamadas de anormais, ou doentes, podem ser valiosas para a comunidade, ou podem simplesmente ser diferentes. Nesses casos, o rótulo "doença" mais provavelmente causará sofrimento, do que curará sofrimento. No entanto, muitas formas incomuns de comportamento nos incomodam não apenas porque são diferentes, mas porque realmente causam sofrimento. Ainda que elas sejam freqüentemente difíceis de classificar, não podemos negar a realidade da depressão, das fobias e de outros "mecanismos de defesa" e de vários tipos de esquizofrenia; todas elas precisam ser tratadas tão efetivamente quanto saibamos.

E, algumas vezes, a segurança da comunidade está em jogo. Assassinos de massa, espancadores de mulheres, molestadores de crianças, criminosos sexuais e outros casos de violência patológica são seguramente anormais com bases outras do que sua relativa raridade. Também precisamos tratá-los, mesmo que eles não desejem aceitar tratamento. Se não sabemos como chegar às fontes de suas anormalidades, apenas podemos admitir nossa ignorância e colocá-los onde eles não possam nos machucar.

Mas se uma anormalidade é desejável ou não, e se deveria ser tratada, sempre envolve julgamentos de valor. E o mais efetivo

dos tratamentos sempre surgirá de uma compreensão do estado normal. Na medicina, a definição de uma doença requer a identificação de processos internos que estão produzindo os sintomas externos. Na análise do comportamento, a definição de doença requer a identificação de processos que estão produzindo e mantendo quaisquer ações que consideremos como nos incomodando. Identificando as contingências normais que sustentam o que decidimos ser um comportamento-problema, abrimos a possibilidade de ir além de nossos julgamentos de valor.

12

Coerção e a consciência

Usualmente nos movemos suave e facilmente de uma ação para outra, sem muita atenção ao que estamos fazendo ou se deveríamos fazê-lo. Mas algumas vezes nos sentimos divididos pela indecisão, empurrados de um lado para o outro, de uma ação para outra: "Devo ou não devo?" Podemos não estar certos sobre como fazer algo corretamente ou sobre o que acontecerá depois. Mas, freqüentemente, sabemos exatamente como fazer as coisas que nos sentimos impelidos a fazer e qual será o resultado de cada opção; nós vacilamos porque os resultados conflitam.

Podemos encontrar oportunidades de fazer nossa fortuna tomando certo caminho, aceitando subornos e deixando outros "se safarem com assassinato", ou "enganando viúvas e órfãos", ou inventando dados que receberão bolsas de pesquisa e prêmios. Ao mesmo tempo, corremos o risco de sermos descobertos, de condenação pública, multas e prisão. Ou podemos nos manter no caminho seguro e estreito, continuando a ter uma existência financeira marginal, não magoando ninguém mais e mantendo-nos livres do risco de punição. Conflitos semelhantes surgem quando a lata de biscoitos tenta uma criança, quando um estudante em prova pode ver a folha do colega, quando um candidato a emprego pode assumir uma

história educacional não-existente ou quando alguém em regime se defronta com um cardápio cheio de comidas proibidas.

O conflito entre certo e errado freqüentemente nos atinge tão fortemente que parece que sentimos o puxar e esticar de forças interiores. Destas forças, a consciência supostamente nos mantém do lado dos anjos. Uma vez que tenhamos uma consciência bem-desenvolvida, podemos não mais sentir as tentações, mesmo sem conflito, nos comportamos legalmente, eticamente, decentemente, responsavelmente, empenhadamente e com integridade. Apenas algum escorregão ocasional desperta as antigas dores de consciência. Mas leva tempo até atingirmos aquele estado exaltado no qual automaticamente rejeitamos toda tentação.

Naturalmente, não sentimos uma coisa chamada consciência. Sentimos tendências para agir, ações incipientes e tentações, comportamento preparatório verbal e de outro tipo que precedem ações abertas. Uma coisa chamada consciência não dirige ou suprime nossa atividade; consciência é um nome conveniente, uma maneira resumida de nos referirmos à nossa tendência de fazer a coisa certa quando contingências conflitantes nos empurram para direções opostas, particularmente, quando pelo menos uma dessas contingências levariam à punição.

Muitos consideram a consciência, a habilidade para distinguir o certo do errado e de rejeitar o errado em favor do certo, como sendo uma qualidade particularmente humana. Mas ninguém que tenha observado crianças crescendo pode acreditar que elas tenham nascido com uma consciência. Crianças pequenas são basicamente egoístas. Durante seus primeiros anos, crianças — pelo menos aquelas em sociedades economicamente abastadas — mantêm-se os supremos egoístas, certas de que o mundo gira a seu redor e existe apenas para satisfazer todas as suas necessidades, os seus desejos e as suas vontades. Elas não vêm equipadas com preocupação pelo bem-estar e pelos direitos dos outros. Suas próprias prioridades dominam. Como se desenvolvem as noções de certo e errado? Como essas noções se traduzem no que chamamos de consciência, um termo que representa a transformação de uma criança de um organismo autocentrado em um ser humano ético e respeitador da lei?

Origens da consciência

As raízes da consciência estão no controle coercitivo. Punição real ou ameaçada nos ensina o significado de "ruim". Tendo sido

punidos nos refreamos de ações más (punidas). Então, atribuímos à consciência os atos de esquiva que a punição gerou.

No pensamento freudiano, consciência é simplesmente um outro nome para o superego, que se supõe surgir dos conflitos que acontecem dentro de nós à medida que a sociedade impõe sua moralidade sobre nós. Inventamos mecanismos internos como consciência e superego para ajudar a explicar porque inibimos impulsos anti-sociais, egoístas, imorais ou antiéticos.

Tendemos a esquecer as fontes primárias de coerção das quais derivamos a noção de consciência. O conceito freudiano de superego é valioso porque enfatiza as origens sociais de nossas definições de certo e errado. Usualmente falamos de consciência quando pessoas — não o ambiente inanimado — nos aplicaram as punições que produzem conflitos posteriores. Confiando na "pequena voz interior" para nos manter no caminho da correção e afabilidade, damos à voz crédito por nossa conduta ética e moral e culpamos nossos lapsos por suas deficiências. Esquecemos a história de coerção social da qual a voz se origina. Consciência é um fenômeno social.

Começando mais uma vez com um rato de laboratório que aprendeu a pressionar uma barra e obter alimento, podemos realmente ver o início da consciência. O animal passa seu tempo trabalhando e ganhando a vida respeitavelmente. Se ele pudesse falar, não há certeza de que ele afirmasse ser feliz, mas ele indiscutivelmente diria que estava fazendo a coisa certa: "Quem está falando de felicidade? Você faz o que tem de ser feito."

Agora, as contingências mudam, como freqüentemente acontece em nosso mundo. Por alguma razão, pressionar a barra se torna ruim, até mesmo criminoso; não mais deve ser tolerado. Qualquer um engajado naquele ato proibido deve ser punido. Assim, em vez de obter alimento, na próxima vez em que pressiona sua barra, o animal recebe um breve choque em sua pata — uma palmada na mão, por assim dizer. Ele tenta a barra mais uma vez e de novo é punido. O animal se retira para o outro canto da caixa.

Mas, o ato de pressionar a barra tem uma longa história de reforçamento; a sociedade sempre o encorajou como um modo respeitável de ganhar a vida. Portanto, ainda que proibida agora, a barra continua a tentar o animal. Novamente ele se aproxima, embora cuidadosamente, e se estica, mas pula de volta como se tivesse recebido um choque — ainda que ele não tenha realmente tocado a barra.

O animal continua a vacilar entre aproximação e afastamento, algumas vezes voltando para trás ou mesmo pulando para trás

depois de dar apenas alguns passos em direção à barra e ocasionalmente aproximando-se e esticando seu corpo quase até alcançá-la. Raramente ele vai tão longe a ponto de realmente pressionar a barra e levar um choque; usualmente ele pára quando a ponto de tocar a barra.

Nada acontece quando o animal olha para ou se movimenta em direção à barra. No entanto, ele se retrai fortemente cada vez que mostra tentação, como o faria em resposta ao choque. Algumas vezes ele reage como se tivesse levado um choque depois de simplesmente virar sua cabeça em direção à barra. Notamos que o sujeito começar a ficar longe da barra, mantendo a tentação à distância. Logo, vemos o animal se orientando em direção à barra menos e menos freqüentemente e, finalmente, ele age como se a barra não mais existisse.

Nosso sujeito, se pudesse falar, agora provavelmente nos diria que ele não estava, afinal de contas, fazendo a coisa certa. Pressionar a barra acabou sendo ruim. Se nosso sujeito fosse um freqüentador de igreja cheio de fé, poderia confessar que havia sido um pecador, ainda que agora tivesse renascido. Sua consciência tinha se tornado forte o suficiente para resistir à diabólica tentação da barra.

O que realmente aconteceu aqui? Por que falar sobre consciência? Onde está a pequena voz interior?

Agora observe uma criança, que está deixando de ser um bebê de colo, que nada experienciou a não ser admiração por toda nova evidência de habilidade sensorial e motora. Encorajada a reagir a novos sons e objetos vistos, a criança foi abraçada e beijada por tentar alcançar e tocar a face da mãe, por tentar puxar os dentes do avô, por virar as páginas de livros, por ligar e desligar botões e interruptores de luz, por pegar blocos e deixá-los cair através de buracos. Agora ela se arrasta e engatinha. Seu universo grandemente aumentado coloca a exploradora em contato com inumeráveis novas formas, cores, luminosidades, barulhos, odores e texturas. A luz refletida da superfície de um vaso de cristal em uma prateleira baixa abre novas possibilidades de experiência e o engatinhador está a caminho para tocar, puxar e empurrar. Que prazeres guarda este novo objeto?

Mas mamãe, começando a avaliar os danos potenciais no universo em expansão de seu filho, está mantendo os olhos bem abertos. Exatamente quando o pequeno está a ponto de empurrar o vaso, ela dá um pulo, dá uma palmada e grita: "Não, não! Não toque! É feio!

Bem, isto é alguma coisa nova. Removido para o outro lado da sala, o bebê olha e vê o vaso, ainda brilhando, ainda inexplorado e a tentação é forte. Mamãe, olhando exatamente quando a mão de novo tenta alcançar o vaso, diz rispidamente: "Não! É feio!" O bebê rapidamente tira sua mão e engatinha em outra direção.

Mas a tentação permanece. Afinal de contas, esta criança passou grande parte de sua vida explorando; para que mais serve o mundo? Assim, de volta ao vaso. Mas desta vez, à medida que a mão se levanta nós ouvimos a criança dizer: "Não, não! Feio! Não toque!" tendo produzido seu próprio sinal de aviso, o bebê mais uma vez se afasta.

Continuando a vacilar entre aproximar-se e afastar-se a criança diz o sinal de aviso mais e mais baixo até que o sinal se torna completamente silencioso — internalizado. Aproximação, também, se torna menos freqüente à medida que o bebê encontra outras coisas para explorar e manipular. Finalmente, o vaso não mais o tenta.

Embora as particularidades destes dois exemplos, do rato de laboratório e da criança, difiram consideravelmente, eles envolvem os mesmos princípios. Ambos foram punidos e tendências de repetir seus atos punidos passaram a servir como sinais de aviso. Cada um deles afastou-se em reação aos avisos que sua própria conduta provia. As reações da mãe, também, avisaram a criança de punição iminente, aproximar-se do vaso ainda atrativo mas proibido provocou na criança tanto o afastar-se como a reprodução do aviso da mãe. O animal, naturalmente, não podia falar, mas seus próprios movimentos em direção à barra tiveram a mesma função de aviso que teve a fala para a criança.

Ambos, criança e rato, gradualmente reduziram a magnitude de seus sinais comportamentais de aviso até que estes fossem finalmente internalizados — não mais visíveis para qualquer outra pessoa. A principal diferença está na habilidade da criança de condensar muitos sinais de aviso diferentes em apenas uma poucas palavras: de início, "Feio!" e, quando mais velha, "Ilegal!" ou "Imoral!". A consciência do rato pode consistir apenas de sinais não-verbalizados de seu próprio comportamento incipiente, um sinal diferente para cada ação punida. A consciência da criança é despertada não apenas por tendências à ação diretamente punidas, mas também por palavras que levam a ou acompanham punição. Daí, a "pequena voz interior". Entretanto, verbal ou não-verbal, a consciência é composta de comportamento que serve, ele mesmo, como um sinal de aviso e, por sua vez, traz à tona a esquiva.

Atualmente é sabido o suficiente sobre a ação da punição e sobre seus efeitos colaterais destrutivos, para que questionemos sobre o princípio de confiar na consciência, um produto de coerção, para socializar nossos filhos basicamente egocêntricos. Certamente, os mais cínicos entre nós há muito abandonaram a fé na consciência como um mecanismo para garantir a decência e moralidade adultas.

Consciência e controle

Monitorar todas as ações de todas as pessoas não é apenas repugnante por princípio, mas é também impossível. Apenas durante a infância a completa supervisão é mais ou menos factível e o desenvolvimento da consciência é um dos principais objetivos do treinamento e educação iniciais. Quando a supervisão direta se torna impossível, confiamos na consciência para manter a integridade de nossos direitos e liberdades.

Após uma breve "lua de mel", quando impomos poucas restrições sobre as crianças, começamos a ensiná-las o que é permitido e o que não é. Estabelecemos limites. Quase sempre o fazemos punindo-as quando elas ultrapassam os limites. Raramente lhes damos algo bom simplesmente por permanecerem dentro dos limites, simplesmente nos refreamos de puni-las. Cientes de que os jovens ainda não aprenderam todos os caminhos da civilização — ou seus perigos — pais, professores e o público em geral mantêm os olhos constantemente abertos sobre eles, não apenas para proteger sua saúde e segurança, mas também para eliminar sinais de desobediência, descortesia, desordem, agressão, furto ou destruição de propriedade e linguagem "feia". Durante a adolescência, a vigilância se torna de alguma maneira ainda mais cerrada; a emergente sexualidade coloca o adolescente em contato com novos tabus.

Restrições durante a infância e a adolescência, um tema comum na poesia e no romance, é quase universal. Inculcamos a consciência cedo, quando o controle direto é factível, punindo toda conduta que não está de acordo com nossos padrões. Como o animal de laboratório que pressiona sua barra porque é punido por fazer qualquer outra coisa, as pessoas, também, aprendem a pressionar quaisquer barras que não lhes tragam choques. Qualquer ação não-punida se torna segura; todas as outras vão para o saco intitulado "consciência".

Assim como o animal de laboratório, que gasta todo seu tempo esquivando-se de choques, pessoas que têm uma consciência forte

podem andar em um curso estreito. Elas obedientemente fazem o que é esperado, raramente tentando algo novo. Elas são confiáveis, corajosas, transparentes e reverentes. Junto com estas inquestionáveis virtudes pessoais, entretanto, elas freqüentemente consideram criatividade uma coisa perigosa, desaprovando-a em si mesmas e nos outros. Elas freqüentemente consideram a singularidade perturbadora; ação, crença ou aparência não-convencionais ameaçam sua segurança. E quando as condições mudam, quando a sociedade relaxa algumas contingências e estreita outras, elas freqüentemente são incapazes de adaptar-se; mudanças as ultrapassam. Estes subprodutos infelizes de coerção "efetiva" também devem ser esperados quando a comunidade constrói consciências individuais por meio de punição.

Se frutos proibidos continuam a nos atrair, a comunidade haverá de nos considerar como tendo consciência fraca e sendo, portanto, perigosos. Mesmo sem burlar a lei, podemos nos descobrir com problemas. Simplesmente adotar um estilo de vida incomum pode nos colocar em conflito com a comunidade mais ampla; ela considera o diferente como não-confiável. Também podemos nos sentir em guerra conosco quando somos fortemente tentados a fazer coisas que aprendemos a chamar de "ruins" ou "perigosas", ou quando nos descobrimos realmente "indo contra nossa consciência". Não apenas a comunidade deixa de confiar em nós porque não podemos nos controlar, mas é provável que não confiemos ou que desprezemos a nós mesmos. Estas características distintivas de desordens de personalidade e de neuroses são subprodutos adicionais das práticas coercitivas que a comunidade usa para estabelecer a consciência individual.

Terapeutas podem buscar resolver nossos conflitos interiores tentando tornar nossa consciência um mediador mais efetivo entre nossas naturezas predatória e altruísta. Entretanto, nenhum terapeuta tem acesso a nossa "natureza". O mundo externo impõe sobre nós a consciência; ele transforma nossas ações incipientes nesses sinais de aviso que chamamos de consciência e nos coage para a esquiva que então chamamos de moralidade ou civilização. Terapia efetiva terá de lidar não com forças interiores, mas com contingências reais do mundo, com relações entre conduta e conseqüência. Essas contingências geram nosso comportamento adaptativo e nosso comportamento-problema; a terapia deve chegar a termos com as causas, não apenas com os resultados.

Podemos confiar na consciência? A sociedade depende da consciência individual para sobreviver. Ela confia na "voz interior"

para manter as afabilidades da interação civilizada, a conciliação prática e a acomodação necessárias para subordinar necessidades individuais àquelas da comunidade e da cultura. A sociedade também alistou a religião organizada para ajudar a construir e a manter a consciência adicionando a força do comando divino. A consciência coercitivamente gerada alcançou sua pretendida função? Ela restringe o indivíduo para benefício da comunidade?

É um segredo bem guardado o de que a psiquiatria, a psicologia e a análise do comportamento jamais "curaram" com sucesso ações como furto, assassinato, fraude, corrupção governamental, desonestidade nos negócios ou má prática profissional. Supõe-se que a consciência suprime estes tipos de conduta porque elas beneficiam o indivíduo às custas do grupo. Uma pessoa que tem "uma consciência defeituosa", "cede à tentação", "ouve o diabo" ou "perde a batalha contra as forças do mal", demonstra que as contingências coercitivas da sociedade não atingiram seus pretendidos propósitos. No caso extremo da "personalidade psicopata", sem qualquer consciência, a coerção da sociedade fracassou completamente.

Quais são as fontes destes fracassos? Eles são inerentes à nossa confiança na coerção para contrabalançar os ganhos da autoindulgência, agressão e criminalidade. A sociedade desaprova afastamentos de seus códigos morais e legais, mas todos sabemos que muita conduta ilegal jamais será detectada. Os fortes reforçadores positivos que a imoralidade e a criminalidade colocam ao nosso alcance são muito freqüentemente bem-sucedidos em destruir a consciência coercitivamente inculcada. A voz interior é facilmente corrompida.

As pessoas podem prontamente descobrir maneiras de se esquivar da punição ao mesmo tempo que obtêm ganho considerável por burlar a lei. O fisicamente forte corre mais rápido ou bate naqueles que os puniriam. Criminosos endurecidos, sob a proteção de uma organização criminosa, amedrontam punidores potenciais ameaçando-os ou suas famílias, algumas vezes até mesmo colocando-os fora do caminho por meio de execuções. Uma posição de poder político ou institucional torna fácil silenciar subordinados e associados que poderiam revelar sua desonestidade. A posse de informação importante permite considerável ganho ilegal sem que qualquer outra pessoa sequer saiba o que está ocorrendo. Indivíduos ricos, grandes corporações e outras instituições podem ganhar tanto burlando a lei que mesmo grandes penalidades não têm qualquer significado prático. Gigantes econômicos mantêm enormes equipes de advogados, treinados para tirar vantagens de todas as proteções inscritas

na lei com o propósito de proteger os inocentes, e usam-nas, em vez disso, para tornar a acusação dos culpados muito difícil e cara. Descomprometidos com sua própria consciência, eles colocam a consciência pública contra a comunidade.

Reforçadores positivos fortes mas ilegais podem, portanto, destruir uma consciência e ao mesmo tempo colocá-la acima da lei. A moralidade está se tornando obrigatória apenas para aqueles que têm pouco a ganhar por burlar o código. Mais e mais vemos o pequeno criminoso, o pobre e o explorado sendo punidos enquanto que o criminoso do colarinho branco, o rico, o socialmente importante, os presidentes de corporações que poluem nossa terra, ar, e água potável em grande escala, e os donos de bancos e empresas financeiras que enganam o público, todos mantêm os estilos de vida que seus ganhos tornaram possíveis. A mídia hoje relata tais contrastes tão freqüentemente que se torna cada vez mais fácil para o cínico argumentar que podemos confiar na consciência para manter apenas os fracos e pobres na linha.

Nossa dependência do controle coercitivo para manter as afabilidades da civilização trouxe, assim, um duplo padrão. A moralidade é freqüentemente uma ferramenta para manter a consciência daqueles que não podem correr o risco de serem pegos burlando a lei. Ela é apoiada, por esta razão, por aqueles que defendem os padrões, mas os burlam na prática.

Pode-se confiar na consciência sustentando esta hipocrisia apenas por um tempo limitado. Em todo o terceiro mundo, o duplo padrão já está caindo por terra. Mesmo organizações religiosas estão hoje incitando os até então submissos a buscar sua parte por meio de apropriação violenta e sangrenta, ações que, se supunha, a consciência devia suprimir. Os desprivilegiados estão seguindo a pista dos bem-aquinhoados: "Agarre tudo aquilo com que você puder se safar. Não permita que ninguém o atrapalhe." Nos centros de terrorismo, a consciência já fracassou.

Mais cedo ou mais tarde, a coerção gera contracontrole, com a consciência individual dando lugar à competição por reforçadores positivos e negativos mais imediatos. Quando a consciência, já enfraquecida, começa a morrer entre a maioria coagida, então a minoria governante não conhece outro caminho para preencher o vazio além de aumentar sua coerção. A civilização está sentada em muitos vulcões. A África do Sul corre em direção à sua inevitável batalha sangrenta, enquanto que os Estados Unidos gradualmente recriam o mesmo cenário apoiando facções impiedosamente coercitivas na América Central e América do Sul. Ninguém mais finge que a morali-

dade é a questão. Controle coercitivo é abertamente justificado como uma maneira para os fortes se protegerem dos fracos e para os anteriormente fracos alcançarem seu lugar no topo.

Há algum outro modo, além de coerção, de construir conduta que sustentará uma coexistência harmoniosa? Alguma forma de moralidade prática é necessária se a sobrevivência não permanecer como um privilégio apenas dos mais fortes, mas essa moralidade terá que ser baseada em algo mais duradouro do que controle coercitivo. Não importa com quanto sucesso nos esquivemos de choques, finalmente faremos o melhor que pudermos para fugir da necessidade de esquiva. A vida dominada pela consciência se torna opressiva. Precisamos de um substituto para a consciência.

13

Entre a cruz e a caldeirinha

A tal ponto consideramos a coerção como certa que não nos surpreendemos ao nos encontrarmos do lado que recebe a paulada ou do lado que maneja o bastão. Para fazer com que as pessoas parem de fazer coisas que nos desagradam, estabelecemos contingências de punição; batemos nelas, algumas vezes figurativamente, algumas vezes literalmente. Para fazer com que as pessoas façam coisas que nos agradam, estabelecemos contingências de fuga e esquiva; continuamos batendo nelas até que façam o que queremos, ou ameaçamos de bater se elas fizerem qualquer outra coisa.

Punição, fuga e esquiva raramente ocorrem isoladamente umas das outras. Mesmo quando pretendemos apenas punir, geramos fuga e esquiva; aqueles que são punidos por nós fogem quando nos aproximamos. Quando tentamos forçar ações particulares, outras inevitavelmente se tornam ligadas a elas; alunos que são punidos param de estudar, fazendo, em vez disso, coisas que conduzem a conseqüências positivas. Todos nós estamos sujeitos às leis do comportamento, assim, quando uma punição que estabelecemos parece funcionar, continuamos com mais punição. Guardas penitenciários podem tornar-se monstros, governantes podem tornar-se tiranos; um terapeuta, tendo uma vez curado uma criança desespe-

rançadamente autodestrutiva aplicando-lhe choques por arranhar seus próprios olhos e pele, a partir daí prescreve punição para todos os comportamentos-problema. Quando ensinamos, protegemos ou curamos por meio de punição, usualmente obtemos mais do que queremos. Uma grande quantidade de acontecimentos sub-reptícios ocorre nas contingências coercitivas do mundo cotidiano.

As pessoas reagem à coerção de maneiras diferentes. Ameaçadas com a perda de um emprego, uma pessoa trabalha mais duro e outra desiste. Duas pessoas reagindo diferentemente ao que parece ser a mesma situação podem sugerir que ambos os atos são puramente voluntários — que nenhum controle está envolvido. Entretanto, se olharmos mais de perto, poderemos descobrir que a primeira pessoa aprendeu quando criança a combater todo fracasso e que a segunda pessoa, sempre em disputa com seus colegas de trabalho, estava, de qualquer modo, a ponto de procurar um novo emprego.

Inconsistências no modo como as pessoas manejam coerção, ainda que passíveis de serem traçadas em suas histórias comportamentais, levaram alguns a interpretar a variabilidade como um sinal de liberdade do controle. Prezando nossa aparente liberdade, eles desconsideraram a coerção a que todos estamos sujeitos, que dá significado aos nossos conceitos de liberdade. Uma conseqüência desta negligência foi o fracasso em reconhecer quão comum o controle coercitivo realmente é e em avaliar como ele nos mantém interagindo de maneiras que ameaçam em vez de promover a sobrevivência.

Algumas das contingências que o mundo nos impõe nos deixam sem escolhas adaptativas. Elas não nos permitem nem desligar nem prevenir choques. Podemos estar nos defrontando com morte, dor, humilhação, desemprego, pobreza ou perda de suporte emocional inevitáveis. O que acontece quando tais choques intensos nos ameaçam e somos incapazes de fazê-los desaparecer, quando não temos lugar onde nos esconder ou para onde correr em busca de segurança? Esta questão tem recebido muita atenção no laboratório e os experimentos revelaram um poderoso tipo de controle coercitivo.

Supressão condicionada

No experimento básico, o sujeito, mais uma vez um rato de laboratório, aprende a obter alimento pressionando uma barra; mas, como muito de nosso próprio trabalho, o trabalho do animal é pago

apenas ocasionalmente; ele não obtém alimento toda vez que pressiona a barra. Algumas vezes ele pode trabalhar por cinco minutos sem sucesso, algumas vezes por dois minutos, outras por apenas dois segundos. Na média, uma vez a cada 30 segundos ele obtém alimento quando pressiona a barra, mas o tempo entre tentativas bem-sucedidas é imprevisível. Este esquema mantém o sujeito trabalhando estavelmente, um requisito importante porque vamos procurar por variações em sua taxa normal de trabalho quando um choque inevitável o ameaça. Para que nossas observações sejam confiáveis precisamos de uma linha de base de produtividade estável, da qual possamos medir quaisquer afastamentos.

Agora, enquanto o sujeito está trabalhando por seu alimento, ligamos um sinal, um tom que dura um minuto. Ao final do minuto, assim que o tom cessa, um breve choque (um décimo de segundo) aparece. Diferentemente do choque que o sujeito pode prevenir, este é inevitável, nada que o sujeito possa fazer o manterá longe. Embora desamparado contra o choque iminente, o sujeito pode continuar a pressionar a barra durante o tom e o alimento ainda virá como antes.

Onde vemos isto fora do laboratório? O chefe nos ordena para irmos, dentro de cinco minutos, a sua sala para explicar nossa decrescente curva de vendas. Estamos livres para continuar ligando para clientes e assim fazer nossas vendas aumentarem, ou para conversar com a secretária, ou para beber um copo de água, mas estamos na mesma posição que o animal, confrontados com um choque inevitável. Esperamos não encontrar este tipo de situação com freqüência, Nenhuma restrição física é colocada sobre nós e, ainda assim, com relação ao choque, não temos opções: não há maneira de fugir ou esquivar.

No laboratório, depois do tom e do breve choque, passa-se um intervalo de duração imprevisível antes que o sinal apareça de novo. Uma vez que ele volte, ele permanece por um minuto e termina com o choque inevitável. De quando em quando, o sujeito experiencia este pareamento entre tom de um minuto e choque breve, mas pode continuar a obter alimento durante e entre os sinais de aviso.

Uma vez que o animal nada pode fazer em relação ao choque iminente, poder-se-ia esperar que ele simplesmente se mantivesse trabalhando para viver, durante os sinais de um minuto. Se ele pudesse falar, ele simplesmente poderia dizer: "A vida é assim; por que lutar contra o mundo?" Mas não é isto que usualmente acontece, o sujeito não trata o sinal de aviso com tal resignação filosófica.

Depois de algumas experiências com a seqüência tom/choque, o sujeito muda drasticamente seu comportamento quando o tom é ligado. Ainda que ele pudesse continuar a obter alimento, ele pára de pressionar a barra assim que ele ouve o sinal. Em vez de trabalhar, ele agora se agacha tensamente, tremendo, defecando, urinando, seu pelo eriçado. Ele mostra todos os sinais que usualmente atribuímos à ansiedade avassaladoramente paralisante.

Nós também provavelmente não continuaremos a trabalhar produtivamente depois que o chefe ligou o sinal de aviso para o choque que ele está a ponto de infligir. Preocupando-nos, provavelmente nos sentaremos tensamente em nossa mesa, talvez com um pouco de enjôo de estômago, talvez até mesmo sentindo necessidade de correr para o banheiro.

Depois do choque, o sujeito de laboratório volta a sua ocupação normal, trabalhando estavelmente até que o tom apareça novamente. O animal trabalha produtivamente entre sinais de aviso, pára completamente durante cada sinal e, então, recomeça o trabalho imediatamente depois de cada choque. O choque parece fazer duas coisas: primeiro, ele faz com que o sinal de aviso coloque o animal em pânico, com sua atividade normal completamente suprimida; então, ele sinaliza um período seguro, liberando o animal das garras de sua reação emocional e permitindo que ele recomece o trabalho produtivo.

Originalmente, o tom não tinha qualquer efeito discernível sobre o animal. Agora, tendo se tornado um sinal de choque inevitável, o tom coloca o sujeito em uma severa depressão comportamental, colocando um fim em sua atividade construtiva. Analistas do comportamento chamam isto de "supressão condicionada". Usamos o termo do cotidiano, "ansiedade", quando algo ruim está por acontecer e nada podemos fazer para impedi-lo ou fugir. Não há problema em chamar de ansiedade a reação, desde que não nos enganemos acreditando que o nome explica alguma coisa.

Os sinais de pânico e terror, facilmente visíveis para os outros e intensamente sentidos por qualquer um confrontado com choques inevitáveis, são freqüentemente considerados como sendo as características definidoras da ansiedade. Mas, a supressão não precisa ser acompanhada por sinais de angústia interior. Drogas ou cirurgia podem mitigar o pânico, sem aliviar a depressão comportamental. Um paciente que relata sentir-se menos ansioso pode não reagir ao sinal de aviso mais construtivamente do que antes. Embora o pânico possa requerer tratamento de emergência, a depressão de longo prazo requer uma análise comportamental para ser tratada

com sucesso. Não podemos perder de vista as causas: (1) os sinais de aviso para (2) choques inevitáveis, sobrepostos a (3) uma linha de base de atividade positivamente reforçada.

A reação do sujeito ao sinal de aviso de choque inevitável é tão desadaptada quanto qualquer comportamento visto no laboratório. A ansiedade — o pânico e a cessação de todo comportamento produtivo — é contraproducente, levando o sujeito a perder todo o alimento que teria ganho se continuasse a trabalhar durante o sinal de aviso.

Fora do laboratório. A supressão condicionada representa a ansiedade de quem? Infelizmente, não precisamos procurar muito para reconhecer sinais de eventos severamente aversivos sobre os quais não temos controle e contra os quais não temos medidas efetivas.

Podemos descobrir que temos uma doença fatal, ou que alguém que amamos vai morrer em breve. A depressão usualmente acompanha sinais de morte iminente. Tornamo-nos incapazes de funcionar efetivamente, algumas vezes negligenciando até mesmo pequenas necessidades de sobrevivência: "eu não tenho apetite"; "por que perder temo vestindo-me, lavando-me, barbeando-me, escovando meus dentes? Não importa mais"; "para que eu preciso de um agasalho? Que diferença faz se eu ficar resfriado?"; "qual o sentido de levantar da cama?"; "... quem se importa?"

As ameaças inescapáveis da natureza também podem nos tornar incapazes de funcionar. Agachados em um abrigo, esperando pelo furacão que se aproxima para levar nossa casa, podemos ser incapazes de falar com nossa família, de ler, escrever, jogar ou comer. Quando o Monte Santa Helena entrou em erupção, algumas das pessoas que viviam na montanha simplesmente fecharam suas portas num gesto inefetivo de desafio e esperaram, sem qualquer comportamento, pelo rio de lava que se aproximava para afogá-los.

Outros sinais de choques inevitáveis vêm de pessoas, freqüentemente como efeitos colaterais não-pretendidos das várias formas de coerção que impensadamente impomos uns aos outros. A uma secretária, preocupada a ponto de distrair-se por causa de sua mãe seriamente doente, diz-se: "Mais um erro de datilografia e você será despedida." Incapaz de datilografar outras cartas naquele dia, ela acaba sendo despedida.

Na guerra, a coerção internacional última, indivíduos freqüentemente se defrontam com desastre quase certo; pânico e de-

pressão são bem conhecidos. Preparações para a batalha sinalizam a inevitável perda de companheiros e possivelmente a própria morte, perda de membros ou captura. A repentina inabilidade dos indivíduos para funcionar efetivamente tem sido um problema importante para a psiquiatria militar durante todas as guerras.

O mercado financeiro torna disponíveis grandes recompensas pelo sucesso, mas, ao mesmo tempo, impõe penalidades terríveis ao fracasso. Durante a grande depressão, muitos corretores que viram seus negócios, suas reputações e seus próprios recursos e os de seus clientes prestes a serem dizimados, entraram em "parafuso" emocional, alguns se atirando das janelas de seus escritórios nos arranha-céus. Gigantes da indústria e das finanças, repentinamente confrontados com a dissolução de seus impérios, estouram seus miolos. Mesmo durante recessões econômicas menos severas, a busca de empregos por um trabalhador desempregado freqüentemente origina uma sucessão de sinais de rejeição, embaraço e fracasso. Finalmente, confrontado com o desemprego permanente, enfrentando a perda de *status* na comunidade e na família e privado da auto-suficiência que costumeiramente sustenta o auto-respeito, o antes orgulhoso chefe de família permanece na cadeira de balanço, incapaz de se comportar para todos os propósitos práticos.

A supressão condicionada não precisa ser confinada a desastres que acontecem apenas raramente. Porque a coerção social é tão predominante, a ansiedade severa produzida por sinais de aviso de punição, perda, fracasso ou embaraço inevitáveis também surge freqüentemente em nossas interações cotidianas. Uma criança desobediente a quem se tenha dito: "espere seu pai chegar em casa!", vive o resto do dia à sombra daquele sinal de aviso de choque inevitável. A ameaça "funciona"; a criança, em um estado de depressão comportamental, não causa mais problemas naquele dia.

Professores ou pais algumas vezes descobrem que não conseguem mais contatar com uma criança a quem puniram severamente. Arrependidos de sua ação, eles falam gentilmente com a criança, tentam brincar com ela ou diverti-la e tentam de outras formas dissipar os efeitos daquilo que acabaram de fazer, mas a comunicação tornou-se impossível; a criança mantém-se passiva. Seu ato de coerção tornou-os um sinal de aviso para punição inevitável; eles agora suprimem todo o comportamento adaptativo da criança. A criança torna-se incapaz de agir construtivamente na presença de alguém que acabou de liberar um choque.

De maneiras semelhantes, muitas pessoas tornam-se supressores condicionados uns dos outros, com suas práticas coerciti-

vas gerando ansiedade, pânico, paralisia e depressão. Um trabalhador em busca de uma aumento, ou tentando expressar uma crítica, ou mesmo trazendo uma sugestão positiva, torna-se mudo na presença do chefe. Um motorista, parado por um policial, torna-se confuso e tomado por culpa, incapaz de falar racionalmente. Quando descobrimos um erro em nossa conta bancária e o trazemos para o banco, tornamo-nos obsequiosos e defensivos. Um aluno, ainda que sabendo a resposta correta, quando chamado em sala de aula, treme, transpira, gagueja e fala incoerentemente.

Usualmente aplicamos coerção com a intensão de ensinar nossos filhos, esposos, empregados, alunos, vizinhos ou concidadãos como manter-se afastados de serem punidos. Mas nem sempre estabelecemos as contingências efetivamente; algumas vezes os choques que queremos que as pessoas evitem se tornam inevitáveis. Aos olhos de alguns pais, seus filhos não conseguem fazer nada corretamente e, então, eles os punem indiscriminadamente. Mesmo quando bem-intencionadas, nossas contingências de punição, fuga e esquiva freqüentemente degeneram em situações que sinalizam choques inevitáveis. Coerção da qual não se pode fugir ou que não se pode impedir traz à tona a debilitação e o desamparo da supressão condicionada. Podemos então nos descobrir punindo os outros mesmo quando não queremos realmente fazê-lo.

Por causa de uma história de fracassos em provas, um aluno senta-se paralisado diante de uma prova final para a qual veio bem-preparado: "Eu sei a matéria, mas não sou bom em provas." O professor não tem outra opção que não dar uma nota baixa. Porque o cumprimento da lei é sinônimo de punição e ameaça de punição, o uniforme de polícia se tornou sinal de aviso de um choque em aproximação; com a esquiva impossível, aparece um pânico cego ou uma submissão resignada. O policial não tem escolha exceto responder com medidas de autodefesa ou com suspeita diante dos "sinais de culpa". Com governos mantendo a paz internacional por meio de atos de agressão e ameaças de guerra, demonstrações de forças de "manutenção da paz" causam desamparo e desespero entre aqueles que ainda não passaram a ver a guerra como um sinônimo de paz; sua "falta de cooperação" produz coerção ainda mais severa.

Se fazemos ameaças não-cumpridas, sua inefetividade vai nos deixar frustrados, sem qualquer opção a não ser finalmente colocá-las em efeito: "isto dói em mim mais do que em você", "nós temos que salvá-lo de você mesmo", "é para seu próprio bem", "eu cheguei ao final de minha paciência", "é de pequeno que se torce o pepino". Uma criança pode ouvir continuamente que se ela conti-

nuar a provocar sua mãe "verá o que lhe acontece", mas tudo que de fato obtém são mais ameaças. Finalmente, a ponto de apanhar do pai que está com sua paciência esgotada porque suas ameaças não-efetivadas não funcionaram, a criança se colaca na mesma posição do sujeito experimental — diante de um cheque inevitável ao final de um sinal de aviso. Aqui, o pai é o sinal de aviso; pai seguido por choque produz uma criança essencialmente sem comportamento na presença do pai.

O autismo infantil tem muitas causas, mas alguns casos têm sido atribuídos a uma história de punição excessiva, desumana. Ocasionalmente, crianças são resgatadas depois de terem passado a maior parte de suas vidas completamente isoladas em pequenos quartos ou jaulas. Porque seus pais, que se tornaram sinais de aviso de choques inevitáveis, são as únicas pessoas com as quais tiveram contato, encontros com outras pessoas também farão com que as crianças entrem em um estado de supressão condicionada. Como outras crianças autistas, elas não demonstram responsividade social, raramente reagindo construtivamente, exceto, talvez, a coisas inanimadas. Elas se fecham e sua falta de responsividade social faz com que pareçam viver em seu próprio mundo privado.

A depressão do adulto também tem muitas causas, mas sua característica mais consistente é a ausência de comportamento adaptativo. As prisões e as forças armadas, onde a coerção é explicitamente a técnica de controle escolhida, são campos férteis para a depressão comportamental que sinais de choques inevitáveis criam.

Prisões proíbem a privacidade e não reconhecem qualquer necessidade de tratar prisioneiros, seja com cortesia comum, seja com decência humana, exceto ocasionalmente como recompensas por submissão. Mais ainda, a impossibilidade de realmente observar todos os prisioneiros em todos os momentos faz com que guardas e supervisores inseguros e cheios de suspeita distribuam penalidades que não estão relacionadas com quaisquer atos específicos. A própria inabilidade dos controladores de exercer supervisão consistente pode tornar a esquiva adaptativa impossível para os controladores e trazer, em vez disso, uma supressão condicionada desadaptada.

Padrões comuns de justiça são suspensos nestas cidadelas de cumprimento da lei, de modo que mesmo a conformidade a regulamentos não garante a esquiva de punição. A mais leve suspeita de qualquer afastamento das regras traz as autoridades como um raio sobre toda a população interna. Porque a observação constante de todo mundo não é factível, a atribuição precisa de culpa por instigar a desordem é impossível. Portanto, indiscriminada e caprichosamen-

te eles administram as medidas aprovadas de confinamento em solitária, encarceramento, interrogatórios cruéis, revogação de privilégios e maldade sub-reptícia. Os guardas, seus uniformes, o próprio som de seus passos e todos os aspectos do ambiente da prisão se tornam sinais de punição inevitável. A depressão é comum entre os prisioneiros. Ainda assim, porque ela os mantêm "bem-comportados", não é considerada um problema sério.

Podemos inadvertidamente colocar, mesmo alguém que amamos, em uma situação onde a privação inevitável traz depressão. Por exemplo, uma mulher idosa, tendo vivido pacificamente, em protegida calma, em uma espaçosa casa de campo pela maior parte de sua vida, mas que recentemente enviuvou, é persuadida por seu irmão a mudar-se para um apartamento na cidade, que requereria muito menos trabalho. Repentinamente, todos os sistemas que sustentavam sua vida se foram. Suas rotinas diárias usuais — dirigir a preparação das refeições, a limpeza da casa, as compras, o planejamento do lazer, receber visitas, manter correspondência social — não são mais possíveis; nenhum de seus hábitos costumeiros funcionam mais. Seu marido, que costumava cuidar de todas as questões financeiras e em torno de cujas atividades de negócios sua vida social girava, não está mais ali para trazer ordem à sua vida. Todos os reforçadores desta senhora tornaram-se indisponíveis para ela, uma privação total repentina que é muito pior que o breve choque que um sujeito de laboratório experiencia. Ela tornou-se um resto, que não é necessário a ninguém. Toda ocasião para ação é agora vazia, uma lembrança de perda e um sinal de fracasso. Ela se torna uma reclusa, comendo pouco, usando roupas amarrotadas e rotas, cabelos desalinhados e recusando-se a permitir que antigos amigos a visitem.

Sem que ninguém pretendesse este resultado, esta mulher mudou para um ambiente repleto de choques e privações. Sua nova vizinhança, o prédio, o apartamento com sua mobília nova, tudo passou a funcionar como sinais sempre presentes de sua inutilidade e fracasso inevitáveis. O significado do fracasso é a ausência de reforçamento e o novo ambiente a atinge com fracasso a todo momento; o comportamento que ela conhecia tornou-se não-funcional. O mesmo freqüentemente acontece quando colocamos familiares em instituições para idosos. Mesmo quando eles estão confortavelmente instalados e tratados com compaixão, a indisponibilidade de seus reforçadores costumeiros transforma a vida de sucesso em fracasso. Depressão é uma conseqüência comum, mesmo de institucionalização benevolente.

A economia da ansiedade. Estranhamente, a supressão condicionada pode, ocasionalmente, se tornar útil. Embora um sinal de aviso possa nos jogar em uma depressão, nossa própria inabilidade para funcionar pode algumas vezes levar mais tarde a um grande reforçador que supera as perdas imediatas. Exemplos elementares ocorrem nas brincadeiras de filhotes de cachorros, gatos e outros animais e em combates sérios entre adultos de dadas espécies. Confrontados com a certeza de derrota em uma luta de morte por causa de uma companheira ou território, o animal derrotado cessa de lutar; embora obviamente aterrorizado, ele adota uma postura de submissão, como se estivesse pedindo o golpe final. Esta cessação de toda resistência, deixando o perdedor indefeso, na verdade desliga o atacante. A natureza construiu em muitas espécies um mecanismo de rendição que converte supressão comportamental em esquiva bem-sucedida; embora renuncie ao prêmio imediato, o perdedor protela o desastre último.

A tradição humana, quando oponentes caem ou expõem sua jugular é ir para a matança. Portanto, derrotados nunca se rendem antes de estabelecer algum entendimento com os vitoriosos. Então, uma demonstração de desamparo — a bandeira branca — traz o perdão.

Tratando supressão condicionada medicamentosamente, negligenciando as contingências comportamentais, podemos dar a esta reação à coerção uma função adaptativa de longo alcance. Tornando-a adaptativa, o tratamento intensifica, em vez de curar o problema. Nas guerras dos Estados Unidos, as mortes por razões psiquiátricas têm sido uma fonte séria de perda de homens aptos. Participantes de combates, confrontando-se com ameaças sempre presentes de sofrimento e morte e sobrecarregados com a necessidade de matar outros, freqüentemente desenvolvem "fadiga de combate". Exibindo depressão incapacitante ou pânico incontrolável, eles repentinamente se tornam incapazes de funcionar.

A fadiga de combate usualmente aparece não em meio ao combate, mas durante a calmaria, quando as forças estão sendo reagrupadas, novos planos de batalha formulados e os combatentes têm um descanso momentâneo. Mas, estes são apenas períodos seguros ilusórios; eles, na verdade, estão cheios de sinais de aviso do próximo ataque. Quanto mais dura a pausa, mais cedo será o choque inevitável. Quanto mais próximo estiver o retorno à batalha, é mais provável que surja a supressão condicionada.

Um antigo e duradouro tratamento para a fadiga de combate exigia retirar o combatente incapacitado das linhas de frente e colo-

cá-lo em um hospital de base. Dali, o resultado mais provável era uma dispensa por incapacidade ou uma realocação para um posto longe da batalha. Aqui vemos fadiga de combate, uma forma de supressão condicionada, servindo para uma função finalmente adaptativa, esquiva de combate.

Isto não significa que fadiga de combate seja uma forma de fingimento, embora um bom ator possa fazê-lo. A seqüência precipitadora de sinal de aviso seguida por choque intenso, inevitável, é suficientemente real; o sofredor é incapaz de controlar a supressão condicionada e sua conseqüente incapacitação. Na verdade, o tratamento tradicional, embora permitisse fuga das condições precipitadoras, também gerava culpa e perda de auto-respeito naqueles que haviam fugido. Fazia-se com que eles sentissem que sua própria fraqueza havia feito com que abandonassem suas responsabilidades e seus companheiros.

No entanto, a inabilidade de um indivíduo para impedir supressão condicionada por meio de autocontrole não torna a supressão imune ao controle ambiental; conseqüências ainda podem exercer sua influência. Finalmente, os psiquiatras militares descobriram que diminuir a probabilidade de dispensa ou realocação reduzia enormemente a perda de homens aptos por fadiga de combate. Em vez de mandar os sofredores de fadiga de combate todo o caminho de volta para hospitais de base, eles os removiam apenas para estações de campo, para tratamento. Eles deixavam claro, também, que o tratamento devia ser breve e que o próximo passo deveria ser um retorno à unidade de combate. Reconhecendo a realidade do problema, o tratamento não mais o sustentava. A fadiga de combate perdeu sua função como um mecanismo de esquiva legítimo. A combinação de respeito para com a integridade do soldado fatigado e a impossibilidade de fuga e esquiva reduziu enormemente o número de mortes em batalha atribuíveis à fadiga de combate.

A análise de laboratório da supressão condicionada tornou possível avaliar vários tratamentos. Terapia eletroconvulsiva, por exemplo, diminui dramaticamente a supressão condicionada. Depois desse tratamento, um animal que usualmente entra em um pânico paralisador na presença de sinais de choques inevitáveis, em vez disso, desconsidera os sinais e continua a trabalhar. Entretanto, esta "cura" é apenas temporária, a ansiedade desabilitadora retorna mais ou menos um mês depois de terminado o tratamento. Também algumas drogas tranqüilizantes que costumeiramente reduzem atividade e até mesmo produzem letargia, apesar disto, reinstalarão produtividade em sujeitos durante sinais de aviso de choques inevitá-

veis. Alguns estimulantes, por outro lado, aprofundarão a supressão. Estudos quantitativos de intensidade e probabilidade de choque, de freqüência de sinais de aviso e de esquemas e tipos de conseqüências que mantêm a produtividade normal, todos revelaram fatores ambientais que contribuem para a severidade, redução ou prevenção de ansiedade severa.

Um sujeito cuja conduta usualmente produz reforçadores positivos, comumente cairá em um estado de inatividade não-produtiva ou de pânico não-direcionado durante um sinal de choque inevitável. Um sujeito sendo coagido por contingências de esquiva fará exatamente o oposto, trabalhando ainda mais diligentemente durante o sinal de aviso. Portanto, o que é chamado de ansiedade pode se referir a depressão ou a hiperatividade, ambas não-produtivas; nossa reação a choques inevitáveis dependerá de se nossa conduta é comumente mantida por contingências positivas ou coercitivas. Alguns ambientes realmente mantêm as pessoas continuamente se esquivando; ameaças ocasionais de punição inevitável em tais ambientes dão origem aos episódios de hiperatividade que vemos em algumas crianças e adultos? É esta a base para o aparente desejo de crianças de aumentarem sua conduta objetável diante de uma punição inevitável?

Interações sutis entre supressão condicionada e outras contingências freqüentemente ajudam a explicar por que um procedimento terapêutico parece ajudar algumas pessoas e não outras, ou por que varia até mesmo para um indivíduo. Se uma dose particular de uma droga alivia ou não a supressão condicionada pode depender, por exemplo, de quão freqüentes e quão grandes são os reforçadores que comumente mantêm a atividade suprimida. Se nosso trabalho raramente vale a pena, ou se vale muito pouco, então é maior a probabilidade de que nossa produtividade cessará sob o estresse de punição ou perda iminentes.

Acontece que mesmo ratos de laboratório ajustam sua ansiedade à realidade econômica. Vimos no experimento prototípico que um sinal de aviso de choque inevitável pode levar um animal à ansiedade contraprodutiva. Ele pára de trabalhar, perdendo todo alimento que teria ganho, enquanto o sinal está ligado e volta ao trabalho produtivo apenas depois que o sinal e o choque terminam. Suponha que agora esquematizemos os sinais para que algumas vezes venham muito freqüentemente e algumas vezes apenas raramente — um tipo de mudança ambiental que não é prática em condições cotidianas, mas que o controle de laboratório torna possível. O que este experimento mostrará? O sujeito tornar-se-á mais

ansioso quando exposto mais freqüentemente a sinais de aviso e choques? Menos ansioso? Fará alguma diferença?

Se os sinais aparecem com pouca freqüência, o sujeito pára de pressionar a barra durante os sinais; como no experimento original, vemos a completa supressão da atividade produtiva. Mas, se os sinais aparecem muito freqüentemente, o sujeito modifica sua reação; em uma extensão maior ou menor, dependendo da duração relativa dos sinais de aviso e dos períodos seguros, ele continua a trabalhar. Quanto mais freqüentemente aparecem os sinais de aviso e os choques, menos sua atividade produtiva é DISRUPTADA.

De início, ficamos bastante intrigados com este resultado: sinais de aviso e choques mais freqüentes, menos ansiedade; sinais e choques menos freqüentes, mais ansiedade. O que estava acontecendo ficou claro quando percebemos que o sujeito perdia muito pouco alimento se ele parasse de pressionar a barra durante os sinais infreqüentes. Ele passava a maior parte do seu tempo entre sinais trabalhando em segurança, assim uma reação de ansiedade ocasional não lhe custava muito. Mas, quando os sinais apareciam freqüentemente, havia pouco tempo seguro disponível; o animal teria perdido uma porção significativa de sua alimentação se tivesse parado completamente de pressionar a barra durante os sinais de perigo.

Este experimento surpreendente mostra o animal ansioso somente na medida em que ele pode. Mesmo ratos de laboratório parecem dispostos a deixar que sua ansiedade lhes custe apenas um certo tanto — nesta situação, apenas uma certa proporção do alimento disponível. Para evitar de perder mais, eles se adaptam a sinais de aviso freqüentes continuando a trabalhar produtivamente em vez de entregar-se à sua ansiedade.

Este é um fenômeno bastante delicado, dependente de um ajustamento bastante fino, mas ele é vigoroso e reprodutível. Muitos escritores notaram paralelos humanos. Freqüentemente tem se suspeitado que a ansiedade incapacitadora é uma doença dos afluentes, daqueles que podem se dar ao luxo de parar de trabalhar e de cessar outras responsabilidades quando as coisas se tornam difíceis.

Então, em qualquer momento que uma punição inevitável seja iminente, seus sinais de aviso podem produzir incapacitação completa ou parcial, preocupação inútil e sofrimento físico. Freqüentemente consideradas como uma forma de ansiedade, estas reações são usualmente tratadas — raramente com sucesso — com remédios psiquiátricos e farmacológicos. A supressão condicionada, manifestada grosseira ou sutilmente, constitui um dos efeitos colaterais mais custosos de nossa sociedade coercitiva.

14

Coerção gera coerção

Agressão

Os estudos de laboratório que temos visto até aqui investigaram os efeitos da coerção sobre indivíduos em ambientes que não incluíam outros sujeitos. Agora compliquemos um pouco o arranjo, colocando um segundo sujeito ao lado do primeiro. Veremos alguma coisa nova. Se aplicarmos um choque em apenas um dos dois sujeitos, este atacará o outro. A agressão não é nem ritualística, nem momentânea: se não separarmos os dois, o ataque terminará com um assassinato.

Agressão induzida por punição tem sido encontrada em muitas espécies, incluindo a nossa própria. O atacante e o atacado nem mesmo precisam ser da mesma espécie: um camundongo que recebeu um choque atacará um rato, um rato atacará um gato.

Felizmente, podemos investigar agressão induzida por coerção sem realmente fazer com que os sujeitos tentem matar uns aos outros. Isto porque se nenhum ser vivo estiver por perto, um sujeito que recebeu um choque morderá objetos inanimados. Portanto, es-

tudos modernos tendem a usar "barras de mordida" especialmente construídas que automaticamente registram a freqüência, força, duração e outras características do ataque.

Punição não precisa ser fisicamente dolorosa para incitar agressão como um efeito colateral e a maioria dos experimentos hoje não infligem dor aos sujeitos. Por exemplo, mesmo sem choques, algo (ou alguém) que sinalize privação iminente lançará ao ataque um sujeito. Vemos isto acontecer quando um pombo de laboratório pode obter grãos bicando um disco verde, mas pára quando o disco se torna vermelho, o alimento se torna não-disponível e o bicar sem sucesso. O pombo aprende facilmente a bicar o disco quando está verde e a parar quando ele se torna vermelho. Agora, colocamos um segundo pombo na caixa. O trabalhador ignora o recém-chegado enquanto o disco estiver verde, mas quando ele se torna vermelho, indicando que não há mais alimento, o trabalhador viciosamente ataca o outro pássaro. De maneira semelhante, um macaco, diante de um sinal que diz "Não há mais comida" atacará uma barra de morder. Pessoas em situações semelhantes de laboratório provavelmente atacarão objetos inanimados, esmurrando e chutando a parede, uma almofada ou qualquer coisa que esteja à mão, ao mesmo tempo que apertam seus dentes e contraem os maxilares agressivamente.

Portanto, punição e privação levam a agressão. Mas coerção induz mais do que apenas o ato agressivo em si mesmo. Depois de ser punido, um sujeito fará qualquer coisa que possa para ter acesso a outro sujeito que ele possa então atacar. O animal punido pode ser colocado em um compartimento e um par inocente em outro compartimento, com uma porta fechada entre eles. Se o animal punido puder chegar ao outro pressionando uma barra para abrir a porta, rapidamente aprenderá a fazê-lo. Para alguém que acabou de ser punido, a própria oportunidade para atacar prova ser um reforçador positivo.

A maioria das espécies de mamíferos vive em ambientes surpreendentemente coercitivos. Um mecanismo de ataque inato, liberado pela experiência de, ou apenas ameaça de dor ou de perda poderia ter evoluído. A dor em si é um sinal de desastre iminente. Espécies cujos membros não reagissem adaptativamente à dor e à ameaça de dor não teriam sobrevivido por muito tempo. A prevenção de dor por meio da fuga, se o ataque parecer muito arriscado, e a prevenção pelo ataque, se fugir for impossível, têm promovido sobrevivência. A aproximação de membros de outras espécies, e algumas vezes de indivíduos das mesma espécie, provê sinais de perda poten-

cial de alimentos, territórios, companheiros e parceiros sexuais; ataques a estranhos ou a membros de outros grupos têm sido um mecanismo de sobrevivência para o indivíduo e a espécie: "A melhor defesa é um bom ataque."

Um mecanismo de ataque inato não funcionaria se exigisse identificação acurada da fonte de punição ou ameaça. Qualquer choque é provável de vir de algo ou alguém próximo; nada além disso é necessário para que o mecanismo tenha evoluído. Portanto, uma vez que tenhamos recebido um choque, o objeto do nosso contra-ataque não precisa ser o verdadeiro culpado: "Atire em qualquer coisa que se mova." No laboratório, choque ou privação externamente impostos incitam o ataque, o qual, então, fica sob controle do ambiente local. O sujeito reage com a agressão contra um indivíduo próximo, ainda que aquele indivíduo possa não ter sido de modo algum responsável pelo choque.

Não-realista? Diga isto para qualquer um que, apenas por ter estado presente em um momento de dificuldade ou calamidade, torna-se o bode expiatório, um objeto de contra-agressão imerecida. Diga isto ao viajante inocente, assassinado por terroristas em reação à prisão de membros do grupo terrorista. Diga isto para a pessoa que, por causa do mais leve indício — alguém que se parecia com ele foi visto nas vizinhanças quando uma criança foi assassinada — ouve a família chocada exigindo sua vida em troca. Diga isto para os pacíficos moradores de vilarejos do Líbano e de Israel, cujos lares e famílias foram totalmente destruídos no ciclo de violência e contraviolência em que se enredaram seus governos.

Agressão que surge como um efeito colateral próprio da coerção coloca muitas questões que ainda precisam ser respondidas. Entretanto, mesmo neste ponto, a consciência de agressão induzida por punição poderia nos fazer parar toda vez que nos encontramos a ponto de infligir punição. Como punidores, não apenas nos estabelecemos como alguém de quem se foge ou esquiva, mas também nos descobrimos recebendo pagamento em espécie, objetos de contra-ataque induzido por punição. Isto pode acontecer em nossos papéis como pais, esposos, professores, policiais, líderes militares, administradores, empregadores ou funcionários governamentais — quando quer que estejamos envolvidos em atividades que se referem a influenciar a conduta de outros.

Professores que se concentram na disciplina em vez da instrução descobrem-se cada vez mais sujeitos à contraviolência dentro e fora da sala de aula. Um problema importante para juízes em julgamentos de divórcio é distinguir entre necessidades econômicas

e um esposo rejeitado, faminto por revanche. Figuras públicas, ricas e poderosas, tendo sua venalidade exposta pelas notícias da mídia, exploram o sistema legal como um instrumento de revanche, drenando recursos financeiros da mídia que os ofende.

Práticas coercitivas podem gerar contra-ataque contra indivíduos e grupos dos quais eles são membros. São necessários apenas uns poucos tiros descuidados para produzir o ódio de toda uma comunidade sobre toda a força policial; umas poucas traições da confiança pública para transformar todos os políticos em objeto de desprezo público; uns poucos casos bem-divulgados de "terapia aversiva" para originar um clamor público pela abolição da ciência da análise do comportamento. "Uma laranja podre estraga o resto."

A mera presença da polícia em um piquete é suficiente para liberar violência. Uns poucos "conselheiros militares" entre grupos revolucionários em um outro país são suficientes para fazer com que o governo daquele país se alinhe com inimigos dos Estados Unidos. Quando milhares de cidadãos de um país governado coercitivamente desaparecem depois de terem sido levados pela polícia, a descoberta de "observadores" americanos nas escolas de polícia torna tudo e todo americano objeto de desprezo, ódio e represália violenta. Políticos atingidos por notícias desfavoráveis criam legislação para calar a imprensa. Indústrias atingidas por regulamentos que as forçam a devolver ao público seus lucros excessivos e a limpar sua própria poluição, montam campanhas lobistas contra "a interferência do estado na livre competição". Quantos daqueles que, professando o pacifismo e abominando a violência, têm, entretanto, pensado que poderíamos resolver o problema do lixo nuclear transformando uma das nações terroristas em uma lata de lixo?

Coerção severa, então, gera uma contra-reação quase automática. Mas isto não termina aí. Retaliação bem-sucedida provê reforçamento rápido e poderoso. Aqueles que estavam por baixo tornam-se os poderosos, aqueles que eram os temidos opressores agora buscam seu favor. É fácil ver como a agressão poderia tornar-se um novo modo de vida para os inicialmente subservientes. O próprio sucesso da contra-agressão pode colocar em movimento uma estrutura autoperpetuadora de um modo de vida agressivo. Aqueles que anteriormente nada tinham agora tudo têm. A agressão que levou às novas vantagens pode agora ser usada para ajudar a mantê-las. A todo momento vemos revolucionários transformarem-se em cópias carbono dos regimes que derrubaram; o ciclo de coerção e represália repete-se incessantemente.

Como nosso apêndice, que supostamente uma vez teve uma função útil, o mecanismo inato de agressão induzida por punição e privação é um anacronismo evolucionário; ele não mais provê uma vantagem para a sobrevivência e, ao contrário, envenena seu hospedeiro. A ciência transformou a guerra em um instrumento de autodestruição. Ela também nos deu o conhecimento técnico necessário para eliminar a fome e a pobreza que têm freqüentemente instigado a agressão internacional. A informação pode agora ser transmitida com tal velocidade que a ignorância não é mais uma desculpa para o conflito. A tecnologia agrícola tornou possível que todos no mundo tenham alimento suficiente. Materiais e tecnologia de construção colocaram a habitação adequada ao alcance de todos. Fome e ausência de habitação tornaram-se tragédias desnecessárias. A análise científica do comportamento, embora esteja longe de prover todas as respostas de que necessitamos, mostrou como ensinar efetivamente e como influenciar a conduta não-coercitivamente. Com tais recursos construtivos disponíveis, a civilização não pode se dar ao luxo de reações automáticas e impensadas às pressões coercitivas.

Contracontrole

A longo prazo, o controle coercitivo continua a funcionar somente se o controlador tiver uma população cativa. Mas, mesmo se os punidos forem confinados ou restringidos fisicamente e não puderem escapar, a coerção inevitavelmente produz um de seus mais proeminentes efeitos colaterais: contracontrole. Se as pessoas não podem fugir ou esquivar-se, elas descobrirão uma outra maneira de acabar com punições ou ameaças de punição; elas aprenderão como controlar seus controladores. Alunos que são punidos por não aprenderem suas lições, rapidamente aprendem como lidar com a situação. Seu contracontrole pode ou não envolver agressão aberta: eles fingem doenças, ou realmente tornam-se doentes; eles copiam de outros alunos; eles distraem outros alunos e disruptam toda a situação de aprendizagem, tornando impossível para o professor distingui-los; ou, em uma direção aparentemente oposta, um estudante explora sua personalidade envolvente, "jogando charme" e desviando o professor de uma avaliação válida de seu desempenho; ou, como parece estar acontecendo cada vez mais freqüentemente, alunos atacam fisicamente o professor. Se o professor é muito forte, ou as autoridades muito poderosas para que os alunos os enfrentem, à noite eles destroem ou ateiam fogo na escola. Vandalismo na escola, uma medida de

contracontrole contra a coercitividade da escola, recebe uma certa dose de simpatia, mesmo entre aqueles que dizem condená-lo; em alguns lugares, educação e coerção significam a mesma coisa.

Alunos nos anos básicos e intermediários demonstram todo seu repertório de contracontrole quando uma professora substituta assume a aula. Tantos professores usam de coerção como sua técnica-padrão de controle que alunos os pintam a todos com as mesmas cores. Com professores como um grupo tendo se tornado choques condicionados, alunos desenvolveram suas próprias medidas-padrão de contracontrole. Quando um novo professor aparece, sua primeira prioridade é descobrir o que funcionará melhor e eles fazem com que o professor passe por seu estoque de contramedidas. Todos os professores substitutos sabem e temem o que vão encontrar quando entram pela primeira vez em uma sala de aula.

Governos repressivos finalmente sucumbem ao contracontrole. Supressão contínua e severa das tentativas de indivíduos para satisfazer suas necessidades econômicas e atingir outros objetivos pessoais finalmente produz revolta. O ciclo coercitivo — controle, contracontrole, contracontracontrole e assim por diante — finalmente leva a uma supressão tão severa que deixa as pessoas com nada a ganhar por submeter-se e nada a perder por rebelar-se. A deposição de um governo que controla todos os recursos militares e econômicos não é fácil; algumas vezes leva mais do que o tempo de vida individual, mas contracontrole, de início algo que apenas incomoda aqueles no poder, gradualmente se acelera até que seja bem-sucedido. Tiranias não reconhecem que o ciclo de escalada de coerção e contracoerção pode ter apenas um fim.

Nas prisões, populações realmente cativas têm aperfeiçoado o contracontrole a um tal refinamento que algumas vezes é difícil dizer quem são os controladores, os guardas ou os prisioneiros. Assassinato, estupro e outros tipos de violência física são mantidas em vigor menos por trancas e barras do que por acordos não-escritos: "você mantém as drogas entrando e nós manteremos tudo em paz"; "às 2:45, no pátio, olhe em outra direção e ninguém jamais saberá sequer o que aconteceu. De outra forma, você jamais será capaz de se virar novamente"; "meus amigos lá fora cuidarão de sua mulher. O tipo de cuidado dependerá do que eles souberem de mim. Garanta que eu tenha um trabalho de escritório com acesso ao telefone".

Mas prisões não são sistemas fechados. Novos prisioneiros, com novas demandas e suporte de fora, provocam rearranjos de interesses de grupos entre os prisioneiros e entre prisioneiros e guardas. Novos administradores, com novas filosofias de justiça e

punição, instituem restrições mais rígidas. O equilíbrio de poder nunca é constante. À medida que as demandas dos prisioneiros tornam-se irrazoáveis, ou a repressão torna-se insuportável, uma rebelião torna-se a técnica de contracontrole escolhida. A violência indescritível de ambos os lados, durante uma rebelião, assegura aos prisioneiros divulgação e freqüentemente muda o equilíbrio de poder, mais uma vez a seu favor. Inerentemente coercitivas, prisões transformam mesmo o mais humano dos guardas em um bruto — aos olhos dos prisioneiros. O contracontrole inevitável transforma mesmo o mais gentil dos prisioneiros em um monstro — aos olhos dos guardas.

Prisão, naturalmente, é em si uma forma de contracontrole que a sociedade produz contra aqueles que quebram suas regras. A sociedade também pratica ou sustenta outras formas de contracontrole, nem todas elas justificáveis como medidas protetoras. Nas instituições, onde a pressão pública reduziu enormemente o uso de restrição física para controlar o retardado ou o psicótico, restrição química é ainda praticada extensivamente. Drogas têm substituído a camisa de força como uma maneira de controlar pacientes que não colaboram.

Pacientes institucionalizados que mostram distúrbio visível — talvez justificado — com relação à alimentação, a programas terapêuticos ou à dignidade de suas interações com a equipe provavelmente receberão drogas "para acalmá-los". E uma vez que uma droga se demonstre bem-sucedida em tornar o paciente cooperativo é improvável que alguém faça mais tarde um teste para determinar se a dose é muito alta ou se a droga ainda é, de todo, necessária. Drogas psiquiátricas são, elas mesmas, uma técnica de contracontrole particularmente útil para terapeutas que são incapazes de ou que não estão dispostos a identificar as causas ambientais da conduta que supostamente devem tratar.

Crianças hiperativas exigem muito de seus ambientes. Elas disruptam classes, quebram coisas, fogem e criam um estrago generalizado, coagindo seus pais, professores e terapeutas a prestar-lhes constante atenção. Mesmo quando a hiperatividade se origina de um problema orgânico, ela é ainda freqüentemente controlável comportamentalmente. Se a criança mostrou uma razoável habilidade para aprender, reforçamento positivo para atividades construtivas, freqüentemente, reduzirá ou eliminará a hiperatividade perturbadora. Entretanto, drogas continuam sendo o tratamento usual para crianças superativas. Não-cientes de que técnicas comportamentais estão

disponíveis, médicos desesperados recorrem à restrição química como uma última medida de contracontrole.

No ambiente familiar, também, coerção produz contracontrole. Lágrimas brilhando nos olhos de uma criança freqüentemente transformam punição iminente em desculpas. Um silêncio impassível do transgressor, mantido até que a parte ofendida ofereça um gesto de reconciliação, esvazia a crítica. Uma esposa reage à chantagem sexual com infedilidade. O aparelho de som a todo volume de um adolescente impede os pais de confiná-lo em casa. Vomitando na mesa, uma criança esquiva-se de comer alimentos de que não gosta. A ameaça de birra de uma criança mimada pode transformar um "não" em um "sim". Pais que estão desanimados porque a extrema agressividade de seus filhos os coloca diante de problemas com a lei poderiam muito bem examinar como eles mesmos controlam o comportamento de seus filhos. Filhos de pais extremamente coercitivos, por sua vez, aprenderão formas de contracontrole excessivo.

Contracontrole não é visto no laboratório com freqüência. A razão é bastante simples: sujeitos não-humanos, enclausurados em um espaço experimental, não podem atingir o experimentador e sujeitos humanos simplesmente são pouco freqüentes. Algumas vezes, naturalmente, não-humanos reagem. Animais de circo, animais que vivem em zoológicos e animais de laboratório ocasionalmente voltam-se violentamente contra seus encarregados. Sabe-se que animais, em apresentações públicas, atiram objetos ou dirigem um jorro de urina aos espectadores, tomando, assim, uma certa medida de revanche contra observadores que os aborrecem e incomodam. Entretanto, o ambiente de laboratório permite aos sujeitos não-humanos pouco contato com os experimentadores; contra-agressão raramente é possível. O fracasso dos cientistas em observar contracontrole no laboratório deve-se em grande parte ao fato de que suas próprias técnicas de investigação o impedem.

Porque eles têm fracassado em ver e investigar contramedidas que seus sujeitos poderiam tomar se fossem menos confinados, analistas do comportamento freqüentemente desconsideram o contracontrole quando avaliam ou aconselham os outros a respeito de punição. A pesquisa de laboratório tem sido bem-sucedida em produzir conhecimento exatamente por causa do controle que permite; em nenhum lugar fora do laboratório tal controle é possível. Mesmo humanos cativos finalmente desenvolverão medidas de contracontrole. Qualquer consideração de punição como um método de controle comportamental deve levar em consideração este efeito colateral importante.

Quem controla quem? Analistas do comportamento consideram como certo o controle da conduta, estudando e tentando entendê-lo no laboratório e na clínica. Pessoas que não estão familiarizadas com a disciplina, ou que se incomodam com a noção de que a sua própria conduta é determinada algumas vezes vêem analistas do comportamento como defensores do controle comportamental. Isto é análogo a ver físicos não como investigadores, mas como "propulsores" das leis da gravidade, ou imunologistas como pessoas que tentam "fraudar" o sistema imunológico. Discussões que começam com a questão "o comportamento é controlado?" freqüentemente terminam com a questão "o comportamento deveria ser controlado?" E, então, com uma astúcia sarcástica em relação ao analista do comportamento, o oponente do controle quase inevitavelmente pergunta: "Mas quem vai controlar?" Analistas experimentais do comportamento não defendem controle comportamental: eles o estudam. Analistas aplicados do comportamento não tornam a conduta controlável; dado o controle existente, eles tentam modificá-lo em direções que indivíduos e comunidade considerem desejáveis.

"Comportamento deveria ser controlado?" é para o analista do comportamento uma questão sem significado. Comportamento está sempre sendo controlado; nós não temos opção. Mas a questão de quem vai controlar permanece uma preocupação para todos, particularmente quando controle coercitivo predomina. Voluntariamente entregamos amplas áreas de controle sobre nossa própria conduta a outros, mas aqueles a quem confiamos este controle — os legisladores e os que fazem cumprir a lei, professores, agências reguladoras de todos os tipos — algumas vezes abusam de seu poder. E algumas vezes nos descobrimos sobrecarregados com controle ao qual não nos submetemos voluntariamente — o governo torna-se ditatorial, as leis são aplicadas seletivamente, punições cruéis e não-usuais são administradas, a vigilância de movimentos e da fala leva à restrição e à censura. Analistas do comportamento são vistos como suspeitos de querer aplicar este conhecimento em seu próprio benefício. Estes e outros problemas potenciais causam desconfiança em relação ao controle comportamental e estão subjacentes à questão de "quem".

Todas as tecnologias são passíveis de má aplicação e a tecnologia comportamental não é exceção. Embora um entendimento crescente da coerção traga consigo a possibilidade de melhorar muito aquilo que está errado em nossas vidas, ele também torna possível uma exploração mais fundamentada, fria e efetiva de técnicas coercitivas. Contracontrole provê o mecanismo corretivo contra tal

exploração respondendo à nossa preocupação sobre quem controlará.

Negar a existência do controle não provê resposta segura à questão de quem controlará. Tal negativa apenas deixa o controle nas mãos daqueles que coagiriam o resto de nós em seu próprio benefício. Reconhecer a universalidade do controle, com seu amplo componente coercitivo, é o primeiro passo para o contracontrole efetivo.

Mais cedo ou mais tarde, tiranos poderosos e egoístas têm o seu castigo. Mesmo antes de uma revolução real, um cidadão coagido aplica contracontrole que ajuda a equilibrar a severidade da repressão governamental. De algum modo, a colheita não atinge as expectativas; a produção industrial fica aquém das cotas exigidas; pichações expressam sentimentos hostis; atos-relâmpago de violência mantêm a polícia e forças militares em posições defensivas; panfletos, livros e outras publicações "subversivas" evitam a censura por rotas tortuosas; atletas, escritores e artistas famosos exilam-se em outros países. Os aplicadores de choques descobrem-se ocupados desviando-se dos contrachoques. Pode levar muitos anos antes que o contracontrole final seja bem-sucedido mas, enquanto isto, medidas menores abrem seu caminho.

Nos Estados Unidos, em vez de assumir a tarefa impossível de eliminar o controle, deliberadamente atribuímos responsabilidade pelo controle comportamental a indivíduos e instituições específicos. Estes variam de pais e escolas a representantes eleitos e forças militares. Ao mesmo tempo, introduzimos contracontrole em nosso sistema social e legal. Estabelecemos mecanismos para excluir do cargo executivos e legisladores que exploram a confiança neles depositada, mecanismos para ação legal contra aqueles que executam atos anti-sociais, para proteção policial e militar contra agressão local e internacional, permitindo que posições opostas — trabalho e gerenciamento, Leste e Oeste, comércio e preservação, conservador e liberal — sejam ouvidas, em vez de suprimidas. Os mecanismos de equilíbrio são frágeis, algumas vezes parecendo pender tão completamente, que o lado mais pesado começa a aplicar pressões coercitivas contra o outro. E assim, vemos um presidente, eleito por ampla maioria, concluindo que ele representa apenas aqueles que votaram nele. Encontramos empresas afundando por causa de dificuldades econômicas gerais, ameaçando de falência para coagir seus empregados a aceitarem reduções em seu salário. Em tempos de receitas municipais decrescentes, vemos prefeitos e agências públicas sacrificando amplas áreas de suas cida

des, física, social e esteticamente, para se beneficiar das vantagens financeiras do desenvolvimento imobiliário. Mas, negro como tem sido o panorama, para diferentes interesses em vários momentos, a exploração coercitiva, seja legal ou ilegal, não tem persistido. A longo prazo, os mecanismos de contracontrole funcionaram. Se eles continuarão a funcionar ou se serão colocados para operar a curto prazo pode depender de nossa disposição de estabelecer mecanismos formais de contracontrole que tirem proveito de, em vez de negar a realidade do controle comportamental.

15

Por que fazemos isso?

Por que a coerção é tão universal? A punição envenena relações, empurra crianças para fora da família, subverte a aprendizagem, gera violência e nos torna doentes. O reforçamento negativo produz vidas de desespero, esmaga a engenhosidade e a produtividade, transforma a alegria em sofrimento, confiança em medo e amor em ódio. A coerção é responsável por tanta miséria; por que ela persiste? Podemos apenas tentar nos adaptar o melhor que pudermos à coerção da natureza, mas devemos ser capazes de fazer algo mais construtivo sobre a nossa própria coerção. Precisamos entender nossa própria conduta.

Criaturas do momento

Por que acreditamos tão fortemente na punição? Por que controlamos os outros levando-os a fugir ou esquivar de punição? Sempre que quisermos conhecer as razões de qualquer conduta, a primeira questão a fazer é: "Qual é o reforçador?" Qual é o nosso pagamento por punir e ameaçar punir? Se pudermos encontrar o reforçador, teremos dado um enorme passo na direção da compreensão de nossa própria conduta e, então, de fazer algo por ela.

Para descobrir o que nos reforça por punir os outros, olhe para o que acontece imediatamente depois. Este primeiro efeito pode ser claro e dramático; punir pessoas as faz interromper o que estiverem fazendo. Este é o nosso reforçamento. Embora talvez não permanente, a cessação imediata do ato punido é a base para nossa crença na punição.

Todos os efeitos colaterais vêm mais tarde. Podemos estar totalmente não-conscientes das repercussões atrasadas — a fuga e a esquiva, o contracontrole, a supressão, a rigidez e a incapacitação que nossa punição engendra. O que vemos acontecer primeiro — a conduta punida pára — influencia-nos mais fortemente. Este é o sentido no qual somos criaturas do momento. Esta é provavelmente a principal razão porque nos agarramos à punição como nosso principal meio para controlar comportamento; seu efeito imediato é fortemente reforçador — para nós, como punidores.

É isto que queremos? Podemos ficar satisfeitos quando um problema parece desaparecer, mas reaparece mais tarde de uma forma mais séria? Infelizmente, lógica e princípios do comportamento estão em desavença aqui. Uma vez que saibamos o que a punição realmente faz, a lógica nos diz que deveríamos encontrar algum outro caminho. Mas, quando se passa para o controle de nossa conduta, a lógica por si mesma não compete com êxito com o reforçamento imediato. A lógica necessita sustentação do ambiente.

"Coerção é fácil"

Uma ação punida pára imediatamente, ajudando a criar a ilusão de que a punição realmente cumpre sua tarefa. Um tapa ligeiro, um grito, ou apenas um gesto ou olhar ameaçador podem ser suficientes para fazer com que crianças, cônjuges ou alunos interrompam o que estão fazendo. Com um esforço mínimo, um refém aprisionado, um oficial assassinado ou uns poucos cidadãos deportados ou baleados mantêm-se instituições, comunidades e nações na linha.

A curto prazo, a punição é freqüentemente o caminho fácil, mas "fácil" é uma coisa relativa. Embora Bobby Fisher fizesse parecer fácil participar de um campeonato de xadrez e Martina Navratilova jogar tênis, não é fácil para nós imitá-los. Coisas feitas por especialistas sempre parecem fáceis, mas geralmente eles trabalham duro para fazê-las parecer assim. É possível, também, influenciar comportamentos de maneiras não-punitivas e fazer isto parecer fácil, mas aprender como fazê-lo exige trabalho. Punição é fácil no

sentido de que não requer treinamento especial. Entretanto, com exposição adequada à análise do comportamento, o uso do reforçamento positivo e outras técnicas não-coercitivas pode tornar-se a segunda natureza, parecendo até mesmo tão fácil quanto a coerção e agindo não menos rapidamente. Não há razão porque maneiras não-coercitivas para influenciar e guiar uns aos outros precisem permanecer restritas a especialistas, exceto talvez em casos como deficiências desenvolvimentais, nos quais esforços especiais são requeridos. Eu direi mais sobre isso nos capítulos finais.

E então, quando ampliamos nossa visão, vemos imediatamente que a punição não é realmente tão fácil, afinal de contas. Embora ela pareça funcionar, os problemas que surgem mais tarde consomem esforço, dinheiro e sofrimento emocional; freqüentemente, é muito tarde para resolvê-los. Os efeitos colaterais atrasados devem ser contados como custos.

Mas, no presente, estamos atados. Nossas práticas coercitivas solidamente arraigadas tornam difícil que nos libertemos. Como no golfe, tênis ou piano, uma vez tendo aprendido os movimentos errados, descobrimos ser difícil mudar. O primeiro efeito de qualquer mudança é nos fazer ter um desempenho pior e não melhor. Similarmente, na época em que atingimos a idade adulta, hábitos de coerção já se tornaram fixos; a mudança torna as coisas inicialmente piores. Quando aprendidos desde o início, os movimentos corretos não são mais difíceis que os movimentos incorretos, aqueles que começam corretamente descobrem ser fácil continuar melhorando. De algum modo temos que começar com nossos filhos se quisermos reverter o padrão tradicional que faz com que alternativas à coerção pareçam impraticáveis.

Existem outras maneiras de fazer o que a punição faz, mas sem os seus efeitos colaterais? Podemos produzir mudanças em nossa própria conduta rearranjando nosso ambiente para encorajar alternativas à punição? Compreender as leis do comportamento é o primeiro passo. Nos próximos capítulos vou sugerir algumas direções às quais tal compreensão poderia nos conduzir.

Alguma coerção é inevitável

Atos de Deus. Não podemos ter a expectativa de eliminar toda a coerção da vida. Por uma razão: a natureza é inerentemente coercitiva. Junto com sua intrincada beleza, recursos úteis e oportunidades para descoberta e criatividade, a natureza também nos força a construir e manter salvaguardas contra incêndio, tempestade,

fome, enchente e doença. Quando apenas defesas triviais são possíveis, como em terremotos, erupções vulcânicas, tornados e ressacas de marés, dependemos de mecanismos de aviso com antecedência para nos dar tempo suficiente para escapar. Então, os que têm sorte heroicamente acorrem para resgatar os menos afortunados, aqueles cujos "atos de Deus" deixaram feridos, desabrigados ou sem família.

A morte é o coercedor último. Embora inevitável, ela é freqüentemente adiável: escolhemos com cuidado onde construiremos nossa casa e seguimos padrões de construção que reduzem a probabilidade de desastres fatais; buscamos tratamento médico quando a doença ameaça e prevenimos epidemias com imunização e aplicando padrões de saneamento, preservação e preparação de alimentos; estabelecemos sistemas de inspeção para garantir a segurança de aviões, trens, ônibus e automóveis. Alocamos recursos públicos e privados substanciais para o adiamento da morte.

Mesmo a inevitabilidade da morte controla muito de nossa conduta. A certeza de deixar este mundo nos engaja em ritual espiritualmente orientado, sob o controle da religião institucionalizada; ela nos envolve em ritos de testamentos, propriedades e heranças, sob o controle de advogados e contadores; ela nos coloca contra o cobrador de impostos que reclamaria de nossos filhos uma porção considerável de nossos recursos arduamente obtidos depois que nos formos. A alta probabilidade de desastre natural e a inevitabilidade da morte são fontes importantes de coerção, determinando como e quando gastamos muito de nosso tempo, energia e recursos. Muito freqüentemente, estas lutas contra a natureza também fornecem um modelo para nossas interações.

Competição. Alguma coerção social também é inevitável. Provavelmente, ainda somos dirigidos por algumas disposições hereditárias em relação à possessividade territorial e sexual. Recursos úteis ou valiosos, freqüentemente já limitados em quantidade, estão se tornando cada vez mais escassos à medida que os proprietários e usuários destes bens afirmam seu "direito" de gastá-los. Muitas oportunidades de desenvolvimento econômico, político, educacional ou profissional são abertas apenas para uns poucos. Desde que não há riquezas, poder, recursos e sucesso suficiente para ser dividido, o ganho de uma pessoa significará a perda de uma outra.

Conflitos de interesses pessoais entre indivíduos também são tão inevitáveis que consideramos a competitividade como um traço a ser admirado. Nós a promovemos explicitamente por meio da competição institucional. Idolatramos heróis do esporte; combates atléticos

de todos os tipos traz grandes somas de dinheiro para os gladiadores, dos seus patrocinadores e dos milhões de espectadores. Concedemos bolsas de estudos por mérito aos melhores estudantes, deixando os quase-melhores à sua própria sorte. Garantimos prêmios monetários aos líderes nas artes, ciências e profissões, enquanto tentamos persuadir o resto de que a honestidade e a objetividade na busca de conhecimento não têm preço. Concedemos privilégios especiais para aqueles que subiram ao topo em seus campos, freqüentemente ignorando os meios que utilizaram para chegar aí, muitas vezes até mesmo estendendo a eles licença especial para operar fora das leis que restringem a todos os outros; o "Chefão" que se tornou importante por meio de assassinato, corrupção e fraude, explorando o outro por meio de drogas, prostituição e jogo, recebe deferência, estima e até mesmo admiração de herói da mídia e de um amplo segmento do público em geral. Respeitamos vencedores e temos piedade dos perdedores, mas desprezamos aqueles que se recusam a competir.

Estamos tão ocupados admirando vencedores que não notamos a coercitividade essencial da competição. Seja no esporte, na política, nos negócios, em exames que dependem quase exclusivamente de nossa posição em relação a outros, ou em um vôo para a morte em um avião ou a cavalo, ou com um soldado inimigo, o sucesso competitivo vem às custas de alguém. Nosso troféu, nosso '10' no curso, nosso escritório político, nosso lucro nos negócios ou o próprio presente da vida derivam valor — algumas vezes seu único valor — do fato de terem sido tornados indisponíveis para alguém mais. Ter ganho significa ter infligido ou ter desviado um choque em uma outra pessoa, ter sujeitado um outro a privação ou ter tomado de um outro a vida. É disto que trata a competição.

O reforçador de uma pessoa precisa ser o punidor de uma outra? Provavelmente não podemos eliminar completamente a competição; mas na medida em que a escassez a sustenta, certamente podemos reduzir a necessidade de competir pelas necessidades da vida. Em inumeráveis ocasiões a generosidade realmente prevalece; aqueles que possuem um excedente de alimento, equipamento ou competência vêm em auxílio de outros que passam por sofrimento agudo. Precisamos esperar por emergências antes que compartilhemos nossos recursos?

O compartilhar não precisa depender de altruísmo. Interesse pessoal, iluminado pelo conhecimento das conseqüências de longo prazo da privação forçada, torna a distribuição geral de recursos e tecnologia eminentemente sensata. Porque vencer sempre vem às

custas de alguém, os perdedores do mundo finalmente reagem a seus vencedores como o fariam em relação a qualquer fonte de choques e privações. Os despossuídos de uma comunidade, culpando aqueles que obviamente têm mais por suas próprias desvantagens, agem fora da lei para redirecionar o equilíbrio. Os Estados Unidos são odiados e temidos mundialmente por aqueles que vêem sua extraordinária riqueza como sendo possível apenas às custas de sua pobreza. Eles justificam sua agressão esporádica, porém crescente, e seu contracontrole por meio de terrorismo, como defesas em espécie contra a morte e violência cotidianas impostas a eles pelos frios vencedores.

Não adiantará os complacentes vencedores simplesmente se ressentirem de uma tal visão acusando-a de imprecisa e injusta: "por que não copiar nossa prosperidade, em vez de tentar destruir-nos?" Esta justificativa auto-indulgente ignora as realidades de ambientes duros e de falta de treinamento que negam a incontáveis pessoas o acesso a recursos e a ganho potencial. A contínua postulação moral — "a oportunidade está disponível para todos" — apenas produzirá mais amargura e contracontrole violento. Sorte que não é compartilhada não continuará. Se a explosão não acontecer em nossa vida, nossos filhos e seus filhos terão de enfrentá-la.

Também não adiantará manter o problema controlado e manejável criando sistemas policiais e militares poderosos. Dentro de uma comunidade, fortalecer a força policial apenas intensifica o conflito. Internacionalmente, a represália militar ao terrorismo, embora provavelmente inevitável agora que se permitiu ao terrorismo ser tão freqüentemente bem-sucedido, apenas garante a continuação do ciclo de atrocidade e contra-atrocidade.

Ainda pior, comprar proteção militar e policial nos coloca finalmente sob o controle coercitivo dos protetores; a longo prazo os executores dominam seus empregadores. Buscando estreitamente mais e mais poder para cumprir a lei e manter a ordem, a polícia perde de vista os direitos sociais e pessoais que a lei e a ordem devem proteger; acaba por tomar a lei em suas próprias mãos, não apenas protegendo-a, mas fazendo-a. E não importa quão bem-sucedidas possam ser operações militares globais, a necessidade de mantê-las e intensificá-las nos torna perdedores; necessidades de "defesa" finalmente tornam impossível manter o modo de vida para cuja proteção estabelecemos o sistema de defesa. O sistema militar se apropria de todos os recursos para seu próprio uso, buscando também controle político a fim de proteger o que se tornou seu próprio interesse. Dependência exclusiva da proteção da polícia

e militar mais cedo ou mais tarde cria um estado policial. Acabamos subservientes aos nossos defensores.

A questão não é lógica ou moral; o problema é comportamental. Enquanto outros nos virem como uma fonte de choques, eles reagirão a nós como ao próprio choque — lógica, precisão e justiça não importando. Competição é inevitavelmente coercitiva; coerção produz afastamento, esquiva e, finalmente, contracoerção. Os vencedores de hoje se tornam os perdedores de amanhã; as leis do comportamento prevalecerão.

Somente alterando as contingências, as interações entre conduta e ambiente por meio das quais as leis comportamentais operam, começaremos a ver cooperação substituir contracontrole. Poderíamos realmente construir uma sociedade que desvaloriza a competitividade, reconhecendo-a como contraprodutiva em última instância? Ninguém sabe a resposta a esta questão, mas a análise do comportamento torna clara a dificuldade. Os efeitos destrutivos da competição e os resultados construtivos da cooperação são freqüentemente muito atrasados e a conduta é relativamente insensível a conseqüências atrasadas. Não achamos fácil agir agora se não vemos os benefícios imediatos.

E ainda assim, o problema não pode ser insolúvel. O que podemos fazer para ajudar a cobrir o espaço entra ação e conseqüência, para colocar o que estamos fazendo agora sob controle de seus resultados de longo prazo? O que iria nos fazer mudar uma atividade atual com base em suas conseqüências atrasadas, ainda que as conseqüências imediatas pareçam vantajosas? Pode-se apontar para pequenas indicações de que processos úteis realmente existem. A substituição da competição pelo compartilhar aparentemente teve algum sucesso nos *kibbutz* de Israel, em algumas comunidades utópicas e em outros grupos menos estruturados socialmente nos Estados Unidos e em outros lugares. Estas comunidades relativamente pequenas não resolvem o problema para todos, mas nem seus sucessos nem seus fracassos têm recebido a análise que merecem. Não nos beneficiamos das lições que elas têm para nós.

Alguns indivíduos também parecem fortemente orientados em relação ao futuro, sofrendo dificuldades presentes para tornar as coisas mais fáceis mais tarde. Muitos pais passam por desconfortos, inconveniências e até mesmo necessidades para guardar dinheiro para a educação de seus filhos; muitas pessoas privam-se de gratificação presente para fazer um seguro contra emergências, muitos economizam sua renda atual para prevenir-se contra a menor capacidade de obter recursos depois da aposentadoria; grupos ativistas

procuram deter o previsível esgotamento de recursos naturais, a destruição da camada atmosférica contra raios danosos e temperaturas extremas e a ameaça do holocausto nuclear. Que tipo de história comportamental foi necessária para que conseqüências muito atrasadas tivessem controle tão poderoso sobre a conduta desses indivíduos? A análise do comportamento está apenas começando a tentar responder a esta questão.

Na ciência, questões não-respondidas levam a experimentos. Dados tornam possível decisões bem-informadas. Com a sobrevivência da espécie em jogo, poder-se-ia esperar ver experimentação social sendo efetuada, não para provar qualquer ponto particular, mas para tornar disponíveis dados que serviriam de base para julgamentos sobre a validade de práticas sociais. Já sabemos o suficiente sobre coerção para ter certeza de que finalmente ela leva ao desastre, mas não sabemos se a espécie humana é capaz de existir sem mortal competitividade. Se a capacidade não existir, a questão estará automaticamente respondida; os humanos hão de se juntar a seus ancestrais na extinção. Se o potencial existe de fato, temos que descobri-lo e então explorá-lo.

Caridade. A inerente coercitividade da competição está suficientemente clara. Um resultado de competitividade desenfreada é o nosso mundo partido em possuidores e despossuídos, uma estrutura que agora se prova instável. A caridade institucionalizada e privada e as "redes de segurança" governamentais tentam prover níveis mínimos de apoio para os mais severamente privados, mas eles nem impediram o alargamento da lacuna econômica nem reduziram a ameaça de instabilidade social.

Uma solução muito defendida para o problema de uma sociedade dividida em dois é impor a igualdade por meio da redistribuição de toda a riqueza e recursos. Esta proposta toma uma de duas formas, ambas coercitivas: uma é simplesmente tomar todas as posses das duas metades e dividi-las entre os despossuídos; a outra é a pesada taxação pelo governo, o suficiente para prover estabilidade para todos. Aqueles que exigem uma destas soluções não as pensaram até seus resultados finais.

Redirecionar o desequilíbrio atual confiscando e redistribuindo, embora possa apelar para o sentido de justiça de alguns, não produzirá estabilidade. Dada a continuidade da competitividade, apenas veríamos ciclos repetitivos de concentração e subseqüente redistribuição forçada de riqueza. Quais são as contingências aqui? Vencer, embora seja recompensado de início, é finalmente punido;

perder, embora punido de início, é finalmente recompensado. Uma conseqüência destas contingências serão ondas crescentes de opressão severa crescente por parte daqueles que ganharam tudo e desejam mantê-lo e contramedidas crescentemente violentas por parte daqueles que nada têm a perder.

Tais ciclos de ganho e perda, perda e ganho simplesmente manteriam eternamente os grupos em disputa, primeiro um dominando e, então, o outro. Quão freqüentemente vimos este processo se repetindo no terreno da propriedade? O governo se apropria de toda a terra e a devolve para "o povo" — os pequenos agricultores. Não demora muito e alguns agricultores ganharam tudo para si e mais uma vez o governo e os ricos experienciam ataques violentos de proponentes revolucionários da reforma agrária. Podemos ver um processo semelhante se iniciando em nossas cidades, onde a falta de moradia popular está levando governos locais a impor pressões confiscatórias contra proprietários de terra. A ferramenta coercitiva produzirá apenas uma nova geração de monopolistas, aqueles que pegaram as menores parcelas e a juntam novamente para seu próprio benefício.

A política governamental de bem-estar, que pretende eliminar pelo menos os extremos de riqueza e pobreza, acabará em uma sociedade dividida em dois de um outro tipo, não mais satisfatória e produtiva e provavelmente não mais estável que a atual. Já podemos ver os primeiros resultados da segurança econômica, habitacional e de saúde que é provida independentemente de qualquer coisa que o indivíduo faça ou deixe de fazer — o que quer dizer, sem relação contingente entre conduta e conseqüência. O que se supõe vir a ser uma sociedade sem classes está a meio caminho de tornar-se uma nova estrutura de dois níveis, hospedeiro e parasita, freqüentemente visto na natureza, mas raro, em grande escala, entre humanos.

Isto não é um julgamento de valor, nem um ataque ao liberalismo. É uma conclusão que a análise do comportamento torna inevitável. Um estado de bem-estar viola a primeira lei da conduta: o que as pessoas fazem é ditado pelo que acontece. Naturalmente, outros fatores modulam esta primeira lei; conseqüências não agem isoladamente. Mas, é freqüentemente revelador examinar projeções que não reconhecem como fontes de interferência os processos básicos de reforçamento. Tais análises podem ser úteis por nos mostrar para onde nos dirigimos se não modificarmos as contingências.

No futuro , sem intervenção , quais são os dois níveis a serem esperados do compartilhar não-contingente de todos os recursos da comunidade e como surgirão estes dois níveis? Um lado da socieda_

de do bem-estar conterá produtores, ou outro, parasitas. Pessoas da classe trabalhadora irão se engajar interativamente em seu ambiente, mudando-o, deixando nele sua marca, construindo repertórios de conduta variados em resposta às contingências naturais e sociais; os trabalhadores levarão vidas produtivas e potencialmente satisfatórias. Aqueles da classe de parasitas receberão tudo em troca de nada, recostados com suas bocas abertas à espera de alimento, não interagindo com e, até mesmo, alienados de seus ambientes; os parasitas permanecerão infantis e não-produtivos. Este bem conhecido problema familiar, a criança mimada, há de se generalizar para toda uma sociedade.

Parasitas, com suas necessidades básicas satisfeitas, têm pouco incentivo para mudar. Por que ser um produtor quando outros estão dispostos a fazê-lo por você? Por quanto tempo os produtores vão se manter produtivos nestas circunstâncias? Por quanto tempo vão se manter dispostos a dividir, quando virem os frutos de seu trabalho desviado para aqueles que os obtêm simplesmente parando e esperando? A relação é inerentemente instável.

Problemas que se originam de acesso desigual aos recursos do mundo não serão resolvidos aplicando-se medidas cada vez mais severas para manter os despossuídos em seu lugar ou, simplesmente, entregando-lhes uma parte. Ambas as soluções abordam o problema ao contrário, tentando impedir contra-reações, seja eliminando os despossuídos, seja reforçando a passividade. Vimos que tentativas para eliminar comportamento são finalmente autoderrotadas. Caridade não-contingente pode ser igualmente devastadora, tornando doadores em hipócritas e recebedores em seres vegetativos.

A satisfação de nossas necessidades independentemente do que quer que seja que façamos ou deixemos de fazer tornar-nos-á essencialmente sem comportamento. Contingências ambientais geram novo comportamento; quando nossos atos produzem conseqüências, nós aprendemos. Quando essas conseqüências vêm independentemente do que quer que seja que façamos ou deixemos de fazer, nós ou não conseguimos aprender ou aprendemos, na realidade, a fazer nada.

Embora seja sensato e, freqüentemente, satisfatório compartilhar os frutos do sucesso com os menos afortunados, está longe de ser caritativo tornar este compartilhar não-contingente. Doar cegamente, em nome do humanitarismo, garante que aqueles que precisam de caridade porque não têm capacidades produtivas manter-se-ão incapazes. Não importa quão desagradável consideremos a noção de controlar os outros por meio de doação contingente, nós os con-

trolamos de qualquer modo — inadvertidamente, mas da mesma forma efetivamente — por meio de caridade que não está relacionada a qualquer coisa que eles aprendam ou consigam fazer. A caridade não-contingente produz e perpetua a pobreza.

Portanto, a caridade em si mesma não provê solução para os problemas que a coerção competitiva coloca. Manter as pessoas sem comportamento não é um favor para elas, as destrói. Uma classe social definida por incompetência e ignorância, com a conseqüente inabilidade de seus membros para deixar essa classe ou mesmo para se sustentarem a si mesmos dentro dela, finalmente tornará o restante da sociedade ressentido. Tendo sido forçados, em nome da humanidade, a se manterem no mesmo estado que os torna objetos de caridade, eles finalmente se tornam alvo de hostilidade e repressão.

Autodefesa e vingança. O poder das conseqüências imediatas garante que a coerção nunca desaparecerá completamente. O mundo é imperfeito e assim somos nós. Atingidos por choques, revidamos; esgotada a nossa paciência, por uma criança malcomportada, gritamos, estapeamos e espancamos; acometidos por pânico, pela violência dos outros, retaliamos; oprimidos por um poder insensato, um governo ambicioso, nos rebelamos e praticamos revanche sobre nossos antigos exploradores; ofendidos por e temerosos de conduta não-convencional, fazemos os não-conformistas "andar na linha, ou assumir as conseqüências"; desesperados por trabalhar incessantemente para nos afastar da pobreza, nos voltamos contra o sistema. É demais esperar de nós mesmos que saibamos reagir o mais efetivamente possível em cada situação, que saibamos agir sempre sabiamente não importa quais as pressões do momento. E, assim, nós sempre cometemos erros, fazendo aquilo que traz alívio imediato, a despeito, ou na ignorância, do que possa acontecer mais tarde.

Erros ocasionais não precisam nos preocupar. Uma repreensão ou um tapa de pais que são usualmente amorosos, preocupados e protetores provavelmente não causará qualquer dano. Crianças e alguns adultos estão sempre testando limites. Com um *background* de reforçamento positivo, uma punição defensiva aqui e ali provavelmente será tratada menos como um choque do que como um sinal de que um limite razoável foi ultrapassado. Os pequenos erros de momento cuidarão de si mesmos, conquanto que não os deixemos escapar de controle. De maior preocupação é a necessidade de defesa de agressão aberta e de alguns dos mais sutis ataques sobre as frágeis acomoda

ções que permitem às comunidades sobreviverem a despeito de interesses individuais em competição. Estes elementos coercitivos provavelmente não desaparecerão mesmo em uma utopia comportamental. Os pecados clássicos, favorecidos por pressões ambientais incontroláveis e por processos biológicos normais, sempre estarão conosco. Nenhum ambiente, não importa quão não-coercitivo, pode gratificar todo mundo e alguns sempre demandarão mais do que outros estão dispostos a dar. A privação é relativa; o que satisfaz alguns, deixará outros descontentes. Mesmo gêmeos idênticos não manterão exatamente os mesmos equilíbrios hormonais e ritmos biológicos, nem experienciarão exatamente o mesmo ambiente. Se reduzíssemos fuga violenta, esquiva e contracontrole, substituindo controle coercitivo por não-coercitivo, alguma coerção ainda deslizará por meio do processo de aculturação, colocando em perigo o resto. Autoproteção contra crime, engano, exploração, incompetência, ignorância e malícia sempre será necessária.

Temos de nos defender do ataque. Embora indivíduos possam efetivamente conter violência com não-violência, dar a outra face não funcionará para a sociedade como um todo. Mesmo quando nossa própria comunidade é culpada pela violência individual, não se pode esperar que mergulhemos na culpa e permitamos que a violência continue incontida. Autodefesa é a única justificativa inteligente para responder à violência com violência, a única função válida de guerras, prisões e pena de morte. Uma vez que nosso mecanismo de controle coercitivo tenha produzido contracontrole violento contra nós, temos de responder à agressão com nossos próprios métodos de contracontrole. Não poderíamos esperar agir de outra maneira; ninguém está acima das leis do comportamento.

Meramente escondemos esta verdade sobre nós mesmos, quando tentamos justificar prisões e pena capital afirmando que elas reformam criminosos e mantêm outros no caminho certo. Crimes capitais continuam a despeito da pena de morte e prisões produzem mais crime que previnem. A análise do comportamento torna claro porque as infrações continuam. Entretanto encarceramos ou assassinamos transgressores, racionalizando nossa própria violência, afirmando que estamos reabilitando aqueles que erraram, ou que estamos estabelecendo um exemplo que impedirá outros de trilhar aquele caminho, ou que estamos obedecendo a um imperativo moral.

Continuamos a justificar contraviolência como um método de correção e reeducação, a despeito de todas as evidências de que estes objetivos desejáveis continuam não-atingidos. Novamente,

olhar para as conseqüências pode tornar nossa conduta compreensível. O que conseguimos, simulando mandar transgressores para o cativeiro para seu próprio benefício ou afirmando uma justificativa moral para tirar a vida de um assassino? Estas autojustificações funcionam como um mecanismo de esquiva. A sociedade proclama que violência e assassinato são perniciosos; quando ela se compromete com a violência e ela mesma pratica assassinato, ela só pode reconciliar suas ações com seus padrões simulando estar fazendo alguma outra coisa. A cultura e religião ocidentais prescrevem vingança; a comunidade, praticando retaliação, disfarça isto em justiça. A persistência de uma postura moral diante de fatos contraditórios sugere fortemente uma camuflagem.

Ofensas não-violentas, usualmente não-ilegais, a doutrinas religiosas, a padrões de conduta sexual e de concepções tradicionais de relações maritais levam comunidades a uma fúria vingativa, invejosa ou ciumenta freqüentemente mais intensa do que suas reações à violência aberta; elas cerram fileiras na sustentação de leis que punem mulheres grávidas não-casadas, forçando-as a manter a gravidez até o final; elas censuram só aparentemente juízes que punem mulheres pela audácia de queixar-se que seus maridos as maltratam, e elas fecham seus olhos à perseguição baseada na preferência sexual. Ignorando a natureza retaliadora de suas leis, a sociedade assegura que a justiça retributiva continuará a dominar seu tratamento de agressores. Justiça passou a significar revanche.

A sociedade descobriria ser mais vantajoso dizer a ela como ela é. Justificar suas contramedidas repressivas e violentas como reações defensivas perfeitamente naturais. Reconhecer que prisões fazem apenas duas coisas: primeiro, concretizar retaliação, privando os transgressores de confortos, privilégios e liberdades; segundo, proteger-nos, tirando os agressores de circulação. Admitir que a perseguição é uma represália para a inveja, ciúme, medo que a conduta não-padrão origina.

Sua postura moral impede a comunidade de reconhecer o papel de suas próprias práticas coercitivas na produção de infrações das quais ela mesma terá que se defender. Suas justificativas autosustentadas afastam-na do exame das causas da conduta anti-social que ela quer impedir. Mantemos intocadas as práticas coercitivas que iniciam a violência e contraviolência, a infração e contra-infração recíprocas. E assim fechamos nossos olhos a absurdos.

Afirmamos que manter revólveres generalizadamente disponíveis é a única maneira de evitar os crimes que a disponibilidade de

revólveres torna possível. A propriedade privada de armas de fogo não evita crime, mas torna a vingança possível.

Julgamos adolescentes incapazes de decidir se sua gravidez deverá ser interrompida e, em vez disso, as forçamos a tornarem-se mães. A contradição óbvia sugere que revanche, não-competência, é a questão aqui.

Solicitamos que nosso tribunais decidam se a morte é uma punição permissível para qualquer um com menos de 18 anos que cometa um crime. Crianças — mesmo jovens adultos — pensam que são imortais, só pessoas velhas morrem. Dizer aos jovens que eles morrerão por um crime, não os deterá. Retirar seu toca-fitas portátil seria uma ameaça mais eficaz. Mas revanche é mais fácil que prevenção.

Apoiamos leis que proíbem assistência pública para a interrupção da gravidez, citando nossa relutância em pagar pela escolha privada que levou à gravidez não-desejada. Então, calmamente aceitamos os gastos muito maiores de manter a mãe e o filho. A hipocrisia aparece claramente se substituirmos "escolha" por "prazer"; a questão real é represália contra aqueles que se entregam a prazeres proibidos.

Voltamos nossas costas para jovens vítimas de incesto, freqüentemente justificando nossa inação apelando para a necessidade de proteger os direitos da família de controle e privacidade. Então, vamos em frente e culpamos a vítima por desejo de participação, ou mesmo por sedução; que ela freqüentemente tenha menos de 18 anos parece não invalidar estes argumentos. Práticas coercitivas são tão freqüentemente a norma que nossa sensibilidade foi embotada. Só recentemente, quando as vítimas passaram a ser meninos e os infratores os guardas e não os pais, os meios de comunicação têm suscitado indignação pública em relação ao que é considerado coerção inaceitável.

Acusamos a televisão de encorajar a violência, embora muito da violência da tela retrate práticas de cumprimento da lei ou torne explícita a intimidação-padrão, mas usualmente não-reconhecida, com a qual a comunidade conta para se proteger, ou exiba a contraviolência que é a regra, e não a exceção, nas relações nacionais e internacionais. Talvez crianças não devessem ser expostas à violência do mundo real, em idade precoce, mas iludimos a nós mesmos quando acusamos a televisão de criar a violência que ela apenas imita. Nós mesmos criamos a violência.

Se pudéssemos levar nós mesmos a admitir abertamente que aprisionamos e matamos transgressores para nos proteger, colocan-

do-os fora do caminho, e para exigir vingança, poderíamos descobrir ser possível olhar objetivamente para o que realmente ocorre nas prisões; poderíamos, então, torná-las verdadeiramente reabilitadoras. Admitindo que matamos assassinos para impedi-los de tomar mais vidas e para vingar as vidas que eles já tomaram, podemos então tirar o peso do dilema moral sem solução e enfrentar com determinação o que é necessário para a prevenção real. Reconhecendo a inveja e o ciúme que sustentam nosso sentido de deslealdade quando outros vão contra os códigos tradicionais de conduta, poderíamos nos permitir examinar o conteúdo coercitivo desses códigos, poderíamos, então, descobrir ser possível estabelecer os mesmos limites não-coercitivamente?

Admitir a necessidade de autodefesa não é vergonhoso, nem o é o reconhecimento da vingança como uma reação à coerção. A lei natural governa nossas ações quando outros nos dão choques. Tendo reconhecido isto, podemos revelar nossa auto-ilusão e ir adiante para fazer algo construtivo em relação às práticas coercitivas que nos tornam, por sua vez, objetos de contra-agressão e rancor.

16

Existe algum outro caminho?

Empatizamos com as pessoas que sofrem de dor e miséria e com aqueles que foram mutilados ou privados pela violência e pela repressão. O interesse pessoal nos lembra que, não fosse a sorte, poderíamos ter sido os sofredores em vez de sermos os simpatizantes. Por outro lado, também observamos e até mesmo invejamos o conforto que muitos coercedores desfrutam. Mesmo quando lastimamos o sofrimento das vítimas, o interesse pessoal nos diz secretamente que é melhor estar do outro lado. Será que o desejo de eliminar a coerção de nossas interações mútuas é apenas um viés pessoal, que não é mais legítimo que seu oposto? Certamente aí reside uma questão de valor, quer sejamos a favor ou contra o controle coercitivo.

Mas as objeções à coerção apóiam-se em outros fatores além das tendências emocionais. Os múltiplos produtos da punição e do reforçamento negativo nos fornecem bases racionais para concluir que estes tipos de controle contribuem para muitos problemas e enfermidades sociais. O sucesso imediatamente visível da coerção muitas vezes parece justificar seu uso, mas os efeitos colaterais não-pretendidos, que algumas vezes aparecem muito tempo depois, anulam o sucesso imediato. No final das contas, a coerção invalida

seus próprios objetivos. Os efeitos colaterais podem também possuir vida própria, continuando a produzir problemas muito depois das causas iniciais terem desaparecido. A observação e a experimentação sistemáticas tiram a discussão do domínio dos julgamentos de valor, impondo uma busca séria de alternativas.

A observação controlada da conduta no laboratório e em outros lugares forneceu princípios gerais e algumas técnicas específicas, mas a maioria dos problemas na sociedade em geral são intrinsecamente complexos. Pode ser difícil aplicar estes princípios e técnicas e avaliar seus efeitos. Mas os riscos são muito altos para continuarmos apostando nas soluções coercitivas que são, na melhor das hipóteses, bem-sucedidas apenas a curto prazo. Sabemos o que a coerção faz; é hora de examinar o que mais poderia ser utilizado. As sugestões que seguem não salvarão o mundo, mas pequenos começos podem modelar nosso próprio comportamento em novas direções.

Um princípio norteador

Já que o predomínio do controle coercitivo nos leva a aceitar a punição e a ameaça como naturais e inevitáveis, muitas vezes imaginamos que nossa única opção é o não-controle. Esta incompreensão básica do controle comportamental é um motivo para o fracasso geral da sociedade na exploração e no desenvolvimento de alternativas para a coerção. Ao descobrirmos e analisarmos as origens do comportamento cada vez mais complexo, somos obrigados a concluir que a ausência do controle é uma ilusão. A associação de influências hereditárias, biológicas, de pessoas e de lugares modelam tudo o que fazemos. A opção de escolha entre o controle coercitivo e o não-controle não está disponível. Uma vez que tenhamos nos libertado do mito do não-controle, opções genuínas realmente se evidenciam. Que tipo de controle queremos? Construiremos um ambiente social coercitivo ou não-coercitivo?

Reforçamento negativo, reforçamento positivo e punição são três fontes poderosas de controle comportamental. Os reforçadores negativos fortalecem quaisquer ações que os façam cessar ou desaparecer. Os reforçadores positivos fortalecem quaisquer ações que os tenham produzido. O único aspecto benéfico que o reforçamento negativo nos proporciona é um sentimento de alívio; alguma coisa ruim cessou ou foi-se embora. O reforçamento positivo nos deixa com algo que desejamos, ou em condição de fazer ou obter algo vantajoso, com comportamentos e recursos que nos ocupam produ-

tivamente e com sentimentos que não são de alívio, mas de satisfação. Somos punidos quando acontece alguma coisa que seria negativamente reforçadora se pudéssemos cessá-la — talvez o chefe que nos repreende após chegarmos atrasados ao trabalho — ou quando perdemos algo que seria positivamente reforçador se pudéssemos produzi-lo — o pagamento das duas horas que o chefe descontou.

Coerção é controle por meio de reforçamento negativo e punição. O reforçamento positivo realmente controla comportamento tanto quanto a coerção. Mas ele pode nos ensinar novas formas de agir ou manter aquilo que já aprendemos, sem criar os subprodutos típicos da coerção — violência, agressão, opressão, depressão, inflexibilidade emocional e intelectual, autodestruição e destruição dos demais, ódio, doenças e estado geral de infelicidade. Normalmente punimos com o intuito de evitar uma conduta que consideramos prejudicial, perigosa ou indesejável por outras razões. Justificamos a coerção em nome da educação, da civilização, da moralidade e da defesa própria. "É de pequenino que se torce o pepino"; "aqui se faz e aqui se paga"; "é preciso comer o pão que o diabo amassou para ser digno do reino dos céus"; "olho por olho, dente por dente"; "quem com ferro fere, com ferro será ferido."

Use o reforçamento positivo. Mas não precisamos punir para evitar ou impedir as pessoas de agirem mal. Podemos alcançar o mesmo fim com reforçadores positivos, sem produzir os indesejáveis efeitos colaterais da coerção. Uma maneira de impedir que as pessoas façam algo sem puni-las é oferecer-lhes reforçadores positivos por fazerem alguma outra coisa.

Provavelmente esta e a principal técnica prática não-coercitiva de controle do comportamento. Em vez de interromper uma conduta indesejada com um choque, fortaleça as ações desejáveis que substituirão a indesejável.

A aceitação da coerção é tão difundida que alguns acharão difícil acreditar que efetivamente poderiam influenciar os outros por meio de reforçamento positivo. Uma parte incorreta e muito difundida da sabedoria popular afirma que "a cenoura não tem utilidade a menos que seja apoiada pela vara". Mas se uma pessoa estiver faminta a cenoura fará o trabalho sozinha. A ameaça não é necessária. Nem é necessário oferecer a cenoura como um suborno. Qualquer um que já tenha recebido cenouras por se comportar de certa forma quando faminto, continuará agindo desta forma, quando estiver faminto.

Obviamente o reforçamento negativo e a punição não causam todos os problemas do mundo, nem o reforçamento positivo solucionará todos eles. Além disso, podemos não estar em situação de controlar estas importantes conseqüências da conduta alheia. Alguns argumentariam que tal controle, ainda que possível, não seria desejável, mas este argumento geralmente apóia-se no pressuposto de que todo controle é coercitivo. Ele não precisa ser. Tentarei ilustrar como o controle não-coercitivo poderia ajudar a minorar ou prevenir alguns dos problemas que a coerção realmente cria.

A análise do comportamento começou com alguns animais de laboratório pressionando barras para obter alimento e nos 50 anos seguintes produziu princípios comprovados experimentalmente e aplicações clinicamente verificadas em muitas áreas da conduta humana: ensino e aprendizagem em escolas para alunos normais e deficientes, educação superior, treino de habilidades, reabilitação criminal, doenças mentais, problemas do comportamento infantil, aconselhamento de casais, produtividade industrial, lixo em parques públicos, guagueira, auto-exame para detecção de câncer de mama, obediência a recomendações médicas, tabagismo, controle de peso e outros tantos. Uma a uma, todas estas áreas de problemas complexos demonstraram-se tratáveis e se não tiveram completa solução, pelo menos apresentaram uma melhora por meio dos métodos baseados no reforçamento positivo. Mais recentemente um sucesso considerável tem surgido na análise da economia, na formação de conceitos e na linguagem. Com esta história de reforçamento por seus próprios esforços, naturalmente os analistas do comportamento estão ansiosos por se lançar nas áreas de maior complexidade. Na realidade, não estarei, a seguir, tentando dizer ao mundo como resolver todos os seus problemas usando o reforçamento positivo. Estou simplesmente sugerindo um princípio norteador: o reforçamento positivo funciona e a coerção é perigosa.

Procurar algo para reforçar positivamente, em vez de concentrar a atenção em algo para punir, não é nossa maneira típica de interagir uns com os outros. Nossa educação não proporciona condições para isto. Pais, professores, policiais, terapeutas — todos aqueles cujo trabalho é influenciar os outros — aprendem a procurar por ações indesejáveis e, então, eliminá-las por meio da coerção. Raramente estas pessoas são ensinadas a procurar por ações desejáveis para, então, fortalecê-las com reforçamento positivo. As poucas pessoas que tipicamente utilizam o reforçamento positivo destacam-se. Professores, pais, líderes religiosos, políticos e outros que trabalham desta maneira são muito amados, embora controlem nossa conduta muito efetivamente.

Se considerarmos a punição como a única forma de influenciar os outros, então, é improvável que prestemos muita atenção a condutas desejáveis. Automaticamente adotamos uma abordagem destrutiva para controlar o comportamento. Tentamos eliminar um comportamento indesejável, sem perceber a possibilidade de que poderíamos nos livrar do comportamento indesejado pela simples construção de um novo comportamento para substituí-lo. Ou então, construímos um novo comportamento ensinando às pessoas como impedir ou fugir dos choques que lhes infligimos, deixando escapar a possibilidade de instalar a mesma conduta desejável reforçando-a positivamente. Se não perdermos de vista nosso princípio de orientação, encontraremos muitas ocasiões nas quais podemos alcançar os resultados que desejamos sem provocar os indesejáveis efeitos colaterais que acompanham a coerção.

O reforçamento positivo pode ainda produzir um efeito colateral notável. Se não demonstrássemos, pelo menos ocasionalmente, nosso apreço por aquilo que funciona e por aqueles que fazem as coisas funcionarem, facilmente nos convenceríamos de que o mundo é composto exclusivamente de corrupção, ineficiência e coação por meio da força. Um pouco de prática de reforçamento positivo ajudará a nos convencer de que vale a pena tentar salvar nosso mundo.

Quando surge um determinado problema as pessoas responsáveis por resolvê-lo deveriam reconhecer os perigos de tentar recorrer às "soluções" da coerção. Qualquer estadista, qualquer professor, qualquer empresário, qualquer funcionário e qualquer um que executa a lei deveriam analisar a situação comportamentalmente (ou deveriam mandar fazer esta análise) em busca de alternativas. As sugestões apresentadas a seguir pretendem apenas indicar como tais análises poderiam revelar caminhos de ação não-coercitivos. Embora não sejam tradicionais e até aqui não tenham sido testados, estes caminhos poderiam, por sua vez, conduzir a métodos mais eficazes para os principais problemas sociais. A princípio, procedendo por pequenos passos, aplicando medidas de autocorreção a cada passo e nos aproximando gradualmente de áreas com problema cada vez mais amplas podemos surpreender até mesmo os mais céticos, demonstrando que a complexidade por si própria não é um empecilho para a efetiva análise do comportamento.

O reforçamento positivo em casa

Tornamo-nos pais sem que ninguém nos tenha ensinado como dar conta desta responsabilidade. Aprendemos rapidamente

que as crianças fazem exigências especiais. Antes que possam falar, elas aprendem a expressar e impor o cumprimento de exigências pelos únicos meios de que dispõem. A princípio choram e gritam. Posteriormente, se ainda não aprenderam outras formas de comunicação, trocam o choro e o grito pela agressão, pela destrutividade e por outras formas mais sutis de mau comportamento. Estes comportamentos colocam a satisfação imediata de suas necessidades no primeiro lugar da lista de prioridades do adulto.

Até mesmo os bebês podem desenvolver um arsenal de práticas coercitivas. Reforçar tais práticas perpetam-nas quase sempre transformando crianças adoravelmente alegres em objetos dos quais fugimos, esquivamos e, mais, agredimos. Isso, freqüentemente em combinação com outros estresses, está por trás dos incidentes de abuso contra crianças, cada vez mais freqüentemente relatados.

A punição pode produzir a paz que pais desesperados necessitam — às custas dos inevitáveis efeitos colaterais — mas não oferece à criança qualquer caminho alternativo de ação, nenhum caminho para adaptar-se construtivamente. Proporcionar uma diversão no lugar de uma punição faria a criança interagir alegre e produtivamente com o meio ambiente. Em vez de repreender ou isolar uma criança chorosa, muitas vezes podemos parar o choro com a apresentação de um brinquedo. Os pais que reagem não com a punição, mas oferecem às suas crianças oportunidades para o recebimento de reforçadores positivos, deparam-se com crianças felizes, autoconfiantes e competentes. As famílias que praticam reforçamento positivo desfrutam de um benefício adicional: raramente surgem motivos para punição.

Se os reforçadores positivos tornam-se disponíveis sempre que uma criança age mal, isto não transmite uma mensagem? Será que a criança não aprenderá a comportar-se mal, a agir mais vezes desta forma? Realmente isto acontece. Qualquer pessoa que tenha refletido sobre esta possibilidade está no caminho certo para um entendimento proveitoso de como a conduta é controlada. O princípio foi apreendido com precisão por uma tira de quadrinhos que apresentava uma criança dizendo para a outra: "Meus pais não prestam muita atenção em mim, mas eles são legais. Tudo o que eu preciso fazer é dizer 'blip' e eles me dão tudo o que eu quero." Utilizado inabilmente, o reforçamento positivo pode fortalecer conduta que é tão indesejável quanto quaisquer efeitos colaterais da coerção. Se nunca damos atenção, afeição e outros reforçadores, exceto quando nossas crianças comportam-se mal, o resultado será mau comportamento contínuo. Não é difícil criar monstrinhos. En-

tretanto, se o reforçamento positivo geralmente predomina na família, o mau comportamento ocasional permanecerá exatamente assim — ocasional; as crianças aprenderão que não precisam pintar o sete para fazer com que atendamos aos seus desejos.

Pais atentos aprenderão a reconhecer sinais de problemas iminentes. As crianças geralmente não irrompem em mau comportamento sem terem dado sinais de que as coisas não vão bem. Elas podem reclamar, agarrar, rejeitar os brinquedos e as atividades favoritas, irritar o irmão mais novo ou mostrar várias formas de negativismo que caracteristicamente precedem um distúrbio. Pais atentos não esperarão pelo distúrbio, mas tentarão fazer com que a criança faça algo bom e então manterão este comportamento com reforçamento positivo.

Distribuídos inabilmente, os reforçadores positivos podem causar problemas. A distribuição de reforçadores independentemente daquilo que a criança faz, ensinará a criança que qualquer coisa funciona. O resultado extremo do prêmio completamente incondicional é a criança mimada, que pode continuar assim até a idade adulta. Todos conhecemos adultos mimados, que esperam que tudo lhes seja dado, não importa o que tenham ou não feito, que agem como bem entendem, sem se importar com as conseqüências que suas ações possam trazer para os demais.

Obviamente não queremos ter com nossas crianças apenas um relacionamento do tipo "você coçou as minhas costas, eu coçarei as suas". Queremos usar reforçadores positivos para ensiná-las a ter uma vida produtiva e feliz, mas sem fazê-las sentir que sempre precisam fazer algo especial para obter nosso amor e nossa proteção. Queremos que elas se sintam seguras, que saibam que essa proteção e afeição — todo o conjunto de reforçadores — estarão ainda disponíveis mesmo se eles fizerem algo errado. Temos que encontrar o equilíbrio. Temos que manter as contingências positivas e ao mesmo tempo gerar confiança e segurança. Nossas crianças devem saber que podem contar conosco mesmo se não conseguirem enfrentar uma contingência com êxito.

Ninguém nos ensina como fazer isto. Mas, se aprendermos que os relacionamentos desabrocham com reforçamento positivo, pelo menos saberemos procurar por formas não-coercitivas de produzir segurança e autoconfiança em nossas crianças, mesmo enquanto estivermos mantendo as contingências. Enquanto considerarmos a coerção necessária, não nos questionaremos a este respeito. A análise do comportamento não fornece fórmulas quantitativas,

mas realmente formula o problema em termos que permitem sua solução.

O segredo é estabelecer contingências realistas que a criança possa enfrentar. Não exija coisas complexas muito cedo. Não há nada que produza segurança e autoconfiança como o sucesso. Além disso, distribua reforçadores autênticos, conseqüências que satisfaçam a criança e não apenas aos pais. Às vezes, um afago na cabeça não é suficiente, pode ser necessário um abraço caloroso. E às vezes, um biscoito será mais eficaz que um beijo. Finalmente, os inevitáveis fracassos deveriam ser usados como oportunidades para ensinar e não para punir. Por si só, o ensino deveria ser uma interação reforçadora tanto para a criança como para seus pais.

Às vezes as coisas parecem ter ido longe demais para serem tratadas de outra forma que não a punição. A criança nos enfurece com suas lamentações, os acessos de raiva estão se tornando assustadores, seus empurrões no bebê estão levando nossa paciência ao limite. O que devemos fazer? Primeiro, verifique o que a criança tem ganhado por agir desta forma; esses reforçadores estão mantendo suas ações. Suas queixas lhe proporcionam qualquer coisa que queira, seus acessos de raiva a tornam o foco de atenção, ser malvada com o irmãozinho mantém a mamãe constantemente atenta.

Deveríamos apenas parar de lhe fornecer esses reforçadores? Apenas ignorá-la? Esta é uma sugestão comum, mas ela não funcionará. As crianças encontram meios censuráveis para obter reforçadores porque não podem obtê-los de outra forma. Elas precisam desses reforçadores. Em vez de ignorar a criança dê a ela esses mesmos reforçadores quando fizer alguma outra coisa. Em vez de esperar que ela choramingue antes de ler uma história para ela, leia quando ela estiver brincando calmamente por algum tempo, em vez de esperar que ela bata a cabeça contra a parede para obter atenção, aplauda e elogie-a quando ela recita um verso, dança ou brinca construtivamente, mesmo quando estiver ocupado com outras coisas mantenha um contato freqüente com a criança, inspecionando suas atividades e interagindo com ela; não faça com que ela ameace o bebê para interagir com ela.

É claro que as coisas podem ir longe demais. Às vezes preocupados, às vezes sem compreender, cometemos erros e acabamos tendo de lidar com uma descarga emocional que possivelmente nenhum tratamento sensato pode resolver. E, também, surgem emergências que precisam ser resolvidas imediatamente, senão alguém sairá machucado. Na verdade, a punição pode ser necessária para colocar um fim rápido a uma situação perigosa. Essas ocasiões não

são preocupantes. Em um relacionamento baseado em reforçamento positivo forte e freqüente, uma punição esporádica não causará prejuízo alguma a longo prazo. Entretanto, se esses erros ou emergências começam a ocorrer freqüentemente, eles são sinais de perigo, indicando um relacionamento que está se deteriorando.

O reforçamento positivo não serve apenas para crianças. O apoio afetivo, a ajuda, a bondade e todas as amabilidades e responsabilidades recíprocas da vida conjugal manterão a continuidade de um casamento. Mas, o amor que é dado sob coerção somente manterá a continuidade da coerção. Esperar ser coagido a fornecer reforçadores é o mesmo que pedir para ser coagido. Como pais que garantem o mau comportamento de seus filhos por reforçá-lo, esposos que se submetem a um companheiro, ingrato e violento trarão mais exigência, ingratidão e violência sobre si mesmos. Não deveria haver surpresa quando um esposo coagido, aproveitando-se de qualquer oportunidade de reforçamento negativo, foge para braços mais compreensivos. Quantos alcoólatras e pessoas que trabalham em excesso e compulsivamente, viciados em drogas e televisão são, na realidade, fugitivos da coerção conjugal?

O amor não-contingente também pode mimar um adulto tão eficientemente quanto mima uma criança. Em qualquer idade, o amor que é sempre dado incondicionalmente ensinará quem o recebe que "dar é uma rua de mão única". Os pais ou avós que desfrutam de todos os benefícios da família sem terem que fazer sua parte podem tornar-se egocêntricos, ingratos, desatenciosos e geralmente coercitivos, exigindo cada vez mais atenção para suas próprias vontades.

Os idosos precisam de reforçamento positivo tanto quanto as crianças para construir e manter seu próprio senso de segurança e valor. Pais jovens, cujos filhos precisam deles, podem receber reforçamento positivo quase automático, do progresso de seus filhos, mas seus próprios pais podem ocupar uma posição anômala. Filhos mais velhos, não mais dependentes, podem ainda dedicar todo respeito e consideração aos pais, mas sem pedir nada em troca. A menos que os mais velhos tenham uma vida própria bem-sucedida e reforçadora, um imenso vazio pode surgir em sua existência. Não sendo mais necessários — sem a comunidade para lhes demonstrar admiração pelo que podem fazer — eles terão poucos motivos para se comportar. Eles podem acabar deprimidos e descuidados.

Não adianta tratar os mais velhos apenas com respeito e bondade, sem nada pedir a eles. Eles precisam dos reforçadores positivos que sempre vieram do uso de suas habilidades e das inte-

rações que elas tornavam possíveis. Peça-lhes conselhos, o auxílio de sua influência, sua ajuda no cuidado das crianças, na administração das finanças da casa, nas tarefas da cozinha, nos transportes, nos consertos, no jardim, nas ligações telefônicas, na correspondência e nas outras obrigações familiares; encoraje e registre recordações e dados da história familiar, faça com que eles participem das viagens familiares. Mesmo a senilidade de ordem fisiológica pode ser melhorada em certo grau, por meio de solicitações e até mesmo exigências que eles possam atender com êxito. A perda de oportunidades para obter reforçadores positivos equivale ao choque inevitável, uma forma de punição não-contingente à qual sem saber submetemos nossos idosos.

O reforçamento positivo em instituições

Aqueles que representam ameaças para si mesmos ou para a sociedade em geral, freqüentemente, são entregues às instituições. Ali, permitimos a eles apenas relações sociais limitadas, privamos os mesmos de liberdade de movimento e de oportunidades de tomar decisões; proibimos, ainda, a maioria das comodidades que eles desfrutariam no mundo exterior. Freqüentemente justificamos estas instituições como instrumentos para mudanças benéficas: "escolas" para deficientes supostamente ensinam a seus alunos novas habilidades para ajudá-los a superar suas limitações, "hospitais" para doentes mentais supostamente curam-nos, "instituições" correcionais supostamente reabilitam infratores.

Entretanto, a localização destas instalações em áreas relativamente despovoadas e de difícil acesso (pelo menos inicialmente, antes que as cidades ou subúrbios tenham crescido à sua volta) indicam o que realmente pretendemos com elas. Espera-se que elas mantenham o retardado, o louco e o criminoso fora de circulação. Entregamos estas instalações "humanas" a membros de profissões assistenciais — médicos, enfermeiros, psicólogos, analistas do comportamento, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores, assistentes sociais e funcionários penitenciários — e lavamos nossas mãos dos problemas.

Seu isolamento geográfico, seus muros, grades, portões e torres de segurança e a tendência pública de ignorar o simples fato de sua existência deixam essas instituições quase que completamente sem controle externo. Sejam quais forem os impulsos humanitários que possam de início ter gerado seu estabelecimento, sua isenção da obrigatoriedade de prestar contas ao público transforma a

maioria delas em um pouco mais dos que depósitos para os socialmente desajustados. As prioridades imediatas das equipes de funcionários, a conveniência administrativa, a docilidade do interno e a obediência às normas e regulamentos substituem os objetivos educacionais, terapêuticos ou correcionais de longo prazo. A coerção torna-se a técnica preferida para fazer os internos "se comportarem".

Uma instituição que funciona principalmente para o benefício do corpo de funcionários dá pouca importância aos nocivos efeitos colaterais da coerção. Desta forma, encontramos a predominância da coerção no tratamento de pessoas retardadas, dos doentes mentais e de criminosos de todos os tipos. Quando a pressão pública ou judicial por reforma surge efetivamente, ela é efêmera e geralmente ineficaz, já que concentra a atenção nas instalações físicas e nos procedimentos administrativos. Raramente uma investigação avalia de fato a racionalidade e a aplicação das técnicas de controle do comportamento. Por causa da incompreensão e da incompetência, alguns dirigentes institucionais e membros das profissões assistenciais deturpam e alteram o conceito de reforçamento, tornando-o irreconhecível, tentando transformar até mesmo o reforçamento positivo em um instrumento de coerção.

O uso incorreto da privação. Aqueles que designamos para posições de controle sobre nós mesmos e sobre os demais — professores, militares, carcereiros, policiais, funcionários públicos — estão tão acostumados com a coerção que freqüentemente não podem compreender outro meio. Se tentam o reforçamento positivo, seu primeiro impulso é subtrair alguma coisa de seus controlados, de modo que possam devolvê-lo em troca de "bom comportamento". Isto é exatamente o que acontecia em alguns sistemas penitenciários abomináveis que afirmavam estar utilizando reforçamento positivo. Eles impunham o confinamento em prisão solitária aos detentos e então os deixavam sair por curtos períodos, desde que eles demonstrassem o arrependimento adequado; os privavam de alimentos e, se eles agissem com subserviência, distribuíam-no em pequenas porções; negavam-lhes a privacidade e, então, davam-lhes uns poucos instantes de intimidade se eles não tivessem sido vistos envolvendo-se em intercâmbios sociais suspeitos com outros prisioneiros; davam aos detentos tarefas domésticas e os transferiam para um trabalho mais agradável se eles a executassem sem reclamação e resistência. E então, a qualquer deslize, real ou imaginário, voltavam a impor as privações.

É claro que tais técnicas são completamente coercitivas. Elas são baseadas na privação socialmente imposta e na fuga e esquiva que tal privação gera.

A punição por meio de choques ou de privação torna a fuga reforçadora. Se privamos prisioneiros, alunos, crianças ou outros de suas necessidades, direitos e privilégios básicos para criar reforçadores, esses reforçadores são negativos e não positivos. Eles podem servir temporariamente para manter a ordem em pavilhões penitenciários, quartéis e salas de aula, mas também produzirão os efeitos de longo prazo do controle coercitivo.

Contudo, a privação de fato contribui para a efetividade dos reforçadores positivos: temos pouco interesse por comida logo após uma boa refeição, mas a comida influencia poderosamente nossas ações quando a hora da refeição se aproxima; o apetite sexual dos marinheiros, após uma longa viagem no mar, é lendário; embora os indivíduos variem muito, o que fazem para ganhar dinheiro e o que fazemos com o dinheiro ganho depende muito da quantidade de dinheiro que já possuímos. Entretanto, embora a privação torne os reforçadores positivos mais fortes, ainda assim não é necessário impor privações deliberadamente para fazer uso de reforçadores positivos. Ninguém tem o suficiente de tudo; geralmente não é necessário muito extra para descobrir os reforçadores que já são eficientes sem privação adicional.

Minha preocupação aqui é o uso da privação como instrumento de coerção. Em certos casos extremos, a privação por um breve período pode produzir conseqüências desejáveis que não são possíveis de alguma outra forma. Depois que todos os outros já desistiram ainda se pode conduzir uma criança retardada no caminho da aprendizagem efetiva. Primeiro, deixe-a com fome, então, use o alimento como reforçador para algum comportamento básico, como comer sozinho ou seguir instruções simples. Uma vez que a criança tenha aprendido esses comportamentos, poder-se-á desenvolver outros reforçadores e suspender a privação de alimento. Em casos de retardo extremo, ou quando um tratamento anterior incompetente tornou uma criança insensível aos métodos-padrão de instrução, tanto a criança como a comunidade acharão a privação temporária benéfica.

Mesmo nessas ocasiões, usa-se a privação apenas para aumentar a atratividade de um reforçador positivo e não para punir o comportamento insatisfatório. Uma vez que a criança aprenda algum comportamento adaptativo, rapidamente se interrompe a privação, sem ameaçar utilizá-la novamente. Retirar alimento, bens, pri-

vilégios ou direitos, apenas de forma que eles possam ser devolvidos em troca de bom comportamento e então tirados novamente para punir mau comportamento, subverte o princípio do reforçamento positivo. Qualquer um que use privação dessa maneira pode esperar que os controlados fujam, defendam-se e exerçam contracontrole exatamente como reagiriam a qualquer sistema coercitivo.

É muito mais efetivo tirar vantagem das privações que ocorrem naturalmente. Muitas existem mesmo sem a intervenção social: é assim que o mundo funciona. Alimento, sexo e outras privações biologicamente determinadas são inatas. Sem torná-las ainda mais severas do que seriam no curso normal das coisas, quase sempre podemos fazer bom uso destas privações, ensinando habilidades básicas para iniciantes e para aqueles com deficiências de aprendizagem.

À medida que se aproxima a hora da refeição, por exemplo, o alimento se torna um reforçador cada vez mais forte. Pessoas retardadas e algumas das mentalmente doentes parecem sensíveis a apenas um pequeno número de reforçadores, mas o alimento é um dos mais seguros. O uso do alimento como reforçador nas horas da refeição é uma forma poderosa e comprovada de ensinar habilidades básicas aos mentalmente retardados. Ele é igualmente útil no ensino de crianças normais.

Este tipo de ensino não requer que privemos nossos alunos das refeições se eles não aprenderem. Métodos de ensino que garantem a aprendizagem estão atualmente disponíveis, assim não é necessário que refeições sejam perdidas por causa do ensino malsucedido. Mesmo que ainda não tivéssemos desenvolvido um programa institucional completamente eficiente, alunos com dificuldade de aprendizagem não precisariam ficar com fome. Enquanto aperfeiçoamos nosso plano institucional sempre podemos deixá-los ganhar uma refeição completa pela repetição daquilo que eles aprenderam anteriormente.

Por fim, a conduta aprendida durante as refeições permite aos alunos retardados atuar de maneira adaptativa também em outras ocasiões. Suas habilidades recém-descobertas — carregar uma bandeja do balcão de serviços para a mesa, utilizar um garfo e uma colher, escolher a comida oferecida dizendo "por favor" e "obrigado" — tornam possível levá-los a restaurantes e lanchonetes. Nesses locais, novas escolhas tornam-se disponíveis e eles experienciam novos ambientes. A caminho do restaurante habilidades de viagem podem ser ensinadas. Seu mundo começa a se ampliar.

Dessa forma, novos reforçadores tornam-se efetivos à medida que eles aprendem como interagir com diferentes ambientes e com

pessoas que são importantes para eles. Eles aprendem a reconhecer sinais de aprovação como precursores de outros reforçadores, de forma que as reações das pessoas tornam-se significativas, tornando-se reforçadoras por si só. Quando isso acontece, os reforçadores positivos, como o alimento, não precisam estar sempre imediatamente disponíveis, o atraso da gratificação torna-se possível. O alimento, um dos poucos reforçadores efetivos a princípio, desperta esses internos aparentemente sem repertório da instituição local para retardados. Em breve, estaremos aptos a abandonar o alimento e a usar reforçadores recentemente aprendidos para ensinar comportamentos mais complexos.

Time-out e seus abusos. Uma forma discutível de punição nas instituições para retardados e doentes mentais é o procedimento de *time-out*. O que é *time-out*? O que ele faz? Será que ele difere de forma significativa de outros tipos de punição?

A característica básica de um *time-out* é a retirada de reforçamento positivo. Isto geralmente significa retirar alguém fisicamente de um ambiente que torna disponível os reforçadores positivos para outro local onde nenhum reforçamento é possível. Na prática, *time-out* pode variar entre colocar uma criança desordeira num canto até a colocação de um paciente violento na solitária — a clássica cela acolchoada. A retirada do reforçamento positivo é tão coercitiva quanto a aplicação de um choque, mas já que o *time-out* não inflige dor é freqüentemente justificado como um tipo de punição benigna.

Este raciocínio equivale a justificar o uso de drogas no lugar das camisas de força, cordas ou correntes para imobilizar um paciente rebelde. A crueldade encontra-se menos no método do que no resultado. O isolamento, a restrição física e a restrição química tiram as vítimas do contato com todos os reforçadores que tornam a vida significativa e preciosa; as drogas os transformam em zumbis e as celas acolchoadas os transformam em maníacos selvagens. Os dois tipos de punição colocam um fim a toda a aprendizagem, exceto por várias formas de fuga e esquiva que servem como mecanismos de contracontrole. Quando o poder das autoridades é grande demais para represália ou fraude, a depressão assume o lugar.

Freqüentemente, esquece-se que até mesmo um *time-out* relativamente moderado somente será um punidor eficaz se o punido for retirado de um ambiente positivamente reforçador. É a isto que o nome *time-out* se refere, ele significa um período sem reforçamento. A remoção de uma criança disruptiva para um falso *time-out* não impedirá distúrbios futuros a menos que a situação original fosse

reforçadora, em primeiro lugar. Se não, retirar a criança dessa situação pode realmente reforçar o comportamento disruptivo.

E então, quando removemos a criança, nossa interação pode proporcionar reforços positivos mais forte do que qualquer coisa que a criança estava obtendo na situação original. Quando isto acontece, o próprio *time-out* torna-se um reforçador positivo, tornando o comportamento disruptivo futuro ainda mais provável. Fortaleceremos a mesma conduta que pretendemos punir.

Uma criança que precisa ser repetidamente colocada em *time-out* está nos enviando uma mensagem: "Eu não gosto daqui, preferiria que você me carregasse, gritando e esperneando, até o quarto vazio ao lado, onde você terá que sentar comigo e me abraçar para evitar que eu bata a minha cabeça contra a parede." Nossa resposta a essa mensagem precisa ser um exame de nossa própria conduta.

Se estávamos tentando ensinar, provavelmente descobriremos que não fomos bem-sucedidos. Já que nosso aluno não aprendia, fomos incapazes de aplicar o reforço e nosso aluno encontrou outros caminhos para "ter sucesso". O remédio não é colocar a criança em *time-out*, eliminando oportunidades adicionais de aprendizagem, mas revisar nosso método de ensino. Volte até a última coisa que a criança aprendeu com sucesso, de modo que o reforçamento positivo torne novamente possível que se comece tudo de novo. Desta vez, avance mais lentamente e tire vantagem dos mais recentes métodos disponíveis para reduzir e até mesmo eliminar os erros do processo de aprendizagem.* de aprendizagem.

---

* Uma vasta literatura técnica mostra que os erros não são uma parte necessária do processo de aprendizagem, mas os analistas do comportamento ainda não ofereceram este material em uma linguagem mais acessível para leigos. A modelagem do comportamento — ensinar novo comportamento reforçando gradualmente aproximações sucessivas ao que é desejado — pode transformar o método de tentativa e erro em tentativa e sucesso no ensino de habilidades motoras tais como a produção de sons em instrumentos musicais ou a pronúncia de palavras. O ensino de seqüências longas de ações tais como amarrar sapatos, soletrar palavras ou programar computadores pode avançar sem erros se o professor parte do final da seqüência e trabalha de trás para frente. Com a modelagem ambiental habilidosa — ensinar novas relações entre comportamento e ambiente, mudando gradativamente o ambiente de formas familiares para desconhecidas — as crianças podem aprender sem erros a copiar, escrever e dizer as letras do alfabeto; estudantes de medicina podem aprender a estrutura básica do sistema nervoso sem cometer nenhum erro, de modo que a princípio acharão difícil acreditar

Mais freqüentemente do que se pode imaginar, até mesmo as crianças clinicamente diagnosticadas como hiperativas participarão construtivamente na sala de aula por longos períodos, não causando agitação ou distração contanto que estejam sendo reforçadas pela aprendizagem bem-sucedida. O ensino efetivo tornará desnecessário punir a criança por seu comportamento.

As prisões como ambientes de aprendizagem. Algumas privações não-biológicas são socialmente impostas. Um professor também pode usar estas privações sem que elas sejam deliberadamente impostas. A maior parte dos jovens presos em reformatórios tem repertórios de comportamento empobrecidos. Desde o princípio, mesmo antes de suas prisões, eles possuíam apenas um conjunto restrito de habilidades adaptativas. Muitos reforçadores estavam fora de seu alcance e outros eram desconhecidos. Eles eram efetivamente tão privados como se tivéssemos deliberadamente retirado a comida, o abrigo, o suporte financeiro e todas as possibilidades de alcançar as formas de sucesso que a educação e o treino tornam possíveis.

Isto não quer dizer que a criminalidade está restrita aos pobres ou aos socialmente marginalizados. Delitos graves ocorrem em todos os níveis econômicos e sociais. Mas os lares e as comunidades que sofrem as mais severas privações sociais e econômicas, e ao mesmo tempo não possuem tradição de ascensão econômica, também reproduzem em larga escala as formas mais visíveis de criminalidade juvenil. Tais comunidades não valorizam — não fornecem reforçadores para — a conversa sobre quaisquer assuntos que não sejam as necessidades básicas, não lêem mais do que anúncios e manchetes de jornal, não escrevem nada além de suas assinaturas e talvez alguns palavrões próprios para pichação, ou não calculam mais do que as operações mais elementares com dinheiro. Nas regiões carentes, os jovens tornam-se adultos incapazes de conversar, ler, escrever ou fazer contas. O preenchimento de formulários e as entrevistas de emprego estão fora de cogitação. As ambições são necessariamente limitadas à resolução imediatamente previsível de

---

que realmente estão aprendendo algo. Procedimentos que estabelecem relações de eqüivalência entre palavras faladas, palavras escritas e figuras proporcionam às crianças vocabulários simples de leitura e de linguagem que nunca foram explicitamente ensinados e que elas utilizam corretamente mesmo na primeira vez. Ensinar sem erros é uma área ativa de pesquisa, com novos métodos e aplicações em rápido desenvolvimento.

contingências coercitivas impostas de um lado pela lei e de outro pelas privações causadas pela incapacidade. Suas vidas giram em torno de reforçadores que estão restritos ao alimento, abrigo, álcool, sexo, drogas e dinheiro para adquiri-los. O que eles aprendem, na verdade, é o caminho mais seguro — às vezes o único viável — para a obtenção de reforçadores básicos: tirá-los de outras pessoas.

Quando estes jovens fracassam são enviados para as instituições "correcionais" que devem "reformá-los". Após cumprir suas penas eles geralmente voltam para seus antigos territórios, sem terem aprendido qualquer coisa que pudesse ajudá-los a sair daquele ambiente e até mesmo inconscientes da desejabilidade desta mudança. Se eles tiverem sido de alguma forma reformados, isto terá acontecido por meio de um aprimoramento de suas habilidades para escapar da captura.

Muitos realmente são capturados novamente. A ameaça de prisão não foi suficiente para impedir suas primeiras ações ilegais e o próprio confinamento não impede sua repetição. Esses fracassos devem ser esperados; o controle coercitivo não deixa alternativa para o infrator que carece de certas habilidades socialmente desejáveis. As privações impostas dentro dos muros das prisões dificilmente são mais severas do que os conhecidos rigores de fora. Jogados de volta ao mesmo e antigo cenário, sem um novo modelo de comportamento e desta vez rotulados como criminosos, sujeitos a restrições ainda maiores, por que, então, dever-se-ia esperar que eles agissem de modo diferente do que agiram antes?

A criminalidade é um problema complexo — na realidade, engloba muitos problemas diferentes e com muitas raízes. Mas em todas as suas variações ainda é comportamento. Nossa preocupação não é com o conceito abstrato "criminalidade" mas com as ações criminosas. Poderia se mostrar incorreto pressupor que as ações criminosas são sujeitas aos mesmos princípios que controlam todos os tipos de comportamento. Entretanto, dadas as extensões bem-sucedidas da análise do comportamento para outros tipos de conduta humana complexa, não podemos negligenciar essa importante classe, apenas por causa de noções preconcebidas que possuem pouca ou nenhuma base empírica. Certamente, reduzir a incidência da criminalidade por meio do replanejamento dos ambientes que a originam é uma tarefa infinitamente complexa. Raramente é possível obter o controle necessário dos reforçadores cruciais, eliminar os reforçadores negativos em uso e substituí-los pelos positivos. Portanto, não ousamos eliminar nossas prisões.

Contudo, não importa como alguém se sinta quanto à desejabilidade do aprisionamento, seu fracasso em impedir a repetição do crime representa oportunidades perdidas ou até mesmo tragédias. Prisões e reformatórios controlam reforçadores em uma extensão que não é permitida no mundo exterior. Enquanto os infratores são temporariamente incapazes de se engajar nos atos que os levaram para a prisão é possível usar o reforçamento positivo para ensinar a eles formas mais aceitáveis e adaptativas de conduta. Antes de deixar a prisão, o infrator poderia ser preparado com novas opções e meios legais de sobrevivência. A redução do número de infratores reincidentes também reduziria a crescente necessidade de novas prisões.

O uso do confinamento como oportunidade de educação alcançou tão pouco sucesso que os profissionais responsáveis pelo cumprimento da lei vêem esta noção com ceticismo quase total; os proponentes da teoria são "ignorantes bem-intencionados". Contudo, a falta de sucesso e o ceticismo daí resultante originam-se da falsa noção de que o ensino somente pode ser realizado por meio da coerção, particularmente, quando os alunos são "criminosos". A maioria dos programas educacionais dentro de prisões fracassou porque baseava-se no controle coercitivo. Com o reforçamento positivo é possível realizar correções verdadeiras em trajetórias de vida maldirigidas. Além disso, um programa de reforçamento positivo autêntico, instituído antes que os jovens tenham se tornado infratores habituais, no final das contas, custa consideravelmente menos do que sustentar o sistema-padrão de controle coercitivo.

Isto não é apenas teoria impraticável. O reforçamento positivo tem sido usado com êxito para substituir por habilidades construtivas a incapacidade de infratores juvenis, tornando novos reforçadores disponíveis para eles, pela primeira vez. Um extraordinário projeto de demonstração, que mostrou a eficácia de um sistema de reforçamento positivo bem-elaborado e competentemente administrado foi completamente ignorado pelos profissionais da ciência comportamental e do cumprimento da lei. Neste projeto novas habilidades permitiram que, ao deixar a prisão, os jovens ingressassem em novos ambientes sem entrar em conflito com a lei. As técnicas para levá-los ao sucesso não são difíceis. Todos os funcionários correcionais deveriam ser treinados a usá-las.*

---

* H. L. Cohen e J. Filipczak. *A new learning environment*, São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1971.

O projeto proporcionou cursos para os prisioneiros, começando com leitura básica, escrita, conversação, cálculo e memória e então prosseguiu para habilidades mais avançadas que empregavam esses pré-requisitos. Os conteúdos e as seqüências dos cursos foram cuidadosamente programados. A garantia de que cada curso preparava o aluno para o seguinte e a exigência de notas altas para que eles pudessem avançar asseguraram o sucesso — reforçamento continuado. Ninguém era forçado a fazer os cursos, a punição não ocorria para quem preferisse a rotina usual da prisão, em vez de participar.

Não era suficiente apenas proporcionar os cursos. Afinal, se os prisioneiros nunca tinham experienciado os benefícios que as habilidades acadêmicas básicas podem trazer, por que deveriam estar interessados em participar? Portanto, de início, foram necessários reforçadores artificiais até que as novas habilidades dos alunos os colocassem em contato com conseqüências mais naturais. Nesta altura, um aspecto crucial do sistema, reforçamento positivo pela aprendizagem, entrou em cena.

Para que os prisioneiros se engajassem, o projeto pagava-os para aprender. Isto tornou possível àqueles que se engajaram no processo de aprendizagem a obtenção de coisas que, do contrário, não estariam disponíveis de modo algum, independentemente de como agissem na prisão. Notas altas no exame beneficiavam o aprendiz com um espaço privativo. Embora a princípio escassamente mobiliado com uma mesa, uma cadeira, uma prateleira de livros e uma lâmpada — artigos que tornavam viável a continuidade do estudo — o espaço poderia ser posteriormente equipado, de acordo com as preferências pessoais e recursos do proprietário. De que maneira esperava-se que eles obtivessem esses recursos? Depois de conseguir o espaço, eles podiam então obter créditos por continuar mostrando aprendizados em seus cursos. Podiam juntar e usar os créditos como dinheiro para comprar objetos numa loja. O estoque da loja era feito sob encomenda, de acordo com as preferências daqueles que estavam trabalhando pelos créditos.

Pagar os estudantes por aprender simplesmente estabeleceu a escola como um outro trabalho, que estava disponível para os detentos. Os créditos, a loja, o espaço privativo e outros privilégios eram, na verdade, parte do programa escolar — o trabalho — e eram desfrutados apenas durante as horas de escola — enquanto os prisioneiros estavam no trabalho. O fato de que esses reforçadores que os participantes desfrutavam eram, na realidade, pagamento, provavelmente ajuda a compreender a relativa ausência de ressentimento

e hostilidade por parte dos prisioneiros que não participavam do programa. Todos tinham sua oportunidade de trabalho. Ninguém era impedido de participar. Os reforçadores estavam disponíveis para qualquer um que optasse por este trabalho como parte de seus deveres na prisão.

As propriedades privativas criaram novos reforçadores. Enfeites de parede, mobília, aparelhos de som e TV tornaram-se artigos pelos quais valia a pena trabalhar e a aprendizagem continuou. As novas habilidades criavam o potencial para mais reforçadores ainda; a loja tornava-os acessíveis: a habilidade de escrever cartas tornou os artigos de papelaria e materiais de escrita em bens úteis; a habilidade para enfrentar uma entrevista de trabalho tornou determinados tipos de roupas desejáveis para os estudantes que em breve estariam completando suas penas; a habilidade de leitura gerou um novo prazer e os livros tornaram-se bens desejáveis. Posteriormente, quando os estudantes se tornaram capazes de comportamentos novos e mais complexos puderam começar a usar seus créditos para comprar regalias que antes não podiam imaginar que alcançariam: chamadas telefônicas, visitas privativas de parentes e amigos, privacidade e passeios externos supervisionados que iniciavam juntamente com os cursos. O valor da aprendizagem, por si só, tornou-se evidente e os estudantes, por fim, passaram a utilizar alguns de seus créditos para pagar os cursos que eles solicitavam — uma exigência que teriam fora dali.

Quando esses estudantes partiram estavam aptos a fazer coisas que tornavam novos reforçadores disponíveis: seu mundo havia se expandido. Obviamente, não havia garantias de que as antigas contingências do ambiente familiar não assumiriam novamente o controle, mas agora, pelo menos, eles tinham uma chance de fazer algo diferente. As evidências indicam que muitos investiram em novas oportunidades que a abordagem não-punitiva havia tornado possível. O retorno à prisão se reduziu.

O reforçamento positivo e a lei

Todas as sociedades realmente fornecem reforçadores positivos para os comportamentos que querem encorajar. Em nosso sistema, o medo do fracasso, da punição ou da desonra é recompensado pela perspectiva de todos os tipos de recompensas em troca de concordância, perseverança, espírito inventivo e envolvimento construtivo. Infelizmente, como podemos constatar todos os dias pela imprensa, as recompensas por agir fora da lei são ainda maiores.

Uma vez que as pessoas podem ganhar mais dinheiro, poder e prestígio violando a lei — sem serem presas — do que permanecendo dentro dela, um sistema legal sem punição continuará impraticável. Na medida em que as recompensas por vício ultrapassam aquelas por virtude, o vício permanecerá conosco, apesar dos seus riscos.

Nossa tradição legal aceita a má conduta e o crime como inevitáveis, como partes da natureza humana. De fato, é natureza humana. O que mais poderia ser? Mas a natureza humana não é imutável. Ela é flexível e passível de mudança. Nossa conduta é sempre o resultado de muitas contingências, algumas positivas e outras negativas. Alterar as contingências não altera a natureza humana, mas faz uso da plasticidade da natureza humana.

Até agora, alteramos as contingências em uma única direção. Incapazes de demonstrar as vantagens materiais da honestidade e legalidade em relação à ilegalidade encoberta, decretamos que a virtude deve ser a sua própria recompensa. Assim, apoiados por esse princípio de honestidade, punimos qualquer pessoa que surpreendemos agindo com desonestidade. A tradição da punição torna-se ainda mais fortemente marcada quando a sociedade torna a transgressão mais custosa para os poucos que ela consegue detectar e acusar com êxito. Mesmo considerando as restrições práticas óbvias, poderíamos mais efetivamente encorajar a conformidade aos padrões de conduta civilizada fornecendo reforçamento positivo mais forte e com maior freqüência, em vez de ameaçando com punição mais severa?

A polícia: de que lado está? A autoridade que cumpre a lei em uma sociedade é a polícia. As forças policiais municipais, estaduais e federais são, geralmente, instrumentos de coerção. Salvo algumas exceções, as principais tarefas a elas atribuídas são ameaçar de contra-ataque qualquer pessoa tentada a desviar-se de nossos padrões legais de paz e decência e aplicar a força da repressão contra qualquer um que realmente se desviar.

O governo cada vez mais freqüentemente solicita auxílio policial para proteger segmentos ricos e poderosos da sociedade das pessoas que são menos favorecidas. Contra um cenário de pobreza, preconceito racial e outros problemas sociais complexos, a coerção policial em muitas regiões está se tornando mais severa e violenta do que era. E à medida que a contraviolência dos pobres, despossuídos e dos jovens idealistas aumenta, a polícia também está sendo levada a agir menos seletivamente, tendendo a tratar qualquer encontro com o público em geral como ameaça em potencial para sua própria segurança.

Esse aumento de coerção policial vem ocorrendo de forma mais proeminente em nossas grandes cidades, onde os problemas que dividem a sociedade se destacam mais visivelmente. Quando a polícia das grandes metrópoles pára motoristas jovens por violações de trânsito, automaticamente ordena que eles saiam do carro, enquanto inspecionam à procura de drogas; esta é uma experiência humilhante para muitos jovens. Em situações semelhantes, motoristas negros ou hispânicos são obrigados a assumir aquela posição aviltante e indigna que todos os telespectadores sabem que é intencional, para dar vantagem à polícia, caso os "suspeitos" tentem fugir ou contra-atacar. Como alguns infratores suspeitos tentaram atropelar os policiais, a polícia agora considera os carros como arma e sente-se justificada por atirar em um motorista que não pára quando ordenado.

De um modo mais geral, como a atividade criminosa tornou-se mais violenta, a ação policial seguiu o exemplo. A polícia não considera o pressuposto da inocência como uma proteção válida do público, mas como uma ameaça contra sua própria eficiência profissional e segurança pessoal. Ela preferiria o pressuposto da culpa como o princípio norteador do cumprimento da lei. Assim, a mera suspeita de delito justificaria a detenção violenta, a prisão e o uso de armas. Como nossa polícia torna-se cada vez mais severamente coercitiva, um número sempre crescente de segmentos da população está começando a encará-la menos como um dispositivo de proteção do que como choques e sinais de choque — dos quais se deve fugir, esquivar e os quais se deve até mesmo tratar como objetos de contra-agressão.

A polícia tem feito apenas aquilo que a maioria dos contribuintes exige. Mas como todos os sistemas coercitivos, este também gerou os costumeiros efeitos colaterais. O aumento da pressão coercitiva está levando muitos cidadãos em todas as classes econômicas e sociais a temer e desconfiar da polícia. Mesmo nas regiões tranqüilas e prósperas das cidades, que necessitam de patrulhas policiais para deter desordeiros, assaltantes, trombadinhas e estupradores que vêm de regiões vizinhas, os habitantes locais raramente cumprimentam seus defensores, conversam com eles ou demonstram qualquer sinal de gratidão por sua presença. Os policiais, por sua vez, com seus olhos vigilantes e suas expressões de desconfiança, indicam que consideram todo pedestre que se aproxima um agressor em potencial e provocam medo e ansiedade mesmo entre aqueles que são gratos por sua presença.

O objetivo de reconciliar o público com a polícia é um esforço digno de consideração. Mas o abismo está aumentando. Em resposta ao crescente descrédito de uma comunidade, a polícia torna-se ainda mais hostil e insolente em relação àqueles que deve proteger. O público começa a esquecer que necessita da polícia como proteção; a polícia começa a esquecer que deve ser protetora. A contra-agressão em relação à polícia está se propagando para outros protetores fardados; em alguns bairros os bombeiros não se surpreendem mais quando são insultados e apedrejados enquanto executam seus deveres — por certo, apenas um tipo de patologia social em vez de uma ocorrência habitual, mas que se origina diretamente das interações coercitivas entre a polícia e a população.

Em muitas comunidades, o pouco apreço pela polícia desencoraja inúmeros jovens e pessoas capacitadas de escolher esta carreira. Como conseqüência, é difícil distinguir entre os muitos que escolhem pelo cumprimento da lei e aqueles que atravessam para o outro lado. Com cada lado dependendo da coerção para alcançar seus objetivos, a polícia e seus adversários tornam-se cada vez mais semelhantes.

Na maioria dos países do terceiro mundo, a brutalidade e a coerção policiais já são admitidas como certas e podemos observar a evidência de uma tendência semelhante nas nações altamente desenvolvidas da Europa. Nos Estados Unidos, a dependência da coerção é menos evidente nas comunidades menores do que nas cidades. A polícia urbana está direcionando suas energias menos em direção à proteção dos cidadãos e mais em direção de sua autoproteção contra a hostilidade pública. Quando algumas cidades não atenderam às reivindicações por salários mais altos, a polícia provocou o apoio da indústria turística ameaçando visitantes e excursionistas; quando os próprios membros da força policial apresentam-se como criminosos, o sindicato esmera-se para impedir o processo legal; eles resistem a e retardam as investigações de abuso de bebidas alcoólicas e de drogas, de suborno e de outras formas de corrupção e de fraudes em exames de promoção, dentro de suas próprias tropas.

Com sua continuidade consentida, essa crescente separação pode perfeitamente atingir seu auge quando os policiais compartilharem sua sorte com um líder político que prometa tirá-los de sua posição como servidores do público para, em vez disso, colocá-los no comando. Logo, o público estará sem proteção alguma. É possível que este processo já tenha começado na campanha presidencial dos Estados Unidos de 1988, quando os dois candidatos cortejaram ativamente o apoio das organizações policiais. Ironicamente, o pri-

meiro grupo policial a apoiar publicamente um candidato foi o mesmo que havia afugentado os turistas no aeroporto de Boston.

Será que podemos impedir esta inversão de funções da polícia? Provavelmente, a polícia nunca estará completamente capacitada para mudar sua imagem coercitiva, mas será que o uso em maior escala do reforçamento positivo poderia ajudá-la a pender a balança em direção ao seu papel original? Não será fácil. É provável que a polícia atual não aceite uma mudança em seu papel de coercedora para reforçadores positivos, mesmo que apenas acrescentássemos técnicas positivas ao seu arsenal, sem retirar seus poderes coercitivos. Afinal de contas, a coerção é familiar e cômoda; com a fonte de seu poder pendurada em seus cinturões, os policiais estão protegidos das represálias. Por que gastar esforços extras para aprender novos métodos de controle — quer sobre o tráfego ou sobre o crime — apenas porque eles devem diminuir a hostilidade? Esses métodos funcionariam? Todo mundo sabe que "os bonzinhos não têm vez". Visto que eles carregam uma arma, todas as outras formas possíveis de controle tornam-se insignificantes.

O coercedor último é o revólver, o ceifador de vidas. Mesmo embainhados, os revólveres são ameaças e qualquer pessoa portando um revólver é uma ameaça. Não importa a quantidade de reforçamento que se distribua, um revólver ao seu lado diz para qualquer um manter-se na linha, senão... Será que a polícia poderá em algum momento, algum dia, eliminar sua imagem coercitiva enquanto continuar portando armas? Provavelmente não.

E contudo, com revólveres generalizadamente disponíveis, destituir a polícia de suas armas a deixaria exposta a enormes riscos. Não podemos retirar seus instrumentos coercitivos de proteção se os deixamos sujeitos à mesma coerção por parte de outros. Talvez um ponto de partida pudesse ser provocado pela mudança de algumas das concepções tradicionais que subjazem ao trabalho da polícia. Espera-se, por exemplo, que todo policial esteja, o tempo todo, pronto para executar todas as tarefas. Será que não poderíamos repartir as responsabilidades da polícia? Certamente, os revólveres não são necessários para controlar o trânsito. Quando este trabalho é atribuído a um policial, não poderia se tornar a sua única responsabilidade? Desta forma, se um banco estivesse sendo roubado ou um pedestre sendo assaltado eles não seriam chamados a intervir. De forma semelhante, poderiam ser atribuídas responsabilidades limitadas no cumprimento da lei aos policiais em trabalhos burocráticos, principalmente àqueles que entram em contato com o público. Eles também não precisariam de revólveres. E quando eles

investigam delitos que já foram praticados — arrombamentos, incêndios criminosos ou mesmo homicídios — será que eles precisam portar revólveres enquanto examinam o local e interrogam testemunhas? Os uniformes da polícia poderiam até mesmo variar, dependendo da atribuição em curso: o público rapidamente aprenderia seus significados e o que esperar de cada um.

A maior parte dos deveres do policial não os coloca em risco e a maior parte do público é, afinal de contas, respeitador da lei. Dispensar os revólveres dos policiais enquanto estivessem em tarefas de rotina, ajudaria a enfatizar as funções do serviço que mais freqüentemente coloca a polícia em contato com o público em geral e desacentuaria seu papel coercitivo. Certamente é um pequeno passo, mas é um começo. Muito embora o poder policial máximo continue sendo coercitivo, uma redução do potencial para violência ajudaria a deter o crescente relacionamento de antagonismo entre a polícia e a população. O desarmamento policial em pequena escala, a princípio restrito a tarefas seguras e estendendo-se apenas depois que os "germes" tenham sido descobertos e eliminados, seria um passo na direção correta. Dada a necessidade geral de reduzir a freqüência e a força das pressões coercitivas em nossa sociedade, uma pequena experimentação social não parece fora de hora.

Será que, por fim, seria possível ter uma força policial quase completamente desarmada? Dados os atuais aspectos práticos, isto não é provável. Ainda assim, estes aspectos práticos são dignos de exame, levando-se em consideração as vantagens que poderiam resultar se pudéssemos de alguma forma contorná-los.

O controle de armas deve ser "uma via de mão dupla". Antes que elas possam ser tiradas da polícia, devem primeiro ser tiradas de todos os demais. Mas os grupos de pressão pública agiram com êxito contra as leis que regulamentariam a posse pessoal de armas de fogo. Esta é uma questão complexa que envolve muito mais do que simplesmente a coerção policial. Mas, a freqüência e ferocidade crescentes desta coerção e a conseqüente deterioração da relação entre protetores e protegidos, geralmente não têm sido consideradas no debate sobre o controle de armas. A redução da posse privada de armas poderia também reduzir a necessidade de funcionários da segurança pública de portar armas no cumprimento de suas responsabilidades.

Uma vez que a violência contra policiais tenha ocorrido, não podemos, sensatamente, esperar que eles "dêem a outra face" e respondam de forma pacífica. Por outro lado, é difícil conceber medidas não-coercitivas para tornar armas não-disponíveis para todos os

demais e desse modo, reduzir a probabilidade de violência contra a polícia. Poderíamos, talvez, oferecer recompensas substanciais para as pessoas que entregassem suas armas? Também poderíamos permitir que as pessoas possuíssem armas, mas que elas fossem guardadas pela polícia que, desta forma, poderia controlar sua disponibilidade. Estas e outras medidas semelhantes são provavelmente dignas de uma tentativa, ainda que, como parece provável, não tenham êxito total. Embora a maior parte daqueles que entregariam suas armas jamais iriam se envolver violentamente com a polícia, algumas oportunidades de confronto teriam sido eliminadas. Mas os reforçadores por possuir armas freqüentemente são negativos — proteção pessoal e da propriedade — e para muitos, nenhum reforçador positivo terá mais valor do que este. Além do mais, é óbvio que existem aqueles cujo "negócio" é a violência contra a sociedade — aqueles que precisam de armas para salvaguardar suas práticas coercitivas.

Para lidar com os mais inflexíveis — aqueles cidadãos respeitadores da lei que insistirão em se agarrar às suas armas para autoproteção e aqueles que as utilizam como "instrumento de trabalho" — é bem possível ser necessário que nós mesmo tenhamos de estabelecer algumas novas medidas coercitivas. Poderia ser necessária uma certa dose de "coerção preventiva" para desarmar parte suficiente da população, de modo a permitir aos policiais executarem a maior parte de seus deveres desarmados.

A fim de ajudar a evitar que a polícia tenha que responder à força com a força que lhe é peculiar, nossas leis teriam que especificar penas severas, não só para a propriedade de armas letais, mas pelo seu porte nas proximidades de equipe policial. Assim, a mera posse de uma arma na presença de um policial poderia causar quase a mesma pena que seria estipulada pelo seu uso efetivo.

Uma lei como esta, embora ela própria severamente coercitiva, finalmente permitiria à polícia abandonar suas armas com segurança. Isto poderia dar espaço para que o uso do reforçamento positivo construísse a conduta legal, em vez de apenas punir os que desrespeitam a lei. O resultado poderia ser uma redução geral do controle coercitivo. Sem armas — e, é claro, com segurança adequada contra o uso de armas pelos demais — seria possível para a polícia recrutar jovens que não estivessem ainda comprometidos com a violência e a revanche como meio de vida. A ausência de armas poderia ajudar a atenuar a percepção pública de que a polícia deve ser temida por todos e a reduzir a extensão na qual a polícia conserva esta imagem coercitiva.

Novamente, a experimentação social será necessária. Sabemos que a coerção se autoderrota, mas substitutos práticos necessitam de uma avaliação cuidadosa. O reforçamento positivo não funciona por magia. É simples em princípio, mas difícil de executar na prática. Nossa avaliação das técnicas de reforçamento positivo deveria começar antes que a subversão da função policial tenha se tornado irreversível.

Será que as polícias municipais e estaduais poderiam ajudar a restabelecer a amizade com suas comunidades, distribuindo reforçamento positivo? Assim como os dispensadores de choques tornam-se eles mesmos choques, os dispensadores de reforçadores positivos tornam-se eles próprios reforçadores positivos. Associações atléticas patrocinadas pela polícia são exemplos existentes de tentativas de prevenção da delinqüência, reforçando a conduta desejável em vez de apenas esperar que os problemas aconteçam para, então, atacá-los duramente. Tal cooperação entre a polícia e a comunidade pareceria inteiramente razoável, ainda que nada conhecêssemos sobre a análise do comportamento, mas os dados sobre a eficiência da prática são insuficientes. Precisamos saber se ela é bem-sucedida e se não for, porque fracassa; as modificações poderiam, então, proporcionar um sucesso crescente, talvez gerando até mesmo extensões do patrocínio da polícia para feiras científicas, mostras agrícolas, concursos culinários e outras atividades educativas relevantes para os jovens.

Existem outras áreas nas quais a polícia poderia tentar inclinar a balança do controle negativo para o positivo? Atualmente, os policiais distribuem notificações de multas aos motoristas que são apanhados dirigindo em alta velocidade, ultrapassando sinal vermelho ou parada obrigatória, dirigindo sem usar cinto de segurança, transportando crianças inadequadamente ou com lanternas e faróis defeituosos. O que aconteceria se, em vez disso, eles "apanhassem" os motoristas obedecendo os limites de velocidade, parando no sinal vermelho e em paradas obrigatórias, usando o cinto de segurança, transportando as crianças de forma segura ou com as luzes de sinalização do automóvel em perfeito estado — e distribuíssem ingressos gratuitos para eventos esportivos, filmes, peças de teatro, concertos e museus?

Esta inversão da prática característica da polícia poderia não se mostrar tão naturalmente impraticável como parece a princípio. Ela não exigiria que os policiais aborrecessem os motoristas, parando-os quando estivessem apressados para chegar ao seu destino; o reforçador seria fornecido enquanto o motorista estivesse parado em

um semáforo ou pedágio, ou o policial poderia anotar o número de sua carteira de habilitação e por meio de um computador localizar rapidamente o endereço do motorista, para onde o reforçador seria enviado ou, ainda melhor, o policial poderia levá-lo pessoalmente. Tampouco seria necessário distribuir reforçadores positivos para todos ou mesmo para a maioria dos motoristas que obedecessem à lei; averiguou-se que os reforçadores fornecidos ocasionalmente mantêm o comportamento — uma vez que tenha sido aprendido — ainda mais efetivamente do que os reforçadores oferecidos para toda ocorrência de conduta desejável (um fato contra-intuitivo sobre o controle comportamental que tem sido amplamente documentado).

Em outras áreas de responsabilidade da polícia, o reforçamento positivo também poderia ajudá-la a atingir seus objetivos. No controle de multidões — em desfiles, eventos esportivos e manifestações de vários tipos — em vez de apenas esperar que as pessoas passem o cordão de isolamento para fazê-las recuar, a polícia poderia ocasionalmente distribuir reforçadores para as pessoas que se mantivessem dentro dos limites? Poderíamos não apenas solicitar-lhes que evitassem saques em episódios de inundações e incêndios, mas que ajudassem a providenciar comida, roupas e abrigo para aqueles que necessitam? Na cabine de votação, em vez de apenas desqualificar as pessoas cujos nomes não constam da lista, não seria possível ocasionalmente oferecer algo extra para as pessoas cujos nomes são encontrados?

Embora o reforçamento positivo não seja uma função tradicional da polícia, não é difícil produzir novas possibilidades, uma vez que se tenha acostumado a pensar desta forma. Sem dúvida, casos individuais se defrontariam com dificuldades práticas, mas quando se mantém a atitude experimental, então as práticas malsucedidas são abandonadas, ou melhor, são modificadas até que realmente funcionem. Temos boas razões para acreditar que o reforçamento por manter-se dentro da lei funcionaria em muitos casos tão efetivamente quanto o atual sistema de esperar até que a lei seja violada para então punir. Temos motivos para crer que o reforçamento positivo para a conduta desejável reduziria a necessidade de punição para as ações indesejáveis. A evidência do poder das contingências positivas é forte o bastante para garantir alguns experimentos sociais seguindo esta ótica; eles começariam timidamente, mas chegariam a atingir objetivos importantes.

Igualmente importantes seriam os efeitos colaterais — desta vez, efeitos colaterais de reforçamento positivo. Os carros da polícia não sinalizariam medo e apreensão, mas a antecipação de encontros

amistosos e gratificantes, sinais bem-vindos de que tudo está bem. Como distribuidora de reforçamento positivo, a polícia não geraria a esquiva, mas a aproximação; não geraria o medo, mas a confiança; não geraria a hostilidade, mas a amizade. Poderíamos ver o restabelecimento da fé e da confiança pública em nossas instituições protetoras. A imagem pública dos policiais como adversários desapareceria, eles passariam a ser admirados, respeitados e dignos de nossa confiança.

Será que também poderíamos estabelecer um sistema de reforçamento positivo que caminhe na outra direção? Poderíamos de forma mais efetiva mostrar nosso apreço pelos serviços da polícia, tornando conseqüências visíveis e valiosas contingentes a desempenho desejável? Se o fizéssemos seria mais provável ver tais desempenhos aparecendo novamente.

Atualmente, percebemos nossa polícia principalmente quando detectamos desvios da conduta aceitável e então estamos prontos para punir. Em vez de apenas reagir àquilo que não gostamos na conduta dos policiais, poderíamos também reforçá-los positivamente por aquilo que realmente gostamos. Que tal menções honrosas individuais, prêmios, folgas e pontos que seriam contados para promoção? Obviamente, teríamos que especificar o que desejamos. Um sistema eficaz provavelmente exigiria maior precisão do que estamos acostumados na descrição daquilo que consideramos ser a conduta desejável. Generalidades como honestidade, lealdade e integridade proeminentes não serão suficientes. Especificações vagas como estas deixam muitas lacunas para julgamentos arbitrários, caprichosos e até mesmo fraudulentos. Teríamos de descrever o que realmente os policiais teriam de fazer para justificar uma menção honrosa por honestidade, lealdade, integridade ou o que quer que seja. Da mesma forma, para evitar que o sistema de torne corrupto, o público terá que administrá-lo.

Obviamente, seria uma atitude simplista propor o reforçamento positivo recíproco como uma panacéia para o relacionamento deteriorado entre a polícia e a população. As práticas do cumprimento da lei são influenciadas por forças políticas e econômicas de larga escala, sobre as quais nós, como indivíduos, temos pouco controle. Entretanto, temos de ser cuidadosos; apelar para tais "forças" pode nos desencorajar de tentar aperfeiçoar nossas práticas sociais. Apenas as ciências físicas definem força de maneira com a qual todos podem concordar; nas ciências sociais o termo significa diferentes coisas para diferentes pessoas. Muito freqüentemente ele

serve apenas para evitar que tenhamos que especificar as verdadeiras variáveis.

O cumprimento da lei é um processo social que envolve interações entre pessoas. Variáveis comportamentais governam estas interações. E reforçamento positivo e negativo é um dos fatores mais poderoso na determinação do que fazemos. Seja qual for o *status* causal que queiramos atribuir a "forças sociais", estas forças serão, elas mesmas, determinadas, pelo menos em parte, pelas variáveis de reforçamento. Na medida em que a redução da confiança da polícia nas armas para impor práticas coercitivas possa ajudar a produzir relações entre a polícia e o público sob controle de reforçadores positivos, na medida em que a polícia usar o reforçamento positivo em vez da coerção para cumprir a tarefa a ela atribuída de controlar nosso próprio comportamento e na medida em que pudermos gerar e manter a conduta desejável da polícia, fornecendo reforçamento positivo, as "forças" que influenciam a relação entre a polícia e o público penderão um pouco menos para o lado da aversão e da contra-agressão e mais para o lado do respeito mútuo e da cooperação.

17

Existe algum outro caminho? (continuação)

Reforçamento positivo em diplomacia

Pombas e águias. Nós, do lado dos espectadores, sabemos pouco sobre o que realmente acontece durante negociações diplomáticas. Recursos militares e econômicos — reforçadores potenciais — são recrutados a serviço da política externa por meio de rotas misteriosas. O segredo torna o processo diplomático difícil de analisar. Mas não há mistério sobre os resultados. Defendendo a guerra como uma alternativa viável à paz, a diplomacia-padrão expandiu um sistema de intimidação, beligerância e agressão assassina que funciona para satisfazer a ganância econômica e a sede de poder.

Porque poder, recursos e prestígio são reforçadores potentes, as nações provavelmente sempre terão que manter forças militares para impedir aqueles que tomariam tudo para si mesmos. "Águias" defendem uma postura crescentemente agressiva, garantida por um sistema militar irresistível. Eles argumentam que a prontidão para atacar é autoprotetora e insistem que apenas a força superior pode proteger uma nação contra o ataque. "Pombas" que defendem a amizade internacional, argumentam que a ameaça de agressão gera contra-agressão e insistem que apenas o desarmamento garantirá a

paz. As pombas acusam as águias de causar, em vez de impedir, as guerras, e as águias acusam as pombas de irrealismo, de simplesmente pedir a autodestruição.

Certamente, nenhum país pode fechar os seus olhos à possibilidade de ataque por um outro e, ainda assim, a noção de força superior tem, ela mesma, se tornado irrealista; várias nações têm agora explosivos nucleares suficientes para destruir todo mundo. É realmente impraticável tentar influenciar outras nações não-coercitivamente? A analogia da pomba-e-águia tem um segundo sentido curioso. É igualmente natural ser qualquer dos dois tipos de pássaro e ambos têm valor, mas as pombas parecem ser sobreviventes, enquanto que as águias são uma espécie em extinção.

Reforçamento positivo, embora não gere a inimizade e a contra-agressão que vem atrás da coerção, é, entretanto, uma contingência; não significa dar tudo em troca de nada. Para serem efetivos, reforçadores positivos devem ser contingentes à conduta e às circunstâncias em que a conduta ocorre. Embora não-coercitivo, a menos que o mau uso o transforme em reforçamento negativo, reforçamento positivo ainda é controle comportamental.

Como vimos, o dar não-contingente também é uma forma de controle e pode ser destrutivo, gerando comportamento que não é de interesse para ninguém. Dar incondicionalmente não é o oposto de coerção. Se pais dão a seus filhos tudo o que eles querem independentemente de como eles agem, as crianças não aprenderão nada de útil para si mesmas, para seus pais ou para a sociedade em geral. Uma nação dando a uma outra tudo o que esta outra quer, independentemente do que esta faça, não conseguirá que a que recebe funcione produtivamente ou pacificamente na sociedade mundial. Dar não-contingente não significa generosidade; produz seus próprios efeitos colaterais destrutivos.

Por outro lado, o paradoxo da esquiva (Capítulo 9) impedirá qualquer política coercitiva de manutenção da paz de ser completamente bem-sucedida; ninguém pode continuar se esquivando para sempre sem receber um choque ocasional. Intimidação por meio de armas nucleares sofre de uma desvantagem especial. Quando o choque inevitável vier, ele colocará um fim em toda a conduta humana. Por essa razão, uma política exeqüível para intimidação mútua requereria a restrição de armamentos para armas menos destrutivas. Mesmo com uma paz que mantenhamos pela intimidação mútua, o desarmamento nuclear seria necessário. Um conflito armado ocasional que não destrua todo mundo poderia então servir como o lem-

brete necessário que nos mantêm esquivando de mais guerras por algum tempo.

Embora provavelmente jamais possamos eliminar completamente a coerção das políticas diplomáticas, não podemos depender dela como o principal mecanismo de manutenção da paz. No melhor dos casos, deveríamos mantê-la apenas para emergências. Como com famílias, um forte *background* de reforçamento positivo pode impedir que um ocasional uso da força produza efeitos colaterais devastadores. Mas seguidas vezes temos visto controle predominantemente coercitivo mais cedo ou mais tarde produzir a própria contraviolência que pretendia impedir.

Generais famintos. O sistema militar se apropria e usa uma enorme porção da riqueza do mundo, transformando-a principalmente em suprimentos consumíveis e armas. Instituições militares não produzem alimento ou abrigo exceto para si mesmas, não manufaturam bens para uso civil, provêm cuidados de saúde apenas para os seus, estabelecem escolas quase que exclusivamente para educação nos métodos e na tecnologia da guerra e estabelecem laboratórios de pesquisa para descobrir novas maneiras e para refinar antigas maneiras de destruir adversários potenciais. Apenas uma porção minúscula do orçamento militar vai para a produção de bens, tecnologia, conhecimento ou educação genericamente úteis. A maioria dos recursos de que se apropria vai para o lixo; em tempo de guerra, vidas humanas se escoam pelo ralo, e em tempos de paz, todas as armas finalmente queimam, explodem ou apodrecem.

O mundo poderia reduzir enormemente este desperdício reduzindo o tamanho de seus sistemas militares. Nações ricas e poderosas poderiam descobrir ser possível diminuir suas forças com segurança, substituindo por reforçamento positivo a coerção que atualmente passa por diplomacia. Coerção internacional, *ipso facto*, requer uma retaguarda militar: retaliação é inevitável. Sustentamos a diplomacia coercitiva com a construção sempre crescente de um aparato militar que produz um desperdício ainda maior de recursos humanos e materiais. Esse círculo poderia ser quebrado substituindo coerção por reforçamento positivo como um instrumento para a manutenção de interações civilizadas entre nações. Eliminar a necessidade de sustentar organizações militares crescentemente mais vorazes tornaria disponível para todos um conjunto de recursos significativamente maiores. Para ser exato, a simples disponibilidade de recursos não significa que eles serão distribuídos igualmente, ou com um espírito de cooperação internacional, mas pelo menos abri-

ria uma possibilidade. Compartilhar contingente, então, diminuiria a necessidade das nações de recorrer à agressão e à contra-agressão.

Bons vizinhos? Porque as apostas são tão altas, é desejável a experimentação preliminar, embora diplomacia baseada em dados empíricos dificilmente tenha sido uma tradição em qualquer lugar. Faria sentido para o departamento de estado estabelecer um ramo de pesquisa que incluísse, entre outros, analistas do comportamento e especialistas em metodologia científica? Estes "cientistas estranhos ao serviço" poderiam iniciar estudos experimentais, alguns talvez perguntando se nosso conhecimento em acumulação sobre o comportamento poderia ser aplicado a serviço da paz internacional.

Em vez de tentar destruir um governo não-amistoso apoiando a violência interna e o terrorismo — e, no processo, transformando velhos amigos em inimigos — poderíamos modelar cooperação e amizade? Modelagem é um procedimento comportamental testado e verdadeiro. Envolve encontrar alguma conduta que consideramos desejável e tornar esta conduta mais provável fornecendo reforçadores positivos. A primeira conduta reforçável pode ser relativamente não-importante, mas ela produzirá novas formas de conduta mais próximas daquela que finalmente queremos. Podemos, portanto, gradualmente reforçar comportamento que é mais e mais importante para nós. E, fornecendo reforçadores — algumas vezes mudanças em nosso próprio comportamento — que satisfaçam as necessidades da outra nação, o processo se torna recíproco; ambas as nações gradualmente mudam a natureza de suas interações uma com a outra.

Em relações internacionais isto significa reunir-se para encontrar áreas de concordância. Discordâncias são fáceis de identificar, mas freqüentemente passamos por cima das necessidades de uma nação não-amistosa que poderíamos satisfazer sem nos colocar em perigo e não consideramos a possibilidade de que a outra nação pudesse estar desejosa de concordar com pelo menos algumas pequenas exigências nossas. Uma certa quantidade de mútuo "coçar as costas" é sempre possível.

Começando com áreas de concordância pequenas e até mesmo não-importantes, o reforçamento fortalece conduta desejável e, no processo, faz com que novo comportamento apareça pela primeira vez. Por exemplo, prover suprimentos médicos em troca de privilégios mínimos em aeroportos comerciais colocaria cidadãos e funcionários do governo de cada país em contato construtivo, dotaria anti-

gos inimigos de características de reforçadores positivos e estabeleceria as bases para a confiança. Tendo feito pequeno progresso, poderíamos ver então que outras áreas de cooperação poderiam ser encontradas. Talvez pudéssemos pedir a liberdade de prisioneiros políticos e, de nossa parte, fornecer oportunidades de educação para pessoal civil e militar.

Em troca de amizade e cooperação poderíamos fazer mais do que simplesmente remover pressões coercitivas. Poderíamos enviar máquinas agrícolas, ajudar a construir fábricas e treinar pessoas para possuí-las e operá-las, prover suprimentos e médicos para iniciar programas de saúde pública e estabelecer escolas que ajudariam a garantir a autoconfiança do país. Finalmente, qualquer que seja a ajuda que um governo não-amistoso — digamos, a Nicarágua — poderia receber da Rússia e Cuba, nós poderíamos facilmente superá-la e, no processo, atingir nossos próprios objetivos diplomáticos também. Cada nação daria, e cada uma receberia, ambas poderiam, portanto, manter seu auto-respeito.

As contingências de reforçamento não deveriam incluir o uso de força. Mesmo uma ação militar antiamericana não deveria trazer destruição sobre suas cabeças. Nem deveria a forma ou estilo de governo ter que ser envolvido nas contingências. Ações amistosas trariam reforçadores positivos; ações não-amistosas não o fariam. Em vez das conseqüências de desconfiança e hostilidade que as práticas coercitivas usuais teriam produzido, amizade e paz poderiam prevalecer na área. O governo, aproveitando o apoio de pequenos e grandes vizinhos, não mais teria que tolerar a presença de bases militares estrangeiras potencialmente hostis. Embora a coerção pudesse ter derrubado o governo, ela teria deixado problemas igualmente sérios em seu rastro. Reforçamento positivo por cooperação poderia provar-se tão efetivo internacionalmente como na família individual, trazendo com ele um arrefecimento das tensões que o controle coercitivo somente piora.

Ninguém pode garantir que as coisas funcionariam deste modo. A riqueza de dados que possuímos do laboratório e das aplicações tecnológicas a outros problemas da conduta humana fortemente enraizados realmente poderia prover guias para a ação efetiva na complexa arena das relações internacionais? Os efeitos desejáveis do reforçamento positivo sobreviveriam aos predadores, naquilo que parece, de fora, como uma massa confusa de ganância individual por poder e riqueza? Poderíamos garantir que reforçadores enviados a um outro país alcançariam a população em geral, cuja conduta queremos influenciar? Reforçadores seriam enviados aos mais ne-

cessitados em países onde os ricos concluíram que sua própria sobrevivência depende de manter a maioria da população pobre e não-educada?

Estes e outros problemas previsíveis poderiam ser resolvidos de várias maneiras, talvez nenhuma delas fornecendo uma solução completa. Ainda assim, reforçamento positivo poderia mostrar alguns de seus efeitos desejáveis. O mesmo poderia ser verdade a respeito de problemas não-previstos. Não saberemos até que tentemos. Dados existentes sugerem que a tentativa valeria a pena. Os efeitos desastrosos das técnicas de controle atuais na diplomacia internacional tornam a tentativa necessária.

Mesmo quando políticas coercitivas são bem-sucedidas em destruir governos não-amistosos, nos descobrimos aliados à corrupção e à maldade. Seguidas vezes pressões coercitivas aparentemente bem-sucedidas têm levado os Estados Unidos a sustentar governos que se mantêm a si mesmos por meio da violência, supressão, destruição e traição. Portanto, continuamos com muitos dos mesmos problemas que estivemos tentando eliminar — governos e populações não-amistosos, não apenas em um país, mas em toda uma região. Enquanto nossos agentes de coerção regozijam-se pela eliminação à força de uma base militar potencialmente perigosa, nossos oponentes acumulam enormes lucros. Isolados e sem a confiança de nossos vizinhos, descobrimos nossa posição de liderança ainda mais difícil de sustentar. Diplomacia coercitiva nos torna um perdedor final. Reforçamento positivo poderia não funcionar, mas não pode piorar.

Tragédia africana. Obviamente, estas sugestões envolvem supersimplificações. Mas, de início, a ciência sempre supersimplifica. Ela, então, gradualmente acrescenta as complexidades que colocam experimentos controlados em contato com condições não-controladas do mundo cotidiano. Reforçamento positivo é um poderoso determinante do comportamento. Aplicado em larga escala, seus efeitos provavelmente vão se mostrar amplamente, ainda que outras variáveis neutralizem sua ação em algumas localidades. Valeria a pena buscar outras oportunidades para experimentar com reforçamento positivo como um substituto da coerção em relações internacionais.

Por exemplo, os Estados Unidos e a maioria do resto do mundo têm apoiado o governo da minoria da África do Sul a despeito de sua opressão inominável. Todos nós compramos o argumento de que na África do Sul apenas os brancos possuem as habilidades de que o país necessita para manter processos ordeiros. Se os ne-

gros tomassem o poder, prossegue o argumento, sua falta de habilidades de gerenciamento e de tecnologia iria impedi-los de manter as minas, as fábricas, as escolas, as instituições financeiras, os serviços públicos e o governo em operação. Esta racionalização tem permitido às nações do mundo apresentar o problema como sendo meramente de atraso político e tecnológico dos negros, quando o problema é claramente racial. Os brancos, numericamente inferiores, mas dominantes, não estão dispostos a compartilhar o poder e a riqueza com uma maioria negra que eles temem.

É bastante possível que esta racionalização contenha elementos de verdade. Mas se assim for, nem nós, nem outras nações fizeram qualquer tentativa para ajudar a retificar esta situação. Quem sabe se nós e outras nações tivéssemos usado indução positiva para persuadir o governo sul-africano a ensinar à maioria negra as habilidades sociais, técnicas e políticas de que eles necessitariam para assumir responsabilidade de uma maneira ordenada? Agora é muito tarde. Nem mesmo desistindo de seu mando voluntariamente a minoria branca impedirá o iminente derramamento de sangue. O ciclo de coerção e contracoerção caminha.

As políticas passadas e atuais dos governos brancos do mundo para lidar com a África do Sul incluíram uma mistura de métodos contraditórios para controlar comportamento. O mundo branco ou deu aos exploradores sul-africanos tudo de que eles necessitavam, independentemente do que eles fizeram ou deixaram de fazer — reforçamento positivo não-contingente — ou tentou forçar mudanças negando apoio econômico — reforçamento negativo. Jamais usou reforçamento positivo competentemente — contingente à conduta real. Jamais tornou o apoio dependente de reduções específicas na política de *apartheid*, reforçando primeiro pequenas mudanças e gradualmente acrescentando passos posteriores.

Apoio contingente, embora certamente uma técnica de controle, não precisa incluir os elementos coercitivos da punição e reforçamento negativo. Reforçamento positivo não envolve ameaças; apoio simplesmente vem depois que a conduta desejada ocorreu e em nenhum outro momento. Conduta indesejável não é punida seja dando "choques", seja retirando reforçadores que já foram obtidos. Controle sim, mas não controle coercitivo.

Os objetivos da diplomacia são comportamentais. Sua meta é influenciar condutas daqueles que governam outras nações — na África do Sul, a minoria governante. As técnicas de controle comportamental usadas para tentar atingir esses objetivos na África do Sul provaram ser completamente inefetivas e estão a ponto de chegar ao

seu término tão temido. O resto do mundo não pode ser responsabilizado pela coerção ali praticada pelo governo branco, ainda assim nosso fracasso em exercer uma influência efetiva ajudou a garantir que os dias da minoria branca — seja no poder ou fora dele — estão contados. Violência sem perdão não é mais evitável. Realmente o governo será tomado por aqueles que não têm habilidades para o governo, o comércio por aqueles que são tecnológica e gerencialmente não-treinados e a educação por aqueles que não receberam educação. E porque os Estados Unidos foram percebidos como a nação mais capaz de impedir que tudo isto acontecesse, permanecerão, no futuro previsível, como um objeto de ódio naquela parte do mundo. Talvez nenhum estrangeiro pudesse ter impedido o sofrimento dos negros sul-africanos, mas não podemos ignorar a possibilidade de que técnicas comportamentais mais efetivas poderiam ter impedido a tragédia que é iminente. Precisava ter acontecido? Esta experiência horrorosa levar-nos-á a tentar alternativas?

Cidadãos do mundo. A produção colaboradora e o compartilhar de teorias científicas, dados, tecnologia e outros produtos do trabalho intelectual estabeleceram uma comunidade mundial de intelectuais. Em geral, os reforçadores importantes que mantêm excelência acadêmica são positivos. A noção de que a criatividade científica pode ser motivada por punição é tão contrária à experiência que é risível. Cientistas descobrem seu trabalho como reforçador quando ele é útil a outros cientistas ou quando adiciona algo ao bem-estar geral. Os prêmios públicos e prestigiosos por resultados científicos são amplamente baseados no critério "Quão útil outros cientistas acharam este trabalho?" Revistas internacionais disseminam os resultados de investigação teórica e experimental a despeito do país onde o trabalho foi feito. Cientistas e outros intelectuais viajam constantemente para todas as partes do mundo para ensinar e aprender. Como um resultado destas interações positivas, a maioria dos cientistas considera repugnante o pensamento de se engajar até mesmo em uma guerra "limitada" contra seus colegas cientistas.

Nas artes, também, reforçamento é positivo, contingente à beleza e originalidade das criações do artista — pinturas, música, escultura, romances, dramas, ensaios ou *performances*. Embora um artista (e um cientista também) possa levar uma vida dura, o principal reforçamento por produtividade artística não está no reforçamento negativo de fuga do tradicional sótão e da fome, mas no efeito que o trabalho produz sobre uma audiência. Como a audiência da ciência, a audiência das artes é internacional. Artistas, também,

viajam constantemente para todas as partes do mundo, ensinando, aprendendo e divertindo. A comunidade artística internacional, como a científica, considera o próprio pensamento da guerra odioso.

Aqui estão dois grandes grupos internacionais, artistas e cientistas, para quem interações pacíficas, baseadas em reforçamento positivo mútuo, tornaram-se um modo de vida. Reforçamento positivo tem estabelecido relações positivas entre cientistas, entre outros intelectuais, entre artistas e entre estes produtores de conhecimento e beleza e seus alunos e audiências por todo o mundo. Esta boa vontade e cooperação mundiais se desenvolveram não por causa de, mas a despeito da diplomacia-padrão.

O Corpo de Paz jamais foi avaliado por seu sucesso em estabelecer e manter boa vontade internacional em relação aos Estados Unidos. Muitos testemunhos informais sugerem que ele tem sido enormemente efetivo em contrabalançar as divisões que a diplomacia coercitiva oficial cria. Entretanto, o apoio deste país ao Corpo de Paz torna-se menor todo o tempo.

Um outro mecanismo positivo para encorajar cooperação internacional, o Programa Acadêmico Fullbright — mantido pelo Congresso americano fora dos canais diplomáticos usuais (e, por esta razão, sujeito a constantes pressões destrutivas dos funcionários do Departamento de Estado) — é um pequeno experimento que tem estado em andamento por anos, mas nós ainda não paramos para analisá-lo e aprender com ele. Bolsas Fullbright, concedidas como reforçadores positivos por realizações, têm aumentado significativamente a boa vontade em troca de um investimento financeiro relativamente pequeno.

Por que não aumentar o escopo destes experimentos, estendendo o modelo de reforçamento positivo que funcionou para tecnologia internacional, trabalho intelectual e arte a todas as áreas da atividade humana? Quando problemas e conflitos de interesses surgem, é mais provável que indivíduos com uma história de reforçamento positivo recíproco insistam com seus governos para que encontrem soluções construtivas e não destrutivas. Quando aqueles na mesa de negociação não têm laços positivos, eles simplesmente fazem exigências; uma vez que seus cidadãos já tenham estabelecido interações amistosas e cooperativas, é mais natural propor soluções. Governos acharão difícil ameaçar ou fazer guerra se seus cidadãos, mesmo seus soldados, tornaram-se amigos.

Para patrocinar esta meta de criar laços entre indivíduos, não poderíamos estabelecer institutos internacionais, devotados à pesquisa, ao ensino e à aplicação de conhecimento e tecnologia

em áreas caracterizadas por importantes problemas práticos não-resolvidos? Eles poderiam incluir agricultura, nutrição, prevenção de doenças, administração de empresas, arquitetura, legislação, tecnologia de computadores, educação e muitos outros. Poderíamos localizar estes institutos em muitas nações, sem exclusão de nenhuma. Cada um convidaria especialistas e leigos para seminários e conferências internacionais. Todos que comparecessem deveriam ser capazes de fazer suas próprias perguntas, aprender o que os outros estão pensando ou descobriram, apresentar seus próprios pensamentos e descobertas e avaliar os méritos relativos de várias soluções para um dado problema. Durante o processo, eles teriam uma chance de ver o "inimigo" por si mesmos, interagindo durante o trabalho e o lazer. Tais trocas positivas tornariam difícil para participantes individuais manter-se como ou tornar-se inimigos.

Interações positivas entre pessoas de nações diferentes também poderiam ser patrocinadas por um programa de troca de cidadãos. Com apoio nacional e internacional, jovens poderiam viajar para outros países, vivendo com famílias tempo suficiente para tornar-se realmente familiarizados com uma outra cultura e para formar laços de amizade duradouros. Hospitalidade é um termo que cobre muitos reforçadores positivos. Significa ser tratado com respeito e consideração, como um visitante interessante e valorizado, sendo "levado para ver a cidade", compartilhando comida e abrigo, fazendo parte das intimidades da família, aprendendo uma nova língua e tornando-se familiarizado com habilidades, práticas e costumes culturalmente específicos que de início pareciam estranhos ou mesmo amedrontadores. Isto significa adquirir uma extensa história de trocas positivas que será difícil de ser revertida por qualquer circunstância. Se fosse possível dar esta história a um número suficiente de cidadãos, a costumeira diplomacia coercitiva perderia apoio popular.

Tais trocas claramente não resolveriam os problemas do mundo. A sugestão não se pretende como a cura para todos os males, mas como um primeiro passo que poderia, então, tornar outros passos construtivos possíveis. Em uma larga escala, a troca seria cara mas se permitisse finalmente uma redução significativa no custo da manutenção de sistemas militares, a substituição de uma despesa por outra seria facilmente justificável.

O princípio geral é de que os governos aliviem e impeçam tensão internacional usando reforçamento positivo para fortalecer relações positivas entre populações, em vez de reforçamento negativo para levar outros governos a tentar fugir e esquivar de ameaças.

A técnica é exatamente o oposto de "reuniões de cúpula" nas quais chefes de estado, tendo feito suas ameaças e contra-ameaças, encontram-se para avaliar as sugestões uns dos outros para fugir das tensões que eles criaram. Eles encontrar-se-iam, em vez disso — provavelmente com mediadores presentes — para determinar como cada nação poderia melhor atender às suas necessidades. O impulso para a paz viria de baixo, com a população em geral estabelecendo as regras básicas para a conduta nos negócios internacionais. A longo prazo, programas que fornecem reforçamento positivo para as ações construtivas de cidadãos individuais mais do que pagariam a si mesmos. E a melhoria na qualidade de vida, não-obscurecida pelo medo da destruição parcial ou total, seria incalculável.

Terrorismo. Reforçamento positivo poderia ajudar a acabar com o terrorismo também? Talvez, mas não rapidamente. Atividades terroristas são apenas um efeito colateral de pressões coercitivas que têm estado presentes por muito tempo (Capítulo 9), e, naturalmente, o próprio terrorismo é uma técnica coercitiva, assim, ele também, gera contramedidas. Uma vez colocado em movimento, ciclos repetidos de coerção e contracoerção são difíceis de interromper. Cada lado teme que qualquer relaxamento em suas defesas (o eufemismo usual para ofensas) há de deixá-lo à mercê de um inimigo impiedoso.

Reforçamento positivo, usado ineptamente, ajudou a patrocinar o terrorismo. O pagamento de resgate, seja em dinheiro, troca de prisioneiros, transporte, armamentos ou qualquer outro retorno positivo, tem garantido que o tomar e matar reféns continuará. Responder a pedidos angustiados das famílias de reféns pagando resgate para a libertação de um grupo tem garantido que outros serão mais tarde tomados como reféns. Este não é um problema de opinião pessoal: é o modo como reforçamento positivo funciona. Enquanto pagarmos terroristas pelo que eles fazem, eles estarão felizes em nos agraciar com mais.

Uma outra fonte de forte reforçamento positivo que ajuda a perpetuar o terrorismo é a intensa cobertura da televisão, do rádio, do jornal e de revistas de cada ato terrorista. Terroristas descobriram que jogar uma pequena pedra pode fazer um barulho internacional, com ecos se estendendo não apenas em cada conselho de estado, mas também em cada casa. O esforço relativamente pequeno envolvido em tomar alguns reféns pode tirar um grupo do anonimato, não importa o quão insignificante e sem poder o grupo possa ser por qualquer critério usual. Representantes dos mais poderosos go-

vernos e das mais influentes igrejas permitem ser levados com os olhos vendados para rudes negociações onde discutem pagamento com raptores hostis e que os desprezam. A mídia coloca as negociações no palco central do mundo; apenas as finais de futebol americano e de futebol internacional obtêm tanta publicidade.

Imagine o sentimento de poder e grandeza no peito dos terroristas à medida que se vêem e ouvem seus feitos discutidos de canal em canal e de página em página da mídia. O que deve significar para pessoas que o mundo tratou com desprezo superior, descobrir que eles foram capazes de virtualmente varrer do mapa a indústria do turismo internacional simplesmente detonando algumas poucas bombas em aeroportos? Há maneira mais simples de tornar conhecida sua existência do que raptar e matar alguns poucos indivíduos sem defesa, ou plantar uma bomba relógio ou metralhar um industrial ou político importante? Os feitos de qualquer herói receberam mais reconhecimento?

Negociando e pagando resgate e fornecendo publicidade ilimitada, governos e mídia têm estado suprindo reforçamento positivo que garante a continuidade do terrorismo. Talvez seja muito tarde agora para governos utilizarem reforçamento positivo como deveriam ter usado originalmente para criar alternativas aceitáveis como meios de protesto ou para tornar o protesto desnecessário. Dada a polarização atual, pode ser que governos não tenham qualquer escolha a não ser contracoerção violenta para parar o terrorismo.

O reforçamento do terrorismo pela mídia trouxe de volta o ressurgimento de uma velha ameaça, a censura. Essa solução para o problema da mídia é impensável. A livre comunicação de notícias e opinião é uma das mais fortes proteções que um povo pode ter contra aqueles que atingiriam seus objetivos por meio de coerção. No entanto, o contínuo apoio da mídia ao terrorismo está tornando difícil para cidadãos conscientes manter sua oposição à censura. Aqueles que prefeririam, por outras razões, ver nossas fontes de informação amordaçadas já estão fazendo barulho nessa direção, apontando como justificação a exploração bem-sucedida da mídia pelo terrorismo.

O reconhecimento de seu papel no reforçamento dos atos de terrorismo e de seu próprio perigo deveria, portanto, engendrar uma certa auto-restrição responsável por parte da mídia. A desculpa de que toda notícia tem de ser publicada é patentemente falsa; jamais foi possível relatar tudo e editores sempre tiveram de escolher o que publicar. O problema real é que a mídia nunca desenvolveu critérios para decidir o que relatar e o que não dizer. Considerar as conse-

qüências comportamentais de suas práticas auxiliaria a prover bases racionais e objetivas para tais decisões. O que é importante é que a mídia estabeleça estes critérios por si mesma.

Quanto à política governamental em relação ao terrorismo, aí também, a primeira coisa a ser feita é parar o reforçamento. Parar todas as negociações, mesmo a "diplomacia discreta". Parar de aumentar o prestígio e o poder de governos que fazem do apoio ao terrorismo uma questão de política nacional. Usá-los como intermediários para obter concessões dos próprios grupos terroristas, que existem somente por causa de sua proteção, apenas perpetua suas práticas. Para usar um termo técnico, que é apesar disto adequado, a atividade terrorista e sua sustentação devem ser extintas e não reforçadas.

Entretanto, dada a história de sucesso do terrorismo, uma política de extinção — retirada de reforçamento — requererá um tempo considerado para ter efeito. Um único grande reforçamento é suficiente para manter um ato por muito tempo. O terrorismo levou a um enorme retorno — muitos reforçadores grandes; podemos esperar que continue por muito tempo, ainda que nunca mais seja bem-sucedido. Além disso, o início da extinção trará um aumento temporário das atividades terroristas. Tendo permitido que as coisas chegassem a este ponto, podemos não ter outra alternativa além de responder ao aumento da violência com nossa própria violência.

Ninguém deveria ter a ilusão, entretanto, de que qualquer coisa permanentemente construtiva possa ser obtida desse modo. A coerção colocou um grande segmento do mundo em um estado de privação econômica, humilhação social e repressão política. O resto do mundo terá de rever sua confiança na diplomacia coercitiva se quiser eliminar a ameaça de contracoerção desesperada.

Reforçamento positivo na educação

Quando usado efetivamente o reforçamento positivo é a mais poderosa ferramenta de ensino que temos. Muitos professores sabem disto, ainda que dificilmente tenham ouvido falar dele em seu treinamento. Desconhecedores da riqueza de dados confirmatórios de laboratório e de sala de aula que os apóiam, aqueles que usam reforçamento positivo o fazem apenas porque descobriram que funciona. Mas eles tiveram de descobrir por conta própria. Raramente o treinamento equipa futuros professores com qualquer proficiência no uso de reforçamento positivo.

O princípio geral para o professor é, primeiro, conseguir que o aluno faça algo novo e, então, dar-lhe reforçamento positivo tão rapidamente quanto possível. Quando Zé soletra corretamente uma palavra, cumprimente-o, dê-lhe pontos para receber um prêmio especial, escreva um bilhete entusiástico para que ele leve a seus pais; quando Maria soma e subtrai corretamente, elogie-a por ser tão boa em aritmética, chame outra professora para que ela possa mostrar seu talento, coloque alguns mais em um quadro que, quando preenchido, lhe dará algo especial.

Finalmente, o professor tem de eliminar todos esses suportes externos e estabelecer a aprendizagem como sua própria recompensa. Há apenas um modo de fazer isto: dê aos alunos oportunidades de usar sua nova aprendizagem. Aprender se torna reforçador por si mesmo quando leva a outros reforçadores. À medida que Joana começa a ler e a entender o que está lendo, arrume tempo para que ela leia livros que escolheu; à medida que Zé melhora em aritmética, deixe-o ir às compras e pagar por algo que esteja querendo; quando José escrever parágrafos simples, bem-organizados e corretos, deixe-o expressar sua opinião sobre algo que seja importante para ele em uma carta para o jornal local; depois que Júlia tiver aprendido os princípios da eletricidade, mostre-lhe como fazer melhorias elétricas simples na casa; à medida que o vocabulário de Juanita aumenta, ensine-a como ensinar estas novas palavras para seus pais em casa. Reforçadores positivos não são difíceis de encontrar, nem são algo novo. Os melhores professores sempre os usaram. Entretanto, a prática mais usual é simplesmente ir de um tópico do currículo para o seguinte, ignorando os alunos que fazem corretamente a lição e punindo aqueles que a fazem errado.

Professores têm muito menos oportunidades de dar reforçamento positivo do que se pode imaginar. Eles valorizam o pequeno grupo de rápidos aprendizes em cada classe. O problema se intensifica à medida que as crianças são filtradas pelo sistema educacional. Nos primeiros anos, a maioria deles aprende com vontade, os poucos aprendizes relutantes se destacam dos outros. A partir dos graus intermediários e da escola secundária até a universidade, a balança muda; estudantes sem vontade predominam. Professores de universidade admitem abertamente que sua tarefa é tornada suportável por um ou dois alunos em uma classe que estão a par do material do curso.

Se os diplomas dependessem de conhecimento do material, tanto alunos fracassariam que a falência do sistema educacional tornar-se-ia imediatamente aparente. Isto não é razão para a prática

comum de atribuir notas "pela curva". Alunos com o resultado mais alto na prova recebem A, mesmo que só acertem 50% das questões; e assim, um resultado tão baixo quanto 25% de acerto provavelmente terá uma nota que permite passar. Dar notas a alunos apenas em relação uns aos outros, abandonando qualquer pretensão de que suas notas signifiquem competência, torna possível ao sistema passar para diante um número "respeitável". A maior parte do reforçamento em educação é negativo — fuga de notas baixas e punições associadas; o pouco reforçamento positivo que o sistema provê não é contingente a aprender.

Aprendizagem por tentativa e erro. Tentativa de quem? Erro de quem? Entretanto mesmo com aprendizes capazes o reforçamento positivo não tirará de cena a coerção por si mesmo. A razão disto, embora pareça paradoxal, demonstra porque o ensinar bem-sucedido envolve mais do que simplesmente dar reforçamento positivo a alunos que conseguiram aprender algo.

O dito predominante em educação é que aprender ocorre por meio de tentativa e erro, que aprendemos a partir de nossos erros. Mas um professor eficiente jamais reforçará erros; este é um modo seguro de perpetuá-los. Aqui é que a coerção volta à cena: reter reforçamento é punir. Faremos tudo que pudermos para sair de uma situação na qual o reforçamento não está vindo. Se não pudermos fugir, aprenderemos a nos esquivar dela. Se não pudermos nem fugir nem nos esquivar, contra-atacaremos. Nossos alunos farão o mesmo.

Reforçar o sucesso dos alunos na clássica aprendizagem por tentativa e erro é mais efetivo que a prática usual de ignorar seus sucessos, mas não elimina a coerção; a extinção dos erros ainda é necessária na aprendizagem por tentativa e erro. Desde que tratemos a educação como um processo de tentativa e erro, o não reforçamento dos erros manter-se-á um elemento coercitivo. Podemos resolver este problema? Podemos remover toda coercitividade do processo educacional?

A única maneira de eliminar a extinção do processo de ensino seria eliminar o fracasso. Naturalmente, nunca eliminaremos completamente os fracassos, mas desenvolvimentos técnicos têm tornado o objetivo algo que vale a pena perseguir. Um dos resultados mais estimulantes da análise experimental foi a descoberta de modos de ensinar sem produzir erros. Descobriu-se que aprender não precisa ser tentativa e erro, alunos podem aprender sem erros. Novas aplicações de técnicas de ensino sem erro estão continuamente sendo descobertas e refinadas.

O que torna a aprendizagem sem erro possível é a programação efetiva. Isto é algo que o professor tem que fazer, não o aluno. "Tentativa e erro" ainda existe, mas a possibilidade de aprendizagem sem erro transferiu tanto a tentativa como o erro do aprendiz para o professor. Aprendizagem por tentativa e erro realmente acontece, mas apenas quando não está acontecendo nenhum ensino, ou quando o ensino não é bem-sucedido. Vezes sem conta mostrou-se que os erros dos aprendizes vêm do programa de ensino: quando o programa é mudado, os erros desaparecem.

O que é um programa de ensino? Qualquer coisa a ser aprendida tem seus pré-requisitos — todas as outras coisas que o aluno tem que saber primeiro. Um programa de ensino efetivo garantirá que antes de ter que aprender algo, o aluno já terá aprendido tudo o mais que ele tem de saber. É papel do professor arranjar o material em uma seqüência de passos relacionados, cada passo sucessivo utilizando o que já foi aprendido. Resulta daí que os alunos que realmente têm os pré-requisitos para cada passo caminharão sem quaisquer erros. Deste modo é possível levar um aprendiz sem erros através de habilidades manuais tais como amarrar sapatos e alimentar-se, através de habilidades manuais, perceptivas e cognitivas combinadas envolvidas na pronúncia e escrita de letras e palavras e através do que freqüentemente é chamado de aquisição de conhecimento — aritmética, o significado das palavras, a derivação de conceitos ou os conceitos básicos da análise do comportamento, cristalografia ou neuroanatomia.*

---

* Três livros nesta área são especialmente compreensíveis, relevantes e instrutivos. Um trabalho germinal sobre métodos efetivos de instrução é: B. F. Skinner. *The technology of teaching*. Nova Iorque: Appleton-Century, Crofts, 1968. Um sistema que aplica a maioria dos princípios conhecidos de reforçamento positivo na educação e que acrescenta alguns novos elementos criativos foi introduzido por Fred S. Keller em um artigo intitulado "Good-bye, teacher...", uma frase tomada da bem conhecida canção de liberdade cantada pelas crianças ao final do ano escolar. Este artigo, junto com outros de interesse, pode ser encontrado em: F. S. Keller, *Summers and sabbaticals*. Champaign, Illinois: Research Press, 1977. Um outro livro, fino em número de páginas, mas penetrante em sua crítica, grande em sua humanidade e generosidade, é um clássico ainda não-descoberto: F. S. Keller, *Pedagogue's progress*. Ele pode ser obtido na ABA, 260 Wood Hall, Western Michigan University, Kalamazoo, MI 49008.

Programação efetiva, identificada por seu sucesso em tornar alunos capazes de novos comportamentos ao mesmo tempo que eliminando erros durante a aprendizagem, pressupõe a habilidade do professor de especificar o que o aluno deve aprender. Que comportamento, por exemplo, mostra que alguém entende e aprecia poesia? Se o professor sabe como dizer se um aluno entende e aprecia poesia, então é possível planejar e testar programas para ensinar tal apreciação. O que, objetivamente, é escrever bem? Se o professor pode definir comportamentalmente a boa redação, então programação efetiva pode ser realizada. Saber como deverá ser o produto final permite que a programação, ou qualquer outra técnica seja avaliada. Mas, se não for possível identificar comportamentalmente boa redação ou a apreciação de poesia, então não será possível especificar o modo mais efetivo de fazer com que alunos melhorem suas habilidades de redação ou sua sensibilidade poética.

Uma tecnologia de ensino não pode nos dizer que habilidades ou matérias deveríamos ensinar, mas uma vez que tenhamos tomado estas decisões, a análise comportamental pode nos ajudar a dizer se fomos ou não bem-sucedidos. Uma vez que possamos identificar sucesso ou fracasso, podemos então aplicar tecnologia comportamental para ensinar sem erros.

Aprendizagem sem erros é uma área de pesquisa grande e ativa e ainda há muito por ser descoberto sobre suas possibilidades e limitações. Sua relevância aqui é seu potencial para remover os últimos vestígios de coerção do processo educacional. Eliminar a necessidade de extinguir erros, manter alunos em um caminho contínuo de sucesso e prover reforçamento positivo para cada passo bem-sucedido, possibilitaria aos professores fazerem efetivamente seu trabalho. Também transformaria a escola em uma experiência recompensadora para os alunos.

Um efeito colateral positivo indiscutivelmente seria um abrandamento do problema dos desistentes; alunos bem-sucedidos raramente fogem da escola. Um segundo efeito colateral positivo seria uma mudança de ênfase das escolas na "disciplina" para uma ênfase renovada na educação. O debate sobre o uso da punição corporal seria visto como irrelevante no processo educacional. Alunos que estão recebendo reforçamento positivo por aprendizagem bem-sucedida não têm necessidade de buscar reforçamento negativo por meio de fuga e contracontrole. A busca por novos modos de coagir os alunos a uma conduta ordeira daria lugar a uma busca por novas maneiras de programar a aprendizagem com sucesso.

Índice remissivo